

FABÍOLA CASTELO DE SOUZA CORDOVIŁ

A SITUAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DOMÉSTICAS DAS REDES DE
SUBCONTRATAÇÃO TÊXTEIS NO ESPAÇO URBANO E MICRORREGIONAL
DE TUBARÃO – SC

Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção do título de Mestre em
Geografia no Programa de Pós-Graduação
do Departamento de Geociências da
Universidade Federal de Santa Catarina.

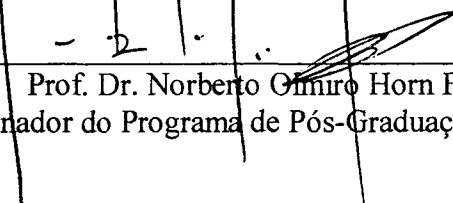
Orientadora: Profa. Dra. Margareth de Castro Afeche Pimenta

Florianópolis, 2001

“A situação das indústrias domésticas das redes de subcontratação têxteis no espaço urbano e microrregional de Tubarão – SC”.

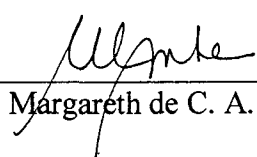
Fabiola Castelo de Souza Cordovil

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.



Prof. Dr. Norberto Omiro Horn Filho
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia

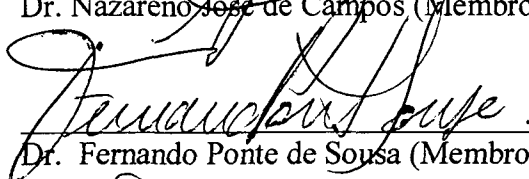
APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: 20/09/2001



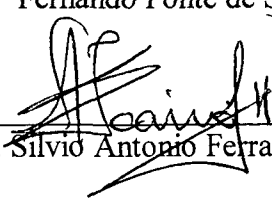
Dra. Margareth de C. A. Pimenta (Presidente e Orientadora-UFSC)



Dr. Nazareno José de Campos (Membro-UFSC)



Dr. Fernando Ponte de Sousa (Membro-UFSC)



Dr. Silvío Antônio Ferraz Cário

Florianópolis - 2001

Dedico esta dissertação aos meus amados pais,
Dorise e Fábio,
Cuja maior preocupação, depois da minha formação moral,
foi com minha educação.
Eis aqui, meus primeiros mestres, mais um degrau.
E minha gratidão a Deus por vocês serem meus pais.

Àquelas trabalhadoras que me receberam em suas casas e contaram-me suas histórias, às vezes com lágrimas nos olhos, e ofereceram-me com tanto gosto um suco ou um café.

Às que deixaram de lado as preciosas horas de sobrevivência frente à máquina de costura, do preparo do almoço, da arrumação da casa, da supervisão dos filhos... para atender uma estranha com um gravador e uma máquina fotográfica, invadindo-lhes a privacidade, despertando-lhes sentimentos adormecidos e tomando-lhes o tempo.

A essas mulheres sofridas, surradas pela vida, vítimas da selvageria de um sistema econômico desigual, eis aqui uma pequena retribuição por terem despertado minha indignação.

Espero ter conseguido traduzir um pouco da força das nossas longas conversas.

Para essas pessoas que ficarão para sempre em minha memória, por um lado como uma bela demonstração de solidariedade e confiança humana e, por outro da dura realidade dos pobres deste país.

AGRADECIMENTOS

Sinceros agradecimentos às pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para o desenvolvimento deste trabalho.

À querida orientadora Margareth de Castro Afeche Pimenta pelo apoio, confiança e incentivo e por proporcionar a oportunidade de compreender a realidade da sociedade em que vivemos.

Aos membros da banca de avaliação, Prof. Fernando Ponte de Sousa, Prof. Nazareno José de Campos e Prof. Sílvio Antônio Ferraz Cário, pelo tempo e pelas contribuições referentes à análise desta dissertação.

Aos professores do curso de Mestrado em Geografia, que proporcionaram reflexões fundamentais para meu desenvolvimento intelectual, especialmente aos professores Luís Fugazzola Pimenta e Idaletto Malvezzi Aued.

Aos Profs. Sílvio Cário e Fernando Ponte de Sousa pelas contribuições e pela participação da banca de qualificação.

Ao CNPq que subvencionou esta pesquisa.

À Marli Terezinha Costa, secretária da Pós-Graduação, pelas sempre eficientes informações sobre a burocracia do curso.

À Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Geociências, na pessoa do coordenador Prof. Luiz Fernando Scheibe, gestão 1999/2000.

Ao historiador Amadio Vettoretti pelas entrevistas e atenção prestadas.

Ao administrador Armando Bergler Filho, da ELETROSUL, pela digitalização do mapa de Tubarão.

Ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Vestuário da Microrregião de Tubarão, na pessoa da Sra. Juliana, pela entrevista concedida.

Ao arquiteto Vãnio pelas entrevistas e aos funcionários da Prefeitura Municipal de Tubarão pelas importantes informações e mapas cedidos.

Ao senhor Divo, proprietário da Disimac, de Termas do Gravatal e ao senhor Sidnei D. Corrêa, proprietário da Sidemaq, pelas fundamentais informações sobre as indústrias domésticas.

Ao senhor Toni, da Toni Máquinas, pelas informações acerca da tecnologia das máquinas de costura.

À Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina, na pessoa do Sr. João Andersen por ter cedido os dados do Valor Adicionado e à Terezinha Marcon.

Aos empresários Sr. Bonin, Sr. Adriano, Sr. Wanderlei, Sr. Artur, Sr. Edson, Sr. Paulo, Sr. Salésio, Sr. Zezinho, Sr. Wilton, Dona Edésia, Sra. Edite e Sr. Laércio, Sr. Mário, Sr. Jaisson, Sr. Augusto e Sra. Roselene pelas entrevistas e pelo tempo dispensado.

Às proprietárias das indústrias domésticas Dona Norma, Dona Isemar, Dona Rose e outras tantas que preferiram permanecer anônimas. Sem elas este trabalho não seria possível.

À AMUREL, Associação dos Municípios da Microrregião de Laguna, na pessoa do Sr. Gilson Damiani, pelas informações e mapas dos municípios e ao Sr. João Roberto pelo mapa de Treze de Maio.

À amiga Liliane Lucena, por ter me recebido com tanto carinho em Tubarão, pelos mapas cedidos e pelas longas conversas.

À querida família Ulbricht, especialmente à MSc. Leandra pela paciente leitura e considerações referentes a esta dissertação, à Dona Vânia pelo apoio e à grande amiga Cláudia por tudo.

Aos queridos amigos do curso de mestrado, Diego Rossi Fermo, Maria de Jesus Moraes, Henrique Pedro dos Reis e Marisa Emmer pelas conversas descontraídas e pelas apaixonadas discussões.

Aos colegas da turma do mestrado, Fernando Dias, Márcio Moreira, Luciana Sandrini, Gérson da Silva, Márcia Calegari e Marlene.

Aos amigos *No Stress*: Sinara, Marcos, Lamberto, Guto, Míriam, Lucimar, Mário, Jesus, Raquel, Valéria, Lú, Janaína, Negão, Cristina, Fernanda, Cristiane, Capela e Alan.

Aos coordenadores dos cursos de Arquitetura e Urbanismo da UNERJ e da UNIVALI, instituições nas quais leciono, pela compreensão, apoio e carinho.

RESUMO

Esta dissertação é um estudo sobre as transformações das relações de trabalho na indústria têxtil na microrregião de Tubarão – SC, verificadas a partir da globalização da economia mundial, abordando os reflexos na organização produtiva e espacial conseqüentes da desverticalização da cadeia produtiva que se inicia a partir dos anos 80. Buscou-se entender as novas relações de fluxos produtivos e de trabalho que se tornam cada vez mais flexíveis e precárias, principalmente nas indústrias domésticas. Estas, por sua vez, definem-se como células de produção subcontratadas que se organizam dentro da unidade familiar, não possuindo contrato formal ou registros legais.

Este trabalho baseou-se, fundamentalmente, na pesquisa de campo com entrevistas diretas com as indústrias confeccionistas, classificando-se diferentes categorias e analisando-se os circuitos de produção e consumo nos quais estão inseridas. Elaborou-se os mapeamentos para a localização destas indústrias no espaço urbano e suas conexões regionais, além de fotos, retratando a realidade do ambiente de trabalho das indústrias confeccionistas e as condições de vida e de trabalho das costureiras.

Evidenciou-se a categoria das indústrias domésticas, concluindo-se que a dificuldade de inserção no mercado de trabalho faz com que muitas costureiras formem este tipo de indústria, trabalhando em ritmo frenético e precariamente, recebendo um pagamento que não faz jus ao número de horas trabalhadas e sem garantias trabalhistas. Tal situação agrava as condições consideradas precárias do ponto de vista das relações de trabalho, cria-se um novo espaço de trabalho na indústria doméstica, onde há insalubridade e exploração da força de trabalho.

Detectou-se, no entanto, casos em que as indústrias domésticas estão formalizadas devido às condições propícias de acumulação inicial, às perspectivas de obtenção de linhas de crédito e, conseqüente, à articulação no mercado confeccionista através de subcontratantes ou intermediários inseridos em circuitos de fluxos em expansão. Este processo de diferenciação entre as indústrias domésticas ocorre logo na gênese, isto é, há aquelas cujos componentes familiares e/ou o trabalho anterior possibilitam uma maior acumulação inicial.

As indústrias domésticas, as facções, os intermediários ou subcontratantes estabelecem novas relações de fluxos e de trabalho nos municípios da microrregião em estudo, modificando a lógica da dinâmica urbana e microrregional, pela localização e fluidez das etapas produtivas realizadas, transferindo, para centros de decisão longínquos, o papel de regulação da sociedade local.

RÉSUMÉ

Cette dissertation est une étude sur les transformations des relations de travail dans l'industrie textile à la microrégion de Tubarão – SC qui ont eu lieu avec la globalisation de l'économie mondiale. Il s'agit d'un essai de saisir les réflexes sur l'organisation productive et spatiale entraînés par déverticalisation de la chaîne de production initiée pendant les années 80. On a cherché à comprendre les nouveaux rapports de flux productifs et de travail lesquels deviennent de plus en plus flexibles et précaires, surtout en ce qui concerne les industries domestiques. Celles-ci, on le verra, se définissent en tant que de cellules de production sous-contractées qui s'organisent à l'intérieur de l'unité familiale sans contrat formel ou enregistrement légal.

Ce travail s'est fondé tout d'abord sur les entretiens directs avec le personnel des industries textiles, mais aussi sur la classification des différentes catégories et l'analyse des circuits de production et consommation dans lesquels elles sont insérées. On a fait aussi des cartes avec la localisation de ces industries dans l'espace urbain et ses connexions régionales, et des photos qui montrent la réalité du milieu de travail de ces industries et les conditions de vie et de travail des couturières.

Étant donné la difficulté d'insertion au marché de la confection, plusieurs couturières investissent en des industries domestiques, travaillant frénétiquement en des conditions précaires pour des sommes dérisoires et sans disposer d'aucune des garanties travailistes. Une telle situation aggrave les conditions considérées déjà précaires du point de vue des relations de travail, tels que l'insalubrité des lieux et l'exploitation de la force de travail. Il y a cependant des exceptions: quelques industries domestiques ont pu être formalisées à cause de conditions favorables d'accumulation initiale, ce qui leur a ouvert des perspectives d'obtention de lignes de crédit et, par conséquent, d'articulation avec le marché de la confection à travers des intermédiaires insérés dans des circuits de flux en expansion. Ce processus de différenciation entre les industries domestiques a lieu dès leur genèse, c'est à dire, ce sont en général les conditions financières antérieures de ses composants qui le déterminent.

Les industries domestiques, les factions et les intermédiaires où sous-traitants établissent des nouveaux rapports de flux et de travail dans les municipes de la microrégion étudiée. Ils modifient, de cette façon, la logique de la dynamique urbaine et microrégionnelle par la localisation et la fluidité des étapes productives réalisées, en transférant à des lointains centres de décision le rôle de règlement de la société locale.

ÍNDICE

Índice	VII
Lista de Figuras	X
Lista dos Mapas	XI
Lista das Fotos	XII
Resumo	XIV
Apresentação	01
1.0. Apresentação da Problemática e da Área em Estudo	01
1.1. Origem do Trabalho	06
1.2. Procedimentos Metodológicos	06
1.2.1. As Entrevistas	07
1.2.2. Definição das Amostras (Estudos de Casos Múltiplos e Pesquisa Qualitativa)	08
1.3. Limitações do Trabalho	08
Capítulo 01 – Quadro Teórico	
1.0. Desintegração Do Fordismo e A Acumulação Flexível	09
1.1. A Atual Exclusão Social	13
1.2. As Conquistas E O Declínio Da Classe Trabalhadora No Brasil – Breve Histórico	16
1.2.1. Do final do século XIX à Década de 1920	16
1.2.2. Da década de 1920 à Revolução de 30	18
1.2.3. Da Revolução de 30 ao Golpe de 37	20
1.2.4. De 1940 ao Retorno de Vargas	22
1.2.5. De Juscelino ao Golpe de 64	24
1.2.6. Do Golpe de 64 ao Declínio do Milagre Econômico	25

1.2.7. Da Abertura Política ao final dos anos 80	28
1.2.8. Década de 90 – O Neoliberalismo, O Desemprego e a Precarização das condições e relações de trabalho	29
1.3. A Política Neoliberal – Uma breve conceituação	30
1.3.1. O Neoliberalismo no contexto brasileiro – ascensão e metas de FHC	31
1.3.2. O Desemprego no Brasil	33
1.3.3. Precarização das condições e relações de trabalho	36
Capítulo 02 – Caracterização Geral	
2.0. Introdução	40
2.1. Classificação das Categorias das Empresas	41
2.1.1. Empresa Tradicional	42
2.1.2. Novos Processos: Terceirização e Novas Indústrias	44
2.1.2.1. As Facções	46
2.1.2.2. O Intermediário ou Subcontratante	61
2.1.2.3. Indústrias Domésticas:	66
Capítulo 03 – Localização Geral das Indústrias da Confeção	
3.0. Introdução	70
3.1. Localização das Indústrias Formais	73
3.2. Localização das Indústrias Domésticas	77
3.3. O Setor Confeccionista nas rodovias da microrregião de Tubarão.	83
3.4. Tubarão	83
3.5. Capivari de Baixo	87
3.6. Treze de Maio	92
3.7. Laguna	95
3.8. Braço do Norte	99
3.9. Armazém	104

3.10. Jaguaruna	107
3.11. Termas do Gravatal	110
3.12. Orleans	113
3.13. São Ludgero	117
Capítulo 04 – A Indústria Doméstica	
4.0. Surgimento	120
4.1. Relações e Mão-de-obra na Indústria Doméstica	124
4.2. Tipos de Indústrias Domésticas	126
4.3. Produção e Maquinário	129
4.3.1. Funções das Máquinas	135
4.3.2. Marcas e Preços	138
4.4. Tipos de Subcontratantes segundo seus Circuitos de Inserção	142
4.4.1. Inseridas em um circuito de grande expansão: Indústrias que contaram com acumulação inicial e apoio familiar	142
4.4.2. Inseridas em um circuito de média expansão	148
4.4.3. Inseridas em um Circuito Local, produção para venda própria	153
4.5. Jornada de Trabalho e Comprometimentos Físicos e de Saúde	155
4.4.1. O Papel do Sindicato de Classe	155
4.4.2. Jornada de Trabalho e a Saúde das Costureiras	158
4.5. Espaço de Produção e Universo Doméstico	163
Considerações Finais	182
Bibliografia	189

LISTA DAS FIGURAS

Figura 01	Localização da área de estudo	01
Figura 02	Diagrama das empresas que fazem parte do Sistema Cooperativo de Faccão, mostrando a lógica de fluxos das Confecções Bonin	49
Figura 03	Lay out e fotos da indústria doméstica de Dona S.	133
Figura 04	Lay out da indústria doméstica de Dona Norma	137
Figura 05	Fotos da cadeia produtiva básica, segunda e terceira linhas	139
Figura 06	Fotos das máquinas complementares, segunda e terceira linhas.	140
Figura 07	Fotos das máquinas, segunda e terceira linhas	141
Figura 08	Evolução da indústria doméstica de Dona Norma	145
Figura 09	Lay out e fotos da indústria doméstica de Dona J.	167
Figura 10	Lay out e fotos da loja de Dona Walderina	177
Figura 11	Lay out e fotos da loja de Dona Denise	178
Figura 12	Lay out e fotos da indústria doméstica de Dona Inês	180

LISTA DOS MAPAS

Mapa 01	Participação dos municípios da microrregião de Tubarão com dados do Valor Adicionado da indústria da confecção nos anos de 1990, 1995, 1997 e 1999	72
Mapa 02	Mapa da Microrregião de Tubarão com dados do Valor Adicionado do setor confeccionista para o ano de 1999, com classificação das categorias das indústrias da confecção e as rodovias de acesso.	76
Mapa 03	Mapa da microrregião de Tubarão com localização da concentração de indústrias domésticas	79
Mapa 04	Mapa da localização dos out-lets existentes na microrregião de Tubarão	81
Mapa 05	Mapa da localização das facções, indústrias domésticas e subcontratantes em Tubarão	86
Mapa 06	Mapa de localização das indústrias domésticas entrevistadas em Capivari de Baixo	87
Mapa 07	Mapa de localização e indústria doméstica entrevistadas em Treze de Maio	94
Mapa 08	Mapa de Laguna com localização das indústrias de confecções e facções visitadas	96
Mapa 09	Mapa da indústria doméstica entrevistada na localidade de Barranceira, no município de Laguna	97
Mapa 10	Localização da Facção Casagrande, Speck e Cia.	99
Mapa 11	Mapa de Braço do Norte e vistas da cidade	102
Mapa 12	Mapa da localização das indústrias domésticas entrevistadas em Braço do Norte	103
Mapa 13	Mapa de localização das facções e indústria tradicional entrevistadas em Armazém	106
Mapa 14	Mapa de localização das facções entrevistadas em Jaguaruna	109

Mapa 15	Mapa da localização das indústrias domésticas entrevistadas próximas à rodovia SC 438 (entre Braço do Norte e Gravatal)	110
Mapa 16	Mapa da localização das indústrias domésticas entrevistadas próximas à rodovia SC 438 (entre Braço do Norte, Gravatal e Armazém)	112
Mapa 17	Mapa de Orleans, com a localização das ruas onde se verificou o maior número de indústrias da confecção tradicionais	114
Mapa 18	Mapa da localização da facção do Sr. Mário Rossi na localidade de Pindotiba, pertencente ao município de Orleans	116
Mapa 19	Mapa da localização das indústrias domésticas entrevistadas em São Ludgero	118

LISTA DAS FOTOS

Foto 01	Interior da facção Theomoles, de Treze de Maio	56
Foto 02	Máquina de costurar bolso embutido, da Facção Theomoles	56
Foto 03	Exterior da Facção de Dona Edésia	58
Foto 04	Interior da Facção de Dona Edésia	58
Foto 05	Refeitório dos funcionários das Confecções Bonin	59
Foto 06	Avenida principal de Termas do Gravatal	80
Foto 07	Centro de Vendas localizado entre Imbituba e Florianópolis	81
Foto 08	Centro de Vendas Direta localizado no trevo de acesso ao município de Imbituba	81
Foto 09	Centro de Vendas Diretas – Feinvest Love Story, localizado em um dos acessos ao município de Tubarão	82

Foto 10	Vista de Capivari de Baixo desde morro até o Complexo Jorge Lacerda	87
Foto 11	Exterior da Facção de Dona M. – Indústria doméstica	89
Foto 12	Residência de costureira	89
Foto 13	Residência de costureira	89
Foto 14	Interior de uma das três alas da Facção Theomoles	92
Foto 15	Interior da indústria doméstica de D. Confiante	93
Foto 16	Exterior da indústria doméstica de Dona P.	97
Foto 17	Interior da indústria doméstica de Dona P.	98
Foto 18	Exterior das Confecções Casagrande	100
Foto 19	Exterior das Confecções Casagrande	100
Foto 20	Foto da área de inserção da indústria doméstica do Sr. S., do morro para a SC-438	108
Foto 21	Trevo de Braço do Norte	111
Foto 22	Exterior da padaria e indústria doméstica de D. Isemar	111
Foto 23	Interior da indústria doméstica de Dona S.	133
Foto 24	Interior da indústria doméstica de Dona S.	133
Foto 25	Foto mostrando o ombro deslocado da costureira	162
Foto 26	Foto mostrando a iluminação e a janela para ventilação da indústria doméstica de Dona Norma	165
Foto 27	Foto mostrando o espaço interno da indústria doméstica de Dona C.	165
Foto 28	Foto mostrando o espaço interno da indústria doméstica de Dona A.	165
Foto 29	Exterior da indústria doméstica de Dona Sinira	168
Foto 30	Interior da indústria doméstica de Dona Sinira	168
Foto 31	Exterior da residência da costureira MR.	172
Foto 32	Interior da residência da costureira MR.	172

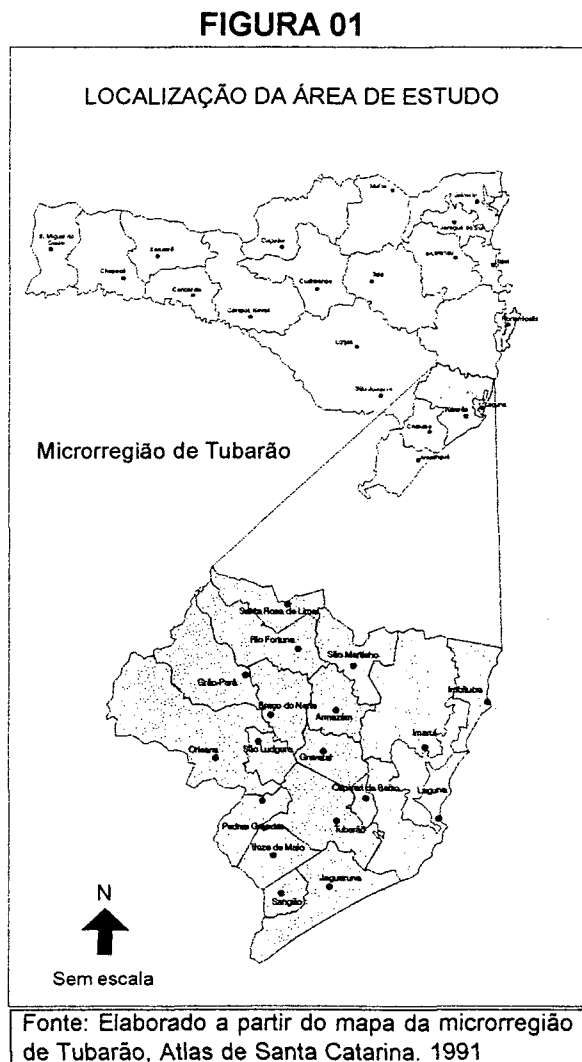
APRESENTAÇÃO

1.0. APRESENTAÇÃO DA PROBLEMÁTICA E DA ÁREA EM ESTUDO:

O trabalho desenvolvido no curso de mestrado em Geografia, na área de Desenvolvimento Regional e Urbano, constitui-se no estudo da situação das indústrias domésticas, das redes de subcontratação das indústrias têxteis, na microrregião de Tubarão. Investigou-se a lógica de inserção frente à flexibilização produtiva destes espaços de produção e de comercialização, inseridos no sul do estado de Santa Catarina.

A microrregião em estudo é composta por dezoito municípios, cuja maioria, a partir da década de 90 principalmente, vai encontrar na subcontratação têxtil, através da execução de etapas produtivas da confecção, uma forma de dinamizar a economia, estabelecendo novas relações de trabalho e novos fluxos produtivos. (Ver Figura 01, da Localização da Área em Estudo)

O Sul Catarinense, onde a microrregião está inserida, desenvolveu-se com base na economia carbonífera, com unidades responsáveis por diferentes etapas localizadas em cidades que foram impulsionadas por esta economia. Como exemplo, tem-se Tubarão que fazia o beneficiamento do carvão através



do Lavador de Capivari, localizado no município de Capivari de Baixo, emancipado de Tubarão em 1992.

Na década de 1980, o governo federal inicia o processo de retirada dos subsídios estatais, mantendo simplesmente a redução das tarifas de transporte até o porto de Imbituba. Posteriormente, retira todo o tipo de incentivo, promovendo a entrada do produto estrangeiro, resultando em privatizações do setor e, conseqüentemente, em demissões em massa (PIMENTA, 1997).

A indústria da confecção surge, então, como uma alternativa à crise, dinamizando a economia dos municípios, na forma de unidades subcontratadas pelos grandes centros e de regiões têxteis tradicionais. Assim se estabelecem as redes de subcontratação, atingindo diversos níveis de fluxos de produção e venda.

Na indústria de confecção, diferentemente dos outros setores em que se implantam as redes de subcontratação, como no caso da metal-mecânica que buscam a cooperação mercantil e tecnológica, visa-se apenas a redução significativa dos custos. Isso faz com que as relações entre as indústrias e as suas subcontratadas sejam extremamente frágeis.

As redes de subcontratação estão contidas dentro de um processo moderno das relações capitalistas, da estrutura industrial, que atingem vários setores de produção, entre elas a indústria têxtil. Neste caso, as indústrias domésticas e as fábricas formam as unidades subcontratadas, estabelecendo novas relações de fluxos e de trabalho entre os municípios polarizados por Tubarão, e o espaço regional, nacional e, até mesmo, o internacional.

A desverticalização da cadeia produtiva da indústria têxtil iniciou-se a partir dos anos 80, impulsionada pela instabilidade decorrente da crise econômica e o processo de globalização da economia mundial. Este processo promoveu, a partir da década de 90, a entrada de produtos estrangeiros sem critérios, quebrando as indústrias nacionais, e originando, com isso, relações de trabalho mais flexíveis e precárias.

Novas unidades industriais foram criadas em regiões que não possuíam tradição têxtil anterior, incorporando-se ao circuito produtivo das antigas firmas têxteis como a do Vale do Itajaí e, principalmente, a do sudeste brasileiro. O sistema integrado produtivo tradicional vai ceder lugar a um processo de terceirização do setor. Com isso, há uma alteração das relações industriais, repercutindo e

umentando a interdependência entre os diferentes espaços microregionais (PIMENTA, 1997). A indústria têxtil e da confecção expandem-se em novas bases. Surge uma nova organização do processo e do uso da força de trabalho dando origem a um sistema chamado *faccionismo*. RODRIGUES (1978), define o faccionista da seguinte forma:

“O Façonista é o proprietário de uma indústria têxtil, (ou de confecção) que não dispondo de suficiente capital de giro, presta serviços de mão-de-obra mecanizada a terceiros. Pode-se dizer que é um assalariado com nome de industrial, pois depende do trabalho que lhe é oferecido por grandes indústrias ou comerciantes de grandes centros. Ele possui praticamente as mesmas obrigações de um empregado, entretanto, caem sobre si todos os encargos de um industrial” (o que está entre parênteses é meu) (RODRIGUES, 1978:26-7)

Este sistema desenvolve, então, uma pirâmide de subcontratações em todo o Sul do Estado de Santa Catarina que, devido ao declínio do carvão, encontrava-se enfraquecido economicamente e com grande quantidade de desempregados.

Além do faccionismo, surge uma nova organização do trabalho. Formam-se indústrias a domicílio conhecidas na microrregião como de “fundo de quintal”, que aqui são denominadas de indústrias domésticas, gerando outras relações e fluxos de produção.

A indústria doméstica da confecção aparece sob uma forma peculiar de condições de trabalho. A relação existente no modo e no espaço de trabalho, em muitos casos, é extremamente opressora, existindo um espaço mínimo para um número máximo de costureiras e, muitas vezes, o que recebem por seus serviços, que é computado por produção, atinge um pouco mais que um salário mínimo. O desemprego e a precariedade dos vínculos de trabalho enfraquecem as condições de manutenção da qualidade de vida dos trabalhadores da indústria confeccionista.

Com o estabelecimento dessas novas relações de trabalho e os novos fluxos produtivos, a paisagem da microrregião vem sendo modificada para atender a economia globalizada, criando uma nova realidade. Pois, a dinâmica das novas relações se inserem nas condições existentes, fazendo com que a microrregião dependa cada vez mais de muitas outras relações, sejam elas locais, regionais,

nacionais ou internacionais. Esta dependência provoca uma mudança na configuração espacial, pois a sociedade está em movimento, transformando os espaços.

“... Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes” (SANTOS, 1991:77)

Portanto, este estudo, além de ter o sentido de contribuir para o planejamento das cidades e para o debate sobre a teoria do espaço, possui o caráter social de levantar situações consideradas precárias do ponto de vista das condições de trabalho. Indo além das relações entre as indústrias e suas tipologias externas, mostra-se, neste estudo, um novo espaço que se cria na indústria doméstica. Soma-se, ainda, a tentativa de compreender o papel das políticas internacionais de ajuste estrutural e sua influência no Estado brasileiro, em relação ao progressivo desemprego e precarização das condições e relações de trabalho no país.

Assim, o objetivo principal deste trabalho é caracterizar as indústrias domésticas na microrregião de Tubarão – SC, surgidas a partir das relações de subcontratação da indústria têxtil e da confecção. No intuito de verificar a crescente perda das garantias do trabalhador, realizou-se uma pesquisa bibliográfica que constrói o marco conceitual para esta pesquisa e para a elaboração de um histórico das conquistas trabalhistas no Brasil. Em seguida, identificou-se e classificou-se as categorias das indústrias de confecção na microrregião de Tubarão, entendendo sua lógica de localização e suas relações de mercado. A partir disso, através de entrevistas, analisou-se as relações de trabalho e os circuitos de produção e venda das indústrias domésticas na microrregião em estudo, identificando e analisando as novas relações estabelecidas entre o espaço e o trabalho. Por fim, procurou-se entender a gênese das indústrias domésticas inseridas na microrregião de estudo, relacionando-as com seus equipamentos existentes e seu sistema de produção na microrregião pesquisada.

As etapas do trabalho, de acordo com os objetivos da pesquisa, foram

distribuídas em quatro capítulos.

No **capítulo 01** discorreu-se sobre a gênese da globalização da economia mundial e seus principais rumos, tentando relacioná-la com os efeitos na política econômica brasileira e seus reflexos nos principais setores produtivos da região, em que se insere a microrregião em estudo. Para tanto, recorreu-se aos autores que discutem a questão da Acumulação Flexível.

Num segundo momento, elaborou-se o histórico das lutas e conquistas trabalhistas brasileiras do final do século XIX até os anos 80, abordando a trajetória da consciência da classe trabalhadora brasileira. Utilizou-se, para isso, leituras de autores que discutem criticamente o papel da classe operária e a formação dos sindicatos de classe no país, como Lúcio Almeida, Ricardo Antunes, Armando Boito Júnior, Antonio Cattani, Eduardo Noronha, Antonio Rezende e Leôncio Rodrigues.

Em seguida, buscou-se entender os reflexos da política neoliberal na precarização dos vínculos empregatícios e os dados e estatísticas do desemprego, causado pela abertura de mercado e promovido por tal política a partir de 1990. Fez-se uso, assim, dos artigos publicados em jornais e em textos de pensadores do Brasil atual, vinculados às idéias de esquerda, cuja principal preocupação é denunciar os reflexos da política neoliberal na realidade dos milhões de desempregados brasileiros. Foram escolhidos autores como Aloysio Biondi, Paul Singer, Maria da Conceição Tavares, Jorge Mattoso, Margareth Pimenta e James Petras.

No **Capítulo 02** traçou-se um panorama geral das indústrias da confecção na microrregião em estudo, classificando os portes e as categorias das empresas, detectadas através de entrevistas *in loco*, bem como os circuitos de produção e consumo que as categorias detectadas estão inseridas. Além da realidade detectada através das entrevistas, utilizou-se das idéias sobre a formação e desenvolvimento do espaço de Milton Santos, para ajudar a entender a nova lógica das relações e trocas, entre produção e consumo no espaço.

No **Capítulo 03** discutiu-se a localização das categorias da indústria da confecção. Para tanto, utilizou-se, como ponto de partida, dados do Valor Adicionado Fiscal fornecido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, quando se detectou o crescimento confeccionista nos municípios da microrregião. Posteriormente, percorreu-se estes principais municípios, verificando a lógica de

localização espacial das categorias das empresas. Neste momento, realizou-se em torno de cinquenta entrevistas com as diversas categorias. Paralelamente às entrevistas, utilizou-se textos de Milton Santos para ajudar a entender a nova lógica de inserção espacial existente.

No **Capítulo 04** abordou-se especialmente a categoria das indústrias domésticas, entendendo seu surgimento e sua localização, a relação entre produção e maquinário, os tipos de subcontratantes e os circuitos de produção e consumo nos quais as indústrias domésticas estão inseridas. Levou-se em conta as jornadas de trabalho e seus reflexos na saúde física e mental das costureiras discutindo, também, o papel do sindicato de classe na microrregião e, por fim, a imbricação do espaço de produção com o universo doméstico. Este capítulo, foi totalmente elaborado através das entrevistas com as costureiras das indústrias domésticas.

1.1. ORIGEM DO TRABALHO:

Este trabalho foi decorrente da pesquisa realizada como bolsista de aperfeiçoamento, subvencionada pelo CNPq, quando se estudou a evolução urbana e a indústria da confecção no município de Tubarão. Pesquisa esta vinculada a uma outra ainda maior, coordenada pela Profa. Margareth Pimenta, cujo título é: “Evolução Urbana e Indústria Têxtil e da Confecção em Santa Catarina”

Fez-se, na ocasião, vários estudos gerais sobre o município de Tubarão, detectando a existência de diversas categorias de indústrias confeccionistas; entre elas as indústrias domésticas relacionadas com as diferentes categorias de empresas e inseridas em diferentes circuitos de fluxos de produção e venda. Considerou-se, então, que seria extremamente interessante aprofundar os estudos sobre as características das indústrias domésticas na microrregião de Tubarão, pois aparecem como uma nova forma de trabalho, vinculada à desverticalização da cadeia produtiva da indústria têxtil formando, assim, as redes de subcontratações.

1.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

Primeiramente, realizou-se um estudo exploratório com o objetivo de construir um marco conceitual, focalizando a problemática abordada.

Em seguida, visitou-se as cidades mais relevantes, levando em conta suas participações na indústria da confecção, da microrregião de Tubarão. Estas visitas

foram necessárias para atingir o objetivo de identificar as indústrias domésticas e realizar uma coleta de dados, procurando investigar sua realidade.

A coleta de dados foi adquirida por meio de entrevista básica (onde seguiu-se um roteiro previamente estabelecido, contudo adaptou-se ou inseriu-se algumas perguntas a determinadas situações emergentes e/ou alterou-se a ordem dos tópicos), realizada pela autora e/ou orientadora deste trabalho.

1.2.1. AS ENTREVISTAS

As entrevistas realizadas foram fundamentais para o desenvolvimento do presente trabalho. Buscou-se detectar a realidade do setor confeccionista desde 1997, quando se trabalhou como bolsista de aperfeiçoamento de pesquisa subvencionada pelo CNPq. No intervalo desses quatro anos, pretendeu-se analisar as evoluções e oscilações do setor.

As entrevistas tiveram por objetivo levantar *in loco* a localização e as relações das indústrias no espaço urbano e microrregional. Através de conversas com empresários de indústrias confeccionistas de diversas categorias: população, costureiras, proprietários de indústrias domésticas, donos de comércio de máquinas, sindicato de classe, etc.. Com isso, procurou-se entender as novas relações existentes tanto administrativa, como produtiva e espacialmente.

Primeiramente, as entrevistas eram direcionadas por questionário elaborado pela profa. Margareth Pimenta, com questões gerais como: formação e capital inicial, número de empregados, tipos de produtos fabricados, matérias primas utilizadas e destinação dos produtos finais, maquinário, formas de subcontratação, faturamento mensal, dificuldades e perspectivas.

Posteriormente, com o amadurecimento, principalmente no que tange à indústria doméstica, buscou-se novos questionamentos como o cotidiano da vida doméstica e o espaço de produção; os comprometimentos físicos em função das longas jornadas de trabalho; os maltratos sofridos pelas costureiras em seu local de trabalho; os sentimentos de angústia frente à insegurança das relações de trabalho; a preocupação com a formação dos filhos; a relação com os subcontratantes; e etc. Enfim, explorou-se as relações estabelecidas tanto produtiva quanto social ou espacialmente.

1.3.2. DEFINIÇÃO DE AMOSTRAS (ESTUDOS DE CASOS MÚLTIPLOS E PESQUISA QUALITATIVA)

Concomitantemente à coleta de dados, ou seja, às entrevistas, foram realizadas observações assistemáticas com o objetivo de recolher e registrar fatos da realidade a serem pesquisados (por meio de entrevistas gravadas e fotografias).

1.4. LIMITAÇÕES DE TRABALHO:

- Devido ao tempo limitado desta pesquisa e as restrições de caráter financeiro, o trabalho nas indústrias domésticas da microrregião de Tubarão foi caracterizado pela realização de estudos de casos múltiplos, onde algumas das empresas foram visitadas de acordo com sua disponibilidade e cooperação em fornecer as entrevistas;
- Devido à quantidade de municípios existentes na microrregião pesquisada, elegeu-se para a pesquisa *in loco* os municípios que obtiveram maior participação nos dados do Valor Adicionado Fiscal¹, além da proximidade ao município mais dinâmico da microrregião, ou seja, Tubarão.
- Apesar de descrever-se o ambiente de trabalho das indústrias domésticas, por não disporem dos equipamentos necessários, não foram realizadas medidas das condições de trabalho como ruídos, temperatura e luminância do espaço de produção.
- A dificuldade de obtenção de dados formais, tanto das empresas registradas quanto das informais, impossibilitou uma coleta de dados mais precisa.

¹ O Valor Adicionado Fiscal é fornecido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina que detecta as cem maiores atividades de cada município. Estes dados serão explorados no capítulo 3.

CAPÍTULO 01

QUADRO TEÓRICO

1.0. DESINTEGRAÇÃO DO FORDISMO E A ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

A recessão de 1973, agravada pelo choque do petróleo, faz com que as décadas de 70 e 80 sejam o início de um período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. (HARVEY, 1989:140). A crise do petróleo desencadeia uma série de conseqüências que desmantelam o modo de regulação: afetam a organização do trabalho, produzem uma crise de investimento e o desemprego diminui a arrecadação do *welfare state*. (LEGBORNE & LIPIETZ, 1990:22)

As estratégias utilizadas, por grande parte das indústrias formadas com base taylorista, para sobreviver frente à crise, foram: “a mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle de trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital” (HARVEY, 1989:137-140)

Um novo sistema de acumulação instala-se em novos centros de produção, descentralizando a produção, convertendo outras áreas geográficas, sem tradições industriais anteriores, onde os salários eram baixos e o poder sindical inexistente. Este novo regime de acumulação tem como principal característica a flexibilidade produtiva. (BODDY, 1990:45; HARVEY, 1989:137)

BODDY (1990:46) descreve que a flexibilidade manifesta-se na tecnologia, na organização da produção e das estruturas institucionais, no uso da subempregada, na colaboração entre produtos complementares; ou seja, flexibiliza-se a produção e, em conseqüência, os mercados de trabalho como: a alta rotatividade da mão-de-obra, o trabalho temporário, a utilização da mão-de-obra marginalizada (imigrantes e adolescentes).

Pode-se dizer que o mercado de trabalho resultante da flexibilização produtiva não possui garantias legais, pois baseia-se na precarização dos vínculos

empregatícios e na informalidade.

O trabalho organizado com apoio do poder sindical, (um dos sustentáculos do fordismo), cede lugar para a reconstrução de novas relações de trabalho, na forma de acumulação flexível. Vê-se, isto, em regiões que, não tendo tradições industriais, não possuíam organização coletiva de trabalhadores, significando, então, um retrocesso das conquistas das suas lutas. Contribuindo, para isso, estava a grande quantidade de desempregados e subempregados. Logo, os patrões veêm a possibilidade de impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis como o trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. (HARVEY, 1989:144)

Há, na lógica deste sistema de produção, a substituição da economia de escala pelas "economias de flexibilidade", em que pequenos e médios produtores desenvolvem-se dentro de sistemas integrados de subcontratação, refletindo na desverticalização da cadeia produtiva. (BODDY, 1990:46)

A organização industrial modifica-se, a subcontratação enseja a formação de pequenos negócios e permite o renascimento de sistemas mais antigos de trabalho doméstico. Esta situação se apresenta de maneiras e em lugares diferentes, tendo, assim, significados distintos. Podem indicar, portanto: - novas estratégias de sobrevivência para desempregados ou discriminados; - imigrantes que tentam entrar no sistema capitalista; - formas organizadas de sonegação de impostos; - altos lucros no comércio ilegal. Todos estes aspectos, no entanto, levam à transformação do modo de controle de trabalho e emprego (HARVEY, 1989:145)

No novo sistema de produção, é marcante a ocupação progressiva das mulheres no mercado de trabalho, porém, com vínculos precários, na forma de trabalho em tempo parcial e/ou residencial, sendo mal pagas pelos seus serviços. (HARVEY, 1989:146)

Além disso, os lotes dos produtos que confeccionam são compostos por diferentes padrões, o que significa uma contínua mudança do processo de produção, atendendo a maior variedades de bens e de preços baixos em pequenos lotes.

A acumulação flexível permite, então, a redução do tempo de giro da produção, ou seja, proporciona a aceleração do ritmo de inovação dos produtos, graças às novas tecnologias produtivas (automação, robôs) e às novas formas organizacionais (sistema *just-in-time*). Obviamente, o bom desempenho do novo sistema somente efetiva-se havendo, igualmente, a redução do tempo de giro no

consumo. (HARVEY, 1989:148)

“...A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica” (HARVEY, 1989:148)

O capitalismo ordena-se de outra forma, a dispersão, a mobilidade geográfica, as respostas flexíveis dos mercados de trabalho e de consumo e dos processos de trabalho, associados às inovações tecnológicas e as formas organizacionais, tornam a organização do sistema mais coesa, devido ao acesso e controle da informação. Juntamente com a capacidade de análise instantânea de dados, imprescindíveis para a eficiência da coordenação centralizada dos interesses corporativos descentralizados. O controle das novas descobertas científicas é igualmente fundamental para aumentar as chances de competitividade. (HARVEY, 1989:152)

No que se refere ao mundo do trabalho, as novas tecnologias ocasionaram um retorno à superexploração em Nova Iorque e Los Angeles, do trabalho em casa e do “teletransporte”. Também cresceu o setor informal em todo o mundo capitalista avançado. (HARVEY, 1989:175)

“...Em condições de acumulação flexível, parece que sistemas de trabalho alternativos podem existir lado a lado no mesmo espaço, de uma maneira que permita que os empreendedores capitalistas escolham à vontade entre eles. O mesmo molde de camisa pode ser produzido por fábricas de larga escala na Índia, pelo sistema cooperativo da “Terceira Itália”, por exploradores em Nova Iorque e Londres ou por sistemas de trabalho familiar em Hong Kong” (HARVEY, 1989:175)

O resultado, deste processo nas relações de trabalho, é uma progressiva destruição do trabalho organizado e das conquistas coletivas.

Segundo HARVEY (1989:177), na discussão sobre a questão da flexibilidade, há três posições distintas.

Em um extremo ideológico Piore e Sabel, (1984 apud HARVEY, 1989:177), afirmam que as novas tecnologias são responsáveis por uma reconstituição das relações de trabalho e dos sistemas de produção em bases sociais, econômicas e geográficas inteiramente distintas. Os autores citados dão exemplo das cooperativas de trabalhadores da Terceira Itália, que se utilizam das novas tecnologias descentralizadas para integrarem-se às formas dominantes e repressivas da organização do trabalho, próprias do capital corporativo e multinacional, podendo até destruí-las. (HARVEY, 1989:177)

Em outro extremo está a segunda posição, que vê a idéia de flexibilidade como um termo que legitima um conjunto de práticas políticas contra os trabalhadores. Acreditam que a promoção desta idéia contribui para enfraquecer os movimentos da classe trabalhadora.

“... Polert, Gordon e Sayer alegam não haver nenhuma novidade na busca capitalista de maior flexibilidade ou vantagem geográfica, e que as provas substantivas de uma mudança radical na maneira de operação do capitalismo são fracas e insuficientes.” (HARVEY, 1989:178)

Segundo Harvey (1989:178), estes teóricos não têm fundamentação empírica ou materialista do capitalismo do final do século XX, pois não vêem transformações dentro do processo de produção capitalista.

A terceira posição, na qual Harvey identifica-se, defende a idéia de uma transição do fordismo para a acumulação flexível, e está situada entre as duas posições extremas abordadas.

Esta posição concorda que as novas estruturas flexíveis (tecnologia e formas organizacionais) não tornaram-se hegemônicas em todo o mundo, mas ressalta que o fordismo também não. Acredita-se que, atualmente, se tem uma combinação da produção fordista e dos processos flexíveis, com sistemas tradicionais, com uma produção “artesanal”, paternalista ou patriarcal, que significam formas de controle de trabalho diferentes. (HARVEY, 1989:179)

HARVEY (1989:178-179) concorda que não há nada de novo na flexibilidade e que, na verdade, este impulso não passa de mais um caminho periódico do capitalismo. Há perigo em descartar a força que o sistema fordista ainda mantém,

visando-se, apenas, as tendências de aumento da flexibilidade e da mobilidade geográfica. O autor afirma, ainda, que supervalorizar a flexibilidade no sentido estrito da técnica de produção e das relações de trabalho pode, realmente, acarretar sérias conseqüências ideológicas. Pode induzir os trabalhadores a acreditarem ser perfeitamente normal que os capitalistas generalizem as práticas de trabalho flexíveis, enfraquecendo, assim, a luta histórica trabalhista. No entanto, é preciso reconhecer as mudanças que ocorreram e que refletem diretamente nos trabalhadores.

A modificação do sistema de produção e apropriação da mais-valia – principalmente em relação às formas de subcontratação – modifica a natureza e a composição da classe trabalhadora global, bem como a sua formação de consciência e a organização como classe. (HARVEY, 1989:179)

1.1. A ATUAL EXCLUSÃO SOCIAL

A exclusão social inerente ao sistema capitalista foi atenuada, no decorrer da história da sociedade mundial, pela pressão do movimento operário que reivindicou diversas garantias sociais.

No entanto, todas estas lutas históricas parecem cair por terra, quando um mundo globalizado toma imensas proporções, impondo uma nova lógica, quebrando empresas, cortando empregos e acarretando grandes crises financeiras.

Segundo SINGER (1999:17-18), estamos vivenciando a Terceira Revolução Industrial que traz consigo, entre outros resultados, o acelerado aumento de produtividade nas indústrias e nos serviços, a substituição do trabalho humano pelo computador e o auto-serviço. Mas, um dos seus efeitos mais controversos é a hipótese de estar descentralizando o capital. Através do uso generalizado do computador, dá-se a possibilidade de uma maior flexibilidade das empresas, e os resultados estão na desintegração das empresas verticais, pela pressão do mercado, ocasionando a terceirização, ou nas empresas horizontais, pela pressão dos concorrentes, concedem autonomia às suas filiais formando as redes.

Essas empresas passam a desconectar-se do grande capital monopolista e vão sendo substituídas por pequenos empresários, trabalhadores autônomos, cooperativas de produção etc., transformando antigos empregos formais em atividades sem as garantias e sem os direitos historicamente conquistados. (SINGER, 1999:18)

A tendência atual é a dissolução das grandes equipes sustentadas pela empresa para uma contratação de pequenas equipes de serviços específicos quando se faz necessário. Elimina-se, dessa forma, o tempo ocioso das equipes do qual deveriam ser remuneradas, gerando uma maior liberdade para o antigo empregador e uma grande insegurança para o antigo empregado que perde a garantia de uma contínua e sistemática contratação de seu trabalho. Há, então, um grande acréscimo das ocupações informais através da subcontratação de trabalhadores, sob várias formas, predominando a precarização das relações de trabalho. (SINGER, 1999:25)

Segundo SINGER (1999:23), vivenciamos atualmente, com o advento da globalização, o que chama de desemprego estrutural que se assemelha ao desemprego tecnológico. Neste, as máquinas e os aparelhos substituem, com menores custos, a mão humana. Apesar de criarem novos postos de trabalho, os trabalhadores dispensados não são necessariamente absorvidos por eles e, sim, ocupados, principalmente, pelas mulheres. Os ex-operários habitam em áreas em declínio econômico e passam a sustentar sua família com o seguro-desemprego que é, na maioria das vezes, superior às ocupações que se oferecerem. SINGER (1999:23) coloca que:

“O Desemprego estrutural, causado pela globalização, é semelhante em seus efeitos ao desemprego tecnológico: ele não aumenta necessariamente o número total de pessoas sem trabalho, mas contribui para deteriorar o mercado de trabalho para quem precisa vender sua capacidade de trabalho. Neste sentido, a Terceira Revolução Industrial e a globalização se somam.” (SINGER, 1999:23)

Esta situação atinge os trabalhadores mais organizados, principalmente os trabalhadores industriais que mais lutaram por segurança e garantias no trabalho, tanto no Primeiro quanto no Terceiro Mundo; foram os que mais sofreram com o desemprego tecnológico e com o desemprego estrutural, onde os compradores da força de trabalho saem em vantagem. (SINGER, 1999:23)

GORZ (1991, apud SINGER, 1999:26) afirma que com a flexibilização externa procurou-se ajustar as flutuações de mercado ao número de trabalhadores

necessários. Só permanecem na empresa aqueles que, por suas atribuições, tornam-se indispensáveis ou insubstituíveis. Com isso, a empresa tem duas vantagens: não precisa mais produzir continuamente para remunerar os empregados e consegue desarticular e enfraquecer os sindicatos.

A insegurança gerada pela falta de garantias da continuidade do trabalho, por si só, desencoraja as lutas coletivas. Nesta situação, as maiores vantagens são dadas aos donos das grandes empresas, agora desverticalizadas, que se adaptam às oscilações de mercado pela dispensa ou transferência dos encargos sociais às unidades produtivas menores; como as facções e indústrias domésticas que se livram destes encargos pela informalidade do trabalho.

Com isso, vivencia-se em vários setores da economia brasileira, a precarização das condições e relações de trabalho, destruindo em uma década mais de um século de luta operária.

1.2. AS CONQUISTAS E O DECLÍNIO DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL – BREVE HISTÓRICO

Os combates da classe trabalhadora, no Brasil, foram fundamentais para o processo de civilização da sociedade brasileira. Através de inúmeras lutas reivindicando uma sociedade mais justa, os operários industriais e outros vários segmentos da classe trabalhadora conseguiram impor-se, apesar dos inúmeros limites colocados pelo Estado, garantindo leis e medidas de proteção ao trabalhador pelo menos até a década de 1990. Nesta década, acelera-se o processo de flexibilização das condições de trabalho, marcando o retrocesso e a precarização dos vínculos empregatícios.

No Brasil, as influências dos grupos operários na vida social não são tão intensas quanto na Europa Ocidental. Esta situação é verificada por vários fatores que interagiram em vários períodos da história do movimento operário brasileiro.

Os principais fatores levantados por RODRIGUES (1968:341) são: a fragilidade do sindicalismo brasileiro que exerceu pouca ou nenhuma pressão sobre o Estado e não configurou-se, dentro da empresa, como instrumento de defesa dos trabalhadores; a inexistência de partidos operários de massa que influenciassem nas decisões governamentais; e, finalmente, a influência exercida pelo populismo sobre os trabalhadores pois, através de lideranças paternalistas oriundas das camadas superiores, negavam o sistema social pregando a integração da

sociedade urbana e moderna. (RODRIGUES, 1968:341)

Como será melhor explicado em seguida, na República Velha as reivindicações trabalhistas, através das greves, eram constantes. Já no Estado Novo o movimento operário foi obscurecido. Nas décadas de 1940 e 1950, com a intensa industrialização, a organização sindical avançou. (REZENDE, 1994:63). Nos anos 60 e 70 a Ditadura Militar reprimiu violentamente os movimentos reivindicatórios. No final da década de 70 ressurgiram as grandes greves e no final dos anos 80 atingem seu ápice. Na década de 90, assiste-se a um profundo retrocesso das conquistas relativas à segurança no trabalho.

Então, a principal razão deste breve resgate da história do movimento operário brasileiro é para mostrar como que, em praticamente uma década, o Estado, que retorna à lógica liberal, desfez mais de um século de história de lutas e colocou na mais absoluta miséria milhões de trabalhadores destruindo, através de uma política que ignora a proteção do mercado interno e seus postos de trabalho. Além disso, buscou-se evidenciar quais são as alternativas de sobrevivência encontradas pelos mais recentes excluídos. O pior de tudo é que este processo de desemprego e precarização das condições e relações de trabalho está em andamento, tomando proporções cada vez mais assustadoras, destruindo os sonhos e as esperanças de milhões de brasileiros.

1.2.1. DO FINAL DO SÉCULO XIX À DÉCADA DE 1920

Ainda na Primeira República verificou-se as primeiras contestações de grupos sociais subalternos. No final do século XIX e início do XX, as greves já se constituíam na principal forma de reivindicação contra a exploração e o Estado respondia com a repressão. (REZENDE, 1994:10-11):

“...O Congresso Nacional estudava um projeto de lei – Adolfo Gordo – para expulsar do País os líderes operários estrangeiros mais combativos. Arquitetava-se a ideologia da questão social como questão de polícia e definia-se a luta contra a opressão como algo perigoso para a ordem social dominante...” (REZENDE, 1994:11)

O Partido Operário foi criado pelos socialistas em 1890, e em 1892 realizou-

se o I Congresso Operário Brasileiro que, além de pregar a revolução social, reivindicava questões como: eleição direta para todos os postos coletivos pelo sufrágio universal, determinação de um salário mínimo, jornada de trabalho de oito horas e proibição de trabalho para menores de doze anos. (REZENDE, 1994:09)

Em 1902 realizou-se outro Congresso Operário Brasileiro, proclamando a luta de classes e propondo a modificação da estrutura social brasileira. A base ideológica era preenchida pela maioria anarquista e pelos socialistas. Além do anarcossindicalismo e dos socialistas, o sindicalismo cristão também marcava presença, visando um maior controle dos operários pelos patrões para evitar formas combativas de organização. (REZENDE, 1994:10-13)

Em 1908 realizou-se a Confederação Operária Brasileira, contou com a participação de 50 associações operárias e tinha como objetivo organizar protestos contra a força repressiva policial, a expulsão de operários estrangeiros, a ameaça de guerras, além de prestar solidariedade às lutas estrangeiras e de apoiar o desarmamento. (REZENDE, 1994:12)

O Estado, atento às pressões crescentes, lança uma política de cooptação dos operários com o objetivo de dividir as lideranças e, com isso, enfraquecer o movimento. Realiza-se, então, em 1912 um congresso trabalhista para formar um partido político, com o patrocínio do Estado. (REZENDE, 1994:13)

Com o advento da Primeira Guerra Mundial, verificou-se um crescimento no setor econômico devido à dificuldade de importações. Paralelamente, o objetivo principal dos operários era a mobilização contra o militarismo, realizando, em meados de outubro de 1915, o Congresso Internacional da Paz. (REZENDE, 1994:15)

No período 1917-19 várias greves eclodiram nas principais cidades brasileiras. Em 1917, São Paulo paralisou as principais atividades econômicas devido à greve de operários de uma fábrica, que não tiveram sua reivindicação de ajuste salarial atendida, alastrando-se para, aproximadamente, 75 mil trabalhadores de outras fábricas e setores. (REZENDE, 1994:18)

Os industriais concederam, então, um aumento de 20% nos salários, jornada de oito horas, pagamento quinzenal, a promessa de não dispensar os grevistas, etc. O Comitê de Defesa Proletária aceitou a proposta e o governo, por sua vez, libertou os operários presos no choque com a polícia e melhorou os preços dos

alimentos. (REZENDE, 1994:18)

“... Apesar do acordo não ter sido cumprido plenamente pelos industriais, em dezembro de 1917 o Governo publicou o Decreto 1.596, que regulamentou pela primeira vez o trabalho feminino e infantil, ficando definitivamente proibida, por lei, a utilização de crianças e mulheres em serviços noturnos” (REZENDE, 1994:18)

Em 1920, realiza-se outro Congresso Operário Brasileiro, no Rio de Janeiro, que rejeita a proposta de aderir à Internacional Comunista. O movimento descende, devido à forte repressão policial e a ameaça de expulsão de operários estrangeiros que participassem das greves. (REZENDE, 1994:23)

Verificou-se, então, que, neste período, o país começava a industrializar-se e o proletariado adquiria uma consciência de classe que se evidenciou na criação do Partido Operário, nos congressos organizados pela confederação das associações operárias e nas greves por aumento de salário e melhores condições de trabalho. A revolução militar russa influenciava trabalhadores de todo o mundo, na medida que demonstrava o poder de união das massas operárias. O governo, por sua vez, reprimia as greves violentamente e tentava expulsar seus líderes estrangeiros. Neste período, aprovaram as leis permitindo a organização sindical, em 1903, e a de acidentes de trabalho, em 1919.

1.2.2. DA DÉCADA DE 1920 À REVOLUÇÃO DE 30

Nos congressos operários e sindicais, e nas greves da República Velha, os trabalhadores lutavam por direitos fundamentais como: melhoria salarial, redução da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho da mulher e do menor, férias, estabilidade, etc.. Entretanto, estas modificações, do ponto de vista das massas, seriam reflexos de uma mudança mais abrangente, ou seja, lutavam pela superação do capitalismo. Porém, ao apoiarem-se no anarquismo, não formaram um bloco hegemônico das classes subalternas e as lutas apresentavam-se de forma espontânea e isoladas umas das outras. (ANTUNES, 1982:63 - 64)

Por esses motivos, ANTUNES (1982:64) afirma que, apesar do relativo grau de mobilização operária, não se pode chamar o movimento operário da Primeira

República como revolucionário. O referido autor cita SILVA para alegar que tanto os anarquistas quanto os reformistas reivindicavam questões puramente econômicas. Ambos, segundo a autora citada, adotaram uma prática negadora da dimensão política e o resultado foi o isolamento da classe operária, acarretando uma participação pouco efetiva no Estado da Primeira República. (ANTUNES, 1982:64)

A orientação anarcossindicalista cedeu lugar à criação do PCB, em 1922, que lutava pelo controle do Estado. O Partido Comunista Brasileiro, apesar de não efetivar-se como uma alternativa ao poder, constituía-se num forte instrumento de apreensão para o Estado. Este, por sua vez, inicia um processo de cooptação dos operários, intensificado no início da década de 30. Trata com distinção os segmentos da classe trabalhadora pois, estabelece uma relação integrada e conciliadora com os operários ligados à exportação do café (ferroviários e portuários) e uma relação repressiva àqueles ligados à burguesia industrial. (ANTUNES, 1982:64-66)

“... A garantia do pacto de dominação por parte do Estado oligárquico deu-se através de um liberalismo excludente que aglutinava os setores burgueses exportadores - ...- e as oligarquias não-exportadoras e excluía, além dos setores subalternos, os interesses ligados à burguesia industrial emergente” (ANTUNES, 1982:66)

O PCB fazia pressão e esta ordem começa a degenerar-se nos anos 20. Os fatores que provocaram a ruptura do Estado liberal excludente, foram: a eclosão dos movimentos tenentistas, o fracionamento entre setores burgueses exportadores e não exportadores, a dependência externa, a Crise de 29 e a disputa interimperialista. (ANTUNES, 1982:66)

Neste período, as lutas operárias não organizaram-se em prol de um objetivo comum, as reivindicações são puramente econômicas e negam a dimensão política. Em relação às conquistas dos trabalhadores do final da I Guerra até 1930, pode-se citar apenas alguns avanços como a instituição de caixas de aposentadoria e pensões para ferroviários de 1923, a lei de direito a férias de 1925, regulação sobre o trabalho dos menores em 1927 e a criação do Ministério do Trabalho de

1930. (VIANNA, 1974:42)

1.2.3. DA REVOLUÇÃO DE 30 AO GOLPE DE 37

A Revolução de 30 marca o início do processo de modernização, estimulando a criação de indústrias. Na verdade, segundo ANTUNES (1982:66), foi um rearranjo do bloco do poder em que a participação das classes subalternas foi inexistente. O que ocorreu foi a desagregação de uma das frações da classe dominante que se juntou à classe média, ou seja, contou com a participação de duas classes: a tradicional, que exercia o domínio do país, e a nova que passa a organizar-se e é representada pelo tenentismo. (ANTUNES, 1982:66)

Forma-se um novo bloco de poder, exigindo do Estado medidas de modernização de outros setores agrários, além do setor cafeeiro, e o fortalecimento do mercado interno. A burguesia industrial, apesar de não ter tido uma participação direta, tornou-se a maior beneficiária da reestruturação da economia. (ANTUNES, 1982:67)

O governo pós - 30, com seu caráter centralizador e intervencionista, disciplina a força de trabalho industrial, expressando a natureza modernizadora e corporativa do Estado de Vargas. Como consequência, verifica-se, no Brasil, um crescimento do aparelho estatal que se baseou na burocracia, com várias instituições voltadas para o fomento de diversas atividades econômicas, ou seja, o Estado de Getúlio Vargas assume o papel de agente no processo de acumulação. (ANTUNES, 1982:70)

À semelhança do Estado republicano, no Estado varguista não existiu uma ruptura revolucionária, porque se excluía a participação das classes subalternas. A disputa pelo poder do Estado oscilava entre os interesses agrários e os interesses industriais. (ANTUNES, 1982:71)

Ao contrário dos países do capitalismo tardio, como a Itália e a Alemanha, nos países de origem colonial é marcante a exclusão das classes subalternas nas decisões do Estado. Apesar da pressão, a participação dessas classes no Brasil estava longe de apresentar-se da forma sob a qual se verificava na Itália. Outro fator característico é a subordinação ao capitalismo monopolista, impossibilitando a expansão para um capitalismo monopolista autônomo. (ANTUNES, 1982:71-72)

A Revolução de 30 representou o fim do ciclo agrário-exportador e marcou o

início da acumulação capitalista industrial no Brasil. A transição deu-se de forma conciliadora, unindo os interesses agrários aos urbanos e industriais. (ANTUNES, 1982:72)

Segundo ANTUNES (1982:72-73), ao contrário do que muitos autores afirmam, a falta de atuação das classes trabalhadoras brasileiras, no imediato pós-30, deu-se pela capacidade do Estado varguista em reprimi-las e controlá-las, e não por possuírem origem no meio rural.

A atenção à classe trabalhadora foi bastante significativa, tanto por questões políticas quanto econômicas, pois formava-se um parque industrial que exigia a regulamentação do mundo do trabalho. Eclodiram vários movimentos grevistas que encontravam uma situação favorável, graças à promessa de resolver a questão social trazida pela Revolução de 30. (ANTUNES, 1982:73 e 121)

O lado repressivo do Estado varguista exprimia-se no plano de política sindical coibidora, controladora e desmobilizadora, sujeitando a classe operária ao domínio do capital, destruindo as organizações coletivas independentes e utilizando, também, a repressão militar. Já, o plano da legislação visava a constituição dos direitos fundamentais do trabalho, colocando a necessidade de atender tais direitos e transformando a legislação trabalhista. Esses direitos eram: a regulamentação da jornada de trabalho, férias, estabilidade, indenização, aviso prévio, aposentadoria, regulamentação do trabalho de mulheres e menores. (ANTUNES, 1982: 73-74 e 121) O Decreto-Lei nº 21.417-A, de 17 de maio de 1932, apresenta um quadro de atividades vedadas às mulheres. (SAAD, 1974:354)

Getúlio Vargas vinculava a regulamentação do trabalho às necessidades da economia, afirmando que o trabalhador, vivendo com um salário digno, poderia aumentar seu padrão de vida, consumindo produtos fabricados no Brasil o que, por sua vez, aqueceria o mercado interno. O papel dos sindicatos deveria ser o de conciliador dos interesses das classes operária e patronal. (ANTUNES, 1982:75)

Em 1931, com o Decreto 19.770, fundam-se as bases para a formação do sindicalismo brasileiro. Segundo tal Decreto, os sindicatos deveriam subordinar-se ao Estado e não poderiam tomar nenhuma decisão sem aprovação do Ministério do Trabalho que controlava, inclusive, a situação financeira dos sindicatos. Restringia, também, a participação dos estrangeiros como membros e a associação aos sindicatos internacionais, proibindo, também, as propagandas ideológicas de

caráter social, político ou religioso. (DECRETO 19.770 in: ANTUNES, 1982:76-77)

A resistência dos operários ao Decreto 19.770 expressou-se no baixo número de sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Até outubro de 1934, apenas 288 sindicatos foram fundados, acatando ao Decreto. Nas áreas mais industrializadas do país, o número de sindicatos formalizados era mais baixo do que o das áreas menos industrializadas. ANTUNES (1982:84), defende a tese de que o “sindicalismo de Estado” iniciou nos estados de industrialização mais baixa, onde a consciência e a combatividade dos operários era menos avançada. (ANTUNES, 1982:84)

Com o Decreto 24.694 de 1934, afrouxava-se a pressão operária, dando autonomia aos sindicatos, porém, estes, ainda tinham a obrigação de colaborar com o Estado. Em 1935, a Lei de Segurança Nacional dissolvia a Confederação Unitária Sindical e limitava o direito de greve às questões relativas às condições de trabalho. (ANTUNES, 1982:84-85)

Segundo ANTUNES (1982:130), pode-se dizer que as greves do período 1930-35, no Brasil, foram econômicas, pois reivindicavam, principalmente, aumentos salariais. Tais reivindicações, também, giravam em torno da legislação trabalhista com o objetivo de proteção ao trabalho.

A maioria das greves eram de operários fabris mas, em alguns momentos como em 1932, atingiu também outras categorias. No entanto, a falta de uma organização geral impediu que o movimento ganhasse maiores dimensões, refletindo a fragilidade das entidades sindicais. (ANTUNES, 1982:130)

Vargas deu o golpe em 1937, contando com o apoio dos militares. A Constituição promulgada foi inspirada no fascismo de Mussolini. Seu objetivo principal era controlar a classe operária e incentivar o processo de acumulação de capital. Os sindicatos, por sua vez, transformavam-se cada vez mais em órgãos de cooperação do Estado, tornando-se apenas assistencialistas. (REZENDE, 1994:41)

1.2.4. DE 1940 AO RETORNO DE VARGAS

Em 1940, instituiu-se o salário mínimo e, em 1942, o imposto sindical mas, a repressão aos movimentos operários continuava violenta. (REZENDE, 1994:41)

Com a Segunda Guerra Mundial, a situação tornou-se um pouco mais amena, porque a vitória das forças democráticas inibia a continuação da ditadura do Estado

Novo. A pressão sobre o governo aumenta e, em 1945, criam o Movimento Unitário dos Trabalhadores, dirigido pelo PCB, que lutava pela volta da democracia no país. (REZENDE, 1994:42)

A partir de 1945, com a queda de Getúlio Vargas, os sindicatos começam a adquirir uma relativa independência com a supressão do atestado de ideologia mesmo continuando atrelados ao Estado, no entanto, conquistaram o direito de greve. Os sindicatos pouco lutavam para desatrelarem-se da estrutura criada pelo Estado Novo, pois queriam a liberdade de ação sem perder a proteção governamental, ou seja, o imposto sindical instituído em 1942. (RODRIGUES, 1968:348-349)

O Presidente Dutra, apesar do liberalismo da Constituição de 1946, reprime as greves e desorganiza as classes trabalhadoras, receando a rearticulação do movimento operário e o crescimento do PCB. Em 1947 proíbe-se a União da Juventude Comunista, a Confederação Geral dos Trabalhadores, o PCB é considerado ilegal e o governo rompe com a União Soviética, entre outras medidas. (REZENDE, 1994:48)

Vargas retorna ao governo com mais de 48% dos votos, sustentando uma política nacionalista, incrementando as indústrias de base e aumentando o controle do Estado sobre a economia, mas não rompe com o capitalismo internacional. E, para obter o apoio das massas trabalhadoras, aumenta o salário mínimo em 100%. (REZENDE, 1994:49)

O processo de industrialização acelera-se e, na década de 50, muitos trabalhadores migraram do meio rural para as grandes cidades em busca de melhores condições de vida, de melhores salários e de melhores oportunidades profissionais. Segundo RODRIGUES (1968:351), o trabalho assalariado era a motivação desses novos operários e o que poderia mobilizar as reivindicações de classe. Vários fatores, porém, agiram conjuntamente para limitar a ação sindical como: Os salários para os trabalhadores qualificados subiam sem haver necessidade de pressão sindical e o Estado adiantava-se aos sindicatos, concedendo aumentos sindicais. (RODRIGUES, 1968:352)

Em agosto de 1954 Vargas, sob pressão de oficiais da Aeronáutica pelo seu afastamento, suicida-se sendo sucedido pelo vice Café Filho. Inicia-se, então, uma série de medidas que prejudicaram a classe trabalhadora como: o

congelamento de salários, a abertura do mercado brasileiro ao capital estrangeiro e o controle sindical limitando a ação do movimento operário. As greves desencadeadas não foram suficientes para acabar com tal dominação. (REZENDE, 1994:54-55)

De 1930 até 1954 os avanços relativos ao trabalho foram: a lei sobre Convenções Coletivas, criação das Juntas de Conciliação e Julgamento, ambas de 1932, criação do primeiro grande instituto de seguro social de 1934, lei de indenização por despedida injusta de 1935, criação de Comissões de Salário Mínimo de 1940, aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 e reconhecimento na Constituição do direito de greve de 1946. (VIANNA, 1974:42)

1.2.5. DE JUSCELINO AO GOLPE DE 64

Em 1956, apoiados pelo PCB, Juscelino Kubitschek e João Goulart ganham as eleições. Com a política desenvolvimentista, abrindo a economia ao capital estrangeiro, gera-se mais empregos na indústria de base e aumenta-se a participação do Estado na economia. (REZENDE, 1994:57)

Os salários aumentam, mas a inflação os corrói; em consequência, mais greves explodem entre 1956 e 1960. O movimento sindical reformula-se e, em 1958, realiza-se a I Conferência Nacional dos Sindicatos. Em São Paulo as greves ultrapassavam os 400.000 trabalhadores. (REZENDE, 1994:57)

Em 1959, Jânio Quadros sucedeu Juscelino Kubitschek e, em 1960, o PCB realizou o V Congresso do Partido Comunista que continuou com a lógica de apoio ao desenvolvimento do capitalismo, para a sua posterior substituição pelo socialismo. (REZENDE, 1994:60)

Em 1961 Jânio Quadros renunciou e os militares não queriam que o vice João Goulart assumisse. Novas greves estouraram, protestando em defesa da posse de Goulart. O parlamentarismo surge com alternativa de conciliação e, em 7 de setembro deste ano, João Goulart assume a presidência do país. (REZENDE, 1994:60)

Os anos que se seguiram foram de grande esperança, tanto para a direita que sonhava com o golpe, quanto para a esquerda que vislumbrava chegar ao poder através do crescente movimento popular na cidade e no campo. Surgem várias organizações de esquerda, como o PC do B em 1962. (REZENDE, 1994:61)

Goulart sofria pressões dos movimentos operários, para acalmar os ânimos concedeu o 13º salário em 1962 e o aumento de 75% no salário mínimo. O Comando Geral de Greve transforma-se em Comando Geral dos Trabalhadores que apoiou o Presidente no plebiscito de 1963, do qual saiu vitorioso. (REZENDE, 1994:64)

Neste último ano de governo, o clima era de grande inquietação, o Congresso Nacional dividiu-se, os operários faziam greves e a direita planejava tomar o poder. (REZENDE, 1994:64)

Em 1964, preparava-se o golpe onde a direita sairia vitoriosa, esmagando os movimentos operários e desarticulando, à base da força militar, a organização operária.

No período que vai de 1955 a 1964, as conquistas trabalhistas foram as seguintes: instituição do décimo terceiro salário em 1962 e do salário família para o trabalhador em 1963, aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 e aprovação da Lei de Greve em 1964. (VIANNA, 1974:42)

1.2.6. DO GOLPE DE 64 AO DECLÍNIO DO MILAGRE ECONÔMICO

Em 1964, militares, empresários, amplos setores da classe média e parlamentares ligados à Ação Democrática Parlamentar, executaram um golpe que já vinha sendo preparado há muito tempo. (REZENDE, 1994:65)

A classe dominante tinha grande receio do crescente espaço que o movimento operário tinha adquirido com o populismo, pois, apesar dos limites, os operários tinham conseguido organizar-se formando o Comando Geral dos Trabalhadores e o Pacto de Unidade e Ação. O golpe de 64 atinge diretamente a organização num claro intuito de desarticular, politicamente, a classe operária. (REZENDE, 1994:66)

“...O importante para o modelo de dominação pós-64 era despolitizar a sociedade, tomar os sindicatos órgãos assistencialistas e burocráticos, evitar greves, bem como a formação de centrais sindicais e a atuação de lideranças combativas. ...”. (REZENDE, 1994:66)

Apesar de tudo, as esquerdas miravam-se no exemplo de Cuba, de Guevara e de Fidel Castro, na China de Mao-Tsé e no socialismo que se expandia, para não

perderem as esperanças de transformar a sociedade, ou seja, de fazer a Revolução. Todavia, não podiam contar com a pressão popular e acreditavam que o caminho mais eficaz fosse o enfrentamento direto. (REZENDE, 1994:68 - 69)

No período 1964-68, articulavam-se vários movimentos contra a repressão imposta pelo governo federal, acreditando na possibilidade da formação da nova sociedade. Entre os movimentos anti-repressão estavam: a Ala Vermelha do PC do B, a Dissidência Comunista Guanabara (futuro MR – 8), o Partido Comunista Revolucionário, o Movimento Estudantil 1º de Maio, a Colina e a Ação Libertadora Nacional. Estes movimentos pregavam que a Revolução deveria partir do proletariado, apoiados na luta armada e baseados na concepção marxista-lenista. (REZENDE, 1968:73 -74)

O ano de 1968 foi de crise para a ditadura, a sucessão de Castelo Branco por Costa e Silva deixou vários políticos insatisfeitos. A exigência de redemocratização não sustentou-se. Havia protestos em vários setores políticos como: os estudantes, alguns setores da classe média e dos próprios conservadores, exigindo o fechamento do Congresso Nacional. Em consequência, no final de 1968, o AI – 5 entra em cena, reforçando o Executivo e aumentando ainda mais a repressão para eliminar a subversão. (REZENDE, 1994:75)

As greves de Contagem e Osasco, cidades com grande concentração industrial, foram especialmente significativas na luta contra o controle sindical, pois, mesmo na conjuntura de forte repressão, reivindicavam a estrutura sindical oficial e aumento salarial.

A Greve de Contagem iniciou-se em 16 de abril de 1968, surpreendendo a todos. Os operários estavam insatisfeitos com a estrutura sindical e com o arrocho salarial. Como não conseguia-se chegar a um acordo nas negociações, a Delegacia Regional do Trabalho entra em cena e pressiona para acabar com a Greve. (REZENDE, 1994:77)

No entanto, o movimento expande-se da trefilaria Belgo – Mineira para os trabalhadores da Sociedade Brasileira de Eletricidade. Diante disso, o governo utiliza tudo o que pode para convencer e reprimir. Mas, novamente a greve encontra novos adeptos com os operários da indústria Mansman, e formam uma comissão de greve e piquetes. A greve amplia-se ainda mais com a adesão de mais trabalhadores de outras empresas. (REZENDE, 1994:77)

O governo reforça a repressão policial e as empresas passam a demitir, e, assim, o movimento não resiste e declina. Os grevistas conseguem apenas aumento salarial. (REZENDE, 1994:78)

Em Osasco a greve de julho de 1968 contou com uma organização anterior, questionava a estrutura sindical oficial, forçando uma participação política dos operários, ressaltava a democratização e o rompimento com a tradição burocrática. O movimento assustou o governo federal e foi forte e rapidamente reprimido para evitar maiores repercussões. Depois disso, seguiu-se um longo período de silêncio para o movimento operário. (REZENDE, 1994:78 -79)

As esquerdas, através da guerrilha, tentavam conquistar seu espaço político que foi combatido com a multiplicação dos instrumentos de repressão. A classe média era seduzida pela política desenvolvimentista do governo que se utilizava da propaganda fundamentada na ideologia de segurança nacional. (REZENDE, 1994:80 - 81)

A indústria crescia e diversificava-se, os sindicatos eram assistencialistas e, somente em 1977, com o declínio do milagre econômico, os operários começam a reconstruir seu movimento e a lutar contra a ordem opressiva vigente. (REZENDE, 1968:81)

Segundo RODRIGUES (1991:13), no fim da década de 60, somente duas categorias políticas apareciam no cenário nacional: os militares e o movimento estudantil.

A década de 60 foi marcada pela forte repressão militar que consegue enfraquecer os movimentos reivindicatórios. As greves de Contagem e Osasco, em 1968, lutavam contra o controle sindical e o arrocho salarial. No entanto, conseguem expandir-se e sustentar-se por algum tempo, apesar da repressão, mas sucumbem com o reforço militar do governo e com as demissões. Os operários conseguem apenas o aumento salarial. Paralelo à forte repressão, o governo consegue alienar grande parte da classe média, desarticulando qualquer possibilidade de conscientização para a transformação da sociedade, como se via nos exemplos de Cuba e da China.

No período que vai de 1964 ao final da década de 70, os direitos trabalhistas conquistados foram: a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, em 1966, e do Programa de Integração Social do Trabalhador, em 1970. Mas o

trabalhador perde com a proibição das greves nos serviços públicos e nas atividades essenciais, em 1969. (VIANNA, 1974:42)

1.2.7. DA ABERTURA POLÍTICA AO FINAL DOS ANOS 80

A abertura política do final dos anos 70, enseja a ação de novas lideranças atreladas ou não à estrutura oficial. O marco foi a realização do V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais, em julho de 1978, que chegou a uma Carta de Princípios, pedindo a redemocratização e a liberdade sindical do país, através de medidas como: eleição direta para presidente, governadores e senadores; convocação de uma assembléia nacional constituinte; revogação das leis de exceção; direito de greve sem restrições, livre negociação com os empregadores; substituição do contrato individual pelo contrato coletivo; liberdade de filiação a organismos sindicais internacionais; etc. (RODRIGUES, 1991:13)

Alguns setores mais progressistas da Igreja passam a fazer oposição à ditadura militar e ao sistema capitalista, levando muitos grupos de trabalhadores comunitários a atuarem nos sindicatos, colocando novas reivindicações como: democracia de base, autonomia sindical, organização a partir do local de trabalho e dos bairros, comissões de fábrica, etc. Paralelamente, rearticulavam-se outras correntes sindicais de oposição. (RODRIGUES, 1991:17 - 24)

Além disso, novas categorias, que entraram em declínio social, como os profissionais liberais, professores e funcionários públicos, inseriram-se no movimento, mostrando-se mais radicais do que muitos movimentos de trabalhadores industriais. Porém, com as inúmeras diferenças entre esses segmentos sociais, ficou muito mais difícil organizá-los em uma única grande entidade. (RODRIGUES, 1991:41)

Diante da estabilidade da ditadura militar (1968 – 1978), os sindicatos do país eram, na verdade, sindicatos do governo. Já, na década de 80, o funcionamento e o papel do sindicalismo modificou-se bastante, com uma crescente liberdade sobre sua vida interna. Os marcos importantes para esta conquista foram: 1º - O ressurgimento das grandes greves entre 1978 – 1980; 2º - A criação da CUT em 1983; 3º - A política liberalizante do governo civil de José Sarney em 1985. (BOITO JÚNIOR, 1991:47)

Ao longo da década de 80, verificou-se a estagnação do crescimento econômico, a instabilidade das políticas econômicas e das regras de reajuste

salarial e a tentativa de controle da inflação que levaram à queda do poder aquisitivo dos salários. Mas, foi a década em que os trabalhadores tiveram maior expressividade, utilizando-se dos movimentos grevistas como o seu principal instrumento de luta. (NORONHA, 1991:124)

1.2.8. DÉCADA DE 90 — O NEOLIBERALISMO, O DESEMPREGO E A PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL.

Os anos 80 foram marcados por uma grande crise inflacionária e da dívida externa agravada; nos anos 90, pela abertura do mercado brasileiro às importações e a globalização financeira. Na década de 80, apesar do aumento do desemprego urbano em relação às décadas anteriores, bem como a degeneração das condições de trabalho e ampliação da informalidade, as estruturas industriais e produtivas foram preservadas, ou seja, o desemprego e a precarização verificados respondiam às oscilações do ciclo econômico, tanto que no final da década eram relativamente pouco acentuados. (MATTOSO, 1999:11)

O mesmo não aconteceu na década seguinte, FHC – Fernando Henrique Cardoso – desmontou as estruturas sem substituí-las, em consequência assiste-se a um avanço do desemprego em proporções inéditas na história brasileira. (MATTOSO, 1999:13)

Ao longo dos anos 90, especialmente a partir do primeiro mandato de FHC (1995 – 1998), verifica-se uma conjuntura de desemprego e de precarização das condições e relações de trabalho, atingindo diversos setores econômicos e regiões, com maior ou menor intensidade, abrangendo um número crescente de trabalhadores. (MATTOSO, 1999:09)

Para entender como a atual política empreendida por Fernando Henrique Cardoso atingirá em cheio os trabalhadores e a organização de classe, faz-se necessário uma breve conceituação da atroz política que lança à penúria milhões de trabalhadores brasileiros que sucumbem sem voz, forçando à renúncia dos direitos trabalhistas conquistados durante um século de lutas, relatadas anteriormente.

1.3. A POLÍTICA NEOLIBERAL – UMA BREVE CONCEITUAÇÃO.

A política econômica que se vivencia no Brasil, o chamado neoliberalismo, foi inspirado na doutrina de Adam Smith, elaborada no século XVIII na Inglaterra, que buscava acabar com as restrições feudais ao comércio e à produção. Apesar de ser uma ideologia de países líderes, pois baseava-se na exploração de colônias e semi-colônias, ocupou um papel revolucionário na medida em que reforçava o desmantelamento da antiga ordem feudal. A grande diferença entre o liberalismo do século XVIII e o atual, é que o primeiro lutava contra as restrições pré-capitalistas e o segundo contra as influências sindicais ou do Estado do bem-estar social. (PETRAS, 1997:15-16). Ou seja, o atual neoliberalismo prega o fim da regulação estatal sobre os mercados, privilegiando os interesses particulares, individuais, para o desenvolvimento constante da economia.

Países de industrialização tardia como Alemanha, Japão e Estados Unidos, não aderem à política liberal adotada pela Inglaterra, voltando-se para o seu mercado interno, implantando políticas populistas e de proteção às indústrias locais, estimulando e expandindo o trabalho assalariado. Já, no século XX, com o colapso do liberalismo da década de 30 e depois na crise do petróleo de 70, países da América Latina optam pela industrialização nacional-populista. (PETRAS, 1997:17)

Estas políticas serão prejudicadas e as indústrias estatais, destes países, desmontadas ao serem submetidas, a partir da década de 80, à política econômica norte americana de mercado livres, desarticulando o poder estatal com medidas para reafirmar sua hegemonia.

Os Estados Unidos tiveram, portanto, um importante papel nesta história onde o final feliz fica cada vez mais distante da população trabalhadora. Convém, então, discorrer brevemente sobre algumas medidas que objetivavam assegurar o domínio à exploração da América Latina.

A partir da crise de 70, a política norte-americana traça planos que têm, como conseqüências, profundos desajustes no funcionamento e hierarquia das relações internacionais a partir da década de 80, visando reafirmar sua hegemonia principalmente na diplomacia do dólar e no plano estratégico-militar. (TAVARES, 1993:01)

Com a política econômica dos mercados livres, os Estados Unidos buscaram

desarticular a regulamentação estatal nos países latino-americanos, através da privatização de empresas públicas e da queda nos custos de mão-de-obra, ocupando o espaço das indústrias locais e transferindo os lucros para o seu centro. Apoiados pela estratégia militar e pela promoção de regimes eleitorais em países latinos americanos, que legitimam sistemas exploradores autoritários, buscam garantir o controle contra as manifestações populares. (PETRAS, 1997:27-29)

Assim, a partir da década de 80, não só no Brasil, mas na América Latina, inicia-se a busca pelo dinamismo de mercado inserido na lógica do capitalismo globalizado, base das idéias neoliberais, que pela desregulamentação do mercado transfere para as empresas privadas o domínio do mercado interno e externo deixando, então, de ser controlado pelo Estado.

As conseqüências disso, entre outras, são que os EUA conseguem desarticular a organização de classe, alienando a população e formando, assim, uma cultura de irreflexão em relação à sua situação política.

O neoliberalismo, portanto, prega o fim do controle do Estado em relação aos salários e ao capital. Ao estar a favor da auto-regulamentação do mercado, propõe a mudança do mercado doméstico para o externo, forçando os trabalhadores assalariados a converterem-se em trabalhadores informais. Enfim, enquanto o liberalismo aceitou a legislação trabalhista, pressionado pelas massas populares, o neoliberalismo retrocede à época em que inexistia a organização de classe, desfazendo a “complexa sociedade urbano-industrial, suas regras sociais, os mercados domésticos e os circuitos financeiros.” (PETRAS, 1997:17)

Destruindo gradativamente os setores econômicos e as regiões que fazem parte da rede de suas relações, a política neoliberal traz graves conseqüências aos operários e às indústrias que se articulavam no mercado nacional. (PETRAS, 1997:17)

1.3.1. O NEOLIBERALISMO NO CONTEXTO BRASILEIRO – ASCENSÃO E METAS DE FHC

Às vésperas das eleições presidenciais de 1994 Fernando Henrique Cardoso, que ocupava a vaga de ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, juntamente com outros economistas, passa a elaborar um plano que contivesse rapidamente e a curto prazo a hiperinflação que vinha apresentando-se no país,

pois, com isso, haveria grandes possibilidades de eleger-se presidente da República. (ALMEIDA, 1977:55)

Com apoio dos meios de comunicação, os grandes aliados do desmonte do patrimônio público que iria seguir-se, e das forças mais conservadoras e reacionárias da burguesia brasileira, FHC elegeu-se em 1995 contando com vultuosas doações, inclusive de bancos e empresas que totalizaram R\$33.623.268,25; enquanto o seu principal oponentes, Lula, recebeu doações de apenas R\$4,2 milhões, principalmente de pessoas físicas. (ALMEIDA, 1997:56)

Isso mostra o nível de comprometimento de FHC para com esses “doadores”, cuja gratidão será demonstrada no decorrer do seu mandato e agravar-se-á com a sua reeleição, através de uma generosa política de investimentos para tal elite. Inicia-se, ou tem-se a continuidade do governo Collor, o retrocesso da legislação trabalhista conquistado em um século de lutas sociais.

As principais metas de FHC coincidiram com o programa de “ajuste estrutural” realizado em outros países da América Latina como: cortes drásticos no orçamento e reforma fiscal, liberalização do comércio e dos investimentos externos, desregulamentação do setor público e criação de fundos “sociais de emergência”, privatização dos ativos mais fáceis como hotéis, companhias de aviação e algumas indústrias. (TAVARES, sem data:01)

Paralelo ao desmonte do setor público, no primeiro ano do governo FHC, lança-se um plano de estabilização com reforma monetária. Para diminuir a inflação, manteve uma taxa cambial sobrevalorizada, abriu o comércio desequilibrando a balança comercial e elevou as taxas de juros restringindo o crédito interno. Com isso, as empresas brasileiras ficaram em desvantagem na concorrência externa, diminuindo, então, a atividade produtiva e os postos de trabalho. (TAVARES, 1996:01)

Enquanto o Brasil abre suas portas à entrada do capital externo, desmantelando a indústria nacional, lançando centenas de empresários à falência e milhões de trabalhadores à miséria, os EUA e a União Européia elevam as taxas sobre a entrada dos produtos provenientes da periferia capitalista, visando a proteção do mercado interno e, assim, dos seus trabalhadores.

No entanto, o papel da sociedade civil em todo este contexto foi de um grande alheamento ao “...mais amplo pacto político conservador da nossa História

republicana...” (TAVARES, 1996:03). Paralelamente, os sindicatos enfraqueceram-se pelas pressões e, para obscurecer a percepção da sociedade, os meios de comunicação escondem ou distorcem a verdadeira causa do agravamento das condições sociais da classe média e dos trabalhadores. (TAVARES, 1996:03)

Aliado a isso, destaca-se a intensa influência dos meios de comunicações sobre a grande maioria da população, estimulando o alheamento, convencendo-a através de falácias sobre os benefícios e seriedade das políticas empreendidas, distorcendo seus verdadeiros significados.

A seguir, selecionou-se alguns conceitos colocados, freqüentemente de forma complexa e incoerente, nos meios de comunicação de massa, o que explica a falta de percepção da população na relação entre a terrível política em andamento e a diminuição sistemática de investimentos em necessidades sociais.

Os neoliberais entendem por “reforma estrutural” a transferência da propriedade pública para empresas privadas, por “reforma econômica” o fornecimento de incentivos aos investidores privados; ou seja, o estímulo aos exportadores em detrimento, ou redução, do bem-estar social e, por “ajuste” a manutenção, através de subsídios para elite exportadora, dos que estão no topo da pirâmide da estrutura de classe, transferindo verbas para o melhoramento das necessidades básicas dos mais pobres. (PETRAS, 1997:21)

Enfim, enquanto o governo distrai a população das verdadeiras conseqüências das políticas empreendidas, evidencia-se o desemprego crescente, a restrição aos produtos nacionais, o desmonte progressivo do parque industrial brasileiro, a priorização de investimentos no mercado em detrimento de investimentos dos serviços básicos para a população, como cortes em educação e saúde.

1.3.2. DESEMPREGO NO BRASIL

O fato de vivenciarmos, principalmente a partir de 1990, uma abertura comercial indiscriminada, com a eliminação de barreiras não-tarifárias, abolição das restrições à importação de determinados bens e rápida redução de tarifas, chegou-se ao chamado desemprego estrutural, em que se verifica um aumento do desemprego aberto e a crescente precariedade das relações de trabalho com conseqüências da reforma administrativa do Estado e da desregulação do mercado

de trabalho. (MATTOSO, 1999:26) e (TAVARES, 1996c:01)

Com o Plano Real, a partir de 1994, houve vultuosos números de demissões tanto no setor público quanto no privado. Alegou-se que, com a redução dos custos de mão-de-obra, a liberalização do mercado de trabalho e o enfraquecimento da capacidade de atuação das organizações sindicais, ter-se-ia menores níveis de salários, de contribuições sociais e liberdade de contratação, levando-se ao aumento do emprego. (TAVARES, 1996c:01)

A relação entre a política macroeconômica adotada e o aumento do desemprego está na abertura descontrolada, juros altos e câmbio sobrevalorizado repercutindo diretamente na dinâmica do sistema produtivo. (TAVARES, 1996c:01)

“Na verdade, a política econômica gerou uma extraordinária armadilha para o crescimento e a produção nacional. Esta não pôde minimamente crescer, pois quando o fazia ampliava ainda mais os cada vez menores déficits comercial e do saldo em transações correntes...” (MATTOSO, 1999:26)

Em 1998, teve-se uma crise financeira mundial e uma retração da entrada de recursos no país mas, mesmo assim, o governo manteve as mesmas políticas para assegurar a vitória nas eleições. O desempenho produtivo declinou, resultando em uma queda de 0,12% no PIB, atrás somente da recessão de 1992, do governo Collor. (MATTOSO, 1999:29).

As conseqüências da década de menor crescimento do século foram sentidas diretamente no mercado de trabalho, segundo MATTOSO (1999:29):

“Com um quadro de crescimento tão medíocre e não sustentado em taxas de investimento adequadas, a economia não pode gerar empregos em quantidade e qualidade suficientes para assegurar a incorporação anual de 1,5 milhão a 1,8 milhão de novos ingressantes no mercado de trabalho, e ampliaram-se sobremaneira as taxas de desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho...” (MATTOSO, 1999:29)

Como conseqüência da política, as empresas nacionais, que não tiveram

mais condições de concorrer com a entrada dos produtos importados, tomaram as seguintes medidas: intensificaram a terceirização, fecharam unidades, racionalizaram a produção, importaram máquinas e equipamentos, buscaram parcerias, fusões ou transferência de controle acionário e reduziram custos, principalmente da mão-de-obra. (MATTOSO, 1999:30)

No entanto, vários mitos sobre o desemprego são pregados para que não se veja com clareza o buraco negro para onde estão levando o povo brasileiro, alegando-se, principalmente, que o desemprego é causado pela modernização tecnológica e o elevado custo de mão-de-obra no Brasil. Estas questões merecem esclarecimentos.

Em relação à modernização tecnológica, TAVARES (1996b:01) afirma que apesar da introdução de novos equipamentos e métodos de produção, diminuir o coeficiente de empregos por unidade aumenta a produtividade do trabalho que, com investimentos, sustentaria o crescimento econômico e a competitividade da produção nacional. Este fato não ocorre no Brasil mas, ao contrário, tem-se uma abertura repentina e desordenada da economia, com uma política de sobrevalorização cambial, somada à restrição de créditos e à elevação das taxas de juros, gerando um processo de substituição da produção nacional pela importada, levando à desestruturação de amplos setores do sistema produtivo nacional. (TAVARES, 1996b:01)

Estas políticas, na verdade, têm um impacto muito maior sobre a classe trabalhadora do que o argumento em relação à modernização tecnológica. Outro esclarecimento que se deve discorrer é em relação ao custo de mão-de-obra.

No Brasil computa-se um dos mais baixos índices de custo por hora trabalhada, estando na faixa de US\$2,50, enquanto países como EUA e Japão chegam a US\$16,00. Além disso, o grau de informalidade do emprego atinge 1/3 da mão-de-obra empregada. Então, a flexibilização ainda maior do mercado de trabalho brasileiro, serviria para aumentar ainda mais a exploração da força de trabalho e debilitar a capacidade de negociação das organizações sindicais. (TAVARES, 1996b:01)

A redução dos custos da mão-de-obra é uma medida cruel para os trabalhadores, que se vêem sem opções repentinamente em decorrência das ações catastróficas (para o trabalhador brasileiro) da política neoliberal. No setor

confeccionista, a redução da mão-de-obra significa a submissão à precariedade e à exploração das relações de trabalho traduzidas na instabilidade decorrente da falta de garantias inerente ao trabalho informal; nas jornadas de trabalho estafantes para garantir, momentaneamente, a sobrevivência que, por sua vez, acarretam, às costureiras, graves e irreversíveis problemas físicos e de saúde; nos maltratos e nas regras próprias estabelecidas pelo proprietário dos meios de produção; e na coação dos trabalhadores que têm algum discernimento sobre as causas de seu infortúnio impedindo assim, qualquer esboço de consciência coletiva.

1.3.3. PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO. A PERDA DAS GARANTIAS CONQUISTADAS HISTORICAMENTE.

Como consequência da política empreendida nos anos 90, excluiu-se um grande número de trabalhadores de seus direitos e consolida-se o exército industrial de reserva, agravando suas condições. (SINGER, 1999:29)

Segundo Paul Singer (1999:31), forma-se uma nova pobreza que se difere da antiga, pois é composta por pessoas provenientes da classe média, formada em épocas de crescimento econômico, que não tiveram condições de recolocar-se no mercado. A antiga pobreza nunca teve acesso às proteções do trabalho, caso contrário não seriam pobres.

MATTOSO (1999:18-19) coloca que, segundo o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho), na década de 90 foram destruídos 3,3 milhões de empregos formais no Brasil, destes 1,8 milhões a partir de 95, início do primeiro mandato de FHC. A perspectiva é de que este número aumente em decorrência da forte tendência à privatização das empresas públicas.

TAVARES (1998) já dizia que quase 900.000 empregos formais e 1,5 milhões de ocupações rurais foram destruídos desde 1995. Os trabalhadores tinham como única opção refugiar-se nas ocupações informais sem qualquer proteção presente e futura.

Verifica-se, assim, uma progressiva substituição do emprego formal pelo emprego informal. Este, caracteriza-se pela inexistência do registro em Carteira de Trabalho, o que assegura os direitos garantidos pela legislação trabalhista. Para a empresa, o não pagamento destes direitos reduz em mais de 50% o custo anual

do trabalhador. Este, aceita as condições de informalidade por não encontrar outras opções no mercado de trabalho marcado pelo crescente desemprego. Por outro lado, as grandes empresas, para reduzir seus gastos com mão-de-obra, utilizam-se do trabalho temporário, subcontratando empresas locadoras de mão-de-obra e prestadoras de serviços, ou seja, as pequenas equipes substituem a antiga grande equipe sustentada pela empresa. O trabalhador desempregado, em busca de alternativas para sobreviver, engaja-se em ocupações por conta própria como a prestação de serviços e o comércio ambulante, seja na sua própria casa ou na rua. (SINGER, 1999:45)

SINGER (1999:46), estudando a Região Metropolitana de São Paulo, diz que existem dois processos independentes que explicam o decréscimo do emprego formal e o aumento do emprego informal:

*“...de um lado, os empregados formais são despedidos, em função da desindustrialização, da globalização e do avanço tecnológico, sendo substituídos por máquinas ou por **autônomos** subcontratados, ou os produtos que estes empregados formais faziam são substituídos por importados. De outro lado, empregados são admitidos informalmente, seja por pequenas empresas ou famílias, seja por novas subcontratadas de grandes empresas, criadas muitas vezes especificamente com esta finalidade”* (grifo do autor) (SINGER, 1999:46)

Com a queda progressiva do número de trabalhadores formais, tornando-os minoria, os direitos conquistados passam a ser alvo de ataques que se alega serem empecilhos à expansão do emprego formal. Os sindicatos, por sua vez, desmoralizam-se com esta situação, pois já não representam uma parcela majoritária, que se desintegrou graças à precarização (terceirização e informalização) e ao crescente desemprego. (SINGER, 1999:48-49)

“... Os trabalhadores e seus sindicatos ficam debilitados e as empresas adquirem um maior poder no mercado de trabalho. Nessa situação, tomam-se comuns mecanismos contratuais unilaterais ou por empresa, que terminam, a longo prazo, por favorecer a desvalorização da contratação

coletiva mais setorizada ou centralizada, a preservação de baixos salários e, sobretudo, a ampliação das diferenças de rendimentos dos ocupados, além de acentuar a queda dos níveis de sindicalização. (MATTOSO, 1999:20)

A ação sindical restringe-se, dispersa-se e fragmenta-se; diminui o número de greves e entra em um movimento defensivo, ou seja, luta-se apenas para defender os direitos existentes ameaçados pela desregulamentação promovida pela adaptação patronal às políticas macroeconômicas e pela ofensiva governamental que cada vez mais prejudica o trabalhador. (MATTOSO, 1999:20)

Um exemplo da corrosão dos direitos conquistados historicamente é o caso da Previdência. O governo, para pagar os altos juros da dívida pública, implanta sucessivos ajustes fiscais refletindo em cortes de benefícios aos contribuintes. Favorece, inclusive, o desenvolvimento de regimes privados de capitalização. O que se verifica é a estagnação das receitas, pois o governo não estimula nem protege a produção e o emprego. Os números confirmam esta opinião: no Brasil há, aproximadamente, 160 milhões de habitantes, um pouco mais de 70 milhões fazem parte da PEA (População Economicamente Ativa) e apenas 7 milhões contribuem para o INSS. Mais de 24 milhões trabalham informalmente e cerca de 10 milhões estão desempregados. (MATTOSO, 1999:16-17)

O governo, na verdade, propõe a flexibilização da legislação trabalhista, favorecendo as empresas com a desregulamentação e a redução de seus custos. O Estado não assegura mais o direito ao trabalho e adota o discurso de que a responsabilidade de estar empregado é individual, do próprio trabalhador que só poderia sustentar-se no mercado através da constante requalificação. Então, juntamente com as empresas, o Estado concede alguns recursos para cursos mas não cria o principal, mais postos de trabalho. (MATTOSO, 1999:19)

Com isso, conclui-se que a solução adotada pelo governo e pelas empresas é apenas a redução do custo da mão-de-obra, acarretando, assim, uma degradação sistemática das ocupações que se oferecem. (MATTOSO, 1999:19)

O trabalhador brasileiro vive uma situação em que o desemprego cresce sistematicamente, intensifica-se as horas de trabalho, amplia-se a subcontratação, há perdas substanciais dos salariais e dos direitos coletivos e de saúde. Há um

evidente retrocesso social e político, eliminando e reduzindo os direitos conquistados historicamente, através de reivindicações por melhores condições de trabalho e de atuação política.

Como foi dito, esta situação vem ocorrendo em vários setores econômicos e em várias regiões, trata-se de um processo em andamento e os prognósticos são desanimadores para o trabalhador. Neste momento, buscou-se, como estudo de caso, verificar o que vem ocorrendo com o setor confeccionista na microrregião de Tubarão, mais especificamente com as costureiras das indústrias domésticas. Investigando o que as levaram a trabalhar sem vínculos empregatícios, evidenciase as perdas das garantias conquistadas historicamente e as suas perspectivas futuras. Buscou-se fazer uma aproximação com a realidade brasileira e descobrir quais os vários níveis de informalidade dentro do contexto geral exposto, além de entender quais são os circuitos produtivos e conexões macro e microrregionais.

CAPÍTULO 02

AS INDÚSTRIAS DA CONFECÇÃO NA MICRORREGIÃO DE TUBARÃO – SC.

2.0. INTRODUÇÃO:

Na microrregião de Tubarão existem, principalmente, dois tipos de indústrias da confecção: as tradicionais e as terceirizadas.

As tradicionais são aquelas que conservam a cadeia produtiva verticalizada, com autonomia produtiva e com todos os seus empregados registrados em carteira de trabalho. Possuem marcas próprias e sua produção é comercializada por lojas e representantes que abrangem vários circuitos do mercado, sejam locais ou nacionais. Algumas, no entanto, passaram a subcontratar, quando necessário e em determinadas etapas do processo produtivo.

As terceirizadas são mais complexas, optaram pela desverticalização da cadeia produtiva e, com isso, executam diversas etapas do processo da confecção, indo do corte ao acabamento; ou apenas a intermediação entre mercados e indústrias. Como se pode verificar na microrregião de Tubarão, as indústrias de confecção, deste tipo, subdividem-se em facções, intermediários ou subcontratantes e indústrias domésticas, inserindo-se com mais vigor dentro do processo atual de flexibilização produtiva.

Para explicar a nova lógica de produção e no intuito de entender os novos processos da atual conformação industrial do setor confeccionista, investigou-se questões como formação, equipamentos e mão-de-obra, circuitos de produção e venda, e outras características. Deteve-se com mais atenção às indústrias domésticas, explicando a complexidade da nova lógica das relações, bem como as condições de trabalho.

2.1. CLASSIFICAÇÃO DAS CATEGORIAS DAS EMPRESAS:

Seguindo uma análise qualitativa dos dados obtidos em entrevistas, procurou-se classificar as categorias das empresas, relacionando-as com o seu porte. Os dados obtidos nesta pesquisa não estão registrados em nenhum órgão municipal ou estadual. Adquiri-los em sua totalidade somente seria possível com a realização de entrevistas em todos os estabelecimentos. Entretanto, muitos destes dados não se encontram registrados em órgãos oficiais, como é o caso das indústrias domésticas, em que a grande maioria trabalha informalmente.

Procurou-se, também, elaborar uma nova classificação do porte das empresas, estabelecendo novos critérios, pois o FIBGE (Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) classifica o porte segundo o número de funcionários devidamente registrados. Segundo esta fundação, para ser considerada uma Micro Empresa (ME) devem haver até 19 funcionários; a Pequena Empresa (PE) de 20 a 99 funcionários; a Média Empresa (MDE) de 100 a 499 funcionários; e a Grande Empresa (GE) acima de 500 funcionários. Conforme estes critérios, que não levam em consideração as subcontratações que nos últimos anos estão cada vez mais comuns, há a necessidade de revisar tais classificações. Sendo assim, verifica-se a necessidade de mais critérios para classificar o porte de uma empresa, e não restringi-lo ao número de funcionários, critério que deixou de ser preciso devido ao crescente número de subcontratações realizadas pelas empresas.

Portanto, no presente trabalho foram recolhidos mais três critérios complementares, os quais são: o número de peças produzidas ao mês; o número de máquinas; o faturamento mensal. Muitas vezes, a quantidade de peças produzidas pode determinar o porte da empresa, o número de máquinas pode revelar se a empresa subcontrata ou não. Estes são alguns exemplos do quanto outros dados podem auxiliar na análise e na classificação das empresas baseadas em uma nova lógica, que conduz à diminuição progressiva do vínculo empregatício.

As médias empresas de confecção: Considera-se médias empresas aquelas que possuem acima de quarenta funcionários, contemplando os permanentes e os subcontratados, além de uma produção acima de 10.000 peças/

mês, atingindo, assim, um faturamento mensal de R\$50.000,00 a R\$90.000,00.

As pequenas empresas de confecção: Para estas, determinou-se possuir de dez a vinte e cinco funcionários, entre permanentes e subcontratados, produzindo de 5.000 a 10.000 peças/mês, com um faturamento mensal variando entre R\$6.000,00 a R\$30.000,00.

As micro empresas: São as que produzem de 600 a 4.000 peças/mês, possuem poucos funcionários, chegando a sete e já contabilizado os subcontratados, com um faturamento abaixo de R\$10.000,00.

2.1.1. EMPRESA TRADICIONAL:

Empresa Tradicional Exclusiva: São aquelas que só possuem empregados registrados e não pretendem trabalhar com facionistas. Trabalham para sua própria marca, possuindo seus próprios postos de vendas e/ou representantes. Como por exemplo:

TABELA 01 - Indústrias Tradicionais Exclusivas

Empresa	No. Empregados	Pç/mês	No. de máquinas	Faturamento mensal	Tipo de Terceirização	Porte
Cidazul	80	12.000	52	R\$80.250,00	Produz golas para empresa de SP*	Médio
Rian Confecções	17	10.000	25	R\$30.000,00	Nenhum	Pequeno
F.V. (nome fictício)	13	5.000	15	Não informado	Nenhum	Pequeno
Top Line	10	3.000	10	Não informado	Nenhum	Micro

* Apesar da Cidazul produzir golas para outra empresa, não pode ser considerada uma facção, já que o processo produtivo que terceiriza é muito parcial e possui uma estrutura de capital constante, bem como o capital variável de uma indústria tradicional.

Empresa Tradicional que subcontrata eventualmente: São as indústrias de confecção que têm a estrutura semelhante a da Tradicional, não são subcontratados por outras empresas e produzem para sua própria marca, no entanto, passam a subcontratar quando necessário.

Nestes casos, as indústrias podem subcontratar somente para as etapas de

acabamento e/ou tingimento. Predomina, assim, a terceirização da etapa da costura, ou seja, do fechamento das peças cortadas no espaço de produção da empresa. Mas, geralmente, utilizam os serviços da Indústria Doméstica, da mesma forma que podem solicitar os serviços de uma Facção. Vê-se, como exemplo, dados da Tabela 02, segundo entrevistas realizadas.

TABELA 02 - Indústrias Tradicionais que subcontatam eventualmente

Empresa	No. Empregados	Pç/mês	No. de máquinas	Faturamento mensal	Tipo de Terceirização	Porte
Kalça Kurta	52	15.000	27	R\$50.000,00	20% da etapa da costura é realizada pela indústria doméstica	Médio
L S (nome fictício)	90	15.000	120	Não informado	Uma parte da etapa da costura é feita por facções e indústrias domésticas	Médio
CVlr* (nome fictício)	22	5.000	42	R\$60.000,00	Uma parte da etapa da costura é feita por indústrias domésticas	Médio
Marecu's	15	10.000	22	R\$20.000,00	Uma parte da etapa da costura é feita por indústrias domésticas	Pequeno
Kahana	2	6.000	6	R\$6.000,00	Uma parte da etapa da costura é feita por indústrias domésticas	Pequeno
Withall**	7	4.000	7	R\$25.000,00	Uma parte da etapa da costura é feita por indústrias domésticas	Pequeno
TPC (nome fictício)	2	600	5	Não informado	Uma parte da etapa da costura é feita por indústrias domésticas	Micro

*A Cvlr produz apenas 5.000 peças e possui 22 funcionários, o que não a classificaria como média, mas o seu faturamento excede a Kalça Kurta, por exemplo. Esta Empresa não se dedica exclusivamente à confecção, sendo que também produz têxteis.

** A Withall possui 4.000 peças e 7 funcionários, o que não a classificaria como pequena e sim como micro, mas o seu faturamento excede a maioria das empresa consideradas aqui como pequenas.

2.1.2. NOVOS PROCESSOS: TERCEIRIZAÇÃO E NOVAS INDÚSTRIAS.

A desverticalização da cadeia produtiva da indústria têxtil, juntamente com o desemprego ocasionado pela política neoliberal do governo, que atualmente assola o país, conforma uma nova relação entre empresários e trabalhadores, dando origem a novas relações de trabalho que, além de outras graves conseqüências, modificam as condições de vida destes trabalhadores.

A partir da década de 1990, a queda nas condições de trabalho, com a progressiva perda de direitos e garantias trabalhistas conquistados historicamente, foi uma alternativa encontrada por empresários do setor têxtil para a sobrevivência frente à abertura de mercado brasileiro.

As relações de subcontratações são cada vez mais utilizadas entre empresas de confecção de vários portes, buscando a execução de várias etapas do processo produtivo, que podem estar concentradas ou dispersas espacialmente, ou seja, cada indústria faccionista, ou grupos de confecção, ou até mesmo indivíduos isolados, é responsável por uma ou mais etapas do processo, como será visto adiante. Os maiores benefícios são dados evidentemente para as empresas ou indivíduos subcontratantes, que economizam de várias formas, como em estrutura espacial, em equipamentos técnico-produtivo, em mão-de-obra, além de protegerem-se das oscilações de mercado.

Os maiores prejudicados foram os trabalhadores facilmente substituíveis, pois se viram sem emprego de uma hora para outra e tiveram que se submeter às frágeis relações que se vislumbavam, pois a insegurança ocorrida pela retração do mercado alterou profundamente a estrutura empregatícia, fazendo com que os

trabalhadores aceitem relações de trabalho instáveis e precárias.

“Na base (da pirâmide), está o setor da força de trabalho mais numeroso e que mais rápido cresce. onde se incluem os trabalhadores da economia informal, sem emprego fixo ou quaisquer benefícios sociais, fazendo qualquer “bico” por menos de um salário mínimo, ou “autônomos”: um número cada vez maior de trabalhadores rotativos na indústria têxtil e em outras fábricas de bens de consumo; trabalhadoras realizam trabalhos “caseiros”, “façções”; (todas as aspás do autor) ... A destruição da indústria local, as políticas neoliberais cortando investimentos industriais e de capital, e os orçamentos sociais e de serviços, juntamente com a concentração na especialização de matérias-primas, contribuíram para a polarização da estrutura social”(PETRAS, 1997:32)

O retorno do trabalho a domicílio altera a lógica da mobilidade entre moradia e trabalho refletindo, conseqüentemente, no espaço urbano. Além disso, espacialmente, conformam-se novas relações entre fixos e fluxos (SANTOS, 1991), pois são crescentes as conexões entre áreas cada vez mais distantes.

Para entender como esta nova lógica de produção e consumo se realiza espacialmente, conectando os municípios da microrregião de estudo como espaços nacionais e internacionais, seria elucidativo classificar as novas categorias de empresas confeccionistas verificados, conforme a análise das entrevistas na microrregião de Tubarão.

2.1.2.1. AS FACÇÕES.

As Facções são formadas por proprietários das máquinas e dos equipamentos necessários à confecção (em certos casos possuem algumas máquinas emprestadas por outros faccionistas ou intermediários); produzem peças do vestuário que podem ir desde o corte ao acabamento e tingimento ou, apenas uma das etapas da confecção, no entanto, predomina a etapa da costura. Possuem espaço próprio ou alugado. Seus proprietários residem, em alguns casos, no mesmo local do trabalho, reservando o maior espaço para alocação das costureiras que, geralmente, são devidamente registradas, recebendo os direitos contidos nas leis trabalhistas.

Podem ou não participar de uma cadeia de cooperação, ou associação, com outras Facções ou, até mesmo, subcontratar a Indústria Doméstica na etapa da costura ou do acabamento. Em alguns casos, trabalham para sua própria marca simultaneamente com marcas de outras empresas, geralmente as maiores.

A Facção depende de uma indústria maior, geralmente de grande porte, ou grandes atacadistas paulistas que repassam parte da sua produção em épocas de maior saída da mesma ou continuamente. Mesmo quando não há trabalho, a Facção tem seus encargos trabalhistas e, muitas vezes, quando o seu quadro de funcionários é permanente, apenas sobrevive, sem nenhum lucro, pagando as suas dívidas.

“Enquanto que para o industrial autônomo a crise consiste em um corte puro e simples de matéria-prima, para os façonistas ela apresenta um quadro dramático, pois não há amparo legal que obrigue o fornecedor a continuar dando serviço, enquanto que o façonista tem todos os encargos industriais intransferíveis, como: pagamento dos operários, recolhimento do INPS, possível pagamento das parcelas do imposto de renda, aluguel de salão quando não é proprietário, 13º salário no mês de dezembro, férias remuneradas aos operários, férias essas que só ele não tem.”
(RODRIGUES, 1978: 53)

Nesta categoria se verifica as grandes oscilações em relação ao porte das empresas; as que estão inseridas no circuito nacional possuem uma estrutura maior, produzem mais peças e conseguem um preço maior no mercado por sua maior

qualidade. Além de possuírem um excelente maquinário, estas Facções investem no treinamento de funcionários. Já as que estão no circuito em que produzem para lojas próximas ao seu local de inserção, com ampla abrangência, têm uma estrutura mais precária, maquinário de qualidade inferior, menos funcionários que, muitas vezes, são informalizados e se submetem ao que aparecer, ou seja, a um preço menor das peças produzidas, principalmente em épocas de baixa produção.

Na microrregião em estudo há as facções que são cooperativadas, formando o Sistema Cooperativo de Facção que se localizam em diferentes municípios como: Armazém (Confeções Puk), Jaguaruna (Confeções Bonin), Grão-Pará (Confeções Crismil, Confeções Zohar), Braço do Norte (Casagrande, Speck e Cia., Confeções Moisés) e São Ludgero (Lavanderia Casagrande, Rota do Sol). São empresas independentes que buscam na cooperação uma forma de conseguir mais credibilidade perante os grandes subcontratantes, produzindo uma maior quantidade de peças e variedade de produtos.

Na microrregião há outros tipos de facções que não têm o tipo de associação verificada no Sistema Cooperativo, como verificado nos municípios de Treze de Maio, Tubarão, Armazém, Jaguaruna, Braço do Norte, São Ludgero, Laguna e Orleans. São empresas que facionam para grandes empresas têxteis, mas não possuem associações como verificado no Sistema Cooperativo de Facção, embora haja interesse por parte de alguns empresários em formar associação semelhante.

As facções têm diferentes portes que se refletem nos circuitos de produção e venda nos quais estão inseridas. As facções maiores encontradas na microrregião estão num circuito nacional, que podem subcontratar outras facções de menor porte ou a indústria doméstica, inserindo-as em seu circuito. Há, também, aquelas que trabalham para as lojas com inserção local, mas com progressivo aumento de sua abrangência, ou seja, há as facções, principalmente as de jeans, que trabalham para lojas de out-let e atendem o turismo de compras no eixo rodoviário norte-sul.

Facções de portes diferentes mas inseridas no Circuito A – Produção na microrregião e venda para o mercado nacional:

Os municípios da microrregião que atuam neste circuito são: Tubarão, Treze de Maio, Laguna, Braço do Norte, Armazém, Jaguaruna, São Ludgero, Grão Pará e Orleans. Tais municípios tiveram um importante crescimento na indústria da

confeção sobre a participação do Valor Adicionado Fiscal² de 1997 e 1999. Como as empresas contratantes possuem meios para o transporte rápido das mercadorias, as unidades produtivas podem localizar-se relativamente longe dos centros mais dinâmicos, como é o caso em Tubarão. Nos centros menos dinâmicos, as empresas contratantes encontram uma mão-de-obra mais fácil, submetendo a maioria de sua população economicamente ativa trabalhando no setor primário, como é o caso de Treze de Maio, São Ludgero, Armazém, Orleans e Grão-Pará, segundo o Censo do IBGE de 1991.

Em alguns municípios da microrregião, que mais participam do Valor Adicionado na indústria confeccionista, estão as facções que fazem parte do Sistema Cooperativo de Facção e outras facções formalizadas que não têm a mesma forma de associação.

Nos outros municípios em que não há facções do Sistema Cooperativo como: Tubarão, Treze de Maio, Gravatal, Laguna e Orleans, as facções existentes não mantêm, por enquanto, associações de cooperação mas, segundo entrevistas, há o desejo de buscar cooperação entre as facções da microrregião devido à maior possibilidade de negociação, pois poder-se-ia proporcionar aos clientes dos grandes centros de consumo maior variedade de produtos e de produção neste tipo de associação, aumentando as perspectivas de encomendas.

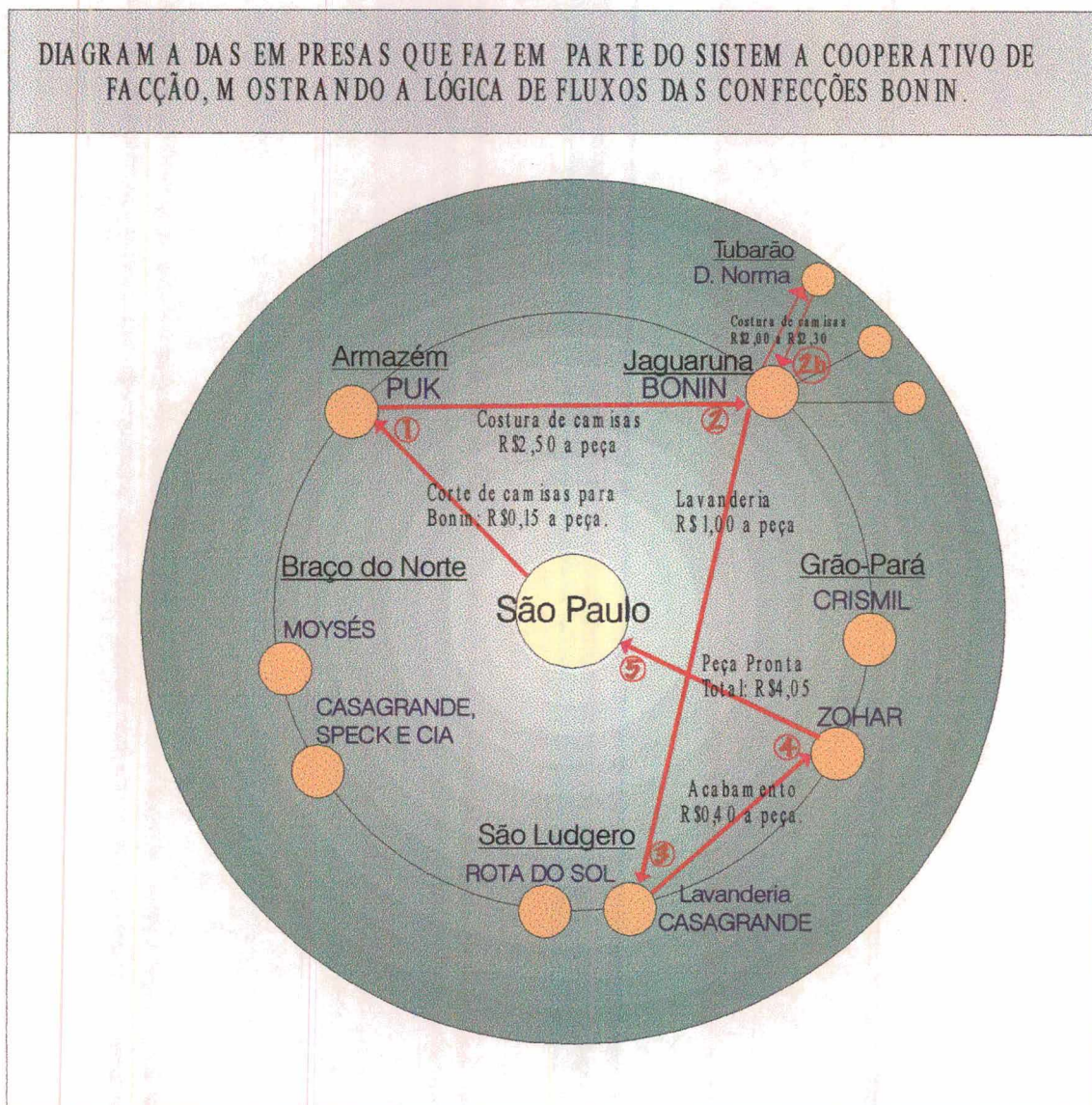
O Sistema Cooperativo de Facção é composto por oito facções, cujos proprietários não eram antigos funcionários das grandes firmas têxteis, mas familiares que vislumbraram na facção a possibilidade de tornarem-se empresários. Na verdade, é um grupo que se uniu para aumentar o poder de negociação perante as grandes empresas paulistas, como, por exemplo, a C&A. Nestes casos é oferecido, além de uma grande gama de produtos, como roupas de malha, camisas, jeans, e outros, uma grande quantidade de peças que chegam a 200.000 peças por mês, contando com a produção de todas as oito unidades do grupo que vão desde o corte ao acabamento. As unidades mantêm sua independência, podendo costurar, lavar ou acabar produtos de clientes que não desejam realizar todo o processo pelo Sistema Cooperativo. As unidades são especializadas, e destas

² O Valor Adicionado Fiscal é fornecido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina que detecta as cem maiores atividades de cada município. Estes dados serão explorados no capítulo 3.

tem-se como exemplo as Confeções Bonin que somente costuram camisas; a Rota do Sol que somente oferece produtos de malha; a Puk que corta outros tecidos quando solicitado pelo subcontratante, mas somente costura jeans; a Lavanderia Casagrande que lava os produtos e as Confeções Zohar que dá o acabamento aos produtos.

A seguir ilustrou-se, a partir de diagrama, a lógica de fluxos das etapas produzidas por algumas unidades do Sistema Cooperativo.

FIGURA 02



Explicação do diagrama: o objetivo deste diagrama é salientar o fluxograma das Confeções Bonin, as etapas de produção das camisas das quais as facções cooperadas participam. Os círculos maiores verdes representam o espaço no qual o centro está em São Paulo, detendo o maior consumo do país. As facções do

Sistema Cooperativo estão na periferia deste espaço e as indústrias doméstica e/ou facções, que eventualmente são subcontratadas pelas Confeções Bonin, são as mais periféricas ainda. Há diversos fluxos entre as empresas do Sistema Cooperativo, mas representá-los na totalidade seria cansativo e sem propósito, já que a intenção deste diagrama é de apenas ilustrar o funcionamento da lógica de tal Sistema, entendendo como se dão os fluxos no espaço e a agregação de valor à peça no decorrer das etapas produtivas.

Verificou-se que, em Treze de Maio, os empresários da facção estão montando uma associação semelhante ao Sistema Cooperativo de Facção. Para isso, planejam a abertura, no próprio município, de novas unidades responsáveis por outras etapas da confecção além da etapa de costura, como lavanderia e acabamento, com o objetivo de entregar o produto acabado para as empresas contratantes.

As empresas que estão inseridas no circuito nacional são as que fornecem uma etapa da produção da confecção para grandes empresas de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, etc. São para estes grandes centros de consumo existentes no país e, até mesmo, no exterior que as roupas são exportadas. Segundo as entrevistas realizadas, detectou-se que muitas facções são subcontratadas por lojistas ou intermediários de Santana do Livramento e Uruguaiana, ou seja, as roupas produzidas pelas facções da microrregião de Tubarão são comercializadas por lojistas da fronteira com o Uruguai. Neste caso as facções elaboram toda a peça, indo do corte ao acabamento mas, dependendo do produto, as etapas podem ser subdivididas entre duas ou mais unidades faccionistas.

O motivo que levou as grandes empresas têxteis brasileiras, inseridas em regiões tradicionais de produção têxtil, a desfazer a estrutura existente há décadas e subcontratar diversas unidades dispersas em outras regiões foi, principalmente, a abertura econômica verificada a partir da década de 90 que trouxe produtos, como a camisa a preços absurdamente abaixo do mercado popular brasileiro. Segundo um dos faccionistas entrevistados, vendia-se em São Paulo, nesta época, uma dúzia de camisas vindas da Coréia a R\$6,00, ou seja, cada camisa custava R\$0,50, enquanto o faccionista produzia, em sua unidade, cada camisa a R\$4,50 somente a etapa da costura. Logo, costurando por R\$4,00 a mais do que a camisa pronta vinda da Coréia, este faccionista teve que readaptar-se ao mercado,

diminuindo custos, principalmente de mão-de-obra.

Atualmente este mesmo faccionista cobra em média R\$2,50 pela camisa, pois, teve que se adaptar ao mercado ou, então, fechar a fábrica. Imagina-se que este faccionista, por mais bem intencionado que nos possa parecer, não se contentaria a apenas reduzir seus lucros drasticamente mas, no mínimo, os salários dos trabalhadores.

É indispensável, para os faccionistas inseridos neste circuito, possuir um maquinário de excelente qualidade e um número de funcionários que garanta a rapidez da entrega, geralmente acima de cem, na maioria formalizados.

Portanto, os equipamentos e a mão-de-obra constituem os dois fatores fundamentais para atender as duas grandes exigências das empresas contratantes: rapidez e qualidade. Com uma estrutura produtiva deste porte, a informalidade é um grande risco mas, assim mesmo, verificou-se o caso de uma facção em Jaguaruna que, como outras lá existentes, não pertencia ao Sistema Cooperativo de Facção e recentemente abriu falência, depois que o Ministério do Trabalho detectou em torno de quinze funcionárias sem carteira assinada, trabalhando no galpão da empresa.

Relações entre os faccionistas e as grandes empresas e/ou subcontratantes:

O fundamental, para entrar neste circuito, está nas relações estabelecidas entre os faccionistas e as grandes empresas. No caso das Confecções Bonin³, de Jaguaruna, que faz parte do Sistema Cooperativo de Facção, atualmente com uma capacidade de produção de 40.000 peças ao mês e 120 empregados, começaram faccionando para lojistas turcos de São Paulo no intuito de aprender o ofício, pois o que se preza nestes casos é apenas o baixo preço do produto. Segundo estimativa do próprio Sr. Bonin, o preço baixo exigido atinge apenas 30% do valor de R\$2,50 que é pago pelas empresas que o subcontratam atualmente, ou seja, os lojistas turcos paulistas pagavam em torno de R\$0,75, e vendiam uma calça jeans acabada por, em média, R\$6,00 nas suas lojas. Depois do ofício dominado, as Confecções Bonin, passaram a faccionar para empresas como a Ellus. O fato de trabalharem para uma empresa deste porte deu-lhes a oportunidade de faccionar para a Hering,

³ Entrevista concedida pelo Sr. Bonin, de Jaguaruna, gravada no dia 19.12.00.

na ocasião em que esta procurava empresas no sul do Brasil para faccionar a marca Wrangler, nos idos da década de 1990.

Geralmente há facções que se submetem, assim que entram no circuito, à exigência de produzir exclusivamente para uma grande empresa têxtil, fato que as deixa bastante vulneráveis, sujeitando-se aos prazos e à sazonalidade da produção impostos por esta, que se sentem os donos da facção contratada, logicamente sem arcar com os custos e as responsabilidades. E é, assim, extremamente difícil a retirada desta exclusividade porque, nos períodos de grandes produções, as facções não têm interesse nenhum em deixar de faccionar para a empresa exclusiva, pois, neste período conseguem lucrar e não têm como anexar à linha de produção as outras empresas que se apresentam precisando de produção, devido principalmente ao preenchimento total da capacidade produtiva. Já, em épocas de baixa produção, a empresa exclusiva simplesmente não as convoca, ou as convoca muito aquém de sua capacidade produtiva, e as outras empresas que se ofereceram na época de pico da produção e não foram atendidas, direcionam a sua produção às facções que lhes atenderam na época em que precisaram.

Em vista disso, as Confeções Bonin, que já estão há quatorze anos no ramo faccionista, foram aos poucos descartando as empresas que lhe exigiam exclusividade e anexando outras empresas. O curioso nesta relação é que o Sr. Bonin consegue três contatos distintos para faccionar para uma mesma empresa, a C&A, atingindo 30.000 peças ao mês, ou seja 75% da capacidade produtiva. A razão da necessidade destes três contatos é para evitar que novamente fique trabalhando com exclusividade para uma única empresa, e, com isto, estes intermediários lhe fornecem lotes de outras empresas além da C&A. Por outro lado, os preços pagos pelas peças atingem diferenças de até 16%, pois tratando diretamente com a C&A o preço cobrado pela camisa atinge R\$2,50 e com a intermediação da Rosatex cai para R\$2,00 ou R\$2,10. Mas, o importante é manter-se no circuito e ter alguma garantia de produção contínua, pois não existe nenhum tipo de documento legal, como contratos, que garanta algo ao faccionista. Detectou-se a existência de contrato em algumas facções, no entanto este era apenas em relação ao prazo de entrega de cada lote encomendado.

A questão do contrato fica clara no seguinte trecho da entrevista com Sr. Augusto⁴:

“O contrato, geralmente eles querem fazer para quando chegar na época de muito serviço, a pessoa ser obrigada a fazer pra eles, e não para o cara que oferece mais. Contrato hoje em dia ninguém faz mais.... Com o contrato tu és obrigado a fazer. Se o contrato é de 5.000 peças por mês, eu sou obrigado a fazer e ele é obrigado a me dar. Mas hoje em dia ninguém está garantindo nada. Nem a Hering que é a Hering não faz contrato.”

Neste jogo onde as relações são fundamentais, a possibilidade de repassar a produção para colegas faccionistas menos inseridos no circuito, fazendo-lhes uma espécie de favor, ao mesmo tempo em que se atende a um cliente que não consegue encaixar sua produção em São Paulo devido, principalmente, ao maior preço da mão-de-obra, constitui uma tarefa com um importante peso político que garantirá, ao melhor relacionado, novas e concretas relações.⁵

Há duas formas de relacionar-se desta forma: a primeira é apenas intermediando a empresa paulista e a facção que já fabrica para outras grandes marcas, o que significa possuir uma qualidade inquestionável. Neste caso, não há ônus ao preço cobrado por peça, o ganho pela intermediação reverter-se em, como já se disse, relações e garantias. A segunda forma seria o repasse das peças, para outras facções ou para a indústria doméstica, a um preço menor do que o pago pela empresa à facção intermediária, ou seja, se a empresa paulista paga

⁴ Entrevista concedida pelo Sr. Augusto, de Tubarão, gravada no dia 29.01.01.

⁵ É interessante observar o seguinte trecho da entrevista concedida pelo Sr. Bonin: “É, ela (A Dona Norma) tem uma qualidade muito boa. Sr. Adílio lá de Criciúma, o Roque em Treze de Maio, o Zezinho que produziram pra Hering, todos os dois. E quando eles não têm aquela produção cheia pra Hering eles me telefonam: Bonin, me consegue aí umas.. 5.000 peças.. Por exemplo, o Roque e o Zezinho, pro Zezinho eu consegui 15.000 calças desse cliente meu lá de São Paulo, da YD, pra ele produzir. Pro Roque eu consegui agora esse mês 15.000 também.”

Já o Sr. Zezinho, de Treze de Maio, insistiu na inserção de seus colegas no circuito da Hering: “..Aí vieram falar aqui comigo, um deles, ver se eu não falaria com a Hering pra Hering dar uns serviços pra eles . Aí claro, somos todos amigos, da minha parte eu vou fazer, vou pedir pro diretor da Hering que todo mês vem aqui, pra também dar trabalho pra vocês, já que vocês querem trabalhar. E aí eu fiquei agarrado com o pessoal da Hering pra dar serviço pra eles .”

R\$2,50 por peça, a facção intermediária pagará à facção, que ela mesmo subcontrata, de R\$2,00 a R\$2,30 o que significa um ganho de 12% a 20% apenas pela intermediação.

No entanto, a empresa que contrata não admite novas facções sem ter a garantia de rapidez e qualidade, então a facção que está há mais tempo no seu circuito deve assumir a responsabilidade pelas peças da nova facção que quer inserir. Isso significa que, para não denegrir sua imagem, a antiga facção tem o trabalho de pressionar e revisar as peças prontas da nova facção, pelo menos inicialmente. Assumindo esta responsabilidade, a antiga facção aumenta seu peso político na cidade ou região, deixando seus colegas atrelados a ela, devendo-lhe favores que serão pagos de alguma forma, muitas vezes retribuindo em forma de produção ou de apoio político à administração pública. O caso das eleições para prefeito, realizadas em Treze de Maio, foi um exemplo desta situação, quando o Sr. Zezinho foi apoiado pelos colegas faccionistas e acabou elegendo-se vice-prefeito do município.

Outro fator exigido pelas empresas contratantes é a pontualidade na entrega dos produtos acabados, ou seja, que passaram por todas as etapas produtivas: corte, costura, lavagem e acabamento ou, somente algumas destas etapas. De toda a forma, a entrega no dia e hora pré-estabelecidos é um ponto fundamental nas relações descritas até agora. O atraso de minutos pode significar grandes transtornos, pois uma empresa que terceiriza 600.000 peças por mês, por exemplo, em diversos pontos do país, deve exigir grande disciplina de seus faccionistas porque caminhões com produtos chegam nas sedes das empresas todos os dias, a todas as horas do dia, vindos de todas as partes do Brasil. Afinal, os fluxos, nestas relações, são predominantemente realizados por vias de circulação rodoviária.

Segundo Milton Santos, há uma interação entre os fixos e os fluxos, que se alteram mutuamente no espaço. Os fixos são os homens e seus instrumentos de trabalho; os fluxos são os movimentos como a circulação, a distribuição e o consumo. (SANTOS, 1991:78) Atualmente, porém, estes fluxos intensificam-se, pois agora há etapas produtivas como fluxos de produção.

A capacidade de fazer não só a mercadoria, como diz SANTOS (1985:62), mas, também, as etapas da produção circularem rapidamente é fator preponderante. A mercadoria e as etapas de produção devem circular rapidamente

para atingir, respectivamente, seus centros de distribuição e consumo e os circuitos de produção e venda.

O espaço urbano, o espaço da cidade, deixou de constituir limite e, assim, as relações dão-se, cada vez mais, regionais e nacionalmente. Os fluxos têm uma importância fundamental nos dias de hoje, os produtos têm que ser distribuídos pelo mundo sem limites de distâncias nem de fronteiras.

“...nas condições atuais de reprodução, a capacidade maior ou menor de fazer circular rapidamente o produto é condição, para cada firma, de sua capacidade maior ou menor de realização, ou, em outras palavras, do seu poder de mercado, o que também quer dizer poder político.”

(SANTOS, 1985:62)

No entanto, não são todas as facções, entrevistadas e detectadas neste circuito em que as relações têm importantes pesos político e econômico, que garantirão, muitas vezes, a maior fluidez das mercadorias, das etapas de produção, de distribuição e de consumo. Há, dentro desta categoria, facções de portes diferentes e com relações diversas.

Para mostrar a diferença de porte e de inserção no circuito onde os fluxos dão-se a grande velocidade, selecionou-se dois exemplos de facções que trabalham exclusivamente para um subcontratante, a Theomoles⁶ de Treze de Maio, cujo proprietário é o Sr. Zezinho e a facção de Dona Edésia⁷, localizada em Jaguaruna. Essas duas facções não possuem nenhuma forma de associação com outras facções do tipo do Sistema Cooperativo, mas o Sr. Zezinho e sua facção, como já foi dito, têm importante influência microrregional.

a) Acumulação Inicial:

Sr. Zezinho: Começou com a facção em outubro de 1992, com incentivo de dois cunhados que trabalhavam no ramo. A família deste proprietário possuía uma fábrica de tijolos, mas vislumbraram na confecção maiores chances de crescimento. Já no primeiro dia de trabalho produziram, com doze pessoas, duzentas e dez calças.

⁶ Entrevista concedida pelo proprietário, Sr. Zezinho, de Treze de Maio, gravada no dia 21.12.2000.

⁷ Entrevista concedida por D. Edésia, de Jaguaruna, gravada no dia 19.12.2000.

FOTO 01



Foto mostrando o interior da Facção Theomoles, de Treze de Maio, mostrando a estrutura física de maquinário e de pessoal. Esta é apenas uma das seções da facção. Há mais duas. Foto tirada pela autora em dez/2000.

FOTO 02

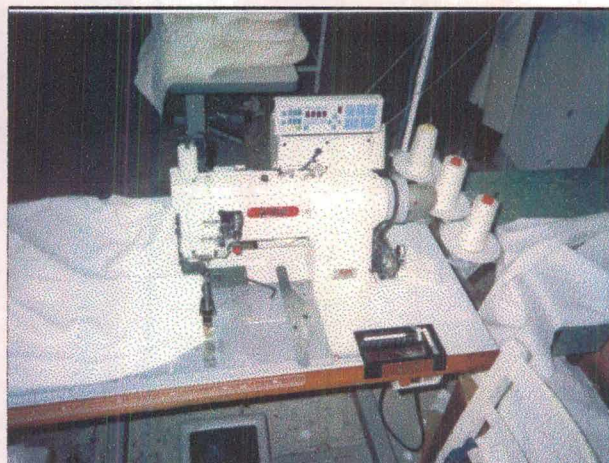


Foto mostrando a máquina para costurar bolso embutido na Facção Theomoles, tirada pela autora em dez/2000.

Com isso, verifica-se que o Sr. Zezinho contou com um importante capital inicial, formado a partir do fechamento da fábrica de tijolos, para montar sua confecção, e com o conhecimento e influências de familiares que o inseriram em circuitos mais dinâmicos, absorvendo uma produção inicial de mais de quatro mil peças por mês.

Dona Edésia: Começou com a facção, em março de 2000, a partir da empresa do sogro que costurava toalhas. Além disso, sua irmã também trabalha com facção há mais tempo, chegando, inclusive, a formarem juntas uma sociedade que se desfez posteriormente. O espaço da produção é o galpão da família do marido que esta utiliza, também, para depósito e comercialização de gás de cozinha. Assim, Dona Edésia contou com a acumulação inicial da empresa do sogro, com a influência e conhecimentos da irmã no ramo confeccionista, com o apoio do marido no trabalho com comércio de gás e com o espaço para sua produção.

A diferença de formação é fundamental na análise da diferenciação do desenvolvimento das duas empresas em questão. O capital inicial disponível pelo

Sr. Zezinho foi superior ao de Dona Edésia, apesar desta poder contar com a estrutura familiar, o que a possibilita inserir-se em um circuito de produção e venda ativo, embora menos dinâmico do que o do Sr. Zezinho. Portanto, as possibilidades de evolução no ramo não será igual para estas duas facções.

Além disso, a possibilidade de obtenção de linhas de crédito, fornecidos por bancos, estimula a acumulação que será revertida em capital constante. Assim, verifica-se que não existe somente uma acumulação interna, gerada pela própria produção, mas a estrutura familiar pode permitir possibilidades de crescimento também sob forma de permissão de créditos bancários. E, nos casos analisados, há diferenciação da estrutura familiar que se reflete na distinção da estrutura de produção e maquinários.

b) Produção e maquinário:

Sr. Zezinho: A facção Theomoles facciona cerca de 50.000 peças em jeans e sarja por mês para a Hering, que vêm cortadas de Blumenau, variando de R\$2,20 a R\$2,50 cada peça. Possui 150 funcionários na sua sede em Treze de Maio, investem continuamente no sistema técnico-produtivo, preferem a marca Brother e máquinas computadorizadas de até U\$32.000,00 que, segundo o proprietário proporciona maior rapidez na produção e a padronização das peças; pois no caso do bolso embutido, o processo sem uma máquina computadorizadas de U\$22.000,00 era essencialmente manual, comprometendo o padrão exigido pela empresa contratante.

Dona Edésia: Neste caso, a situação é mais crítica mas, mesmo assim, verifica-se que há possibilidade de acumulação.

A facção de Dona Edésia produz camisas exclusivamente para a Black Cotton de Tubarão, que empresta o maquinário e paga de R\$1,50 a R\$2,00 por cada uma das 6.000 peças produzidas por mês pelas vinte costureiras alocadas no galpão da fábrica. Computando os gastos informados por D. Edésia, verificou-se um lucro correspondente a R\$4.000,00 por mês, descontando o gasto com funcionários (R\$7.000,00), com energia (R\$300,00), com telefone (R\$200,00) e com contador (R\$120,00). Em um ano de fundação, D. Edésia conseguiu comprar sete máquinas de marcas mais baratas e de funções básicas como a reta, mas o subcontratante não aumentou o preço pago por peças por causa disso. A vantagem é que, futuramente, poderá aceitar encomendas de outros subcontratantes, não ficando

apenas à mercê de um cliente exclusivo que reduz a produção em alguns períodos, mas D. Edésia não reduz seus encargos.

Comparando-se as duas facções, nota-se que a facção de Sr. Zezinho cobra um preço mais alto pelas peças, o que se pode vincular diretamente com a maior tecnologia e quantidade dos equipamentos que possui em relação à Dona Edésia.

c) Espaço de Produção:

Sr. Zezinho: O espaço de produção da facção do Sr. Zezinho é dividido em dois níveis, o térreo e o subsolo de uma edificação. No térreo, há a administração da empresa e uma linha de produção com, aproximadamente, um terço dos funcionários. Já no subsolo, há mais de uma linha de produção que comporta, em média, cem funcionários. Apesar do proprietário alegar que produziam exclusivamente para a Hering, verificou-se *in loco* que se produzia, também, para a Beck's no espaço menor, ou seja, no térreo. O espaço é organizado de acordo com as etapas do processo da costura. O espaço é limpo e amplo, conseguindo atender o montante de produção e funcionários.

Dona Edésia: O espaço da facção de D. Edésia é crítico, localiza-se em um galpão anexo à venda de gás do seu marido. Como o espaço pertence à sua família, não há custos com aluguel sendo que este capital é revertido em capital constante. Neste mesmo espaço, vê-se vinte funcionárias trabalhando em condições precárias de salubridade, com poucas e reduzidas aberturas preenchidas com elementos vazados e a cobertura é de telhas de amianto, aumentando o calor interno. Além disso, as roupas estão no chão sujo, dando um aspecto de imundície.

FOTOS 03 E 04



Fotos mostrando o espaço da Facção de Dona Edésia. A primeira é do exterior e a segunda do interior. Vide as roupas jogadas pelo chão.

O que faria uma empresa que contrata o Sr. Zezinho, como a Hering, perante tal cena? Provavelmente, por segurança, procuraria um local mais organizado para a sua produção. O que se quer dizer com isso é que D. Edésia dificilmente entraria no circuito nacional, de fluxos mais intensos. Para entrar neste circuito e nestes fluxos, atualmente teria que ter, no mínimo, um número de maquinários próprios, de tecnologia superior aos que existem, além de maior liberdade de escolha e um espaço mais limpo e organizado que proporcionasse as tão exigidas rapidez e qualidade na produção.

Encontrou-se também facções que investem no espaço da produção como forma de melhorar sua imagem no mercado, como o caso das Confeções Bonin, acreditando que desta forma atrai clientes e mantém funcionários. Segundo entrevista com o Sr. Bonin⁸:

“Se o meu cliente tiver que cortar um faccionista com a mesma qualidade, ele vai cortar o que tiver uma pior apresentação, menos organização. A empresa que melhor paga aqui é a gente. Que tem melhores condições de higiene.”

Além da imagem externa de sua facção, o Sr. Bonin investe no espaço interno, visando além da boa apresentação, a melhor organização e higiene. Um exemplo é a construção do refeitório, o que elimina a necessidade do pagamento de vale-refeição e o deslocamento da maioria das funcionários no horário do almoço,

FOTO 05



Foto mostrando o refeitório dos funcionários das Confeções Bonin.

mas foram poucas as empresas visitadas que mantêm o refeitório. Acredita-se que por fazerem parte do Sistema Cooperativo apresentam-se relativamente mais organizadas do que as facções independentes, como salientou-se em entrevistas.

⁸ Entrevista com Sr. Bonin concedida em 19.12.00, em Jaguaruna.

d) Subcontratantes:

Sr. Zezinho: Verifica-se que esta empresa possui um processo de acumulação contínuo, dando-lhe condições de crescer sistematicamente, pois tem uma programação de produção para, no mínimo, dois a três meses. Na visita à fábrica, como já se disse, verificou-se que também faziam facção para a Beck's de Tubarão, além de existir outras empresas interessadas em dar-lhe produção para faccionar. Com isso, esta é uma empresa que não passou por crises de corte de produção e dificilmente passará se conseguir continuar articulando-se no mercado, pois possui bom maquinário, estrutura e pessoal, além de faccionar para uma marca que lhe dá referência e status, tudo isso aumenta as condições de acumulação do empresário.

Dona Edésia: Como já foi colocado, Dona Edésia recebeu máquinas emprestadas do subcontratante para iniciar sua facção. Este fato faz com que permaneça atrelada à sua produção, mantendo vínculos de exclusividade produtiva e um baixo preço pela peça costurada. A proprietária alegou que o preço pago por peça, pelo subcontratante, não aumentou nem diminuiu com a aquisição de maquinários próprios.

Assim, verifica-se que as facções possuem diversos níveis de inserção no mercado, que tem haver com a disponibilidade do capital inicial quando se formou, refletindo em seu maquinário, estrutura e pessoal. Geralmente começam de forma precária, como sé o caso de D. Edésia, mas, com a possibilidade de acumulação contínua, juntamente com a perspectiva de concessão de linhas de crédito a partir da formalização e inserção em um mercado de fluxos mais amplo, podendo aumentar sua ação, como o Sr. Zezinho.

Relação das facções com a indústria doméstica:

As facções podem, ou não, subcontratar a indústria doméstica, mas eventualmente algumas preferem não subcontratar devido à necessidade de se treinar a mão-de-obra antes de colocá-las na linha de produção, caso contrário comprometer-se-ia a tão exigida qualidade.

Um exemplo de facção que não trabalha com subcontratação é a Casagrande que faz parte do Sistema Cooperativo de Facção. A Casagrande possui 105 funcionários dentro da fábrica produzindo cerca de 40.000 peças por mês, e não pretende trabalhar com a indústria doméstica.

Já as Confeções Bonin, também participante do Sistema Cooperativo de Facção, produz cerca de 40.000 camisas por mês para empresas como a C&A, subcontrata eventualmente a indústria doméstica.

As facções preparam mão-de-obra para a indústria doméstica de duas formas: uma delas é quando a costureira sai da facção e se vê sem alternativas de emprego, por falta de oferta ou por idade mais avançada, e montam sua indústria doméstica; ou ex-funcionárias, ao conseguirem acumular capital para a aquisição de meios de produção, montam sua própria indústria doméstica.

2.1.2.2. O INTERMEDIÁRIO OU SUBCONTRATANTE:

Esta categoria pode ser vista como um novo tipo de comerciante, com novas funções diferentes das tradicionais. Como o comerciante tradicional, ele continua sendo um intermediário dos produtos com a diferença de que, agora, tem acesso às etapas da produção da confecção, ou seja, ele gerencia a mesma ficando simultaneamente vinculado ao mercado. Na verdade, esta categoria tem um poder de articulação no mercado, indo desde grandes empresas até às indústrias domésticas, flutuando entre os diferentes circuitos.

Uma definição desta categoria, na visão de uma indústria doméstica, é a seguinte:

“Ele vende, pega as coisas prontas aqui e leva pra lá para vender, não que ele faça, ele não faz, ele não confecciona, não corta, nada. A gente tem uma facção, ele vai lá, pega teu e manda e pega o do outro... tipo um viajante assim.”⁹

Os circuitos de fluxos de produção e venda a que estão inseridos, ou seja, com quais tipos de empresas os subcontratantes relacionam-se, são diversos e o acesso a tais circuitos vai significar uma série de situações distintas, como maior ou menor poder de barganha, maior ou menor preço pago pelas peças produzidas, prazo na produção do produto, número de peças que podem articular para a produção, entre outras características a serem esclarecidas posteriormente.

Geralmente, o Subcontratante não precisa possuir empregados, nem o

⁹ Entrevista concedida por Dona Sol, gravada em 18.12.00. (usou-se um pseudônimo para a costureira para preservar o sigilo)

espaço disponível para a produção, nem mesmo instrumentos de trabalho, apenas se relaciona com as grandes e médias empresas, repassando os lotes de mercadorias às Facções e/ou às Indústrias Domésticas. Circula com as mercadorias da grande empresa até seus faccionistas. Esta categoria não possui encargos nem salários, apenas cede uma parte do seu pagamento às pessoas que para ela trabalham sem quaisquer direitos ou garantias.

Esta categoria é a mais difícil de ser detectada porque não está visível no espaço. A única forma de entrar em contato com empresas desta classificação é através de informações dos seus subcontratados, mas mesmo assim há grandes dificuldades na concessão de entrevistas. Mesmo possuindo sedes, locais onde se corta e vistoria-se o produto acabado, não ficam claras, de imediato, as relações estabelecidas entre os subcontratantes ou intermediários com outras empresas.

Há intermediários ou subcontratantes que agem em um mercado mais amplo, articulando-se com grandes marcas nacionais e faccionistas da microrregião. Há, também, o intermediário ou subcontratante que possui sua sede em centros dinâmicos da microrregião, como Tubarão, e articula a produção entre as facções e indústrias domésticas e lojas próprias de centros de venda direta (out-let) ou representantes, mandando a produção para diversos estados e municípios. Um dos exemplos desta categoria é a empresa Adrijoa.¹⁰

Segundo o proprietário, a empresa trabalha com terceirização desde 1994, estando no ramo desde 1986. Com a entrada do produto estrangeiro, esta empresa sofreu um grande baque e teve que se reestruturar terceirizando a produção. A análise que o empresário entrevistado faz da política empreendida pelo governo, se expressa em suas palavras:

“...Realmente isso foi uma grande burrice por parte do governo, ele quis, lógico, pressionar o mercado para que baixasse os custos. Ele até conseguiu, mas conseguiu quebrar muitas empresas. Tem muita gente desempregada! Acho que isso aí tinha que ter uma dosagem, você não pode liberar a coisa totalmente...”

¹⁰Entrevista concedida por Adriano, de Tubarão, gravada no dia 27.07.1999

Pode-se, então, afirmar que os empresários buscaram na terceirização, uma alternativa para sustentarem seus lucros, sobrevivendo no mercado, sem preocuparem-se com a questão social, já que o governo brasileiro estabelece uma abertura sem critérios da economia nacional, com sérias conseqüências para a população. Logo, a alternativa encontrada pelos trabalhadores, para amenizarem a miséria a que foram lançados, seria submeterem-se às soluções determinadas pelos empresários.

A Adrijoa começou terceirizando pequenas quantidades em tecidos leves, como o moleton e a malha, depois passou para o índigo. Atualmente, tem entre trinta e quarenta facções cadastradas, das indústrias domésticas às facções de jeans. A produção mensal desta empresa gira em torno de 10.000 peças em tecidos leves e 500 peças de índigo. As 10.000 peças são produzidas por cinco indústrias domésticas que, geralmente, têm um prazo de dez dias para entregarem os lotes. O preço pago por peça é calculado de acordo com o tempo que se leva para fechar cada peça. Como as peças de índigo passam por oito a dez máquinas, levam mais tempo e, por isso, os intermediários ou subcontratante pagam mais por elas. Já as peças de tecido leve passam somente por duas ou três máquinas e levam menos tempo, logo o preço pago será menor. Segundo o proprietário da Adrijoa, no tempo em que se fecham 1.000 camisetas não fecham-se 50 calças jeans. O preço pago às facções é tabelado conforme o produto e todas recebem o mesmo preço por peça. As indústrias domésticas são selecionadas se estiverem de acordo com as exigências da empresa, que inclui qualidade e rapidez na produção dos lotes.

Um dos requisitos determinantes para a escolha da facção é o maquinário disponível. As peças são mandadas para as facções dependendo do maquinário apto existente para confeccionar um tipo de produto. Para contratar-se uma indústria pela primeira vez, faz-se um teste: manda-se um corte pequeno para ver o tempo de produção, para verificar o maquinário e a qualidade do produto final. A qualidade e a rapidez da produção é refletida pela mão-de-obra e pelo maquinário existente.

No caso do índigo, subcontratam-se facções com maquinário de qualidade, com costureiras treinadas, necessitando de empresas registradas e de profissionais competentes. Em relação à Adrijoa, estas facções distam, em média, vinte quilômetros da empresa, e as próprias facções vão buscar e levar as mercadorias,

como é um produto mais caro há vantagem para trabalharem neste esquema de deslocamento. O proprietário diz que há várias etapas na confecção do jeans: a facção monta as partes cortadas, a lavanderia busca as peças costuradas na facção, lava-se o produto, leva-se de volta para a facção, a facção faz o acabamento e a limpeza dos fios e, por fim, a facção retorna o produto para a sua empresa.

Para subcontratar a indústria doméstica ou a facção, além das exigências colocadas acima, a Adrijoa exige que se tenha condições de transportar os lotes da empresa à sua casa e vice-versa pois, com o aumento da produção, os deslocamentos freqüentes feitos por este subcontratante tornaram-se inviáveis.

Este requisito é verificado logo no cadastro das indústrias. Não interessa para o subcontratante saber onde a indústria subcontratada insere-se, pois o contato é feito somente por telefone. O proprietário acredita que as indústrias domésticas de outros municípios não vejam vantagens em trabalharem para ele por conta do alto preço que gastariam com transporte, além do risco de levarem multas pela falta de nota fiscal da mercadoria, ou seja, o ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – que pode significar apreensão de toda a mercadoria encontrada. O aumento da oferta de mão-de-obra em Tubarão facilitou a adoção desta exigência. Segundo o proprietário: “..então, vai se tirando esses custos adicionais e eu posso ter também o preço final do produto mais barato.” Ou seja, ele desconta os custos da mão-de-obra para aumentar o seu lucro.

Este subcontratante acredita que o que faz iniciar a indústria doméstica é o desemprego pois, muitas das costureiras que subcontrata são antigas funcionárias de firmas grandes que, ao serem demitidas, montam sua indústria doméstica. Diz que o custo delas é baixo pois não têm funcionárias registradas, logo não há grandes encargos:

“Geralmente são pessoas que precisam complementar a sua renda familiar, não têm condições de conseguir emprego fora e, até, ganham um valor razoável e ajudam muito no orçamento da família em determinados períodos, em alguns casos sustentam a família..... tirando em torno de R\$300,00 a R\$500,00 por mês”

O proprietário diz que a proliferação das facções e das indústrias domésticas

facilitou a criação de mais empresas subcontratantes, pois a estrutura necessária diminui, ou seja, o capital constante e o capital variável necessários dentro da empresa são mínimos.

A produção de sua empresa destina-se às lojas próprias situadas na periferia de Tubarão, em Araranguá, em Rio Grande, além dos representantes que abrangem áreas do Rio Grande do Sul como: Pelotas, Santana do Livramento, Jaguarão, Passo Fundo, Santo Anjo e Carazinho. A documentação legal, como as notas fiscais, para circular com as mercadorias é emitida pela empresa do subcontratante ou intermediário.

Apesar da Adrijoa produzir mais de 10.500 peças ao mês, no escritório e no galpão da empresa há apenas seis funcionários que fazem o corte das peças e, quando retornam das facções e das indústrias domésticas, o acabamento. Os produtos são mandados já cortados e com os respectivos aviamentos. Na empresa é feito o controle de qualidade, onde se conferem as peças, colocam os aviamentos, como os botões, e embalam-se os produtos. A localização da empresa subcontratante é importante para que as facções e as indústrias domésticas tenham facilidade de acesso, além de um espaço para o embarque e desembarque de mercadorias.

A porcentagem por peça destinada ao subcontratante ou intermediário varia. Os que exploram menos ganham em 15% a 26% pela intermediação, mas para os mais exploradores esta porcentagem é muito maior.

Soou-se, através de entrevistas com subcontratantes e com indústrias domésticas, que há dois intermediários ou subcontratantes de Tubarão que trabalham com uma grande margem para fazer intermediação, mas estas mesmas pessoas não concederam entrevistas nas três ocasiões em que foram contatadas. O motivo do medo em informarem sobre o seu processo de trabalho fica óbvio no seguinte trecho da entrevista, concedida por uma indústria doméstica¹¹:

“Eles trabalham com moletom. Eles fabricam e vendem. Tudo com costureira de fundo de quintal. A gente até é amigo deles, mas não trabalho com eles porque.... como é que eu vou dizer... eles são muito...”

¹¹ Entrevista concedida pelo Sr. G. (o nome não foi revelado para preservar o sigilo)

sugadores. Eles não dão chance para tu sobreviveres. Eu sou pelo contrário: eu repasso serviço, mas eu sei que eu não posso sugar, não posso trabalhar com uma margem alta porque eu sei que tu não vais sobreviver. Eu não trabalho com eles porque o meu preço é mais alto. Do jeito que eles trabalham, trabalhando como empregado eu ganho mais. Então não compensa! Tem que trabalhar dezoito horas pra ganhar alguma coisa.... Eu sou sincero e falo para eles, eu pago R\$1,00 numa calça de moletom, o R¹². paga R\$0,35.”

Aqui, então, fica clara a relação de exploração estabelecida entre alguns intermediários ou subcontratantes com as indústrias domésticas mais destituídas, carentes de maquinários e privadas de inserções em circuitos de fluxos mais dinâmicos. No trecho da entrevista acima verificou-se um ganho de 65% em cima de cada peça produzida. As costureiras, para conseguirem sobreviver através da única forma que conhecem, são obrigadas a aumentar infinitamente sua jornada de trabalho para sustentarem a “sugação” daqueles que querem enriquecer explorando a força de trabalho dos mais pobres. Para estes “sugadores” a política brasileira vem a calhar, pois os trabalhadores estando sem opções representam a situação ideal de exploração da força de trabalho que, por sua vez, lutará desesperadamente para tentar sobreviver nas piores condições ou, pelo menos, fugir por algum tempo da miséria absoluta.

2.1.2.3. INDÚSTRIAS DOMÉSTICAS:

A indústria doméstica, cerne deste estudo, define-se como a célula de produção subcontratada que se organiza dentro da unidade familiar.

São indústrias domésticas quando duas ou mais costureiras se reúnem para confeccionar um determinado lote, solicitado diretamente por um intermediário, lojista ou uma empresa de micro, pequeno ou médio porte que terceiriza sua própria marca ou ainda, é intermediária de uma marca maior, sem nenhum tipo de contrato formal apenas verbal e sem registros legais.

¹² O nome do subcontratante não foi revelado para preservar o sigilo.

O local de trabalho é a residência de uma das costureiras, sendo que este espaço vai variar de acordo com a capacidade de acumulação e inserção no circuito de produção e venda. Geralmente, no início, restringe-se ao menor cômodo da casa, muitas vezes com pouca iluminação e ventilação, além de combinar as tarefas domésticas com o trabalho. Na grande maioria dos casos, não há alvará e nenhum tipo de inscrição em prefeitura ou em sindicatos. Os pagamentos pelos serviços são cobrados por produção e o valor da peça confeccionada é muito baixo, sendo assim, o que as costureiras ganham por mês atinge um pouco mais do que o salário mínimo, o que não faz jus ao número de horas trabalhadas. E ainda há a expectativa e o receio de ficar sem trabalho nos meses que seguem.

Detectou-se, no entanto, casos em que as indústrias domésticas estão formalizadas devido às condições propícias de acumulação inicial, às perspectivas de obtenção de linhas de crédito e, conseqüente, à articulação no mercado confeccionista através de subcontratantes ou intermediários inseridos em circuitos de fluxos em expansão. Este processo de diferenciação entre as indústrias domésticas ocorre logo na gênese, isto é, há aquelas cujos componentes familiares e/ou o trabalho anterior possibilitam uma maior acumulação inicial.

As linhas de crédito concedidas por bancos estatais e privados também devem ser consideradas no que se relaciona à formalização da indústria doméstica. Verificou-se que algumas linhas de crédito pesquisadas apresentam diferenças de valor em relação às pessoas físicas e às jurídicas e aos financiamentos possíveis às indústrias informais e às formais¹³. Assim, há vantagens para a formalização quando se visa permissão para tais financiamentos, pois estes variam, em alguns casos, em 1.000% e as taxas de juros são menores quando o empréstimo é feito para indústrias formais, isto é, microempresas e pequenas empresas.

¹³ Para as indústrias informais, os empréstimos para investimentos variam em torno de R\$ 200,00 a R\$6.000,00 para capital de giro e até R\$10.000,00 para capital fixo (Banco do Empreendedor, Casa do Microcrédito de Tubarão, Programa Crédito de Confiança). Já para as empresas formalizadas o crédito concedido varia de R\$30.000,00 a R\$100.000,00. (Giro Rápido Banco do Brasil, MIPEM Investimento SEBRAE/SC e Banco do Brasil S/A, PROGER ME e EPP Faixa I e Faixa II, ambos da Caixa Econômica Federal). Além disso, as taxas de juros são menores para as linhas de crédito permitidas às empresas formais. Um exemplo é a do Banco do Empreendedor que trabalha com a taxa de 2,9% ao mês, também, para empresas informais, enquanto a do Giro Rápido BB trabalha com a taxa de 1,95%. Já as linhas de crédito que têm convênio com o SEBRAE, como o MIPEM Investimento do Banco do Brasil, a taxa de juros cai pra 1% ao mês, fora os encargos. (Fonte:www.sebrae-sc.com.br, em julho de 2001)

A linha de crédito obtida pela indústria doméstica formalizada é revertida em estrutura técnica produtiva, facilitando a inserção nos circuitos maiores; no entanto, alguns bancos estabelecem a análise do faturamento da empresa como critério para o empréstimo. Verificou-se casos de indústrias domésticas formalizadas principalmente em Capivari de Baixo, Termas do Gravatal e Tubarão.

Então, a conjuntura familiar e, conseqüentemente, as condições de acumulação inicial, ajudam a explicar porque as diversas indústrias domésticas entrevistadas não começam e, principalmente, porque não evoluem da mesma forma.

Nos casos em que as condições de acumulação inicial são propícias e a estrutura familiar contribui, o espaço de produção foi ampliado, mas continua vinculado à residência do proprietário das máquinas.

Portanto, neste trabalho, não utilizou-se como critério para definição de indústrias domésticas a permanência do trabalho informal, mas, sim, a existência da imbricação do universo doméstico com o da produção. Além disso, as indústrias domésticas, apesar da possibilidade de formalização, não conseguem avançar do estágio de microempresa para formar uma indústria maior, ou seja, dar um salto técnico-produtivo maior, pois isto significa maiores investimentos, indo além do limite de crédito permitido e da acumulação interna da microempresa.

As costureiras que trabalham nas indústrias domésticas formalizadas, na maioria dos casos, possuem carteira assinada, havendo casos em que trabalham por jornada de trabalho, não por produção. Como tais indústrias domésticas possuem uma estrutura maior, as encomendas são mais constantes, mas nas épocas de baixa produção são levadas a aceitar preços mais baixos pelas peças confeccionadas para sustentar a estrutura física e de pessoal. Há casos em que a indústria doméstica repassa lotes em épocas de maior produção para outras indústrias domésticas, ganhando pela intermediação, ou seja, pagando um preço menor pelas peças para a indústria doméstica que subcontratou.

As indústrias domésticas dependem das empresas e das lojas para as quais facionam. Não há qualquer espécie de vínculos empregatícios que garantam o trabalho fora das épocas de alta produção, configurando um trabalho e, conseqüente remuneração, de extrema sazonalidade.

Recebendo, geralmente, as peças cortadas em suas próprias casas e

entregando-as costuradas, as costureiras das indústrias domésticas de menor porte não possuem nenhuma mobilidade trabalho-casa. Já as indústrias domésticas de porte maior possuem um intenso fluxo de mercadorias e de trabalhadoras que, geralmente, habitam próximas à unidade produtiva, deslocando-se a pé ou de bicicleta, evitando o pagamento de vale-transporte pela proprietária da indústria doméstica.

Por ser eixo deste estudo, a análise desta categoria mereceu especial atenção elaborando-se, assim, um capítulo que visa discutir as várias relações detectadas.

CAPÍTULO 03

LOCALIZAÇÃO GERAL DAS INDÚSTRIAS DA CONFECÇÃO

3.0. INTRODUÇÃO

Quando percorremos velozmente a rodovia que dá acesso às diferentes cidades da microrregião de Tubarão, não conseguimos visualizar e, muitas vezes, nem sequer imaginar a complexidade das teias de relações que se tecem por trás das formas consolidadas no espaço. Por trás dos grandes galpões, das estruturas industriais e de serviços, do fluxo contínuo de carros e caminhões, das infindáveis pastagens e plantações, entre outras formas, há inúmeras relações pessoais, de mercado e mercadorias, entre pessoas e pessoas, entre pessoas e coisas, entre coisas e coisas. Situações comuns, consideradas normais em um cotidiano capitalista, onde a produção propriamente dita, circulação, distribuição e consumo ou, segundo SANTOS (1991), as interações entre fixos e fluxos são determinantes pra o seu funcionamento. Dentro deste contexto procura-se explicar a lógica dos circuitos espaciais de produção com seus fluxos, intensidades e direções, pois “*O mundo encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global. Não podemos mais falar de circuitos regionais de produção....*” (SANTOS, 1991:49)

Neste limite geográfico imaginário onde há muitos “subespaços articulados dentro de uma lógica global”, (SANTOS, 1991) formado por dezoito municípios com diversas características, comuns e peculiares, estima-se que vivam mais de trezentas e trinta mil pessoas, segundo o IBGE (2000).

Só perceberemos e poderemos explicar um fragmento dessa realidade, compreendendo as diferenças entre explorador e explorado, se buscarmos selecionar um dado setor econômico inserido nessa microrregião, procurando aprofundar sua análise. Recortando, então, o setor confeccionista e suas várias relações, poderemos elucidar sua realidade social e espacial e sua conexão com a atual política econômica mundial e seus efeitos no Brasil.

Para analisar a localização dos diversos tipos de empresas e trabalhadores, adotou-se dois critérios de investigação: o primeiro foi a mensuração da participação da indústria da confecção nos municípios da microrregião a partir de dados formais fornecidos pela Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina elaborando-se, assim, um mapeamento geral dos municípios; o segundo foi em relação às indústrias informais, ou seja, às indústrias domésticas cuja grande maioria não aparece nos dados da Secretaria da Fazenda, para detectá-las percorreu-se os municípios da microrregião ao longo de quatro anos de pesquisa *in loco*.

Procurou-se, primeiramente, traçar um panorama geral da localização das indústrias da confecção no espaço em estudo, utilizando-se como ponto de partida os dados formais do Valor Adicionado Fiscal¹⁴ para a indústria da confecção no anos de 1990, 1995, 1997 e 1999, buscando estabelecer uma classificação para investigação posterior objetivando-se abordar os municípios¹⁵ mais relevantes para a indústria da confecção, procurando, então, relacionar sua conformação da malha urbana e articulação viária regional. (Ver mapa 01).

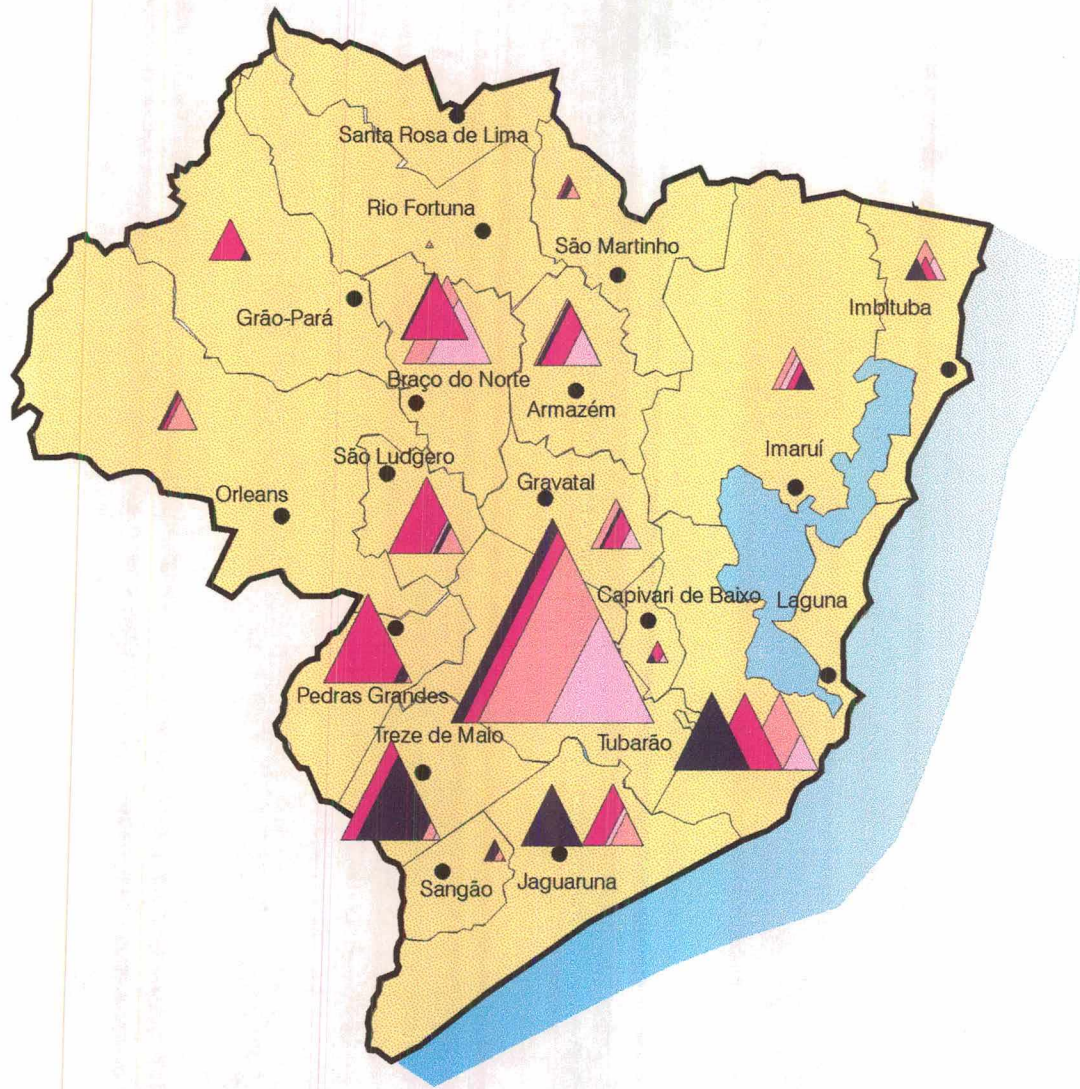
Num segundo momento, o que foi mais difícil e, por isso mesmo, desafiante foi conseguir encontrar os estudos de casos que se analisam neste trabalho, pois muitos não aparecem nos dados do Valor Adicionado nem espacialmente da forma com que se encontram as grandes indústrias e comércios, estão camuflados e totalmente dispersos e, além do mais, sofrem processos diferentes de formação e de inserção no circuito de produção e mercado. Tais fatos tornam a situação extremamente confortável para os donos dos meios de produção pois, não havendo uma concentração da classe operária, não há a mínima possibilidade de organização de classe, de consciência coletiva, facilitando, portanto, a resignação dos trabalhadores perante a situação em que se encontram.

¹⁴ Os dados do Valor Adicionado foram elaborados pela Secretaria de Estado da Fazenda, Gerência de Estatística e Informática, disponibilizado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Santa Catarina, na pessoa do Sr. João Andersen. Os valores foram deflacionados com ajuda do Programa Indexa, utilizando-se como índice o IGP-DI para janeiro de 2001.

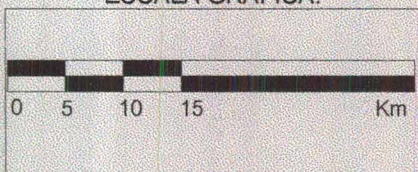
¹⁵ Considerou-se os dez municípios que mais tiveram uma participação do setor confeccionista, como tendo um Valor Adicionado Fiscal de R\$220.000,00 a R\$9.855.950,00 no ano de 1999.

MAPA 01

PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA AMUREL NA INDÚSTRIA DA CONFECÇÃO NOS ANOS DE 1990, 1995, 1997 e 1999.



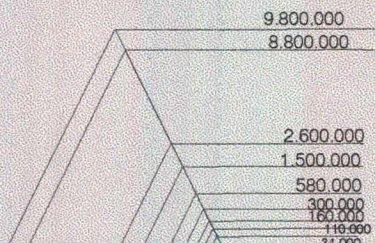
ESCALA GRÁFICA:



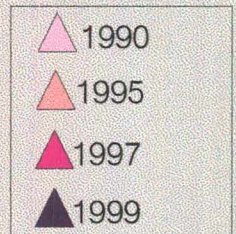
N



Valores em Reais deflacionado para Janeiro/2001, segundo o índice IGP-DI



LEGENDA



Fonte: Elaborado segundo os dados do Valor Adicionado para os anos de 1990, 1995, 1997 e 1999.

Tal situação intensifica-se quando se detecta que a maioria dos municípios possui sua população economicamente ativa concentrada no setor primário, segundo o Censo do IBGE de 1991, como: Orleans, Imaruí, São Ludgero, Treze de Maio, Armazém, Grão-Pará, Pedras Grandes, Rio Fortuna, São Martinho e Santa Rosa de Lima. Muitos destes municípios passaram a abrigar, nos últimos dez anos, indústrias confeccionistas que absorveram a mão-de-obra rural que, por não ter conhecimentos prévios sobre o funcionamento de indústrias ou salários, pode ser subjulgada mais facilmente. Impondo-lhes, muitas vezes, regras próprias de trabalho e de tratamento pessoal, estas empresas preferem as mulheres mais novas pois possuem menos costumes adquiridos em outras empresas ou ramos de trabalho, além de serem mais ágeis intensificando a produção. Apesar disso significar maiores investimentos em treinamento de mão-de-obra, as empresas podem, no entanto, formar uma mão-de-obra técnica e ideologicamente adaptada ao que melhor lhe convier.

3.1. LOCALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS FORMAIS:

As localizações das indústrias formais são facilmente identificáveis pois aparecem nos dados do Valor Adicionado Fiscal do setor confeccionista. Fazem parte das indústrias formais as indústrias tradicionais, as facções formalizadas em geral e as que fazem parte do Sistema Cooperativo de Facção.

Os municípios que mais participam do Valor Adicionado Fiscal de 1999 são, em ordem decrescente: Tubarão, Treze de Maio, Laguna, Braço do Norte, Armazém, Jaguaruna, Gravatal, Orleans e São Ludgero. Destes, quatro municípios (Jaguaruna, Armazém, Braço do Norte e São Ludgero) possuem indústrias que fazem parte do Sistema Cooperativo de Facção que atendem empresas paulistas, mas podem abrigar outras facções que não estão ligadas ao sistema referido como em Jaguaruna, por exemplo, que das cinco facções que se localizam ali, apenas uma faz parte do Sistema Cooperativo. Além disso, verificou-se que outros municípios têm facções com inserção em circuitos de empresas nacionais mas que não possuem nenhum tipo de associação entre facções.

Analisando os dados do Valor Adicionado Fiscal de 1990, 1995, 1997 e 1999, verifica-se que apenas os municípios de Tubarão e Orleans possuem um crescimento contínuo da indústria da confecção, embora o crescimento deste último

seja bem menor que o de Tubarão. Atribui-se o crescimento em Orleans principalmente à indústria tradicional, com vendas para o mercado nacional atingindo sete estados como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Mato Grosso, através de vendas por representantes. Esta empresa foi detectada *in loco*, existe há treze anos e demonstra um aumento progressivo da produção e conseqüente aumento do mercado de vendas. Há também uma facção de jeans, localizada no meio rural, que produz para lojas que fazem fronteira com o Uruguai.

As indústrias tradicionais estão predominantemente localizadas no município de Tubarão que possui disparado o maior Valor Adicionado da microrregião, que cresce sistematicamente de 1990 para 1999, mostrando uma característica de concentração por ser um município de fácil acessibilidade viária, pela BR-101, e de comércio e serviços. Por isso mesmo, Tubarão concentra diversos tipos de indústrias, de facções com grande capital constante e variável a tímidas indústrias domésticas. (Ver tabela 03 e mapa 01)

TABELA 03 - Dados do Valor Adicionado Fiscal para 1990, 1995, 1997 e 1999, com valores deflacionados pelo índice IGP/DI de janeiro de 2001, para a Indústria da Confeção.

Município	1990	1995	1997	1999
Tubarão	2.756.586,53	7.204.332,60	8.879.330,20	9.855.950,06
Treze de Maio	34.864,33	112.246,92	2.613.960,56	1.548.135,64
Laguna	339.868,15	1.374.402,00	1.494.426,76	1.429.077,09
Braço do Norte	1.069.133,15	1.940.353,36	957.376,69	1.033.937,72
Armazém	383.662,13	1.041.494,64	806.809,12	936.654,49
Jaguaruna	383.132,67	249.875,30	881.329,47	846.585,44
Gravatal	124.996,76	589.071,64	490.426,56	543.483,91
Orleans	4.253,73	174.499,20	366.599,71	431.837,57
São Ludgero	324.885,15	199.054,86	1.560.523,41	223.084,66
Imbituba	168.856,02	479.224,29	164.250,24	141.745,18
Sangão	0	45.105,29	8.051,46	137.667,92
Imaruí	301.551,64	525.967,15	223.181,74	117.265,17
São Martinho	0	75.968,61	163.192,48	112.905,43
Pedras Grandes	0	12.640,18	634.057,15	92.734,79
Grão-Pará	0	0	544.502,47	35.994,68
Capivari de Baixo	4.839,38	25.068,86	138.194,55	24.551,69
Santa Rosa de Lima	0	0	667,08	543,05
Rio Fortuna	8.165,93	16.889,71	0	0

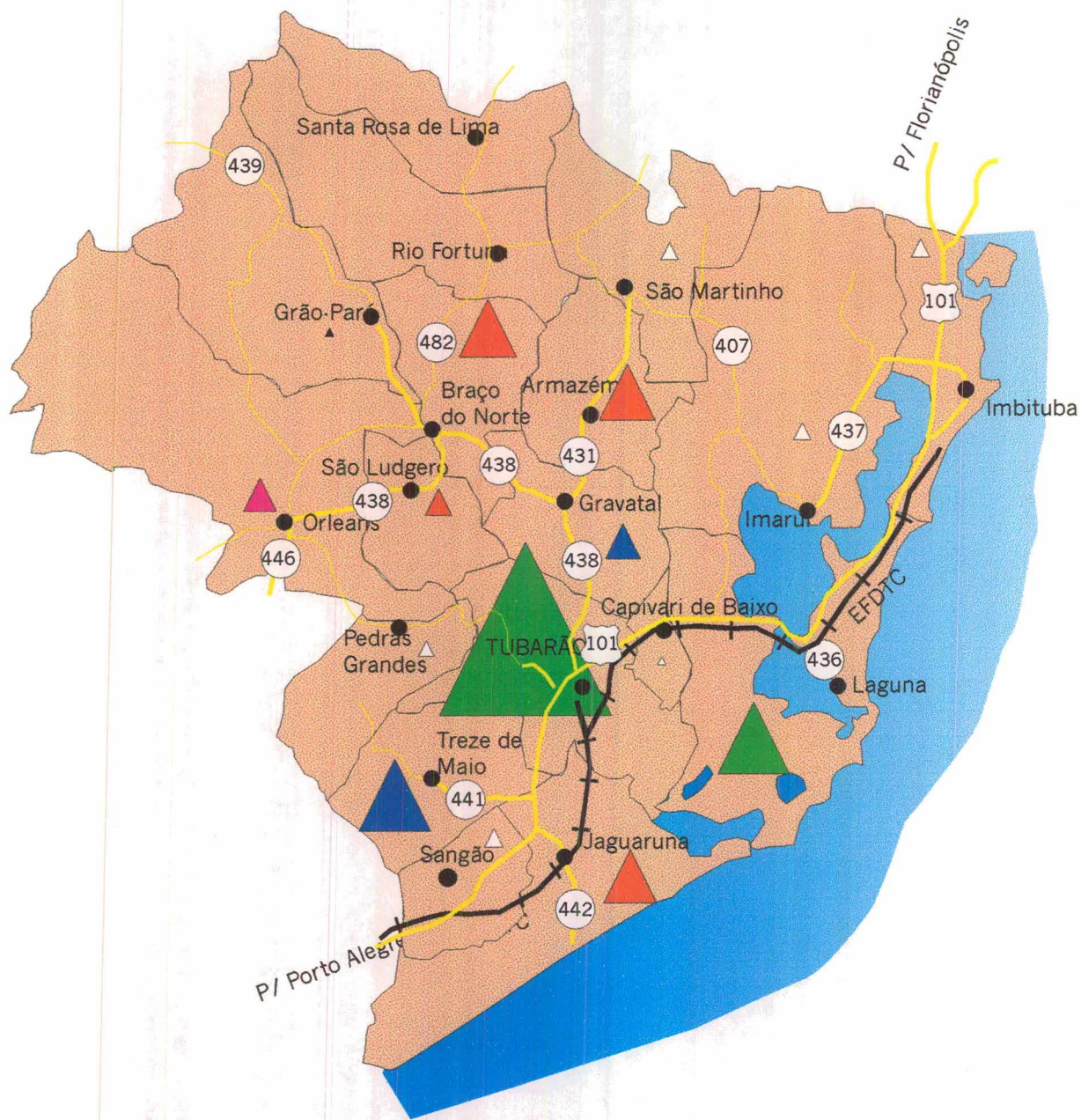
Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda. Governo do Estado de Santa Catarina.

Outros municípios como Treze de Maio, Laguna, Braço do Norte, Armazém, Jaguaruna e Gravatal possuem oscilações, relativamente tênues, no crescimento do setor confeccionista nos nove anos analisados, mas mantêm uma importante participação de tal setor. As oscilações podem ter dois motivos: a grande instabilidade da demanda, onde há períodos ou meses em que as encomendas diminuem dependendo da duração das estações de frio ou de calor que se faz no ano, que se relaciona com a região do país para a qual se comercializa; ou, um segundo motivo, o fechamento ou transferência de indústrias confeccionistas para outros municípios ou regiões.

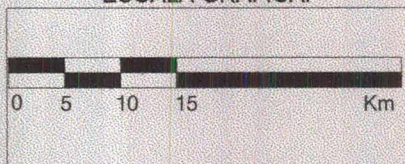
Ainda analisando-se os dados do Valor Adicionado, verifica-se que houve municípios que tiveram um grande crescimento repentino do setor confeccionista e uma igual queda da produção, se forem considerados o crescimento verificado no intervalo dos anos de 1995 a 1997 e o declínio entre 1997 e 1999. Tais municípios são: São Ludgero, Pedras Grandes e Capivari de Baixo. Nestes casos, atribui-se a situação verificada ao fechamento e/ou transferência de indústrias da confecção existentes para outros municípios. Como exemplo do primeiro caso, em Pedras Grandes verificou-se, através de entrevistas, que duas facções fecharam no ano de 1999 mas esboça-se uma recuperação com abertura de duas novas facções no ano de 2001, entre elas uma transferida da microrregião de Criciúma; como exemplo do segundo caso, a facção Mr. Mõa de Capivari de Baixo transferiu-se para Gravatal em 1999, mas encerrou totalmente suas atividades nos idos de 2000. Para corroborar tal afirmação, pode-se verificar um leve acréscimo no faturamento do setor em Gravatal. O acréscimo pouco significativo, em relação ao que vinha sendo demonstrado em Capivari de Baixo, pode ser atribuído a problemas administrativos sistemáticos que levaram ao fechamento total das atividades nos idos de 2000.

Como observa-se no Mapa 02, da distribuição das categorias das indústrias de confecção na microrregião, as facções que produzem para grandes empresas têxteis estão dispersas no espaço microrregional, principalmente em municípios mais interiores, com características rurais que, inclusive, não têm tanta facilidade de acesso se considerarmos que não estão às margens da BR-101. Mas possuem um acesso fluido pelas rodovias secundárias o que permite que a produção seja rapidamente escoada para os centros de consumo dinâmicos. Então, o que se busca nestes municípios é essencialmente a mão-de-obra barata e fácil de submeter-se às regras patronais. (Ver Mapa 02)

**MAPA 02 -
 MAPA DA MICRORREGIÃO DE TUBARÃO COM DADOS DO VALOR ADICIONADO DO
 SETOR CONFECCIONISTA PARA O ANO DE 1999, COM CLASSIFICAÇÃO DAS INDÚSTRIAS
 DA CONFEÇÃO E AS RODOVIAS DE ACESSO.**

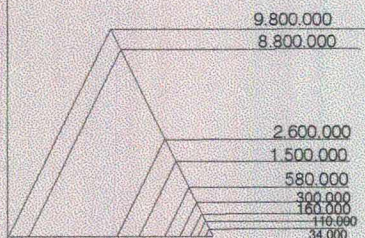


ESCALA GRÁFICA:



Fonte: Elaborado segundo os dados do Valor Adicionado para o ano de 1999

Valores em Reais deflacionado para Janeiro/2001, segundo o índice IGP-DI



LEGENDA

CIRCUITO NACIONAL

- Sistema Cooperativo de Fação
- Indústria Tradicional e Fações
- Sistema Cooperativo de Fação e Fações.
- Fações
- Indústria Tradicional, subcontratante eventual e Fações.

CIRCUITO LOCAL

- Indústria Local

Para ilustrar esta análise pode-se verificar que os municípios de Treze de Maio, Grão-Pará, São Ludgero, Armazém e Orleans estão fora do eixo da rodovia principal, BR-101, possuem mais da metade do total de sua população economicamente ativa trabalhando no setor primário, segundo o Censo do IBGE de 1991, mas abrigam tanto facções do Sistema Cooperativo quanto facções sem associação para negociação da forma que se verifica em tal sistema. No entanto, todas as facções destes municípios estão inseridas no circuito nacional. Vale lembrar que Grão-Pará teve uma importante queda nos dados do Valor Adicionado de 1997 para 1999, passando de R\$544.502,47 para R\$35.994,68 respectivamente, ou seja, configurou uma queda de 74% no período de dois anos na indústria da confecção, mas continua abrigando uma das unidades do Sistema Cooperativo de Facção. A explicação para esta vertiginosa queda em Grão-Pará nos foi dada em entrevista com proprietário de uma das facções participantes do Sistema Cooperativo, que informou que uma das unidades participantes, especificamente a de acabamento, encontrava-se em progressivo declínio a ponto de encerrar totalmente as atividades no final de 2000.

3.2. LOCALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DOMÉSTICAS:

Há indústrias domésticas com infra-estrutura maior que costumam, eventualmente, para as facções inseridas no circuito nacional, já as de menor porte para lojas do out-let ou centro de venda direta, chamado de Feinvest Lovestory, e para as lojas de Termas do Gravatal. Localizam-se principalmente na periferia dos municípios de Tubarão, Gravatal, Capivari de Baixo e, mais recentemente e portanto de forma ainda incipiente, em Laguna. Nestes quatro municípios estão concentradas diversos tipos de empresas, pois estão no eixo de maior demanda por produtos. No entanto, a distribuição das empresas nestes municípios é diferente, pois estes quatro municípios têm características peculiares.

Em Tubarão, assim como em Laguna, localizam-se vários tipos de indústrias como as tradicionais, as facções formais e informais inseridas em diferentes circuitos e as indústrias domésticas.

Tubarão, principalmente, é um município que está às margens da BR-101, ou seja, do eixo norte-sul onde localizam-se diversos out-let, centros de venda direta. As indústrias domésticas detectadas facionam, na sua grande maioria, para as lojas do out-let Feinvest Lovestory. Possuindo uma inserção privilegiada de

entroncamento viário formado historicamente, Tubarão configura como centro de convergência das rodovias de acesso aos municípios do interior da microrregião.

No geral, as indústrias domésticas localizam-se nos bairros e localidades onde o valor do solo é mais baixo. São locais mais afastados, na periferia dos quatro municípios referidos, onde a infra-estrutura é bastante precária, verificando-se ruas sem pavimentação, esgoto correndo a céu aberto, falta de frequência das linhas de ônibus, etc.

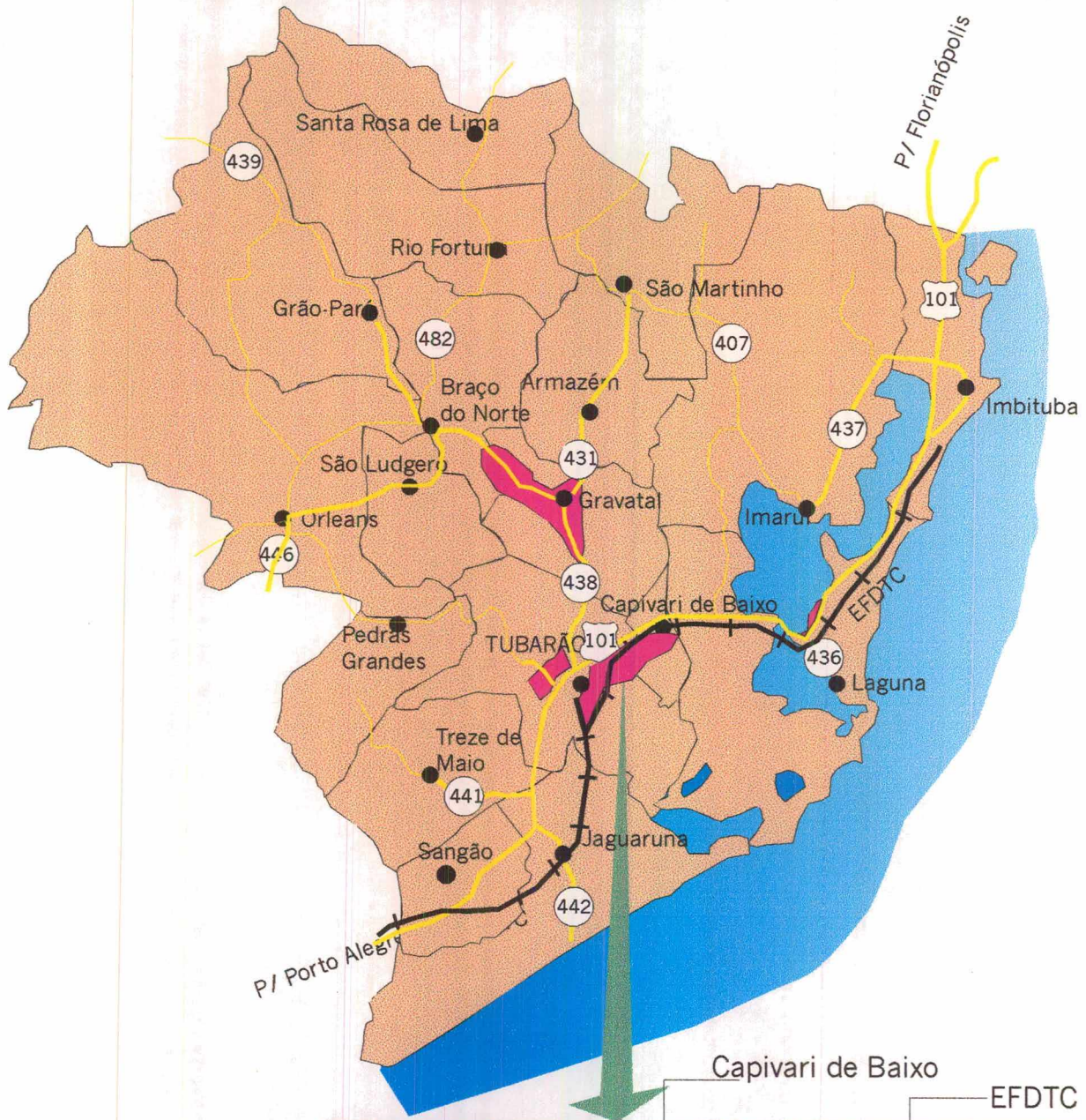
Atualmente Capivari de Baixo e Tubarão formam uma área conurbada, periférica, concentrando um grande número de indústrias domésticas que atendem lojas e subcontratantes de Tubarão. A ligação entre os dois municípios pode ser feita tanto pela rodovia BR-101 quanto por uma via interna existente, margeando a Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina – EFDTC.

Como verifica-se no Mapa 03, de localização da concentração das indústrias domésticas, o bairro periférico de Tubarão, denominado Comasa, formou-se às margens da EFDTC e abriga um maior número de indústrias domésticas. Deste bairro, conforme verifica-se na foto do Mapa 03 avista-se as chaminés da Termoelétrica de Capivari de Baixo, dando a idéia da área conurbada formada pelos dois municípios em questão.

Termas do Gravatal, que faz parte do município de Gravatal, assume um caráter peculiar por ser a uma localidade de atração turística da microrregião pois, com suas águas termais e toda infra-estrutura hoteleira, atrai pessoas de diversos estados praticamente o ano inteiro. Em vista disso, desenvolveu-se o comércio voltado principalmente para a venda de roupas diretamente das fábricas. Observe-se foto (Foto 06) mostrando a via principal de Termas do Gravatal, que leva aos hotéis, com suas lojas e galerias que são majoritariamente de vendas de roupas confeccionadas nas proximidades, pela indústria doméstica.

Com isso, muitas indústrias domésticas formaram-se ao redor da rodovia que dá acesso às Termas para atender a demanda das inúmeras lojas que se formaram nas galerias construídas próximas aos hotéis, atendendo um mercado que vem ao local com a intenção de desfrutar das águas termais e aproveita para comprar roupas com preços abaixo do mercado.

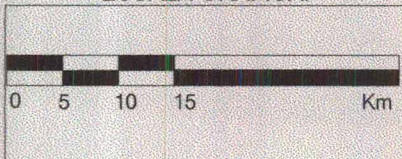
MAPA 03
MAPA DA MICRORREGIÃO DE TUBARÃO COM LOCALIZAÇÃO DA CONCENTRAÇÃO DE
INDÚSTRIAS DOMÉSTICAS



Bairro de Tubarão com maior concentração de indústrias domésticas



ESCALA GRÁFICA:



LEGENDA

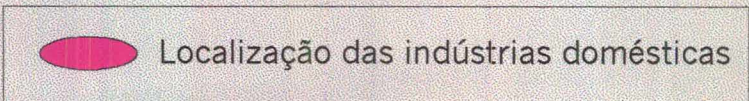


FOTO 06



Foto desde a avenida principal de Termas do Gravatá para os hotéis. À esquerda vê-se a Galeria Gajala, onde há muitas lojas de venda direta de fábrica, que subcontratam a indústria doméstica. Foto tirada pela autora em jan/2001.

De um modo geral, as indústrias domésticas localizam-se, como já foi dito, nas áreas mais distantes do centro urbano das cidades, em ruas sem pavimentação, ou seja, de chão batido e com infra-estrutura precária. As residências e unidade produtiva são construídas principalmente em madeira, o que representa perigo de incêndio devido ao uso excessivo de energia elétrica sem o dimensionamento adequado. A questão relativa ao espaço de produção será melhor discutida no capítulo dedicado exclusivamente à indústria doméstica.

3.3. O SETOR CONFECCIONISTA NAS RODOVIAS DA MICRORREGIÃO

No mapa da microrregião de Tubarão pode-se verificar que há onze rodovias estaduais e uma federal, a BR-101, que liga o eixo norte-sul do país, cortando a microrregião longitudinalmente.

As rodovias que desempenham o papel de maior importância são a BR-101 e a SC-438. A primeira por razões óbvias, de ligação e integração nacional, a segunda por ordenar o fluxo de vários municípios com a BR-101, em uma área de convergência que tem como centro o município de Tubarão.

Observando-se a rodovia SC-438, que dá acesso a Termas do Gravatá, pode-se demonstrar a diversidade de fluxos e de intensidade de relações em uma mesma rodovia. Esta é utilizada diferentemente pelas facções do circuito nacional, pois dá acesso aos municípios de Braço do Norte e Armazém onde estão diversas facções de grandes marcas, e pelos turistas de Termas do Gravatá.

Para as facções inseridas no circuito nacional a rodovia é apenas utilizada para o escoamento dos produtos fabricados nos municípios referidos com destino aos grandes centros de consumo, como São Paulo. Já para os turistas de Termas, a rodovia os leva ao centro de consumo e lazer, formando um mercado que vai ao local para consumir. No entanto, este tipo de turismo não constitui-se exclusivamente de compras como o que se verifica no eixo norte e sul da BR-101, através dos out-lets dispostos pela rodovia, como é o caso da Feinvest Lovestory localizada em uma das entradas de Tubarão.

MAPA 04 - Localização dos Out-Lets (Centros de Venda Direta), às margens da BR-101

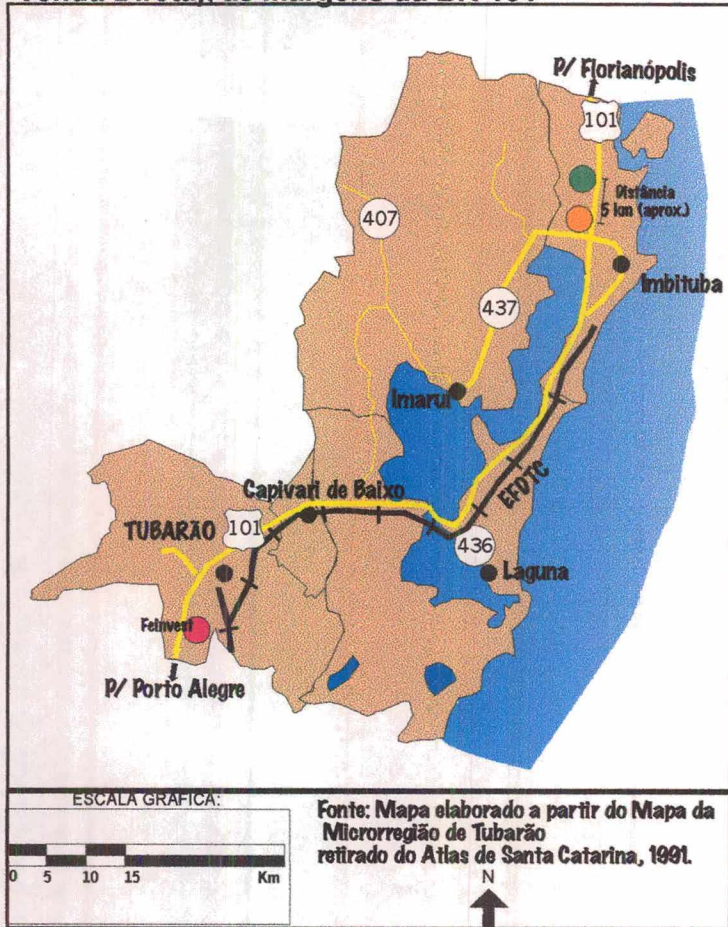


FOTO 07



Em Termas do Gravatal as pessoas não vão especialmente para comprar, mas constituem um importantíssimo mercado de consumo, que estimulou o desenvolvimento da indústria confeccionista nos locais adjacentes.

FOTO 08



Na lógica dos centros de venda direta, existentes em vários pontos ao longo da BR-101, pode-se utilizar a explicação dada por SANTOS (1991):

FOTO 09



Centro de Vendas Direta, Feinvest Love Story, localizado em um dos acessos a Tubarão, com produtos de marcas locais.

Foto tirada pelo arq. Diego Fermo em 1998.

“... A melhoria das estradas e veículos, o encontro de combustíveis mais baratos representam modernizações que permitem a diminuição dos custos. De modo geral, o preço dos transportes aumenta menos que o dos demais fatores da produção e a redução do custo das viagens possibilita às pessoas escolher onde adquirir bens e serviços, que freqüentemente vão buscar em lugares mais distantes, mas onde os preços praticados oferecem maiores atrativos...” (SANTOS, 1991:56)

Claro que estas viagens, feitas pelos turistas de compras, em busca de produtos mais baratos são acessíveis somente àqueles que têm condições de mobilidade e, além do mais, não são feitas apenas para consumo próprio. No caso das compras nos out-lets ou centro de vendas direta, o destino dos produtos é a comercialização em outros centros consumidores, quando as vantagens são maiores para os turistas, pois muitas lojas desses centros praticam um preço ainda mais baixo nas vendas em atacado. Aqui se vê, mais uma vez, a ampliação dos fluxos de consumo e a interdependência entre lugares longínquos.

No trecho da BR-101 que abrange a microrregião em estudo há três centros de vendas. (Ver mapa 04) Dois deles vendem grandes marcas nacionais como Artex, Buettner, Teka, Sulfabril, Karsten, Altenburg, com poucos produtos de produção local. Mas o out-let localizado em uma das entradas de Tubarão, conhecido como Feinvest Lovestory, comercializa exclusivamente produtos confeccionados na microrregião em estudo, predominantemente produzidos pelas indústrias

domésticas localizadas próximas a Tubarão.

A seguir discorreu-se sobre os municípios mais relevantes desta análise da localização do setor confeccionista, procurando explicar as características atuais de suas configurações urbanas, bem como suas conexões regionais relacionando-as com os diferentes tipos e formações de suas indústrias confeccionistas.

Inicialmente analisou-se os municípios de Tubarão e Capivari de Baixo, o primeiro por ser o município em que o setor confeccionista mais cresce e o segundo por ser praticamente uma periferia do primeiro formando, como já foi dito, uma área conurbada. Posteriormente passou-se a analisar cada município de acordo com uma ordem decrescente do crescimento verificado nos dados do Valor Adicionado de 1999, portanto, na seguinte ordem: Treze de Maio, Laguna, Braço do Norte, Armazém, Jaguaruna, Gravatal, Orleans e São Ludgero.

3.4. TUBARÃO

Tubarão é um município com uma forte característica de entroncamento viário, a facilidade de acesso via BR-101 é um fator determinante para que indústrias formais e informais, inseridas em diversos circuitos, instalem-se ali e, principalmente, para as que circulam entre elas. Pois a facilidade de fluxo passou a ser um fator essencial neste modo de trabalho.

A construção da BR-101, implantada na década de 70, ativou o setor industrial possibilitando o escoamento rápido da produção. A estrada que deu origem à BR-101 foi aberta por volta de 1956 (VETTORETTI, 1992:196), sendo pavimentada em 1970. O aumento do fluxo reforçou o papel de entroncamento viário de Tubarão. Para a rodovia convergem várias outras estradas que ligam localidades distintas, abertas a partir da imigração, exercendo em um determinado ponto nodal, um caráter de convergência ao município, exatamente na avenida que dá acesso ao centro da cidade.

O período de maior desenvolvimento da malha urbana de Tubarão verificou-se entre 1968 a 1978 principalmente para a margem esquerda, onde se localiza a BR-101, o que leva a atribuir grande importância à rodovia no que concerne ao crescimento da malha viária e à valorização do solo entre outros aspectos, principalmente aos econômicos.

O município de Tubarão concentra vários tipos de indústrias de confecção,

desde indústrias tradicionais, facções formalizadas, inseridas em circuitos nacionais, até tímidas indústrias domésticas, utilizadas por lojas que vendem no out-let Feinvest, por exemplo. No entanto, a localização urbana vai diferir, o que refletirá, muitas vezes, a sua inclusão de um determinado circuito produtivo.

As indústrias domésticas localizam-se, predominantemente, em áreas periféricas ao centro da cidade, longe da BR-101, com intrincado acesso às vias principais, como observa-se no mapa de localização, as indústrias domésticas de Dona S., Dona C. e Dona Ana Maria. Estas duas localizam-se no bairro Comasa que se conurba com Capivari de Baixo. Já a indústria doméstica de Dona Norma localiza-se próxima às margens da BR-101 e insere-se em um circuito mais ativo, pois facciona para empresas do circuito nacional.

A localização vai refletir a diferenciação do processo de acumulação desde a gênese. A indústria doméstica de Dona Norma formou-se com apoio financeiro e com mão-de-obra familiar, pois além da proprietária, as seis filhas trabalham com costura, ou seja, a indústria doméstica de Dona Norma iniciou-se com máquinas adquiridas com rescisões de contrato de trabalho de várias pessoas, o que facilitou à obtenção de uma infra estrutura técnica melhor, o que não aconteceu com as indústrias domésticas citadas. A própria localização da indústria de Dona Norma em uma área de maior fluidez, em relação às outras exemplificadas aqui, demonstra as melhores condições iniciais de produção. Em entrevista com a proprietária, verificou-se que há privilégios quanto à localização, pois a Facção San Ezidro, que está do outro lado da BR-101, (ver mapa 05) paga R\$0,20 a mais por peça quando a subcontrata, devido à proximidade com sua indústria doméstica .

As peças produzidas por Dona Norma e as indústrias domésticas de Dona S., Dona C. e Dona Ana Maria são, também, muito diferentes. Enquanto Dona Norma produz praticamente todo o tipo de produto, inclusive camisas e jeans, as demais trabalham somente com malha que prescinde de maquinário mais sofisticado. Com isso os preços cobrados pelas peças também serão diferenciados, sendo que os de produção menos elaborada são menos valorizados, no que concerne ao pagamento às indústrias domésticas.

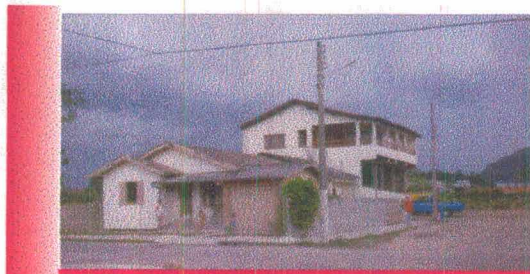
Esta situação faz com que haja um reflexo direto nos circuitos de produção e venda, ou seja, para quem estas indústrias domésticas fornecem uma determinada etapa produtiva. Os subcontratantes de Dona Norma estão no circuito nacional e

as demais citadas fabricam, eventualmente, para lojas da Feinvest. Claro que Dona Norma consegue articular-se melhor nos circuitos.

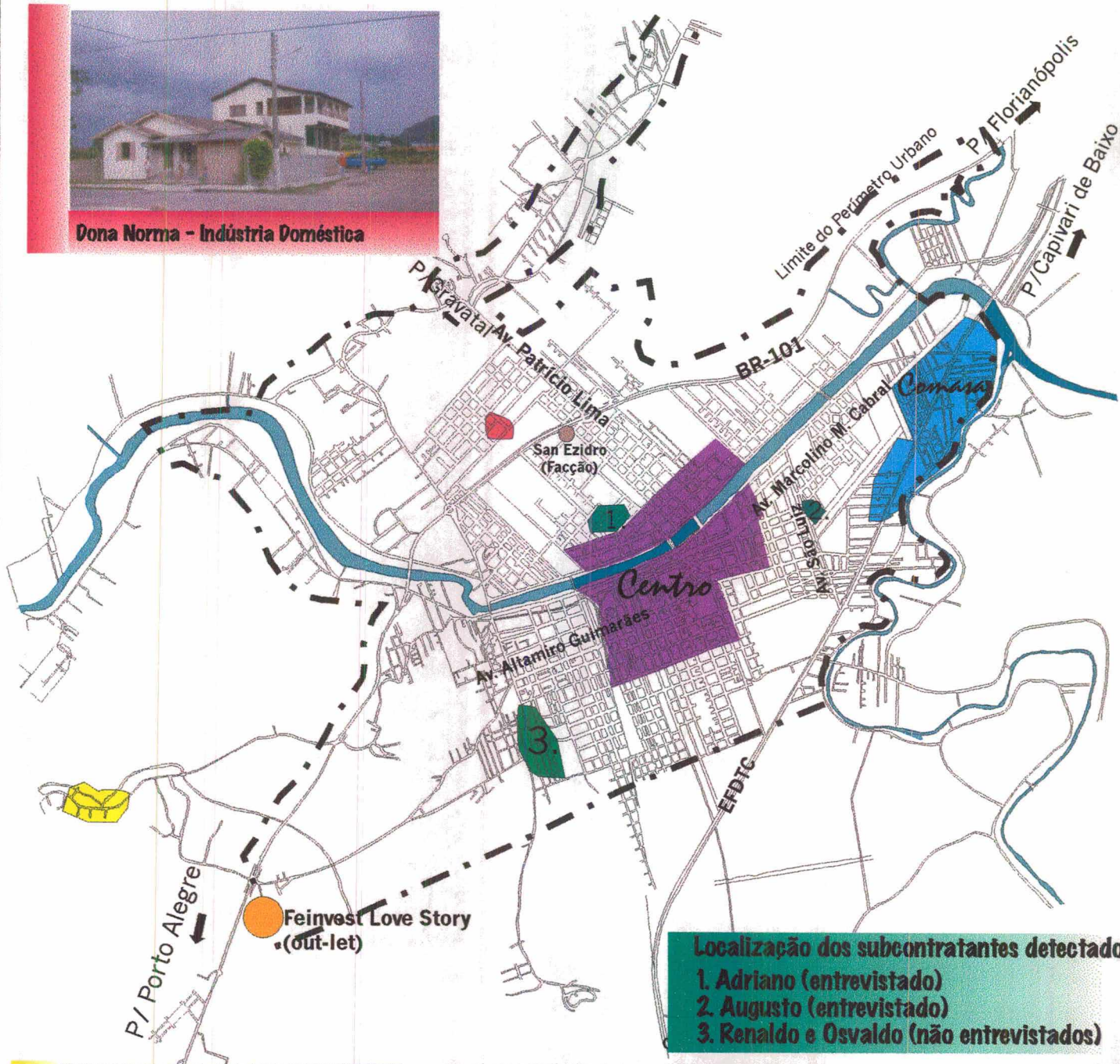
Então, ao analisar-se os fatores de localização, comparando alguns casos, deve-se cruzar com outros fatores como o processo de acumulação, estrutura técnica, tipos de produtos e preços pagos, vínculos e circuitos e tipos de subcontratantes, que são fundamentais para entender e explicar o processo de produção do espaço.

Os subcontratantes ou intermediários não estão muito distantes do centro da cidade, suas localizações são de fácil acesso viário e de serviços, como observa-se no mapa 05 estão próximos às vias principais de escoamento. As relações estabelecidas pelos subcontratantes são diversas, eles transitam por várias áreas, desde as mais periféricas e intrincadas do município de Tubarão, onde estão localizadas as indústrias domésticas, até às áreas mais distantes, em outros municípios, onde localizam-se as facções de jeans. O espaço onde se despacham e recebem-se as peças é fundamental para manter o controle de qualidade do produto, por isso verifica-se sempre a existência de um galpão para este fim.

MAPA 05
MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS FACÇÕES, INDÚSTRIAS DOMÉSTICAS E SUBCONTRATANTES EM TUBARÃO



Dona Norma - Indústria Doméstica



Localização dos subcontratantes detectados
 1. Adriano (entrevistado)
 2. Augusto (entrevistado)
 3. Renaldo e Osvaldo (não entrevistados)



Dona S. - Indústria Doméstica



Dona C. - Indústria Doméstica



Dona Ana Maria - Indústria Doméstica



SEM ESCALA

Fonte: Mapa elaborado a partir do Mapa de Uso do Solo da Prefeitura Municipal de Tubarão.
 Fotos: Tiradas pela autora em Janeiro e Julho de 1999.

3.5. CAPIVARI DE BAIXO

Antigo bairro de Tubarão, Capivari de Baixo foi construído em meados da década de 40 para abrigar funcionários da CSN – Companhia Siderúrgica Nacional. Foram construídas instalações para lavagem de carvão e uma usina geradora de energia para movimentá-lo. (ZUMBLICK, 1974:236). Em 1956, o Congresso aprovou o projeto para a construção da SOTELCA – Sociedade Termoelétrica de Capivari – que visava transformar o carvão em força elétrica por cabos metálicos com destino aos centros consumidores. E, assim, em 1965, a primeira unidade da SOTELCA foi inaugurada. (ZUMBLICK, 1974:239, 240, e 241)

MAPA 06 - LOCALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS ENTREVISTADAS EM CAPIVARI DE BAIXO, plano inicial em amarelo.

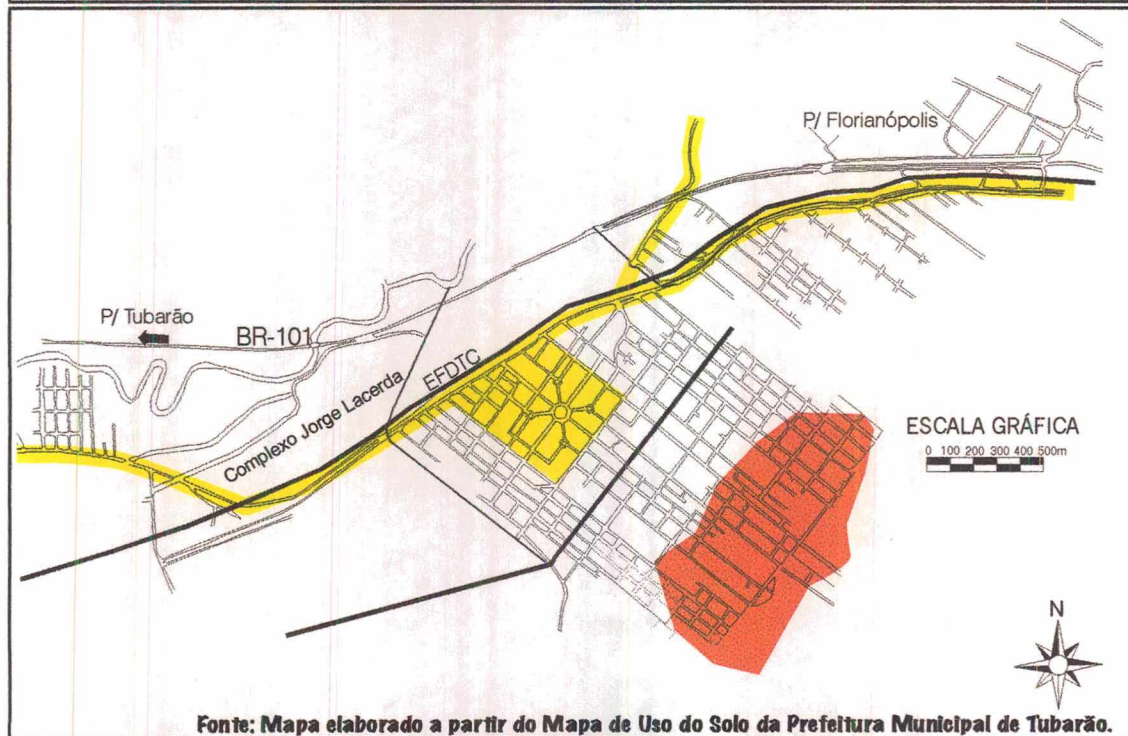
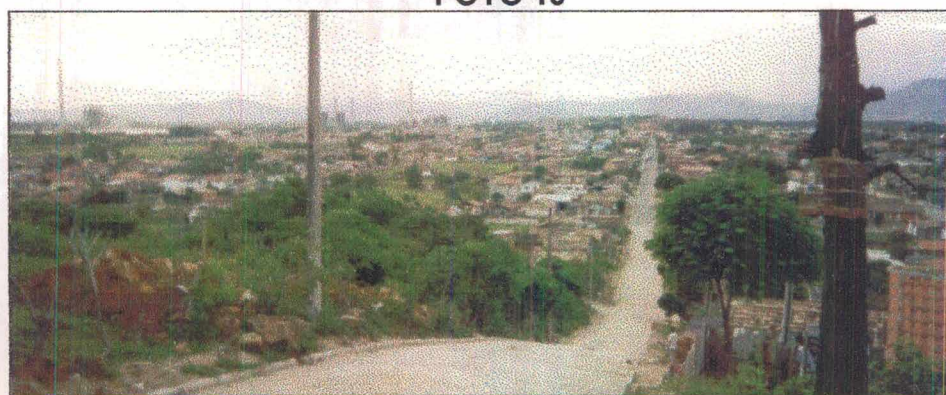


FOTO 10



Vista de Capivari de Baixo desde morro até o Complexo Jorge Lacerda

Fonte: Foto tirada pela autora em dezembro/2000.

No então bairro de Capivari de Baixo, emancipado de Tubarão em 1992 e transformado em município, foi construída uma infra-estrutura moderna e inédita na região. Houve transformações na paisagem daquele espaço tido anteriormente como rural pois, além das instalações da Usina Termoelétrica, foram construídos: prédios de escritórios, ambulatório médico, refeitório, galpões para manutenção de serviços gerais, casas dos operários, Clube Recreativo, campo de futebol, cinema, cooperativa, jardins de infância e escola. (VETTORETTI, 1992:215). Enfim, tudo planejado detalhadamente em linhas retas e ortogonais.

A expansão urbana acompanhou as vias pré-estabelecidas, as torres das termoelétricas marcam a paisagem urbana, tornando-se pontos de referência tanto quando são vistas da BR-101 quanto do município de Tubarão.

Após o fechamento do Lavador de Capivari, na década de 90, a cidade perde pouco a pouco a dinâmica de outrora, muitas pessoas retiram-se da cidade e as que ficam, na maioria, estão desempregadas. Foi nesta época que as facções começam a proliferar no município, primeiro com uma indústria formalizada nos fins dos anos 80, empregando mulheres locais, depois com inúmeras indústrias domésticas que atendem, principalmente, lojistas de Tubarão.

Em 1998 existia no município uma facção de jeans que fazia parte do Sistema Cooperativo de Facção, empregava 46 pessoas mas transferiu-se para Gravatal em 1999, deixando muitas costureiras desempregadas. Esta facção encerrou suas atividades totalmente no ano de 2000.

Verificou-se que em Capivari de Baixo há muitas costureiras que podem ser classificadas em três tipos: as que trabalham para indústrias formalizadas de Tubarão, Braço do Norte ou cidades próximas locomovendo-se de ônibus intermunicipais ou fretados pelas empresas nas quais trabalham; as que trabalham com roupas sob medida que são obrigadas a reduzir continuamente o valor de sua mão-de-obra para poder continuar concorrendo com as roupas prontas a baixo preço oferecidas nas lojas; e as que trabalham em indústrias domésticas que, em alguns casos, transformaram-se com o passar do tempo em uma unidade produtiva maior e formalizada, mas continuam vinculadas às residências das proprietárias, costurando para lojistas ou subcontratante de Tubarão ou Termas do Gravatal.

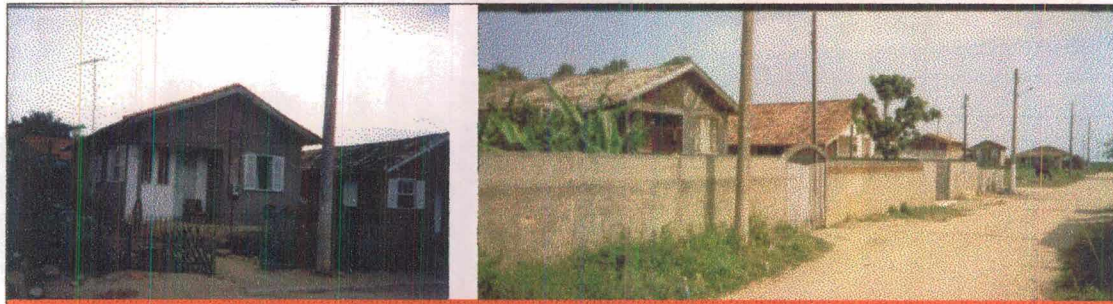
As que são empregadas em indústrias confeccionistas de Tubarão ou de outros municípios, deslocam-se diariamente para o local de trabalho, possuem vínculo empregatício, cumprem a jornada de trabalho de oito horas, e recebem as garantias

FOTOS 11, 12 e 13

FOTOS DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA E RESIDÊNCIAS DE COSTUREIRAS



Facção de Dona M. - Indústria doméstica



Residências de costureiras

Fonte: Fotos tiradas pela autora em dezembro/2000

contidas na legislação. A grande maioria das costureiras trabalha nas facções de jeans e de camisas.

As costureiras que trabalham com roupas sob medida cobram preços diferenciados, pois notou-se que as que estão mais próximas do centro de Capivari de Baixo recebem mais pelas peças costuradas. Aqui novamente analisou-se o processo de diferenciação que tem origem desde a formação, buscando relacioná-la com a localização. Analisando-se as entrevistas das costureiras, que trabalham com roupas sob medida, constatou-se que há distinção no processo de acumulação, na estrutura técnica, nos tipos e preços dos produtos e no próprio nível de renda das suas clientes.

Como exemplo, cita-se Dona N.¹⁶ que trabalha para o sustento da família, composta pela mãe e três filhos, sem ajuda do marido que a abandonou. Possui apenas três máquinas de terceira linha e com as funções básicas, como a reta e a overloque. Seu preço é o mais baixo em relação às outras costureiras com maior estrutura técnica e que se localizam mais próximas ao centro. Segundo suas próprias

¹⁶ Entrevista concedida em 20.12.00, o nome não foi divulgado para preservar o sigilo.

palavras:

“Eu tenho muitos clientes pelo preço que eu cobro e pelo trabalho. Eu ouvi falar que no Centro, mais lá pra baixo, elas cobram bem mais por uma peça. Mas a gente já está acostumada dessa maneira, não acho bom aumentar de repente.”

Então, a solução encontrada para garantir clientes estando distante do Centro, sem possibilidade de uma melhor inserção espacial, com a baixa qualidade do produto devido principalmente à baixa tecnologia dos equipamentos, foi diminuir o preço cobrado pelas peças costuradas. Isto significa uma jornada de trabalho maior não só pelo grande número de encomendas, que vão desde roupas de malha até ternos e vestidos de festa geralmente solicitados por pessoas mais carentes, mas, também, pela lentidão das máquinas. Este fato torna muito difícil a possibilidade de se trabalhar como faccionista preferindo-se, assim, trabalhar com roupas sob medida.

Há, no entanto, outras costureiras entrevistadas, que trabalham sob medida, que possuem maior infra-estrutura técnica, mas têm uma história diferente pois não são responsáveis pelo sustento da casa, localizam-se em casas com padrão construtivo relativamente maior, estão próximas ao Centro e não interessam-se por trabalhar com facções, embora eventualmente tenham experimentado, pois todas queixaram-se que, a partir da década de 90, o preço do seu trabalho sofreu desvalorização atribuído ao baixo preço da peças prontas.

Existem, também, as costureiras que trabalham em indústrias domésticas de Capivari de Baixo. O que é marcante nestes casos é a irregularidade das obrigações empregatícias por parte da proprietária da indústria, verificando-se atrasos nos pagamentos do FGTS e das horas extras.

As proprietárias das indústrias domésticas de Capivari de Baixo formaram-se a partir de rescisões de contrato de trabalho em fábricas maiores, tiveram apoio do marido e de familiares para o sustento da casa. Assim, conseguiram adquirir máquinas aos poucos, empregando mais costureiras além dos familiares. Com a formalização conseguiram maiores créditos bancários o que as ajudou a adquirir novos equipamentos, aumentando sua estrutura técnica. Isso fez com que se aumentassem os tipos dos produtos faccionados bem como, eventualmente, seus

preços. Nas entrevistas verificou-se que os produtos confeccionados, em malha e em tãctel, destinam-se principalmente para lojas da Feinvest, para uma rede de lojas que tem uma sede na cidade e para algumas lojas de Termas do Gravatal.

A grande maioria das indústrias domésticas detectadas localizam-se fora do plano inicial, ou seja, do centro da cidade, conforme observa-se no mapa de localização. Observa-se que as ruas não são pavimentadas, sendo que poucas possuem passeios para pedestres.

3.6. TREZE DE MAIO:

Tem-se acesso ao município de Treze de Maio através da SC 441, que se conecta à BR-101 após quinze quilômetros ao sul de Tubarão. Possui fortes características rurais, onde há poucas ruas pavimentadas e uma abundante área verde, formada por árvores e pastagens e edificações de, no máximo, dois pavimentos, dispersas no espaço a medida que se afastam do centro urbano.

Segundo os dados do IBGE de 1991, a maioria da população economicamente ativa estava concentrada no setor primário, correspondendo a 59% das 2788 pessoas ocupadas.

Não se imagina, no entanto, num primeiro momento, que somente neste município facione-se quase 30% da produção de uma das empresas têxteis mais fortes do país. Mandando para a Hering diariamente mais de 7.000 peças de calças, bermudas e camisas, emprega em torno de 600 pessoas de várias localidades do município, totalizando, aproximadamente, 146.000 peças por mês divididos em cinco facções inseridas no município.

A primeira facção a implantar-se no município foi responsável pela inserção das outras no circuito da Hering. Fundada em outubro de 1992, a TheoMoles, começou facionando para a Rosatex de Criciúma e dois anos depois conquistou a produção da Hering. A partir disso, outras empresas começaram a formar-se no município, incentivadas pelo sucesso da indústria do Sr. Zezinho¹⁷, atual vice-prefeito da cidade, contando com suas relações com grandes empresas têxteis.

FOTO 14



Foto mostrando o interior de uma das três alas da Facção Theomoles. Foto tirada pela autora em dez/2000.

¹⁷ Entrevista concedida pelo Sr. Zezinho, de Treze de Maio, gravada em 21.12.00

Atualmente, estes empresários formam sua associação para aumentar a influência patronal, objetivando um maior poder de articulação em relação à busca de encomendas das grandes empresas, aumento das etapas do processo produtivo inserindo a lavagem e o acabamento, diminuição de custos com administração e um maior poder de formação e inibição da mão-de-obra empregada.

Detectou-se apenas uma indústria doméstica em Treze de Maio, que possui pouca produção devido à falta de maquinário e à distância dos centros de origem do subcontratante, que prefere a grande oferta de mão-de-obra dos centros mais dinâmicos, como Tubarão. Inclusive esta única indústria doméstica identificada, no

FOTO 15

Foto mostrando interior da indústria doméstica de Dona Confiante.
Foto tirada pela autora em dez/2000.

momento da entrevista, estava costurando estopas por falta de outra oportunidade de produção.

A partir destas duas indústrias entrevistadas, totalmente diferentes, pode-se entender a lógica de localização no espaço, dependendo do porte e circuito de inserção, relacionando com o processo de formação distinto de ambas.

Enquanto a empresa do Sr. Zezinho formou-se a partir de um importante capital inicial, proveniente do fechamento de uma fábrica de tijolos, a indústria doméstica de Dona Confiante¹⁸ iniciou-se com máquinas arrendadas a 13% do valor da peça, ou seja, a costureira produzia calças de canvas a R\$0,45 cada e R\$0,06 destinava-se ao dono das máquinas. Logo não conseguiu suportar a situação trabalhando com apenas uma filha e devolveu as máquinas para o proprietário. Atualmente, Dona Confiante só possui duas máquinas overloques e as ofertas de trabalho com facção estão cada vez mais difíceis.

Conforme o mapa de localização, verifica-se que a facção Theomoles está no centro da cidade, na avenida principal, onde tem-se os principais serviços como hospital, escola, igreja e prefeitura. Já a indústria doméstica localiza-se longe destes serviços, em um loteamento que não possui pavimentação.

18. Pseudônimo escolhido pela própria costureira

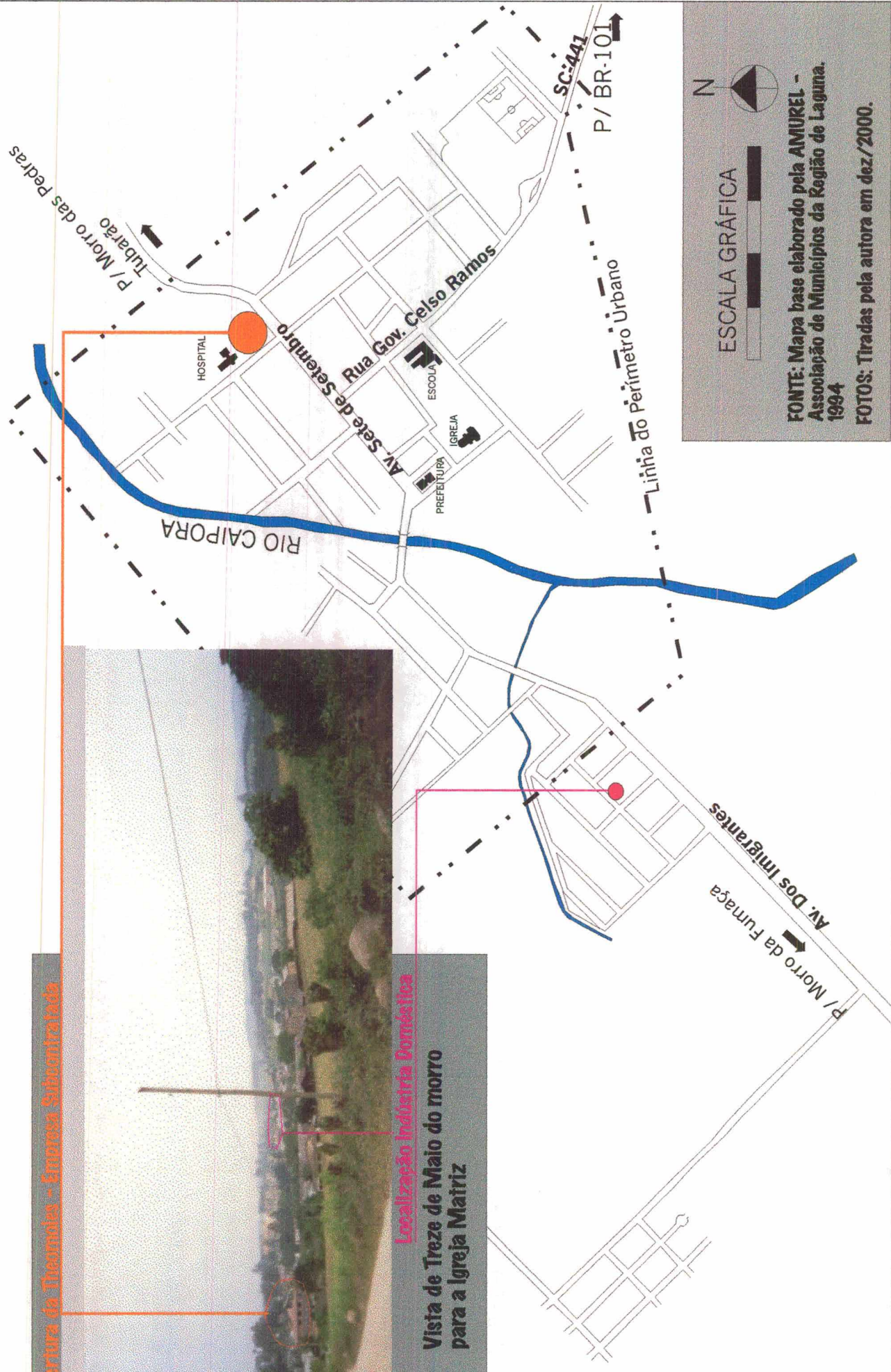
MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA FACÇÃO E DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA ENTREVISTADAS EM TREZE DE MAIO - SC

Cobertura de Telemóveis - Empresa Subcontratada



Localização Indústria Doméstica

Vista de Treze de Maio do morro para a Igreja Matriz



ESCALA GRÁFICA



FONTE: Mapa base elaborado pela AMUREL - Associação de Municípios da Região de Laguna, 1994

FOTOS: Tiradas pela autora em dez/2000.

3.7. LAGUNA

O município de Laguna é um dos mais peculiares da microrregião principalmente porque, sendo o mais antigo, possui heranças culturais e patrimônio arquitetônico de grande beleza no seu centro histórico, que data das últimas décadas do século XIX. Tendo seu perímetro urbano rodeado pela Lagoa de Santo Antônio e pelo Oceano Atlântico, atrai turistas de todas as partes nas temporadas de verão e uma animada juventude para o seu nacionalmente famoso carnaval de rua.

Para acessar à sede do município, onde encontrou-se as indústrias de confecções formalizadas, entra-se na SC-436, que se conecta à BR-101 a trinta quilômetros ao norte de Tubarão.

As indústrias existentes em Laguna são de diversas categorias, como indústrias tradicionais (Leni's), subcontratantes eventuais (New Type e Vida Livre), facções (Manz) e indústrias domésticas. Todas as indústrias, com exceção da indústria doméstica, vendem sua produção para o circuito nacional e algumas delas subcontratam, quando necessário, facções e indústrias domésticas da microrregião.

A Manz, no entanto, só faz facção para a sua empresa com matriz em Joinville, segundo informação da secretária da diretoria, pois o proprietário não pôde conceder entrevista. A indústria fabrica e vende diversos tipos de produtos como blusas, calças, camisas, etc., em malha e em jeans, para grandes magazines como as Lojas Americanas.

Já a Leni's é uma indústria tradicional de fabricação de roupas em jeans, com marca própria, que não utiliza-se da terceirização e vende seus produtos através de representantes no circuito nacional. Também não foi possível entrevistar seus proprietários ou diretores.

Verificou-se, conforme Mapa 08, de localização, que as indústrias detectadas inserem-se no eixo urbano da ligação da SC-436 à BR-101, reforçando a lógica da facilidade para escoamento da produção para centros de consumo dinâmicos.

Os funcionários destas indústrias localizam-se no próprio município, sendo a maioria residente na periferia.

Detectou-se, também, a indústria doméstica. Segundo informações, existem um pouco mais de meia dúzia delas espalhadas pelo município, mas é impossível precisar esse número pois, como já se disse diversas vezes, essas indústrias não aparecem nos dados oficiais e há um grande receio em conceder entrevistas e

MAPA 08
MAPA DE LAGUNA, com a localização das indústrias de confecções e fábricas visitadas



Leni's - Indústria Tradicional Exclusiva



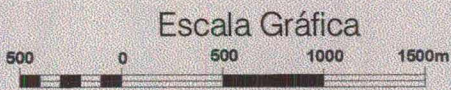
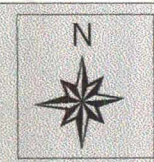
Vida Livre - Indústria Tradicional Subcontratante Eventual



Manz - Fábrica



New Type - Indústria Tradicional - Subcontratante Eventual

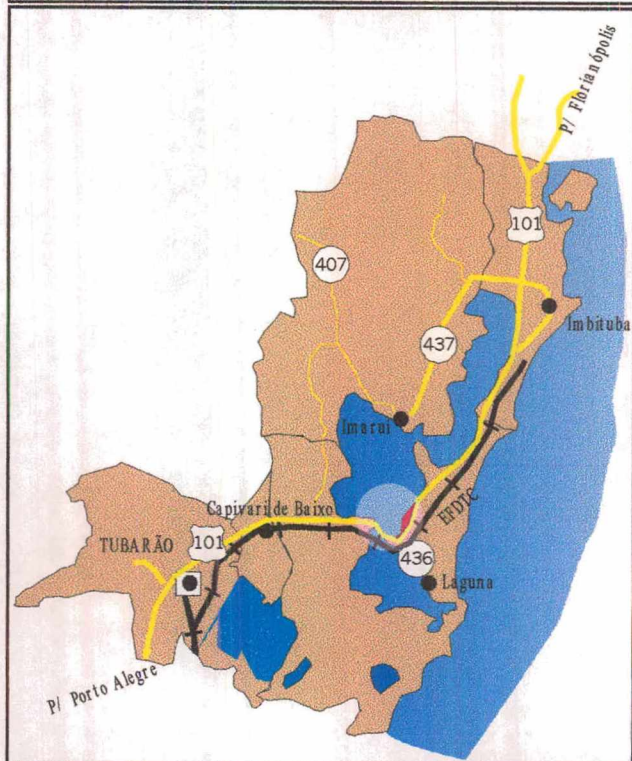


Fonte: Mapa base elaborado por LUCENA (1998)
 Fotos tiradas pela autora em janeiro de 2001.

informações a respeito. Infelizmente não pode-se constatar todas, mas entrevistou-se uma que reflete a realidade geral das demais.

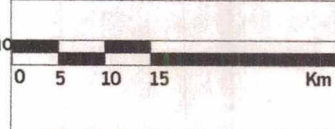
Esta indústria doméstica insere-se na localidade de Barranceira, às margens da BR-101, conforme mapa 09, numa área com relevo acidentado onde não há pavimentação nas intrincadas ruelas. Dona P.¹⁹, antiga funcionária da Manz e da New Type, contou com a ajuda de parentes para iniciar sua indústria doméstica: da filha para ajudá-la a costurar, do filho no financiamento das máquinas e do marido para transportar a produção. Assim, conseguiu adquirir três máquinas de segunda linha e próprias para costurar jeans. Os produtos, calças e bermudas em canvas, são encomendados por subcontratante de Tubarão e para

MAPA 09 - Indústria doméstica entrevistada na localidade de Barranceira, no município de Laguna. - (às margens da BR-101)



Fonte: Mapa elaborado a partir do Mapa da Microrregião de Tubarão, retirado do Atlas de Santa Catarina, 1991.

ESCALA GRÁFICA:



indústrias confeccionistas das proximidades, que pagam de R\$0,60 a R\$1,00 por

peça da bermuda e entre R\$1,60 a R\$1,70 a peça da calça.

Analisando a condição desta indústria doméstica, percebe-se que o que ajuda a viabilizar a frequência de

FOTO 16

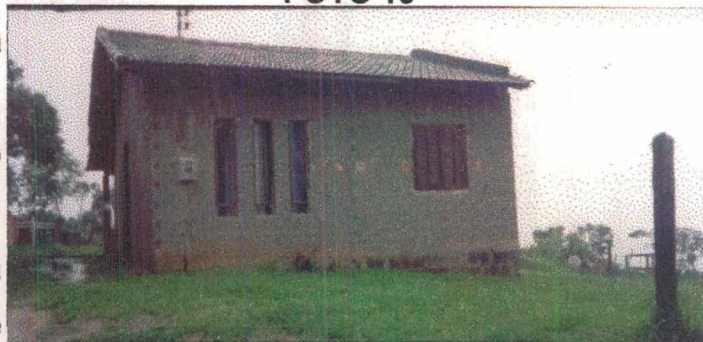


Foto da indústria doméstica de Dona P. As máquinas ficam na antiga cozinha, nos fundos da residência. Foto tirada pela autora em jan/2001.

¹⁹ Entrevista concedida por Dona P., gravada em 31.01.01, o nome não é divulgado para preservar o sigilo

serviços é a possibilidade que a proprietária tem em transportar os produtos de Laguna até Tubarão e vice-versa, já que a distância entre os municípios é de aproximadamente trinta quilômetros. Este transporte, se fosse feito pelo subcontratante, só seria possível com decréscimo no preço pago pela peça.

FOTO 17

Foto mostrando o espaço interno da indústria doméstica de Dona P., com as duas costureiras, a da direita trabalha pelo salário de costureira, a da esquerda é filha de Dona P. e ganha por produção. Foto tirada pela autora em jan./2001

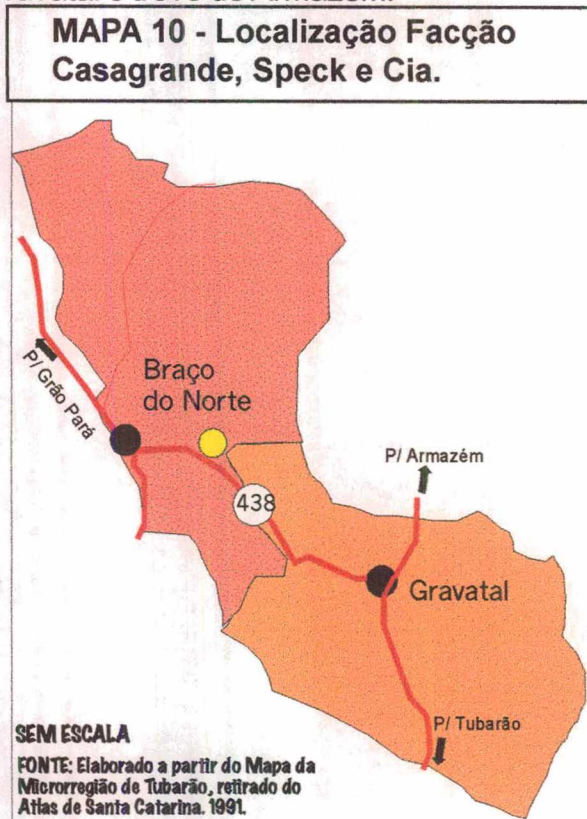
Esta indústria doméstica obedece a lógica de localização das demais entrevistadas na microrregião, ou seja, na periferia do município, em terrenos com baixo preço do solo e com precária infra-estrutura. Mas próxima ao eixo de maior demanda e de escoamento viário, feito pela BR-101.

3.8. BRAÇO DO NORTE

O município de Braço do Norte dista 35 quilômetros de Tubarão, pela SC 438, as ruas da cidade são largas e seu traçado planejado em forma de grelha. O rio Braço do Norte divide a cidade, o acesso de pedestres de uma margem para outra dá-se através de uma ponte pênsil que sai na direção da Igreja Matriz. (Ver Mapa 10). Do lado oposto a esta, na margem direita, tem-se a transição do perímetro urbano à área rural onde as ruas não são pavimentadas e as habitações são de um padrão construtivo menor do que as da margem esquerda, onde o comércio e os serviços são concentrados e as ruas pavimentadas com largura de doze a vinte metros, convergindo ortogonalmente à Praça Matriz e sua igreja.

As entrevistas feitas em Braço do Norte limitaram-se às indústrias domésticas e a uma do Sistema Cooperativo de Facção, pois os proprietários de outras empresas formais não tiveram disponibilidade de conceder entrevistas nas ocasiões em que foram contatados. Mas sabe-se, através de informações de seus subcontratados, que estão em um circuito em expansão, como no caso das Confeções Dalazem que, além de possuírem lojas em Braço do Norte, em Termas do Gravatal, em Tubarão e em Brusque, estão abrindo novas filiais no litoral catarinense. Esta empresa subcontra indústrias domésticas localizadas próximas à SC 431, no trecho entre Termas do Gravatal e trevo de Armazém.

A empresa Casagrande, Speck e Cia faz parte das empresas cooperadas do Sistema Cooperativo de Facção, que foi fundada em 1996 com uma sociedade entre irmãos, mas a sociedade desfez-se em 1997 quando um dos irmãos saiu do emprego e investiu na indústria, comprando a parte do outro irmão. Confeccionam 40.000 peças de calças e blusas em jeans, no esquema já detalhado anteriormente do Sistema, que vão para lojas paulista como a C&A. Possuem cento e cinco

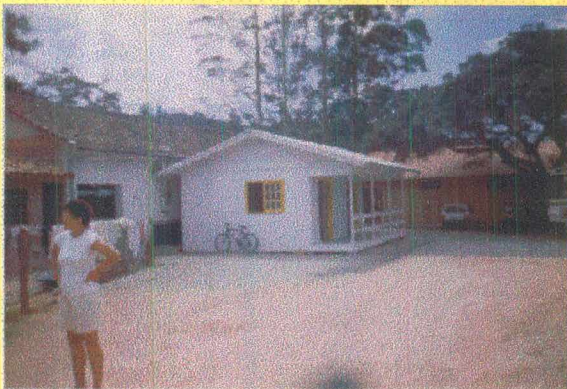


funcionários, em média, que moram no meio rural das redondezas, como o acesso é difícil, a empresa possui ônibus próprios para transportá-los.

FOTOS 18 e 19



Confecções Casagrande - integrante do Sistema Cooperativo de Fação. Vista do refeitório em primeiro plano



Confecções Casagrande - à esquerda vê-se o espaço para realização da etapa da costura.

FONTE: Fotos tiradas pela autora em janeiro/99

A fábrica está inserida no meio rural, às margens da SC-438. Apesar da difícil acessibilidade, o proprietário optou pelo local devido ao preço acessível do aluguel do galpão e pela mão-de-obra das redondezas que, apesar de ser agrícola e de não possuir conhecimentos prévios do ofício da confecção, é, na opinião dos entrevistados, melhor de treinar e de adaptar-se aos requisitos da empresa.

Em relação às indústrias domésticas, verificou-se dois tipos diferentes de formação que vão refletir, entre outros aspectos, em inserções urbanas distintas.

A indústria doméstica de Dona NG²⁰, localiza-se no centro de Braço do Norte, iniciou com a ajuda do marido que investiu em maquinários e possuía conhecimentos do setor confeccionista pois trabalha com representação de confecção. Dessa forma adquiriu oito máquinas que formam a seqüência completa para a fabricação de roupas de malha e moleton. As roupas confeccionadas, em torno 1.500 peças, são todas vendidas para uma loja do centro de Braço do Norte que vende a R\$12,00 um conjunto de moleton que Dona NG produz por R\$1,80. Além disso, Dona NG mantém no porão de sua residência, trabalhando informalmente, cerca de cinco costureiras que se locomovem a pé ou de bicicleta de casa para o local de trabalho,

²⁰ Entrevista concedida por Dona NG., gravada em 21.12.00, o nome não foi divulgado para preservar o sigilo

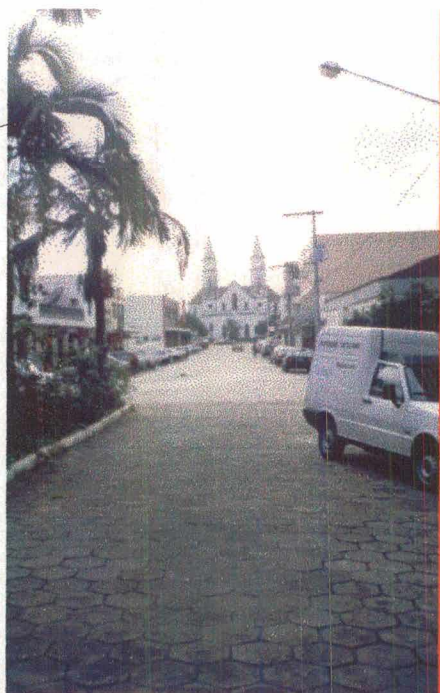
que é de fácil acesso e com boa infra-estrutura urbana. Esta indústria doméstica possui maquinários que permitem a produção rápida e as relações da proprietária permitem encomendas contínuas. Assim, Dona NG tem condições de manter pessoas trabalhando para ela e as paga por peça produzida.²¹

Já a situação de outras indústrias domésticas entrevistadas em Braço do Norte é diferente. As duas encontradas localizam-se na margem direita, ou seja, fora do perímetro urbano, em ruelas intrincadas e sem pavimentação. Iniciaram com poucas máquinas, de terceira linha, e não tiveram condições de renovar o maquinário. Mantêm uma jornada intensa para conseguirem sustentar a família com as encomendas que recebem. Os produtos fabricados são de malha destinadas às sacoleiras e lojas de Braço do Norte e municípios vizinhos.

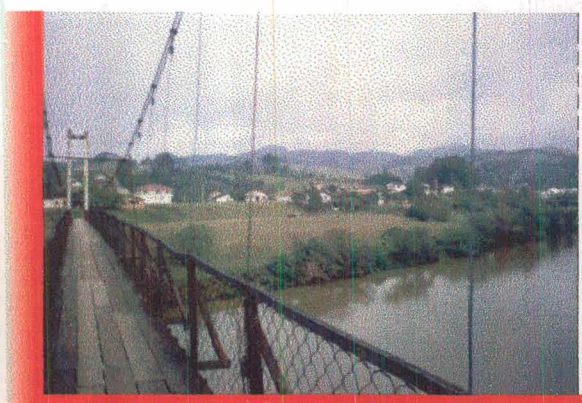
O fato de facionarem para lojas locais e dos municípios vizinhos corrobora a afirmação de que ao se afastarem dos centros mais dinâmicos, como Tubarão e Termas do Gravatal, a alternativa são as lojas locais e sacoleiras que vendem para o interior do município. Além disso, o número de peças encomendadas são muito instáveis, assim não conseguiram informar seu número com precisão.

²¹ O preço pago por peça produzida não foi informado.

MAPA 11 MAPA DE BRAÇO DO NORTE E VISTAS DA CIDADE



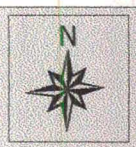
Vista 01 - Vista para a Praça Matriz



Vista 02 - Vista da Ponte Pênsil para a Margem Direita



Vista 03 - Vista da Margem Direita para a Margem Esquerda

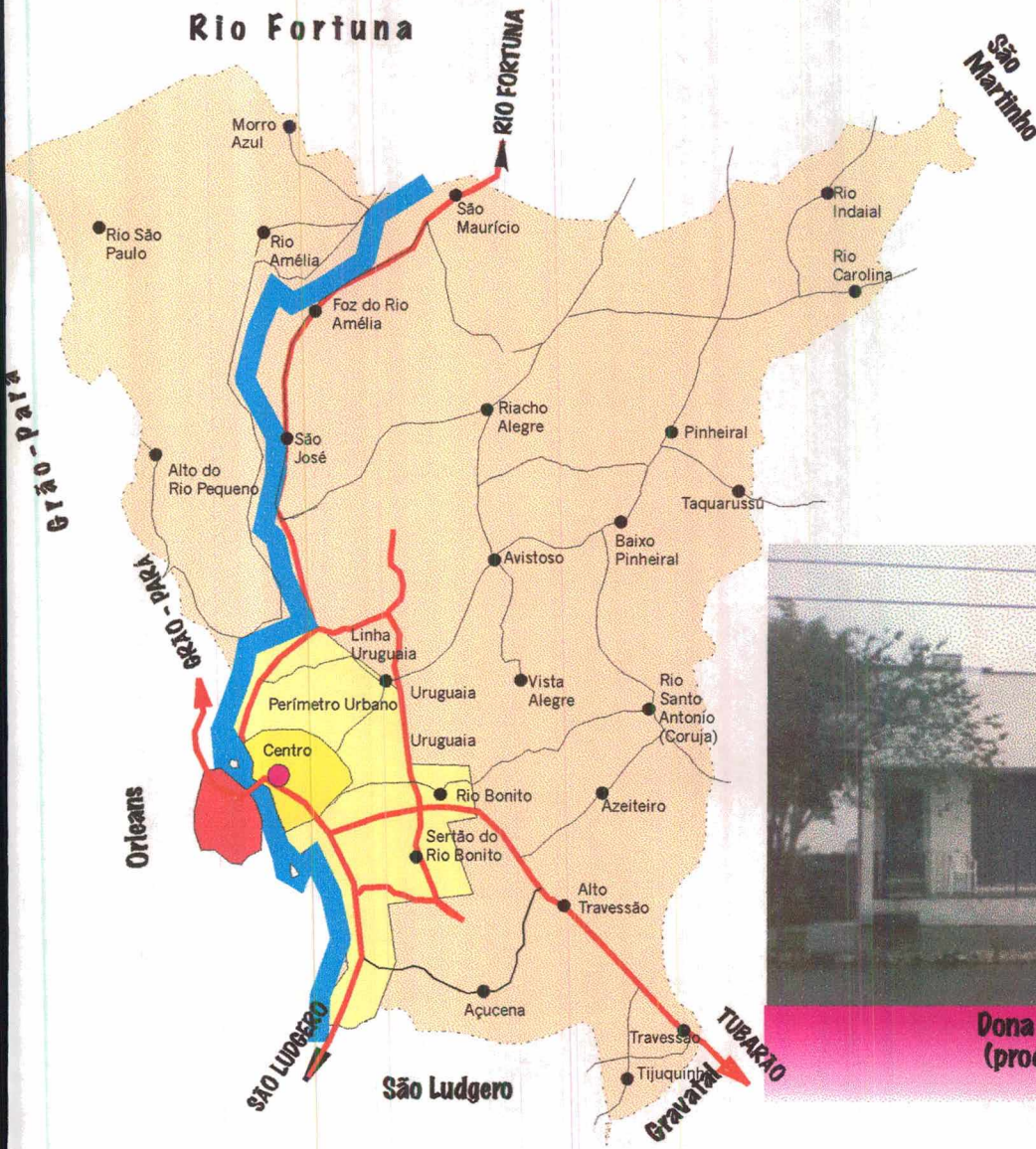


Fonte: Mapa elaborado a partir do Mapa das Localidades do Município de Braço do Norte. Secretaria do Desenvolvimento Econômico. Departamento de Turismo e Eventos.

Fotos tiradas pela autora em julho de 1999.

SEM ESCALA

MAPA 12
MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DOMÉSTICAS ENTREVISTADAS
EM BRAÇO DO NORTE



Dona N. - Indústria Doméstica
(produção para loja do centro)



Dona L. - Indústria Doméstica (produção para venda própria)



Dona J. - Indústria Doméstica (produção para loja esportiva de Braço do Norte e Orleans).



SEM ESCALA

Fonte: Mapa elaborado a partir do Mapa das Localidades do Município de Braço do Norte da Secretaria do Desenvolvimento Econômico Departamento de Turismo e Eventos
Fotos tiradas pela autora em Julho de 1999

3.9. ARMAZÉM

Tem-se acesso ao município de Armazém através da rodovia SC-431 conectando-se à SC-438 que, por sua vez, liga-se à BR-101. Suas características de localização e conexão microrregional são bastante semelhantes ao município de Treze de Maio, inclusive por possuir a maioria de sua população economicamente ativa trabalhando no setor primário e, principalmente, por abrigar importantes facções do circuito nacional.

Há em torno de sete facções no município, cuja maioria é de jeans, produzindo para marcas como Beck's, Hering, C&A e outras de subcontratantes de Tubarão com abrangência nacional, empregando aproximadamente 600 funcionários, o que significa mais de 20% do total da população economicamente ativa, segundo o Censo do IBGE de 1991.

Neste município há uma unidade do Sistema Cooperativo de Facção, a PUK, que sozinha emprega em torno de duzentos funcionários residentes nas imediações e em várias localidades vizinhas.

Detectou-se outras facções que produzem para grandes marcas, como já foi dito e, até, uma indústria tradicional, a Kally Jeans que possui sua marca própria que comercializa no circuito nacional.

Em Armazém entrevistou-se o Sr. Jaisson²², que iniciou sua facção em 1995, mas já trabalhava antes como mecânico de máquinas. A explicação dada por Sr. Jaisson sobre seu processo de acumulação foi a seguinte:

“Eu sempre fui do ramo, eu sou mecânico de profissão, eu tinha muito conhecimento com o pessoal, com todas as fábricas, então a gente conseguiu comprar umas três, quatro máquinas das mais baratas, as mais caras, como eu tinha conhecimento, eu pegava desse pessoal... que já tinha fábrica, que eu dava assistência, eu pegava máquina toda estourada, toda estragada e trazia para minha fábrica. Eu dizia que eu consertava a máquina e daqui uns meses eu devolvia. Consertava a máquina, botava pra trabalhar... ganhava dinheiro com a máquina dele e depois devolvia a máquina inteira, arrumadinha. A gente foi indo assim...”

Neste caso, observa-se que o conhecimento técnico foi determinante para que o Sr. Jaisson conseguisse montar uma estrutura física e de maquinários que

²² Entrevista concedida em 31.01.01.

abriga quarenta e cinco funcionários e produz 12.000 peças de jeans por mês, ao preço que varia de R\$1,80 a R\$2,20, para subcontratantes inseridos no circuito nacional.

A lógica de localização das indústrias obedece à proximidade com a principal via de escoamento, a Rua Doze de Outubro, (ver mapa) que é uma via urbana que se prolonga a partir da SC-431.

Não detectou-se indústrias domésticas no município e as costureiras das fábricas existentes residem nas imediações, locomovendo-se a pé ou de bicicleta, e em municípios e localidades próximos utilizando-se de ônibus e veículos, fretados pelos proprietários das indústrias, para deslocarem-se de casa para o trabalho.

MAPA 13
MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS FACÇÕES E INDÚSTRIA TRADICIONAL ENTREVISTADAS EM ARMAZÉM



PUK - Facção integrante do Sistema Cooperativo de Facção



AW Confeções
Facção do Circuito Nacional



Kally Jeans - Indústria Tradicional Exclusiva
Confeção de marca própria



Facção do Sr. Jaisson - Circuito Nacional



Fonte: Mapa elaborado a partir do Mapa de Armazém da Associação de Municípios da Região de Laguna - AMUREL. Fotos tiradas pela autora em Janeiro de 2001.

3.10. JAGUARUNA

O acesso à cidade de Jaguaruna é feito pela SC-442, conectada à BR-101 após, aproximadamente, quinze quilômetros ao sul de Tubarão. A referida rodovia SC transforma-se em uma grande avenida, formando o eixo principal da cidade, onde estão localizadas os principais equipamentos urbanos, dispostos linearmente, como bancos, clube, escola, prefeitura, comércios, indústrias e serviços. Estes equipamentos convivem juntos, fazendo desta avenida o centro comercial dinâmico do município, que é cortado pela Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, dividindo a cidade.

A indústria da confecção é rapidamente identificada pelos moradores da cidade, pois corresponde a uma das principais economias e postos de empregos da cidade, participando com 8,37% do Valor Adicionado do município em 1997 e 8,55% em 1999, e onde somente uma empresa emprega cento e oitenta funcionários do total de 14.596 habitantes, segundo o Censo de 2000 do IBGE.

A primeira empresa a instalar-se no município foi uma malharia com, aproximadamente, 100 funcionários que encerrou suas atividades por volta de 1986. Este foi um dos motivos que levou uma outra empresa a transferir-se da região de Criciúma, especificamente da cidade de Içara, para o local. Após pesquisas nos municípios da região, a Confecções Bonin, participante do Sistema Cooperativo de Facção, atua desde 1987 no ramo da terceirização de camisas para grandes empresas paulistas. A exigência, na hora da escolha do município para a implantação, era de que não houvesse outra empresa do ramo no município para evitar a concorrência de mão-de-obra.

Depois desta outras facções vieram implantar-se no município, inclusive ex-funcionários da Confecções Bonin, no entanto muitas fecharam rapidamente.

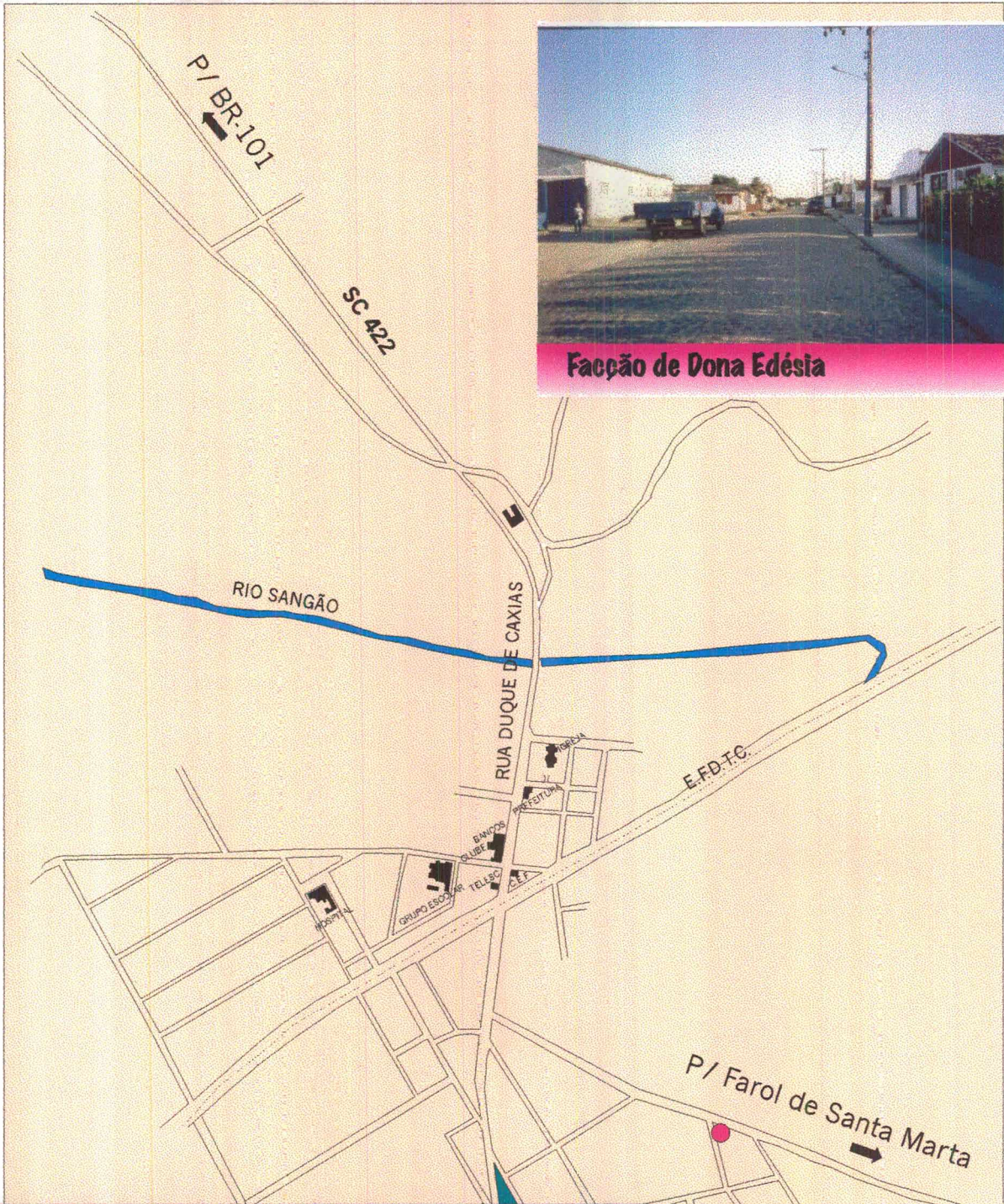
Atualmente, há em torno de sete facções no município, de portes diferentes, mas não detectou-se indústrias domésticas, as pessoas empregadas residem no próprio município ou em áreas próximas e locomovem-se a pé, de bicicleta ou por ônibus fretado pelas empresas.

As facções existentes são subcontratadas de empresas maiores, inseridas em circuito nacional, ou seja, não facciona-se para lojas e subcontratantes de Termas do Gravatal ou para lojas da Feinvest. Como as empresas do circuito nacional exigem maiores infra-estrutura técnica e de pessoal, visando a rapidez e qualidade,

difícilmente as indústrias domésticas teriam condições de anexar-se a esse circuito.

As facções entrevistadas localizam-se na mesma rua (Ver Mapa 14), facilitando o transporte de funcionários de localidades mais distantes, pois utilizam-se do mesmo ônibus fretado.

MAPA 14 MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS FACÇÕES ENTREVISTADAS EM JAGUARUNA



Faccção de Dona Edésia

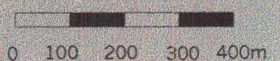


Faccção do Sr. Bonin -Faccionista e Subcontratante eventual



FONTE: Mapa base elaborado pela AMUREL - Associação dos Municípios da Microrregião de Llaguna. 1981.
Fotos tiradas pela autora em dez/2000

ESCALA GRÁFICA



3.11. TERMAS DO GRAVATAL

O município de Gravatal criou um sub-centro, de características turísticas em Termas do Gravatal, onde estão instalados os hotéis e uma estrutura bastante luxuosa em comparação com a sede do município localizada em uma área íngreme, espremida entre o morro e a SC-438. A distância entre as Termas e o centro de Gravatal é de aproximadamente cinco quilômetros.

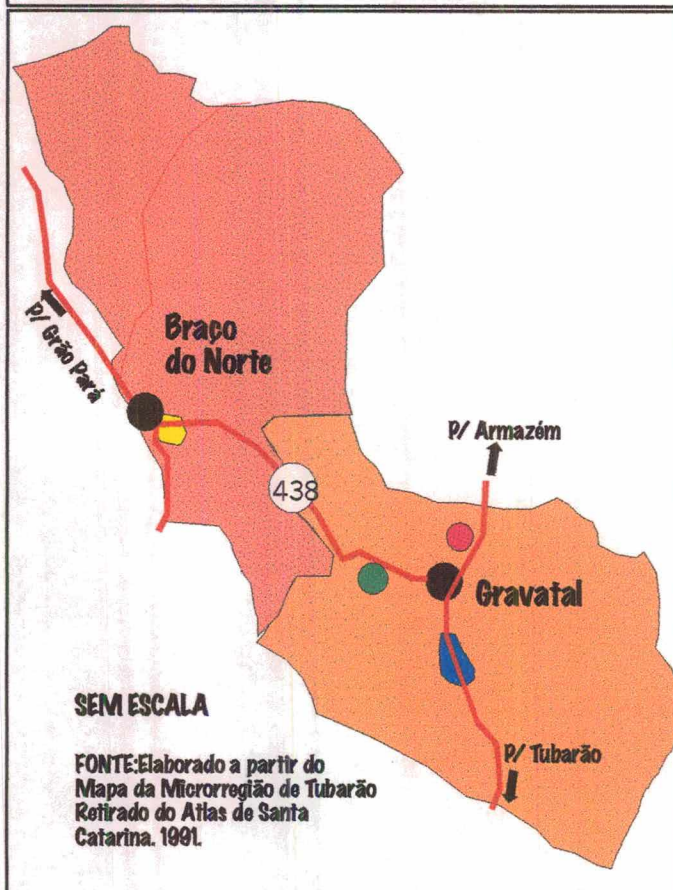
Em Termas do Gravatal há galerias que possuem lojas de confecção que vendem direto de fábrica, como a Dalazem e a Ana Clau's. Estas empresas subcontratam as indústrias domésticas que se localizam próximas às margens da SC-438. (Ver Mapa 15)

A indústria de confecção começou a surgir há dez anos, com uma facção de jeans localizada em Gravatal, mas o processo de terceirização é mais recente, formando-se desde 1994, enfatizando-se a partir de 1997, quando a proliferação de unidades de produção foi bastante notável, aumentando a concorrência entre as facções levando a um barateamento do preço pago por peça, apesar dos custos despendidos em maquinários e aviamentos continuarem a subir. Os maiores subcontratantes destas indústrias são os que

estão inseridos nas lojas de Termas e no out-let de Tubarão.

A maioria das indústrias que estão hoje em Termas começou como domésticas, informais, que aos poucos vão comprando máquinas e contratando pessoas a R\$10,00 por dia mas, com a ampliação de sua unidade produtiva, são obrigadas a formalizar. Outras preferem arriscar para evitar o pagamento de

**MAPA 15 - LOCALIZAÇÃO DAS
INDÚSTRIAS DOMÉSTICAS ENTREVISTADAS
(entre Braço do Norte e Gravatal)**



encargos, como é o caso do Sr. S.²³ que trabalha informalmente há um ano, com quinze costureiras residentes nas imediações de sua empresa, inserida no meio rural. Segundo ele o fato de da facção Mr. Mõa, participante do Sistema Cooperativo de Facção, ter encerrado suas atividades recentemente em Gravatal facilitou a oferta de mão-de-obra e a submissão das costureiras ao trabalho sem carteira assinada.

FOTO 20

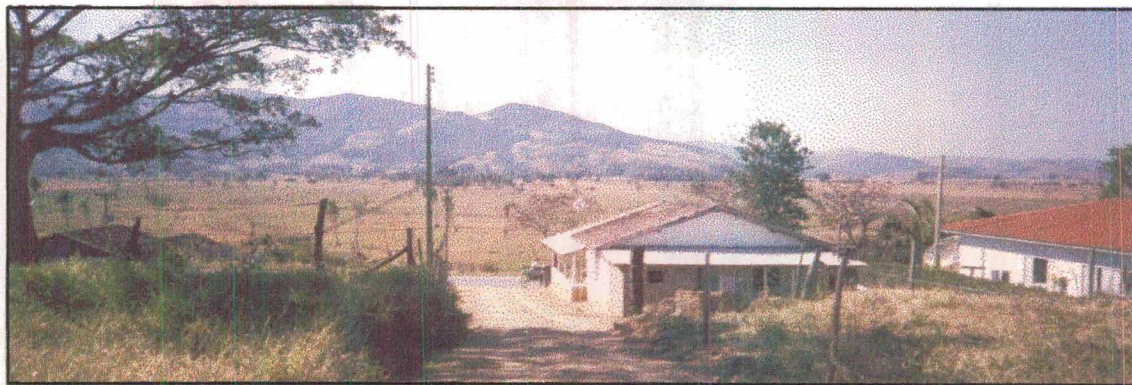


Foto da área onde o Sr. S. está inserido, do morro para a SC-438, foto tirada pela autora em julho/99.

No Mapa 15 procurou-se mostrar algumas das indústrias domésticas detectadas às margens da SC-438, no intuito de ilustrar seu meio de inserção e a dificuldade de detectá-las espacialmente, ao percorrer-se a rodovia, pois não possuem aparência de indústrias mas, sim, de residências.

A seguir ilustrou-se, através de fotos, com indicações no mapa 15 por cores.

FOTOS 21 e 22



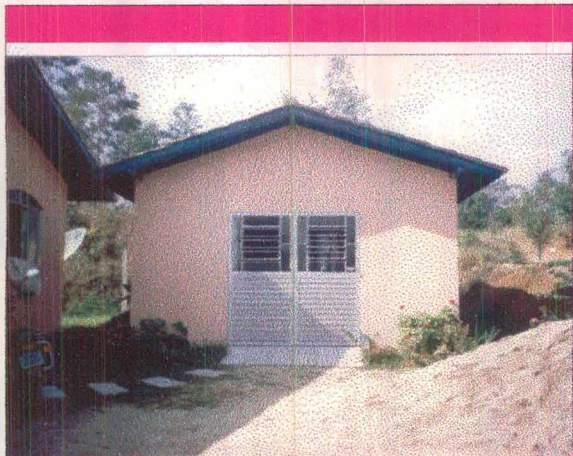
Trevo de Braço do Norte - Vista desde a Indústria Doméstica de Dona Isemar



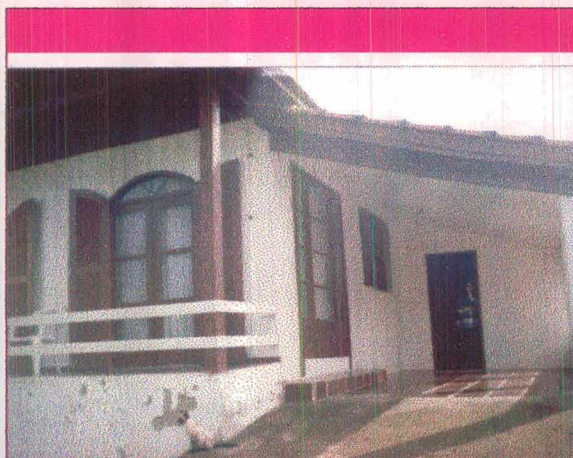
Dona Isemar e a filha em frente a padaria onde, nos fundos, tem sua indústria doméstica. Fotos tiradas pela autora em julho de 1999.

²³ Entrevista concedida por Sr. S. (nome não divulgado para preservar o sigilo) gravada em 22.12.00

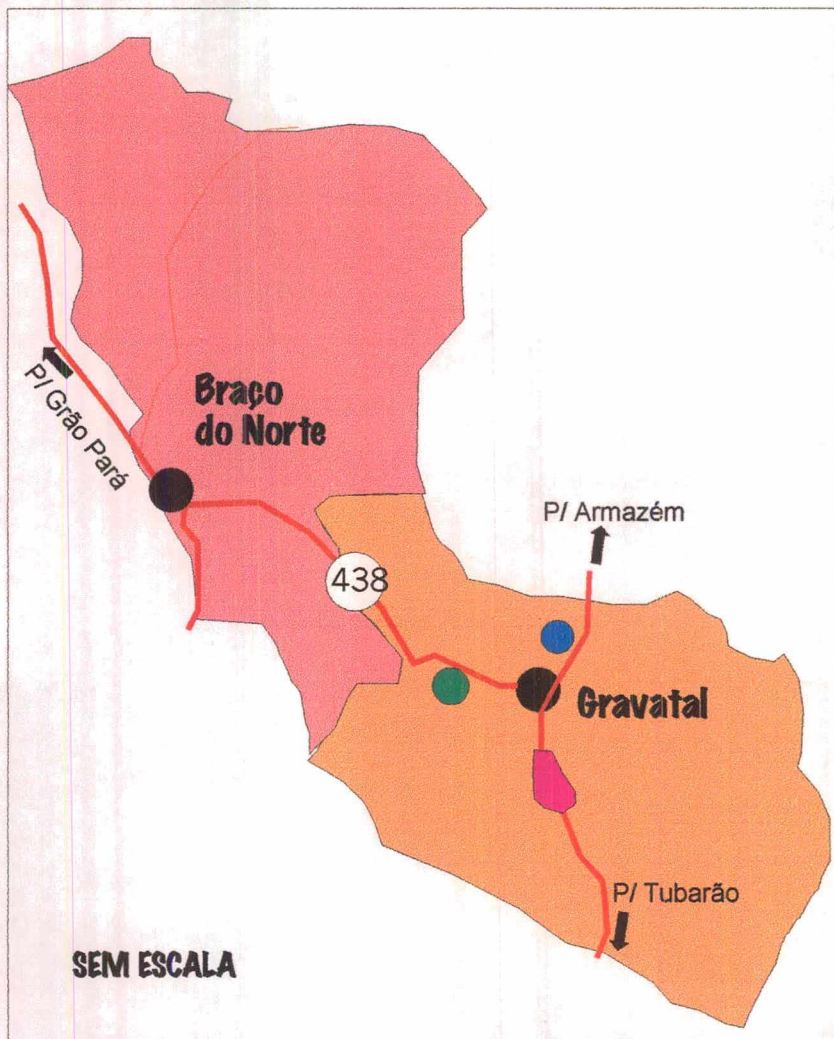
MAPA 16 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS FACÇÕES E INDÚSTRIA DOMÉSTICA ENTREVISTADAS PRÓXIMAS A RODOVIA - (entre Braço do Norte, Gravatal e Armazém)



Fachada da Indústria Doméstica de Sr. V.



Fachada da Indústria Doméstica de Dona W.



Vista da indústria doméstica do Sr. S.



Vista da indústria doméstica de Dona R., em destaque o espaço especialmente construído para a confecção.



Fonte: Mapa elaborado a partir do Mapa das Microrregiões de Tubarão retirado do Atlas de Santa Catarina. 1991. Fotos tiradas pela autora em Julho de 1999, Julho de 2000 e Janeiro de 2001.

3.12. ORLEANS

Dos municípios aqui selecionados com maior participação nos dados do Valor Adicionado de 1999, Orleans é o mais distante e menos dependente do município sede da microrregião, Tubarão, devido à distância de cerca de cinquenta quilômetros e à dificuldade de acesso pela estrada que passa por Pedras Grandes, que é de chão batido e muito esburacada. Por isso, a indústria tradicional com abrangência nacional detectada no município, prefere utilizar-se dos serviços oferecidos por Criciúma. Já a facção detectada na localidade de Pindotiba utiliza-se de transportadora de Tubarão para circular sua produção, percorrendo freqüentemente a estrada sem pavimentação que margeia o Rio Tubarão .

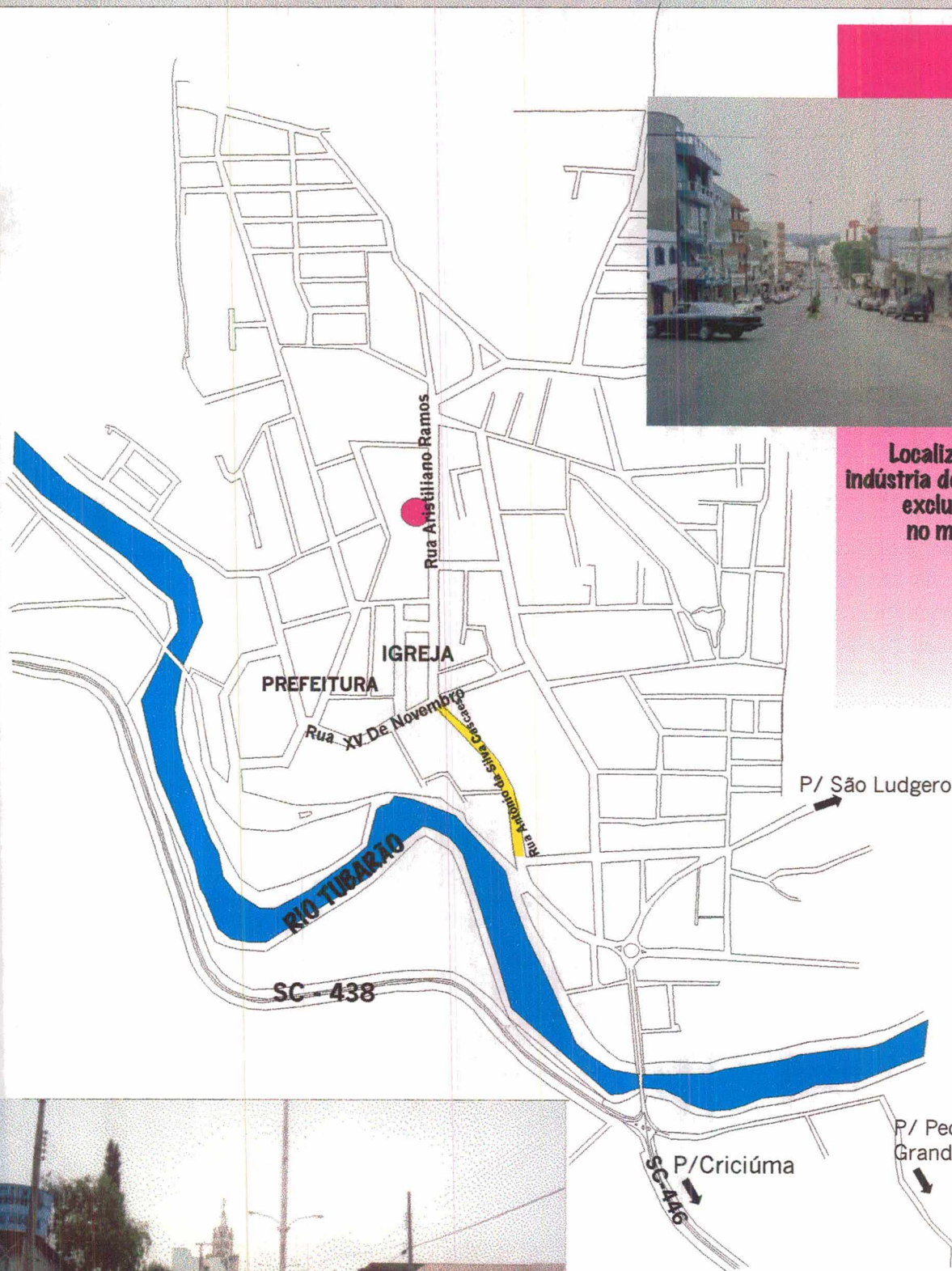
Não detectou-se a indústria doméstica no município e há poucas lojas locais de confecção, mas sabe-se que estas lojas produzem uma parte dos produtos que vendem.

Conforme Mapa 17 , verifica-se que a única indústria tradicional existente no município localiza-se no centro da cidade, em uma das principais ruas urbanas, com fácil escoamento para a SC-438 que leva à São Ludgero e para a SC-446 que leva à Criciúma. Na continuação desta rua há a concentração das poucas lojas de confecção detectadas, que vendem localmente.

A indústria tradicional encontrada em Orleans produz, com 54 funcionários, 17.000 peças mensais, de marca própria, em malha, moleton e tassel. A acumulação inicial contou com a ajuda de parentes, que possuem lojas em Orleans absorvendo, por mês, 3.000 peças produzidas pela indústria. O restante da produção atinge outros estados brasileiros, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Mato Grosso, através de representantes. O apoio da estrutura familiar é determinante para que a indústria localize-se no município, pois além do benefício comercial, o terreno onde está inserida, no centro, foi herança familiar. A localização central, por sua vez, facilita o acesso de funcionários ao local de trabalho.

Então, o apoio familiar, neste caso, sobrepuja as dificuldades encontradas para formação de mão-de-obra e serviços relacionados à confecção em Orleans, tal dificuldade era muito maior nos idos de 1988, quando a indústria iniciou-se. Atualmente realiza-se cursos para formação de mão-de-obra na própria indústria.

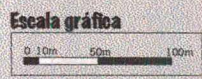
MAPA 17 - MAPA DE ORLEANS, com a localização das ruas onde verificou-se o maior número de indústrias de confecções tradicionais.



Localização da Righsson, indústria de confecção tradicional exclusiva, com vendas no mercado nacional.



Localização das lojas de confecções locais.



**Fonte: Mapa elaborado a partir do Mapa do Perímetro Urbano de Orleans da Prefeitura Municipal de Orleans -1998
Fotos tiradas pela autora em Janeiro de 2001.**

A facção detectada insere-se na localidade de Pindotiba, conforme Mapa 18. Tal facção possui características peculiares, pois o proprietário associa dois setores de atividades econômicas, uma do setor secundário, a facção de jeans, e outras do primário como o aviário, com produção para a Ceval atual Seara, e a pecuária. E isso explica a preferência por localizar-se no meio rural. Além disso, reside com a família no mesmo espaço onde mantém estas atividades.

O proprietário, o Sr. Mário Rossi, atual vereador por Orleans, começou a faccionar jeans em 1993 para a marca Lovestory de Tubarão, mas atualmente facciona para lojas de Santana do Livramento e Uruguaiana e busca produzir sua marca própria. Apesar do grande espaço disponível para a etapa da lavagem do jeans, a etapa da costura é realizada fora do conjunto visto na foto 01 do Mapa 18, num espaço que dista menos de um quilômetro da residência do proprietário. Atualmente constrói-se um espaço destinado à etapa da costura anexo ao local da lavagem. Isto mostra que há um processo de acumulação contínuo nesta facção, dando condições de execução de outras etapas da confecção, além da costura, como lavagem e acabamento. Tanto que até é possível que o Sr. Mário inicie uma marca própria de jeans para vender, através de representantes, para lojas existentes na fronteira do Brasil com o Uruguai. Apesar do proprietário alegar ser mais vantajoso trabalhar com facção pois, segundo ele, para cada calça jeans produzida recebe R\$2,00, ao passo que o custo de todo o processo produtivo de uma calça é de R\$10,50 e a vende por R\$11,50, ou seja, trabalha com uma margem de lucro de apenas R\$1,00.

As costureiras empregadas, em torno de trinta, habitam nas imediações de Pindotiba, locomovendo-se a pé ou de bicicleta. Recentemente o proprietário recebeu uma multa de R\$6.000,00 do Ministério do Trabalho por estar com nove funcionárias sem carteira assinada, trabalhando na facção. Por estarem distantes de centros dinâmicos, por possuírem pouco conhecimento acerca de outras atividades além da agrícola, por terem poucas oportunidades de trabalho, etc., as costureiras submetem-se a trabalhar sem vínculo empregatício e talvez sejam, juntamente com sua família, as principais eleitoras do patrão vereador pelo PFL.

MAPA 18
MAPA DA LOCALIZAÇÃO DA FACÇÃO DO SR. MÁRIO ROSSI NA LOCALIDADE DE PINDOTIBA, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE ORLEANS.



Foto 01 - Vista Geral, com a residência do proprietário em primeiro plano, o aviário à esquerda, o galpão em construção para a etapa da costura à direita e a lavanderia ao fundo.



Foto 02 (acima) - Vista do espaço da Lavanderia, com a pastagem para gado em segundo plano.

Foto 03 (abaixo) - Vista interna da Lavanderia

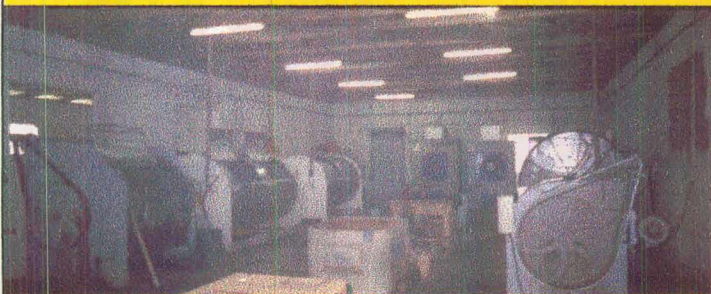
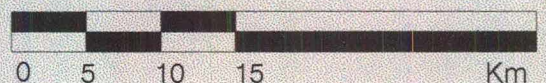


Foto 04 - Localização do espaço onde funciona a etapa da costura da facção do Sr. Mário Rossi



Fonte: Mapa elaborado a partir do Mapa das Microrregiões de Tubarão retirado do Atlas de Santa Catarina. 1991. Fotos tiradas pela autora em janeiro de 2001.

ESCALA GRÁFICA:



3.13. SÃO LUDGERO

O município de São Ludgero dista nove quilômetros de Braço do Norte e 44 quilômetros de Tubarão, acessando pela SC-438. O traçado urbano é em forma de grelha e o rio Braço do Norte atravessa a cidade, dividindo-a. A maioria de sua população economicamente ativa trabalha no meio rural, correspondendo a 48% do total, segundo o Censo de 1991 do IBGE.

Neste município implantaram-se unidades produtivas que fazem parte do Sistema Cooperativo de Facção, a Rota do Sol, que facciona malha, e a Lavanderia Casagrande que faz todo o acabamento das outras unidades do Sistema, localizadas nos outros municípios.

A Lavanderia trabalha com cerca de sessenta funcionários, divididos em três turnos, ou seja, produz vinte e quatro horas por dia. Localiza-se no Distrito Industrial de Braço do Norte.

Fora estas empresas, existem confecções locais, com lojas próprias, faccionando, eventualmente para os colégios locais.

A partir do início da década de 1990, essas lojistas faziam facção para lojas de Termas do Gravatal mas, desde 1997, os pedidos decaíram restando apenas a confecção para suas próprias lojas. Atribui-se à falta de encomendas a proliferação de indústrias domésticas, nos últimos quatro anos, nas proximidades de Gravatal e Tubarão.

As entrevistas foram realizadas com as proprietárias destas poucas lojas locais (Ver Mapa 19), localizadas no centro da cidade, que não têm conhecimento acerca da existência de indústrias domésticas no município, o que leva a concluir que estas concentram-se em localidades mais centrais, como Tubarão, com maior oferta e demanda.

MAPA 19 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DOMÉSTICAS ENTREVISTADAS EM SÃO LUDGERO



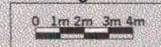
Dona Denise - Lojista local



Dona Walderina - Lojista local



Escala gráfica



Fonte: Mapa elaborado a partir do Mapa do Perímetro Urbano de São Ludgero da Associação de Municípios da Região de Laguna - AMUREL. Fotos tiradas pela autora em Julho de 1999.

Dos dezoito municípios que fazem parte da AMUREL – Associação dos Municípios da Microrregião de Laguna, foram estes dez que mais importância tiveram para a presente pesquisa, por configurarem uma participação maior dos dados do Valor Adicionado, ou por concentrarem maior número de indústria domésticas verificado em campo, como Capivari de Baixo.

Conforme o município afasta-se do eixo de maior concentração, ou seja, da BR-101, de Tubarão onde a demanda é maior, menor é a dinâmica de fluxos do setor confeccionista em estudo. No entanto, algumas facções inseridas no circuito nacional dão preferência aos municípios não tão próximos da área de maior dinâmica, onde vão buscar a mão-de-obra rural, sem experiência no setor secundário, ou seja, nos municípios onde a população economicamente ativa está predominantemente no setor primário, como é o caso de Armazém, São Ludgero e Treze de Maio que possuem, respectivamente, 55%, 48% e 59% do pessoal ocupado trabalhando em atividades primárias, segundo o Censo do IBGE de 1991. Os municípios em questão estão mais afastados do eixo norte-sul da BR-101, embora com vias de fácil escoamento que conectam a esta.

Até é possível encontrar costureiras em municípios como Grão-Pará, por exemplo, mas são costureiras tradicionais, que detêm o conhecimento de todo o processo da confecção da roupa, desde do molde ao acabamento, o que é totalmente diferente dos processos da facção e de indústria doméstica aos quais nos detemos.

Os oito municípios que não foram analisados têm uma baixa participação nos dados do Valor Adicionado, abaixo de R\$142.000,00 em 1999, como: Imbituba, Sangão, Imaruí, São Martinho, Pedras Grandes, Grão-Pará, Santa Rosa de Lima e Rio Fortuna. Estes municípios possuem lojas de confecções que produzem uma parte das suas vendas, mas atuam localmente com vendas em suas próprias casas ou através de sacoleiras.

CAPÍTULO 04

A INDÚSTRIA DOMÉSTICA²⁴

4.0. SURGIMENTO:

A maior parte das indústrias entrevistadas iniciou no ramo em meados da década de 90, justamente no período em que, como vimos, o desemprego aumentou vertiginosamente em consequência da política liberalizante que abriu o mercado nacional aos produtos estrangeiros. Neste período, os produtos vindos da Ásia, a preços baixos, fizeram forte concorrência ao nosso produto. A opção encontrada por muitas indústrias têxteis, foi a desverticalização da cadeia produtiva, como uma forma de baixar os custos, barateando os produtos.

Com isso, muitos empresários do sul catarinense investiram em uma nova opção que se vislumbrava perante a uma forte crise econômica que deixava milhares de desempregados, devido à progressiva retirada de incentivos estatais do setor carbonífero. O fornecimento de mão-de-obra para as diversas etapas da produção têxtil, principalmente a da costura, surgiu como uma forma de acumulação.

Além disso, a criação de centros de venda direta, no eixo da BR-101, atraía muitos consumidores e sacoleiros, buscando promover o Sul Catarinense como Pólo Confeccionista.

Paralelamente a essas novas possibilidades econômicas que surgem como um atenuante à miséria, o município de Gravatal aparece com uma forte atração turística. Apresentando, aos turistas, não somente seus hotéis, mas, principalmente suas águas termais de Termas do Gravatal, oferece uma infra-estrutura confortável, com opções de lazer, serviços e compras, predominando as lojas de confecções de venda direta de fábrica.

Estas novas atividades econômicas vão criar um circuito de produção e venda que vai além das formas conhecidas, como o da grande concentração fabril e o

²⁴ Este texto foi elaborado a partir de entrevistas realizadas em Janeiro de 1999, no município de Tubarão, Termas do Gravatal e Braço do Norte por Profa. Margareth e Fabíola; em Julho de 1999 em Braço do Norte, São Ludgero, Grão-Pará, Termas do Gravatal e Tubarão, por Fabíola; em Julho e Dezembro de 2000 nos municípios de Tubarão, Gravatal, Treze de Maio, Jaguaruna, Capivari de Baixo, por Fabíola; em janeiro de 2001 nos municípios de Tubarão, Pedras Grandes, Orleans, Armazém, Laguna e Imbituba, por Fabíola.

das relações espaciais locais ou regionais, atingindo uma rede de relações e de produções com uma nova lógica de funcionamento.

“A crise reorganiza os espaços urbanos e regionais sob sua nova lógica. A subcontratação e a prática de pequenos negócios, o trabalho doméstico e artesanal, a estrutura familiar e relações paternalistas constituem as novas modalidades de emprego do trabalho, incorporando e organizando a região para o novo modelo de acumulação.” (PIMENTA, 2000:08)

A indústria doméstica forma-se, então, para fornecer mão-de-obra barata à demanda que as indústrias confeccionistas e lojas de venda direta solicitam. Com o passar do tempo, principalmente a partir de 1997, muitas indústrias domésticas proliferaram, aumentando a oferta e estabelecendo uma relação de trabalho cada vez mais precária. As mais atingidas são, especialmente, aquelas que se inserem no circuito em que fornecem mão-de-obra para as lojas dos centros de venda direta, localizados na BR-101, para as lojas de venda direta das galerias comerciais de Termas do Gravatal e do centro de Tubarão e, ainda, para as subcontratantes com inserção local mas com abrangência nacional.

A maioria das costureiras domésticas provem do meio rural, da própria região aonde estão inseridas atualmente, tiveram seu primeiro contato com a costura como empregadas de firmas formalizadas. Saíram destas firmas por diversos motivos: pelo fechamento da firma, por terem atingido uma idade em que as firmas não têm mais interesse em mantê-las devido à sua lentidão produtiva, ou porque tiveram condições de adquirir maquinário para trabalhar em casa, ganhando mais do que nas firmas. Outras indústrias domésticas formam-se com costureiras tradicionais que, não tendo mais condições de concorrer no mercado das roupas prontas, transformam seu atelier de roupas sob medida em indústrias domésticas.

As firmas que fecharam na microrregião formaram mão-de-obra que, em parte, é absorvida por facções que trabalham para grandes indústrias têxteis nacionais ou para subcontratantes inseridos no circuito nacional. Outras antigas empregadas, que não encontram trabalho formal nestas facções, têm como opção formar uma indústria doméstica, com colegas na mesma situação, quando têm condições de adquirir maquinário. Quando não têm essa possibilidade, resta-lhes

trabalhar por jornada diária, sem qualquer vínculo empregatício em indústrias domésticas próximas aos seus locais de moradia.

Outras antigas funcionárias de indústrias tradicionais ou facções, quando atingem uma idade em que sua produtividade diminui, são pressionadas a deixar a firma pelos maltratos que dizem ter sofrido. Em decorrência das jornadas estafantes, das quais muitas vezes são obrigadas a cumprir como as horas extras, depois de anos de trabalho intenso, tornam-se, cada vez mais freqüentes e irreversíveis, os problemas de saúde. Como muitas empresas não aceitam as justificativas de falta por problemas de saúde, os salários sofrem substanciais descontos no final do mês. Nesta situação, poucas conseguem adquirir maquinários para montar sua própria indústria doméstica, sendo obrigadas a trabalhar informalmente em indústrias domésticas, em que são extremamente mal remuneradas, sem nenhuma garantia de trabalho nas semanas que se seguem. A entrevista feita com Dona A²⁵, mostra a relação da baixa remuneração com a idade e a saúde precária:

“Eu tenho diabetes, tenho pressão alta, eu tô sem emprego. Quase sempre, todos os anos...o ano passado, no primeiro do ano eu passei no hospital internada. Eu tenho pedra no rim, eu tenho sífilis....” mais adiante Dona A, diz: *“as fábricas aqui não empregam depois dos 35, eu já tenho 50 anos...”* *“Eu trabalhei esta semana por R\$30,00.. Já paramos! Amanhã já não vou mais! Não tem mais.”*

Já outras indústrias domésticas formam-se com costureiras que possuíam uma dupla jornada de trabalho, trabalhando em empresas formais de dia e em casa à noite e de madrugada. Conforme vão acumulando, investindo em capital constante, e adquirindo contatos com subcontratantes, saem das firmas e assumem sua indústria doméstica como única fonte de renda. Neste caso a trajetória é muito desgastante e, além da dupla jornada que chega a dezoito horas diárias, há, ainda, os afazeres domésticos e a supervisão e educação dos filhos que, geralmente, ficam em segundo plano. Dona Sinira²⁶, atualmente, tem uma indústria doméstica formalizada, dentro de sua própria casa, mas o início do processo de acumulação

²⁵ Entrevista concedida por Dona A., gravada no dia 21.12.00. O nome da costureira foi omitido para preservar o sigilo.

²⁶ Entrevista concedida por Dona Sinira, gravada no dia 20.12.00

foi bastante estafante:

“Tinha dias que eu levantava quatro horas da manhã, trabalhava até às seis horas em casa, era um quartinho aqui, depois me arrumava, pegava o ônibus e ia trabalhar. Chegava de noite, chegava em casa e pegava de novo. Dormia onze horas, meia noite. Comecei assim. Depois eu vi que era muito sacrificado, dei o aviso na Beck’s e resolvi só trabalhar em casa. E com a saída da Beck’s eu comprei uma reta²⁷ e comecei... e estou até hoje.”

Em outros casos, as indústrias domésticas formaram-se a partir de costureiras tradicionais que costuravam sob medida. Ao perderem seus clientes para as lojas de venda de fábrica, que ofereciam produtos mais baratos que o custo do feitiço, optaram pela facção de peças para lojas de venda de fábrica. São costureiras que detêm o conhecimento de todo o processo da costura, sabem fazer desde os moldes a todas as etapas da montagem da peça. O que as leva a uma baixa produtividade e, com isso, dificuldade de acumulação é o fato de que, geralmente, são mais exigentes em relação à qualidade da costura. Conforme o relato de Dona Sol²⁸:

“O ramo anterior era totalmente diferente da facção, eram calças e camisas, guarda-pó, sob medida. E a facção, para dar produção, tem que ser pauleira, ainda não entramos no ritmo. Se tem alguma falha, paramos a produção para arrumar. Mas, também não voltam peças para gente arrumar, mas o problema é que a produção demora.”

Em suma, verifica-se que há duas formas de montar uma indústria doméstica: quando as costureiras estruturam-se através de uma acumulação inicial que, geralmente, conta com apoio dos componentes familiares para adquirirem seu maquinário; ou quando são demitidas, forçadas ou não, a indústria doméstica é a

²⁷ A máquina reta é essencial para a formação da cadeia básica no processo da confecção, seu preço é um dos mais baratos em relação às máquinas que realizam processos mais sofisticados. A função da reta é unir os tecidos com uma linha de costura.

²⁸ Entrevista concedida por Dona Sol, gravada no dia 18.12.00. Foi usado um pseudônimo para esta costureira.

única saída para sobreviverem, submetendo-se a relações precárias de trabalho. Essas duas situações distintas refletir-se-ão em formações e inserções diferentes de indústrias domésticas, ou seja, com menos estrutura ou com relações mais exploradas.

4.1. RELAÇÕES E MÃO-DE-OBRA NA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

A estrutura da indústria doméstica é principalmente familiar, com uma participação bem maior por parte das mulheres. Em alguns casos, os homens também participam, seja ajudando no transporte das mercadorias, seja no corte e no acabamento das peças ou, ainda, na comercialização do produto. Encontrou-se poucos casos de indústrias domésticas em que os homens exercem a função de fechar as peças, mas verificou-se que nas indústrias formais há um número crescente de homens trabalhando na etapa da costura.

Os maridos, os genros e os filhos homens dão apoio à indústria doméstica, transportando mercadorias, negociando preços com o subcontratante, levando máquinas para o conserto, comprando aviamentos, enfim, as atividades exercidas por eles estão, na maior parte das vezes, relacionadas a serviços externos à unidade de produção. Este apoio familiar, por sua vez, reflete-se na acumulação da indústria doméstica que passa a constituir atividades coordenadas e divididas entre parentes nos diversos níveis da etapa da costura. A participação familiar, certamente, suscita o interesse de subcontratantes pela organização, em virtude da rapidez da produção, uma vez que as costureiras concentram-se apenas na execução das costuras, e do capital fixo disponível, não só na forma de máquinas mas de equipamentos de apoio, como o carro, telefone, fax, etc.

A relação de trabalho, no interior da indústria doméstica, varia em cada caso. Há exemplos de indústrias que não abrem mão de trabalhar somente com parentes para evitar problemas com o Ministério do Trabalho. Outras não têm possibilidade de trabalhar com a família e, sim, com costureiras sem grau de parentesco, pagando-as por jornada ou salário mensal; ou, se todas tiverem igual número de maquinário, por produção de peças, as despesas e o lucro são divididas entre as proprietárias das máquinas. Outras ainda trabalham com parentes, mas incorporam outras costureiras permanente ou eventualmente quando a produção aumenta.

Há grande facilidade em conseguir costureiras para trabalhar nos meses de maior produção, principalmente as mais velhas, pois muitas continuam desempregadas e sem condições de iniciar sua própria indústria doméstica, devido ao alto custo do maquinário e a falta de possibilidade de acumulação. A preferência por costureiras mais velhas é notável nas indústrias domésticas, já que a grande maioria destas não proporciona vínculos empregatícios e as costureiras não têm outra opção de sobrevivência. Isto, por si só, já as pressiona a não procurarem seus direitos trabalhistas, pois caso procurem, as possibilidades de trabalharem, pelo menos por alguns meses, se anulam. Na entrevista com Dona C.²⁹, proprietária das máquina e do espaço de produção, esta preferência fica bastante clara:

“...mulheres com mais de 35, 38 anos já não pega serviço. Na malharia (em facções) eles não botam mais. Porque já estão velhas, não fazem como a nova faz. E as costureiras que nós pegamos ali são tudo de 47 anos pra cima. Não tem mais como pegarem outro serviço, elas vão ali, pedem pra nós e nós colocamos elas. São só dois ou três meses que tem serviço.”

Verifica-se, claramente, que as relações, neste setor, são baseadas na máxima exploração do trabalho alheio; quanto mais destituído o trabalhador, mais explorado. E quanto menos chance de inserir-se no mercado de trabalho, mais o trabalhador submete-se aos vínculos precários.

Com a proliferação do número de indústrias domésticas, sua realidade modifica-se, aumentando o grau de exploração por parte dos subcontratantes. A maioria das entrevistadas disse que, ao iniciar a indústria doméstica, havia mais clientes dispostos a dar-lhes trabalho e pagar-lhes um preço maior por peça costurada. Hoje, a situação piora gradativamente. Atribui-se a isso a crescente formação de indústrias domésticas em decorrência das sistemáticas demissões, o que dá aos subcontratantes ou aos faccionistas um poder de barganha muito maior; e às costureiras a precarização e a desvalorização crescentes do seu trabalho.

Verifica-se, então, que há trajetórias distintas de formação de uma indústria

²⁹Entrevista concedida por Dona C., gravada no dia 18.12.00. O nome da costureira foi omitido para evitar retaliações.

doméstica. Embora todas tenham sido impulsionadas pela política econômica e social vigente, dependendo da oportunidade e dos meios de que podem lançar mão, vão ter uma história e uma perspectiva diferente.

Analisando o surgimento das indústrias domésticas entrevistadas, nota-se que há dois tipos de classificação que se relacionam com a existência de ajuda de parentes, com o capital inicial disponível para investir em maquinários, com prosperidade da indústria doméstica em algum momento de sua existência e com as relações de subcontratação. Estas relações refletem-se no espaço de produção e na renovação e aquisição do maquinário que, por sua vez, vão determinar a rapidez e qualidade da produção, que estabelecerá, também, a relação das costureiras com o subcontratante, ou seja, a inserção em um circuito mais ou menos ativo.

4.2. TIPOS DE INDÚSTRIAS DOMÉSTICAS:

Tipo 01: Existem aquelas indústrias que investiram em espaço especial para a confecção e em maquinário próprio, contando com a ajuda de componentes familiares, com rescisões de contrato de trabalho em fábricas maiores ou com a própria acumulação da indústria doméstica.

Neste tipo, inserem-se as indústrias domésticas informais e as poucas formalizadas que chegaram a constituir uma microempresa. Ao analisar os motivos que levam à formalização, observou-se que há vantagens, através de subsídios estatais e concessão de linhas de crédito, para que a indústria doméstica deixe de ser informal.

Em relação às linhas de crédito, como já foi dito no capítulo dois, estas são bem mais favoráveis em termos de valor permitido e de taxa de juros cobrada para as empresas formalizadas. Mas, outro fato que chama atenção diz respeito à existência da possibilidade de concessão de áreas de terras e de imóveis para instalação de indústrias, como é o caso do município de Tubarão.

Através da Lei de Incentivo Fiscal 1892/94, o município de Tubarão concede a utilização de imóveis situados dentro da zona industrial para empresas de grande, médio e pequeno porte. Estabelecidos através da lei autorizada pela Câmara, ou seja, dependendo dos critérios determinados pelos vereadores, uma indústria doméstica poderá ser enquadrada como empresa de pequeno porte, por exemplo.

Relacionando-se esta lei com uma das entrevistas realizadas na indústria

doméstica, já formalizada, de Dona Norma, constatou-se que havia transações, sob a análise de órgãos municipais, de transferência do local de produção doméstica para as proximidades da zona industrial. Concluiu-se, assim, que a concessão de imóveis é mais uma das vantagens para a formalização da indústria doméstica. Segundo a entrevista realizada³⁰:

“A Prefeitura prometeu dar um terreno para construir um galpão, mas a gente tem que andar muito atrás. Eles queriam dar um terreno longe mas as funcionárias são tudo de perto. Era perto da Exposul. Eu achei longe. Muita gente sai. Agora vamos esperar mais um pouco. Muitas funcionárias iam sair, porque muitas vêm de bicicleta, vão almoçar em casa, têm a família. A gente também não tem como pagar vale-transporte. E elas não querem que eu baixe o salário, aí fica muito pesado pra mim. “

A distância entre a atual residência de Dona Norma e a Exposul, onde a prefeitura prometeu o terreno, é de, aproximadamente, seis quilômetros. Portanto a concessão do terreno não representou a vantagem esperada, pois a reestruturação do quadro de funcionários seria dificultosa e a substituição por funcionários que morassem nas proximidades da Exposul despenderia tempo e treinamento.

Se Dona Norma construísse seu galpão no terreno doado pela prefeitura e transferisse seus equipamentos e funcionários para lá, de acordo com a classificação feita nesta dissertação, deixaria de ser uma indústria doméstica e passaria a ser uma facção.

Portanto, nesta pesquisa, para se considerar uma indústria doméstica deve continuar havendo a imbricação do universo doméstico com o da produção, mesmo que haja sucessivas ampliações e a formalização.

Nas indústrias domésticas formais e informais do Tipo 01, geralmente, há ajuda de parentes, como as filhas e o marido que trabalham ou dispuseram de capital para iniciar a indústria doméstica.

Além disso, conseguem ter acesso a um circuito de produção e de venda em

³⁰ Entrevista concedida por Dona Norma em 19.12.00

expansão, servindo-se encomendas quase constantes, conseguindo, assim, adquirir e renovar maquinários, garantindo a qualidade, quantidade e rapidez do produto, aumentando o preço das peças costuradas. Vê-se, assim, a absorção em uma espécie de espiral no sentido ascendente.

Tipo 02: O investimento destas indústrias domésticas foi feito apenas em maquinário, revertendo em uma mínima e necessária seqüência de maquinários utilizadas na costura do que se propõem. Algumas iniciaram com máquinas alugadas por subcontratantes, que as cedem em troca de um preço mais baixo por peça costurada, e aos poucos foram substituindo por máquinas próprias, ou ainda não conseguiram substituí-las, o que mantém o preço mais baixo pago por peça.

Em uma das entrevistas realizadas, verificou-se que a relação entre o aluguel das máquinas e o preço pago pela peça costurada varia de 10 a 15% do valor da peça, ou seja, o preço pago pela bermuda de canvas, por exemplo, era de R\$0,45, mas o subcontratante, e proprietário das máquinas, pagava R\$0,06 a menos.

As indústrias domésticas do Tipo 02 subutilizam espaços que abrigavam outras funções residenciais ou as substituíam pela locação da indústria doméstica. Sem contarem com um capital inicial significativo, nem tendo apoio familiar para operacionalizar a confecção e, geralmente, sustentando a própria família, as donas de casa que tornaram-se fabricantes de confecção mantêm uma indústria doméstica mais modesta em termos de estrutura física geral.

4.3. PRODUÇÃO E MAQUINÁRIO:

Os períodos de maior produção e de queda produtiva obedecem, basicamente, um intervalo de três meses. Os meses de Abril, Maio e Junho são meses de produção acelerada para o inverno, já nos meses de Julho, Agosto e Setembro não se produz, ou produz-se muito pouco, pois são os meses de venda de inverno, quando o subcontratante ou as lojas têm produtos estocados. Quase no final de Setembro, a produção aumenta lentamente. Nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro produz-se para o verão e nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março diminui-se o ritmo da produção novamente. Logo, as indústrias domésticas trabalham na base de três meses e param outros três. Em meses de baixa produção, o subcontratante oferece um preço menor pelas peças, tendo uma queda que fica em torno de 38%.

Há casos em que os subcontratantes alugam as máquinas para as costureiras produzirem seus lotes, o que não representa grande vantagem pois exigem, em troca, um menor preço por peça. As faccionistas preferem, então, adquirir suas próprias máquinas para diminuir a exploração dos subcontratantes.

As costureiras são pagas de acordo com as peças produzidas que recebem cortadas. Há duas formas de obter as peças talhadas: ou recebem nas suas próprias residências e as entregam da mesma forma, ou seja, o próprio subcontratante ou intermediário as leva e as busca prontas; ou há casos em que o subcontratante exige, como pré-requisito para subcontratar a indústria doméstica, que esta tenha condições de buscar as peças cortadas e levá-las prontas, determinando que as costureiras tenham uma acumulação maior, no caso um meio de transporte. Nos casos em que a indústria doméstica produz para a sua própria confecção, as próprias costureiras cortam as peças. A existência de uma mesa de corte na indústria doméstica marca esta diferença.

Os tipos de produtos produzidos são shorts, camisas, camisetas de malha e, algumas vezes, o produto mais elaborado como jaquetas, calças de “soldado” (estilo carga-pesada), vestidos, conjuntos de moleton e de tactel e uniformes esportivos. E, as faixas de preço por peça, cobradas pelas indústrias domésticas, variam muito. Esta variação está diretamente relacionada ao maquinário necessário para faccionar determinado tipo de produto; o tecido e a quantidade de detalhes agregam valor ao produto.

O mínimo de maquinário necessário para iniciar uma confecção vai depender do tipo de produto; no caso do jeans são necessárias, segundo SEBRAE (1996), as máquinas de costura reta, overloque, interloque, caseadeira, máquina de pregar botão ou botoneira e máquina de duas agulhas de ponto fixo. Já para a confecção de camisas são necessárias as máquinas de costura reta, de fechamento, caseadeira e botoneira. Para as confecções de lingerie necessita-se da máquina de costura reta, da overloque, da zig zag e máquina de colocar elástico. Para as confecções de malha são imprescindíveis as máquinas overloque, reta e galoneira.

Como ver-se-á adiante, as máquinas caseadeira e a botoneira são as mais caras, fazendo com que a fabricação de jeans e camisas necessitem de um capital constante maior do que as confecções de malha, ou seja, precisam possuir um processo de acumulação maior de capital.

Como se falou anteriormente, o capital disponível na formação da indústria doméstica reflete-se no próprio espaço da produção, no número de costureiras trabalhando e no maquinário. Estes, por sua vez, refletem-se no preço cobrado por peça. Então, para esclarecer esta afirmação, utilizou-se a classificação feita anteriormente.

Tipo 01: Geralmente estas indústrias domésticas fabricam vários tipos de produtos, pois possuem mais máquinas, podendo aceitar vários tipos de lotes, do produto mais simples ao mais elaborado. Neste caso, a exceção está na produção do jeans pelas empresas classificadas como “fábricas”, com uma estrutura técnica bem maior, como as do Sistema Cooperativo e fábricas independentes.

As indústrias domésticas do Tipo 01 têm, no mínimo, seis máquinas de costura, formando mais de uma cadeia de produção. No entanto, nenhuma das entrevistadas produzem jeans, pois este possui um sistema técnico mais complicado, necessitando de máquinas mais sofisticadas. Dificilmente uma indústria doméstica conseguiria dar um salto técnico produtivo grande o suficiente para montar uma cadeia produtiva de jeans, com exceção da Dona Norma que teve condições de adquirir maquinários pela acumulação inicial, apoio das seis filhas que costuram com ela, empréstimos bancários e inserção no Circuito Nacional.

O preço cobrado por peça varia conforme o tipo de produto, numa faixa de preços de R\$0,45 a R\$0,90, os mais simples como camisetas e pijamas de malha, e entre R\$1,80 a R\$2,50, os mais elaborados como camisas e bermudas de tãel.

Em relação a esta classificação, podemos verificar como o maquinário é importante na relação com o subcontratante. Segundo a entrevista com Dona Norma, verificou-se que mesmo tendo começado com poucas máquinas, hoje sua indústria doméstica é formalizada. Esta proprietária ainda que habite no local da indústria doméstica, trabalhando em casa com as filhas, tem seus subcontratantes no Circuito Nacional.³¹ :

“Quando eles chegam aqui, a primeira coisa que eles vão ver é o tipo de maquinário que eu tenho, tem traveti tem, tem duas agulhas tem, tem fechadeira, botoneira, caseadeira, aí eles vêem que a gente tem tudo e não querem mais nada. Quando eles começam com a gente não querem parar mais por isso, a gente tem todo o tipo de maquinários”

Tipo 02: Nesta classificação, o preço cobrado por peça é mais baixo, de R\$0,25 a R\$0,60, e trabalha-se apenas com as máquinas necessárias para completar uma única cadeia produtiva.

Aqui, vê-se claramente a influência do maquinário sob o preço pago por peça: o preço da camiseta para as indústrias do Tipo 01 saía por R\$0,45 enquanto que a mesma camiseta para as do Tipo 02 custava R\$0,25 em julho de 1999. O que significa uma diferença de 55%. Além da qualidade inferior, as indústrias domésticas do tipo 02 não têm condições de inserir-se em outros circuitos que produzem peças de tecidos mais elaborados do que os de malha. Este fato fica claro na entrevista com Dona Sol³² :

“...se eu tivesse uma máquina que é uma pespontadeira duas agulhas, ele (o subcontratante ou intermediário) me daria bermuda de canvas. Tem que ter a máquina. Faz três costuras. Dá pra passar três vezes na reta mas o serviço não anda, morre pra fazer três a quatro peças por dia. Não rende, eles querem que renda....Ninguém empresta uma máquina dessa, as que eu tenho aqui são todas bem velhinhas.”

³¹ Entrevista concedida por Dona Norma em 19.12.00

³² Entrevista concedida por Dona Sol, gravada no dia 18.12.00. usou-se pseudônimo para preservar a identidade da costureira

Como já se disse, a qualidade e a rapidez em que se fecham as peças são determinantes e, por sua vez, têm relação direta com o número de maquinário na unidade produtiva. A possibilidade de possuir maquinário determinará a inserção em um circuito de produção e de venda mais amplo. Quanto maior o número de costureiras destituídas costurando dentro da indústria doméstica, maior agilidade na produção.

Se as condições acima forem satisfatórias para a indústria doméstica, é maior sua possibilidade de ampliar seu leque de produtos, trabalhando com maior número de clientes e, assim, barganhando um preço maior por peças costuradas.

Mesmo as costureiras mais experientes e equipadas, quando fazem um produto mais elaborado, ou seja, com muitas peças para serem montadas, há dificuldade de organizar a produção na primeira vez que trabalham com a peça. O prazo de entrega do lote acabado é estabelecido no momento da entrega das peças talhadas, e há sempre contato por telefone entre as proprietárias das indústrias domésticas e os subcontratantes. Estes mandam a quantidade de peças de acordo com o prazo e o número de costureiras que se têm trabalhando na indústria doméstica.

Há casos em que as costureiras não possuem telefone, dificultando a comunicação entre indústria doméstica e subcontratante, deixando-as a mercê da boa vontade e lembrança do subcontratante, o que pode representar um preço ainda menor pelas peças costuradas.

A comunicação é fator importante para se inserir no ramo confeccionista, pois significa contatos com os subcontratantes e com as lojas de venda direta de fábrica. Algumas indústrias domésticas fazem uma espécie de cadastro com os subcontratantes ou intermediários, que têm conhecimento através de colegas do ramo, deixando apenas o nome e o telefone para o subcontratante entrar em contato quando necessita.

Além disso é preciso que os intermediários, proprietários das lojas de venda direta e confeccionistas conheçam o serviço das costureiras. Inicialmente, dá-se por informações sobre o serviço das antigas funcionárias das fábricas maiores, depois os clientes passam a conhecer os serviços já prestados. Dependendo do padrão do produto e do público a que se destina a produção e o preço final, solicitam os serviços de determinadas indústrias domésticas.

Como não se têm garantias nem contratos escritos, preza-se pela qualidade e rapidez na produção como a única possibilidade de receber mais encomendas.

Além de custearem as despesas provenientes da manutenção da estrutura da confecção, em muitos casos, os aviamentos, como as linhas para as costuras, estão dentro do preço cobrado por peça como, por exemplo, a indústria doméstica de Dona S³³ que, além de cobrar R\$0,25 por peça, ainda arca com todas as despesas da facção inclusive com as linhas para a costura. Isto reflete nos aspectos já mencionados, principalmente o seu maquinário.

FIGURA 03 - LAY OUT DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA DE DONA S.

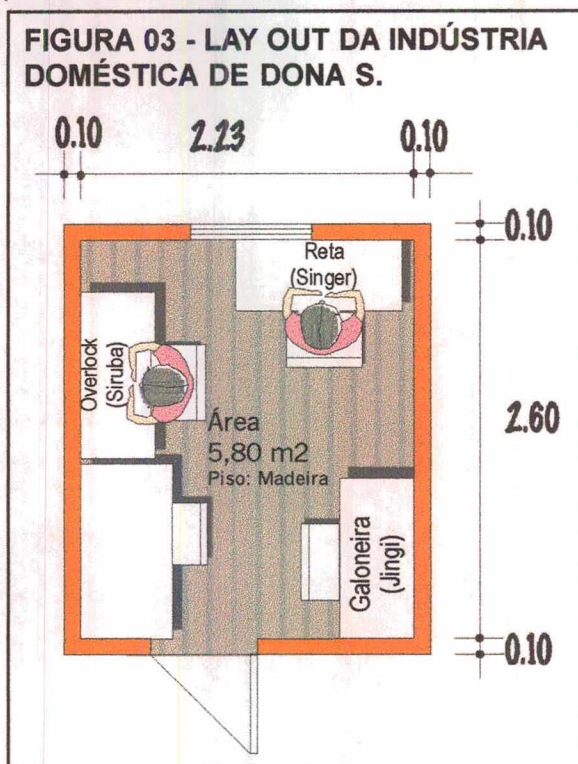


FOTO 23

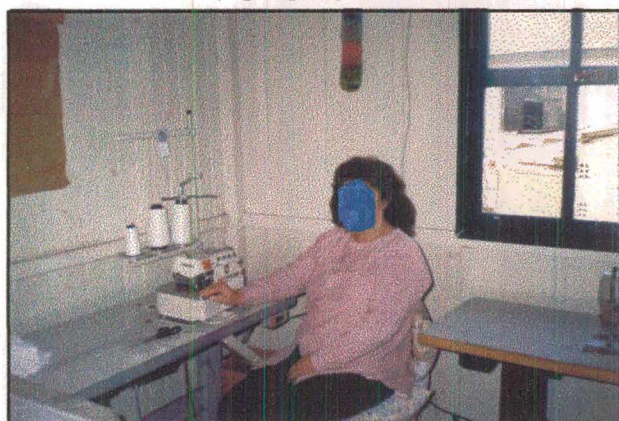


Foto mostrando Dona S. com sua única máquina de segunda linha, uma overlock Siruba.
Foto tirada pela autora em julho de 1999.

FOTO 24



Foto do interior da indústria doméstica de Dona S., mostrando sua máquina reta Singer industrial.
Foto tirada pela autora em julho de 1999.

³³ Entrevista concedida por Dona S. gravada no dia 29.07.99.

Como o processo técnico é fator relevante nas unidades produtivas de confecção, seria elucidativo esclarecer porque quanto maior a quantidade de maquinários, seu incremento tecnológico, maiores são as possibilidades de barganha por parte das unidades subcontratadas, em relação ao tempo e ao preço pago por peça pelos subcontratantes.

As máquinas transferem seu valor ao produto porque máquinas com tecnologia maior produzirão peças com um nível qualitativo maior e em menor tempo. Frente a isso, as empresas que possuem acumulação suficiente para adquirir máquinas condizentes com as funções propostas têm maiores possibilidades de inserir-se e, principalmente, manterem-se no mercado, sem, no entanto, deixarem de assumir uma constante renovação de seu meio técnico.

“... Como qualquer outro elemento do capital constante, as máquinas não criam valor, mas transferem seu próprio valor ao produto para cuja feitura contribuem. Enquanto a máquina possui valor e conseqüentemente transfere valor ao produto, ela constitui um componente do valor do produto. Em vez de barateá-lo, encarece-o na proporção de seu próprio valor” (MARX:1985,441)

No entanto, quanto maior o tempo de funcionamento da máquina e quanto mais rápido ela produz determinada peça, menor será a parcela transferida ao valor do produto, barateando o preço final. Assim como para os faccionistas e para as indústrias domésticas, quanto mais peças seu maquinário produz maior será a sua acumulação.

O maquinário, portanto, é um dos fatores fundamentais para que a indústria doméstica de confecção mantenha-se em condições de concorrência no circuito, despertando, continuamente, o interesse dos subcontratantes.

Segundo entrevista com Sr. Divo³⁴, proprietário de uma das lojas de máquinas e materiais para costura, o mercado de máquinas de costura está em expansão na microrregião em estudo, principalmente, a partir de 1996 quando as costureiras passaram a comprar máquinas a prestações fixas; facilidade concedida por comerciantes locais que também fornecem assistência técnica periódica.

³⁴Entrevista concedida por Sr. Divo, da Disimaq de Termas do Gravatal, gravada no dia 28.07.99

Atualmente, há várias categorias de máquinas de costura no mercado, classificadas como de primeira linha, de segunda linha e de terceira linha.

As máquinas de primeira linha chegam a custar o dobro das de segunda linha, pois possuem tecnologia superior. A maioria é produzida no Japão, mas há, também, as italianas e as americanas, sendo especiais para alta produção, pneumáticas, computadorizadas e automatizadas. Elas exercem mais funções do que as máquinas de segunda e de terceira linha, como revirar a área que está sendo costurada, cortar a sobra de linha da costura, sugar os restos de tecido e linha eliminando, com isso, a necessidade da mão humana. No entanto, estas são máquinas para indústrias de maior porte, havendo, ainda, um grande mercado para as chamadas máquinas mecânicas, ou seja, que não possuem tanta tecnologia.

Entre as máquinas mecânicas estão as de segunda e de terceira linha. As máquinas de segunda linha são mais populares, são praticamente de fabricação japonesa. A Siruba, por exemplo, conquista grande mercado por seu preço mais acessível e por possuir a qualidade das máquinas de primeira linha, embora tenha menos funções. As máquinas de terceira linha são as chinesas, as tailandesas e etc., com preço e qualidade inferior das de segunda linha que, por sua vez, são imitadas até no nome.

4.3.1. FUNÇÕES DAS MÁQUINAS:

As máquinas básicas para a confecção são: a máquina reta, a galoneira (também chamada de cobertura) e a overloque ou interloque. A diferença entre esta e a overloque é que a overloque fecha a roupa, unindo as peças, e a interloque, além de fazer isto, insere mais uma costura de reforço. Dependendo do produto que vai ser confeccionado, utiliza-se uma ou outra, mas não são todos os produtos que podem utilizar uma máquina interloque. Em uma camiseta, por exemplo, jamais se utiliza a interloque porque a costura fica muito grossa, a mesma é utilizada para confeccionar jeans, bermudas e jalecos. Outra opção para quem não tem interloque, e trabalha com estes produtos, é reforçar a costura da overloque com a máquina reta. Neste caso, o tempo de produção, obviamente, aumenta em dobro, pois o produto deve passar duas vezes nas máquinas, na overloque para fechar o produto e na reta para reforçar a costura. Isso, com certeza, refletir-se-á no aumento da jornada de trabalho ou no preço da peça, pois a costureira terá o dobro do trabalho. Por isso, o subcontratante poderá optar por uma indústria doméstica que possua a

máquina interloque que custa R\$ 2.480,00, a de segunda linha.

As indústrias domésticas que possuem a seqüência produtiva para confeccionar um produto ou, no caso de Dona Norma, vários produtos, têm maiores condições de inserir-se nos diferentes circuitos.

Quanto maior for o número de maquinário, maior serão as chances de exigir aumentos de preço, pois teriam maior número de clientes interessados em faccionar. Isso depende, também, da época em que determinado lote é solicitado, já que nos meses de menor produção a tendência é uma diminuição significativa das encomendas e, conseqüentemente, das condições de exigência em relação a preços e prazos das indústrias domésticas. (Ver Figura 04 - Lay out Dona Norma)

Nota-se no lay out do espaço de Dona Norma que o número de máquinas é bastante significativo e as marcas, como ver-se-á em seguida, correspondem às melhores disponíveis no mercado nacional.

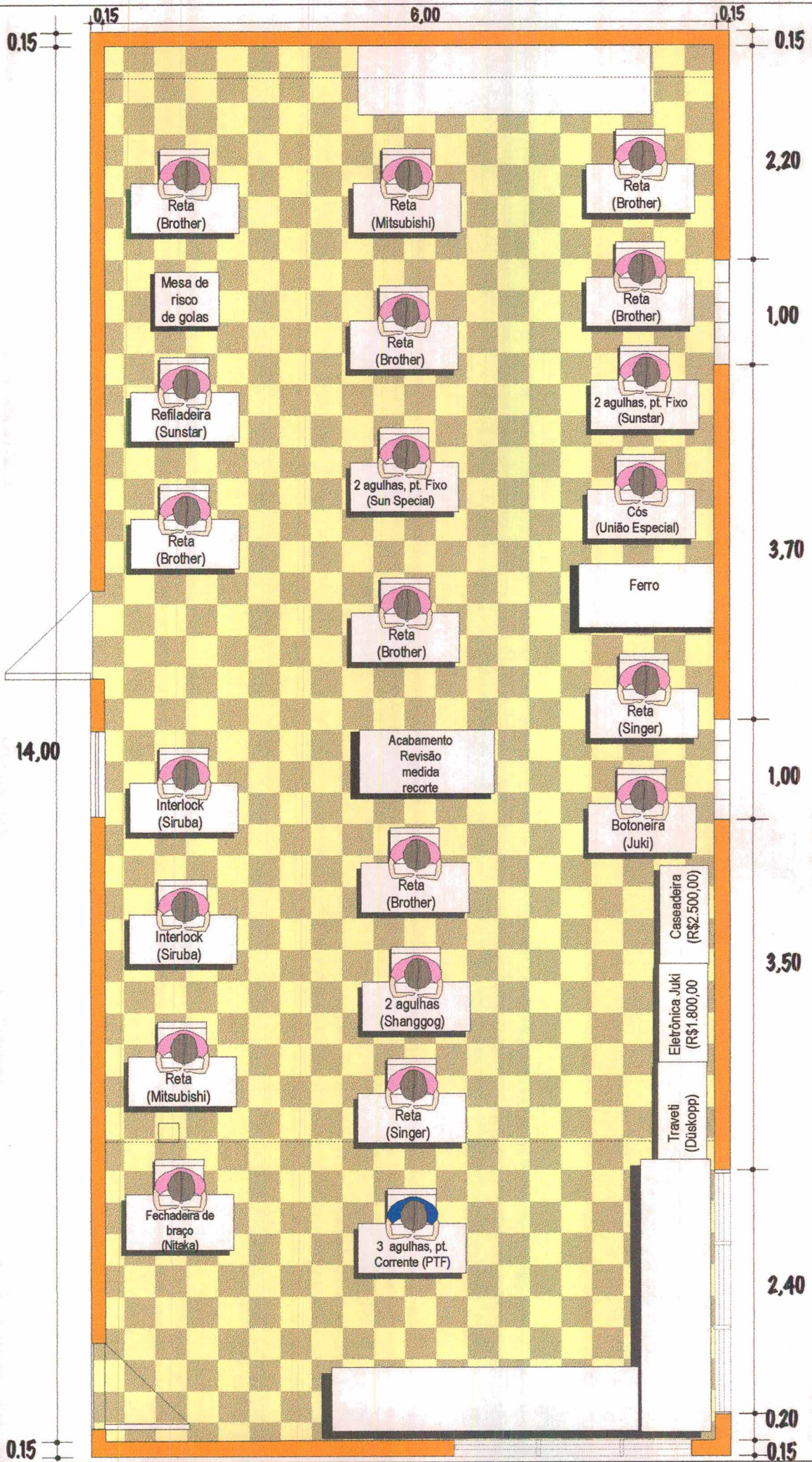
Uma confecção que só trabalha com jalecos, por exemplo, não precisa ter uma máquina galoneira, só precisa da reta ou da overloque ou da interloque. A diferença de preço entre uma overloque e uma interloque, ambas de segunda linha, varia entre R\$500,00 a R\$600,00.

Para montar uma cadeia produtiva para a confecção de modinha, malha, camiseta e linha, pode-se usar as máquinas básicas, mas se o produto for camisa precisa-se da reta, da interloque, da zig-zag e da botoneira (de pregar botões), que custa R\$2.450,00 uma de segunda linha.

Há outros tipos de máquinas que cumprem funções específicas como a de cócs. Para montar-se uma confecção mais sofisticada, como de confecção de jeans, necessitar-se-ia outros tipos de máquinas industriais. Geralmente, as indústrias domésticas substituem ou adaptam funções às máquinas, dependendo do produto a ser confeccionado. A função da galoneira, por exemplo, pode ser exercida pela overloque apenas substituindo a agulha padrão por uma agulha mais estreita, a máquina de rebater elástico pode servir também para fazer o cóc, e assim por diante.

Em certos casos, há a possibilidade de acoplar aparelhos nas máquinas, como no caso da máquina de rebater elástico de quatro agulhas, que custa R\$4.000,00. Esta máquina pode ser substituída por um aparelho guia que se acopla na máquina de duas agulhas (reta) e custa R\$20,00. A diferença de preço é grande,

FIGURA 04 - LAY OUT DA FACÇÃO DE DONA NORMA (TUBARÃO)



Escala gráfica
 0m. 1m. 2m. 3m.

a tecnologia também e, logo, a produção feita desta forma diminui consideravelmente, porque a peça tem que ser passada duas vezes na máquina acoplada.

A desvantagem dessa forma de trabalho é em relação ao tempo de produção, que aumenta, e não havendo um giro grande ao subutilizar e ao adaptar diferentes funções em uma mesma máquina de costura.

4.3.2. MARCAS E PREÇOS

São marcas de máquinas de primeira linha a Raymond Orion, a Pégasus, a União Especial, a Yamato, entre outras. As de segunda linha são a Siruba, a King Tex, a Nissin, a Juki, a Pan Special, a Columbia, Fomax, etc. As de terceira linha são a Morita Especial, a GN6, a GN8, a Jingi, a Yamata, Five Stars, Butterfly, Luki, etc.

Nota-se a semelhança entre nomes, mas os preços variam enormemente. A diferença de preço de uma máquina overloque da marca Yamato, de primeira linha, para a overloque Yamata, de terceira linha, é de mais de 800%. Enquanto a Yamato custa R\$4.900, a Yamata custa R\$500,00.

As máquinas mais populares, como já se disse, são as de segunda linha, justamente por terem seu preço mais acessível em relação às de primeira linha e por possuírem boa qualidade, como resistência e durabilidade quando utilizadas para alta produção. A interloque Siruba, que é considerada popularmente como a melhor marca do mercado, está em torno de R\$2.700,00. Há a possibilidade de comprar-se máquinas usadas ou semi-novas. Neste caso, o preço baixa para algo em torno de R\$1.800 e R\$2.000,00 respectivamente. Os donos das lojas de venda e de manutenção de máquinas de costura facilitam o pagamento, parcelando em até 12 vezes, opção muito utilizadas pelas indústrias domésticas.

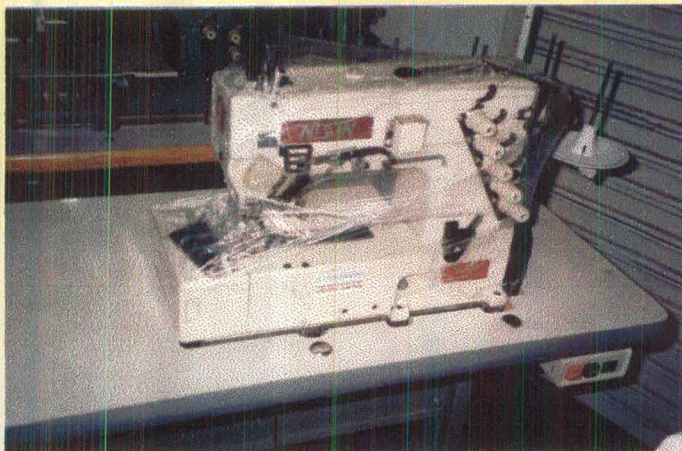
A seguir, ilustrou-se a cadeia produtiva, aqui chamada de básica, com as três máquinas básicas (reta, cobertura ou galoneira e overloque) e seus respectivos preços. Para efeitos de comparação, procurou-se colocar exemplos das máquinas de segunda e de terceira linha lado a lado. (Ver ilustrações da cadeia produtiva e das máquinas complementares, Figuras 05, 06 e 07)

FIGURA 05

MÁQUINAS DE SEGUNDA LINHA

MÁQUINAS DE TERCEIRA LINHA

MÁQUINAS GALONEIRAS OU COBERTURA

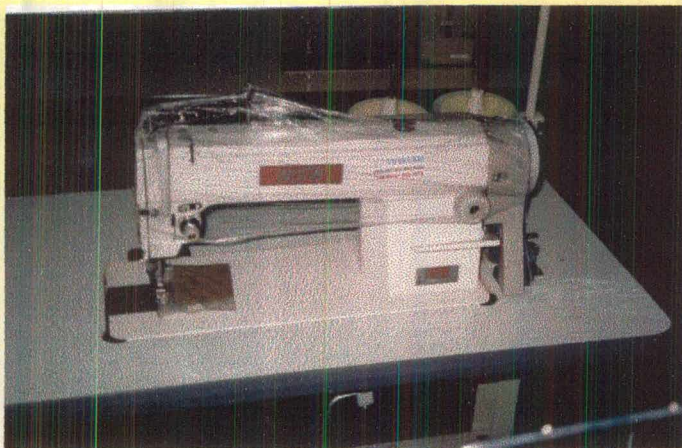


Máquina Nissin Três Agulhas
R\$2.550,00



Máquina Jinji
R\$1.200,00

MÁQUINAS RETAS



Máquina Nissin
R\$1.850,00

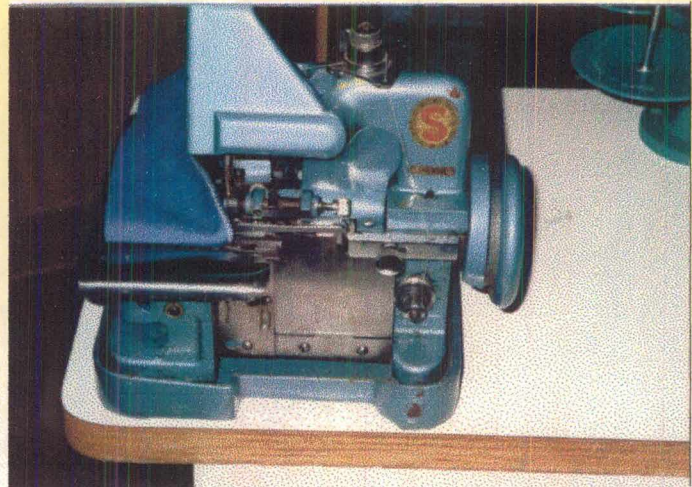


Máquina Singer
R\$600,00

MÁQUINAS OVERLOCK

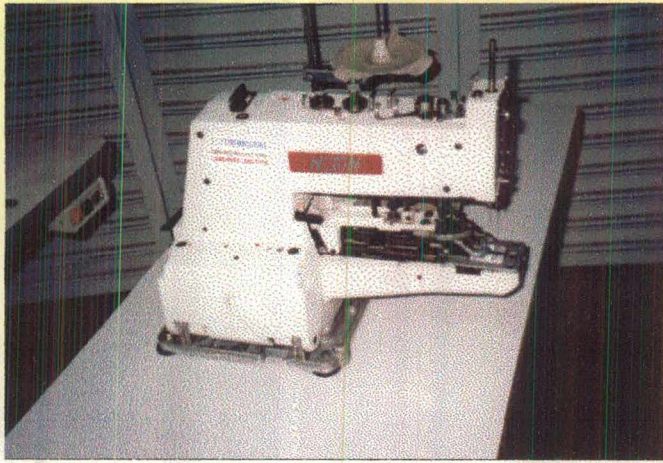


Máquina Nissin
R\$1.850,00

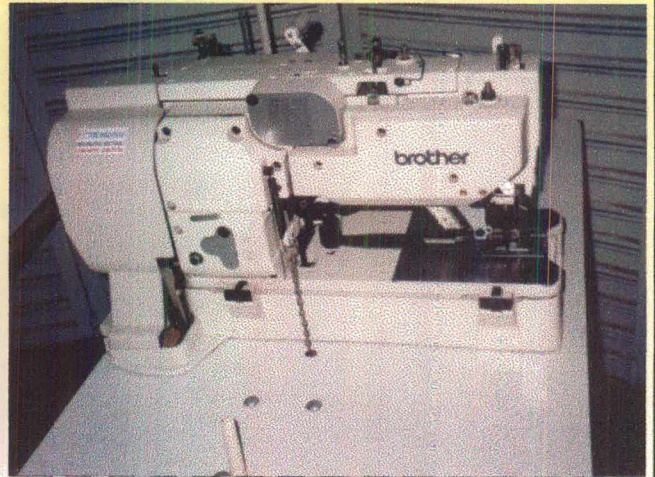


Máquina Five Star
R\$180,00 - c/ mesa R\$300,00

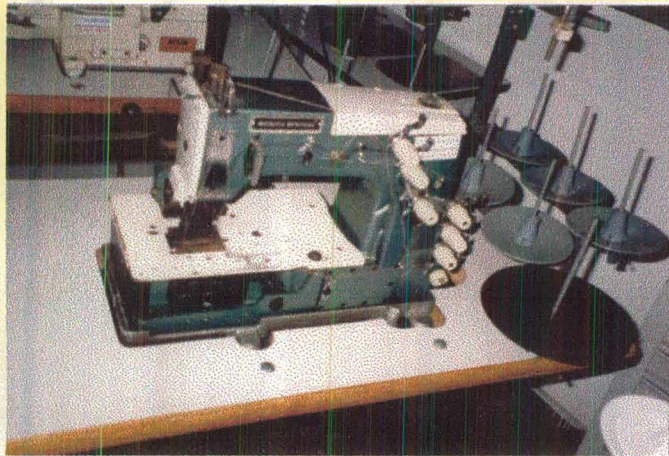
FIGURA 06
MÁQUINAS COMPLEMENTARES



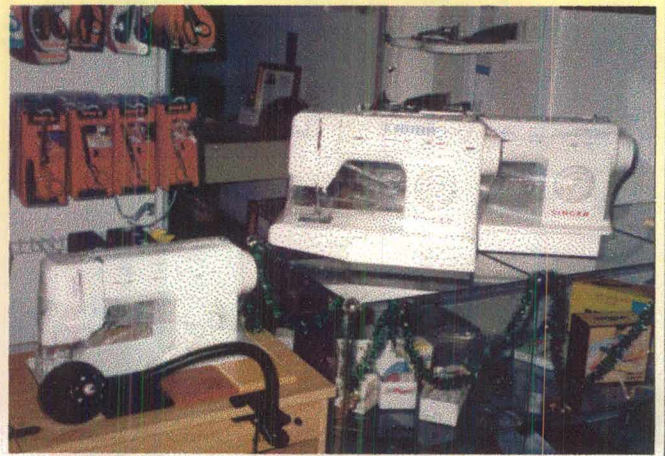
Máquina de Pregar Botão Nissin
(Segunda Linha) R\$2.450,00



Máquina Caseadeira Brother
(Segunda Linha) R\$8.500,00



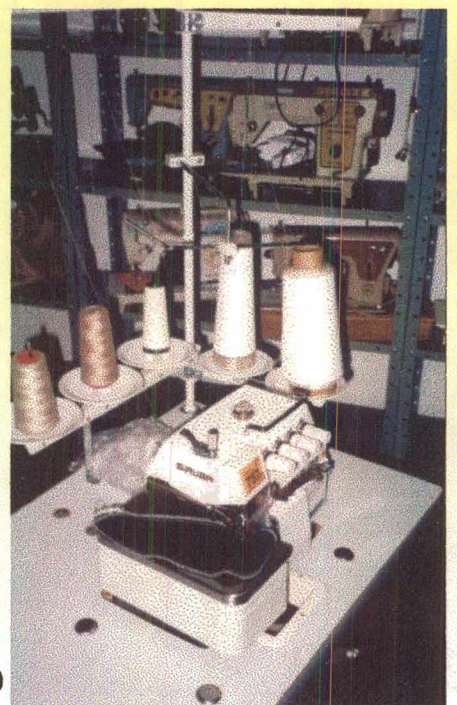
Máquina de Cós
(Terceira Linha) R\$2.800,00



Máquina Caseiras Singer O preço varia
conforme o modelo - De R\$266,00 a R\$380,00



Máquinas de Corte
Cinco Polegadas - R\$2.400,00
Oito Polegadas - R\$2.850,00
Disco
R\$650,00 (RGT)
R\$780,00 (Fiorante)
R\$280,00 (Gensi)



Interlock Siruba
(Segunda Linha) R\$2.480,00

FIGURA 07

MÁQUINAS DE SEGUNDA LINHA

MÁQUINAS DE TERCEIRA LINHA

MÁQUINAS GALONEIRAS OU COBERTURA

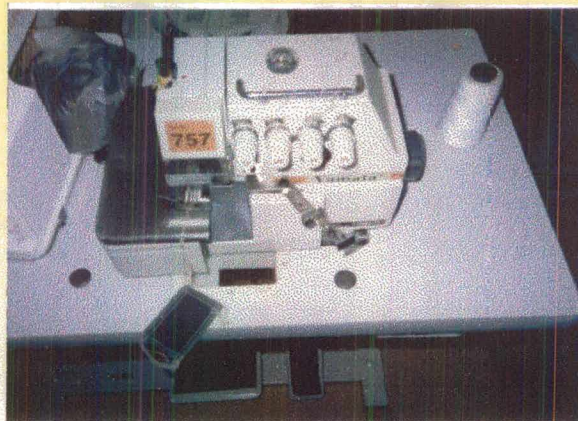


Máquina Siruba
R\$ 1.850,00 (usada)
R\$ 2.900,00 (nova)

MÁQUINAS INTERLOCK



Máquina Fomax
R\$ 1.800,00 (usada)



Máquina Yamata
R\$1.250,00 (nova)

MÁQUINAS OVERLOCK



Máquina Juki. R\$1.300,00 (usada)
R\$2.300,00 (nova)



Máquina Gn6 R\$380,00 (usada)

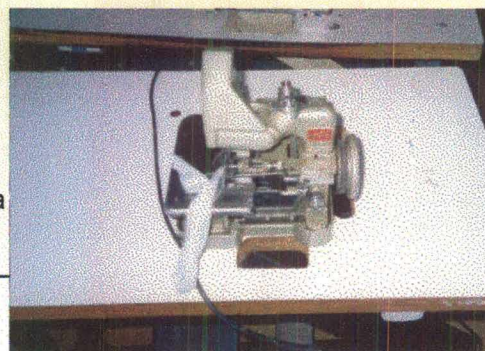


Máquina Butterfly chinesa
R\$260,00 (usada), R\$360,00 (nova)



Máquina Siruba
R\$1.400,00 (usada)

Máquina Star chinesa
R\$130,00 (usada)
R\$260,00 (nova)



Nota-se que a diferença mínima de preço entre as duas linhas é o dobro em um mesmo tipo de máquina.

Ilustrou-se, também, outros tipos de máquinas complementares, procurando fazer a comparação entre as diferentes linhas de tecnologia, no intuito de dispor de ferramentas para analisar o nível do maquinário das indústrias domésticas e, assim, entender um dos fatores determinantes das diferenças de classificações entre elas.

4.4. TIPOS DE INDÚSTRIAS DOMÉSTICAS SEGUNDO SEU CIRCUITO DE INSERÇÃO.

Classificou-se as indústrias domésticas de acordo com seu circuito de inserção de produção e venda. Os subcontratantes, que intermediam o circuito, vão estabelecer o circuito de inserção da indústria doméstica que, como já se disse, terá relação direta com a quantidade e com o tipo de maquinário que possuem.

Detectou-se, dentro da categoria da indústria doméstica, três tipos diferentes de indústrias domésticas: as que conseguem inserir-se em um circuito em expansão, aumentando continuamente sua acumulação, sendo subcontratadas muitas vezes por fações que trabalham no circuito nacional; as indústrias domésticas que estão em um circuito de abrangência progressiva, faccionando para lojas de um centro mais dinâmico com vendas para out-lets ou centros de venda direta de fábrica, onde há demanda ou, eventualmente, para subcontratantes em expansão de sua atividade ou território; e as que estão em centro menos ativo e produzem para venda própria, em sua casa, através de sacoleiras ou, exclusivamente, para uma loja do centro da cidade.

Dentro das classificações acima, procurou-se analisar as relações das indústrias domésticas para formar um quadro geral de suas realidades.

4.4.1. INSERIDAS EM UM CIRCUITO EM GRANDE EXPANSÃO: INDÚSTRIAS DOMÉSTICAS QUE CONTARAM COM ACUMULAÇÃO INICIAL E APOIO FAMILIAR:

As indústrias domésticas, que se identificaram neste circuito, localizam-se em municípios que possuem um centro urbano dinâmico. Estão em um eixo onde há demanda e acessibilidade, tanto em relação às vias de transporte quanto em relação ao comércio e serviços. Os estudos de caso que se analisam, nesta classificação, foram encontrados, principalmente, em Tubarão e no município conurbado de

Capivari de Baixo, às margens da BR que dá acesso a Termas do Gravatá e em Laguna.

a) Processo de Acumulação:

Geralmente, os proprietários das indústrias domésticas são antigos e antigas funcionárias de alguma empresa de confecção que apreenderam o funcionamento de uma indústria confeccionista. Além disso, mantiveram algum contato com as antigas confecções, conseguiram, principalmente, capital para investir em maquinário e, ainda, possuíam influência ou relações suficientes para conseguir que o intermediário ou facionista lhes alugasse as máquinas para iniciar, mesmo oferecendo um preço menor pelas peças costuradas.

As indústrias domésticas, inseridas neste circuito, tiveram apoio dos familiares na aquisição de maquinário para o próprio trabalho de costura e de transporte de mercadorias. É comum verificar situações em que parentes ajudam de alguma forma, o que permite que a indústria doméstica já se estabeleça com bons maquinários e se insira mais facilmente em circuitos dinâmicos, como o caso de Dona M.³⁵ que costura com a ajuda da filha, segundo trecho da entrevista abaixo:

“Deu pra pagar as máquinas. Em janeiro a gente terminou de pagar. A prestação era de R\$900,00. É muito dinheiro, é muita coragem! Foi força de vontade! Não foi só com o trabalho, porque tem o meu filho que também entrou e ele pagou. Fomos nós três, cada um pagou uma parte, ele pagou do bolso dele e nós pagamos daqui, trabalhando. Ele vai ter participação nos lucros. Na medida do possível, que for sobrando... ele vai ter.”

Assim, verifica-se que Dona M. consegue dividir a prestação de R\$900,00 em três partes, ou seja, a sua parte e a parte da filha são pagas com trabalho, e a do filho com capital próprio; e, ainda, seu marido ajuda no transporte das encomendas, disponibilizando seu veículo para a indústria doméstica.

Apresentando esses componentes, a indústria doméstica inicia com as vantagens de possuir maquinário, mão-de-obra e circulação das mercadorias,

³⁵ Entrevista concedida por Dona M. em 31.01.01, não divulga-se seu nome para preservar-lhe o sigilo.

facilitando, com isso, a maior probabilidade de inserir-se no circuito de subcontratantes dinâmicos.

b) Formalização: Estrutura Técnico-Produtiva ou Espaço de Produção:

As indústrias domésticas, inseridas neste circuito e nesta classificação, podem ser formalizadas ou não. No entanto, as informais correm grandes riscos se forem fiscalizadas, pois têm uma estrutura que ultrapassa a aparência doméstica, necessitando além do espaço residencial para abrigar maquinários e funcionários. Junto a isso, há o fluxo contínuo dos intermediários, dos faccionistas, das transportadoras e dos empregados. Ou seja, depois de um certo tempo, com o aumento da produção e do processo de acumulação, estas indústrias domésticas, que iniciaram trabalhando em sua própria casa e com poucas pessoas, passam a ser mais facilmente identificáveis no espaço.

Um exemplo marcante desta situação é a indústria doméstica de Dona Norma, que iniciou na garagem de sua residência com as seis filhas que também costumam. Com o passar do tempo, as condições propícias, tanto de acumulação inicial quanto interna e de relações estabelecidas que resultaram na inserção em um circuito amplo, Dona Norma conseguiu adquirir mais máquinas e ampliar o seu espaço, chegando a formalizar sua indústria doméstica. No quadro a seguir, nota-se a progressiva superposição da indústria ao universo doméstico. Pois, deixa de utilizar apenas a garagem, adaptando espaços cada vez maiores da casa para a instalação da indústria doméstica. Na verdade, o espaço interior, apesar das contínuas ampliações, já não suporta a estrutura da indústria doméstica, utilizando os espaços abertos, como a varanda. (Ver Figura 08 - Evolução da Indústria Doméstica de Dona Norma)

c) Mão-de-obra da indústria doméstica ou relações de trabalho:

Há indústrias domésticas que possuem em torno de quinze empregados trabalhando informalmente, sem carteira assinada, aceitando uma relação extremamente precária por não terem outra opção de sobrevivência. Nestas, os proprietários são bastante precavidos, buscando diferentes formas de se proteger de uma possível fiscalização: localizam-se no meio rural, longe dos fluxos contínuos, cercam seu terreno com grades altas, enfim providenciam formas para não serem surpreendidos ou, imagina-se, para terem, pelo menos, algum tempo para fugir covardemente. Outros proprietários estabelecem uma relação de amizade, ou melhor

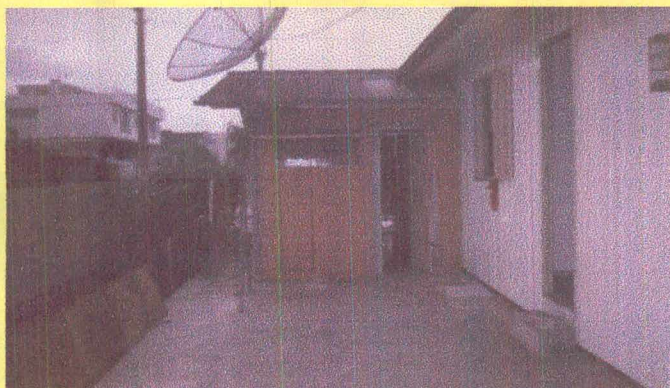
FIGURA 08 - EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA DE DONA NORMA

FONTE: Fotos tiradas pela autora em janeiro/99, julho/00 e dezembro/00

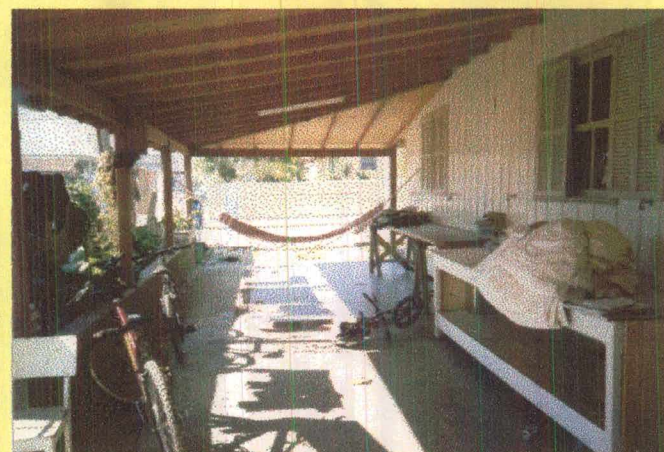
Três momentos da indústria doméstica de Dona Norma

As três fotos são do mesmo ângulo, tiradas em períodos diferentes.

1. Foto tirada em janeiro de 1999, mostrando a antiga garagem, em tijolo à vista, local do primeiro espaço onde iniciou-se a indústria doméstica de Dona Norma, juntamente com as seis filhas.



2. Foto tirada em julho de 2000, mostrando a retirada a antiga garagem, o espaço da indústria doméstica passou a ser dentro da residência.



3. Foto tirada em dezembro de 2000, mostrando a utilização da área da varanda para atividades da indústria doméstica, como o acabamento.



4. Foto do espaço utilizado pela indústria doméstica de Dona Norma, em janeiro de 1999.

5. Foto do espaço utilizado pela indústria doméstica de Dona Norma, em julho de 2000. Neste momento houve formalização da indústria doméstica



dizendo, de piedade com as funcionárias que, tendo medo de prejudicar o “santo” patrão que lhes deu uma oportunidade para se matarem de trabalhar sem férias, décimo terceiro, FGTS, seguro-desemprego, etc., acreditam nos choramingos e ameaças dos patrões de parar de faccionar, devido à terrível situação financeira em que se encontram, o que os impede de pagar os direitos trabalhistas.

Quando as costureiras não são formalizadas, o preço pago por um dia de trabalho varia de R\$10,00, se a costureira for mais velha, portanto mais lenta, à R\$16,00 se a costureira for mais ágil. Então, o salário mensal da costureira mais lenta fica em torno de R\$200,00 e o da mais ágil R\$320,00, contando vinte dias de trabalho por mês. No entanto, não têm garantias de trabalho constante, ou seja, os dias trabalhados podem ser reduzidos e, com isso, o salário. Além disso, são mais facilmente dispensadas nas épocas de baixa produção. As costureiras com carteira assinada recebem em torno de R\$180,00 se forem costureira e R\$150,00 se estiverem nos serviços gerais, mas há um acréscimo no salário por conta dos prêmios por produção, frequência e insalubridade, chegando até à R\$250,00 o salário da costureira.

Ao comparar-se os salários da costureira informal, variando de R\$200,00 a R\$320,00, com o da de carteira assinada, atingindo R\$250,00, verifica-se que há pouca diferença. No entanto, a costureira com carteira assinada tem garantias e direitos, como o décimo terceiro, recolhimento do FGTS, férias remuneradas, salário família, etc. melhorando sua condição, além da garantia de aviso prévio e seguro desemprego no caso da dispensa, o que as informais não têm.

Há, também, indústrias domésticas informais que pagam suas costureiras por salário e não por jornada de trabalho. Tal salário corresponde a R\$280,00 em média, sem nenhuma espécie de recolhimento extra, nem direitos às costureiras.

Em nenhuma situação foi encontrada atendimento médico nem odontológico. Estes serviços, segundo os proprietários das indústrias domésticas, deveriam ser prestados pelo sindicato da categoria.

d) Subcontratantes:

Os intermediários e os faccionistas, que subcontratam as indústrias domésticas inseridas nesta classificação, estão no circuito em expansão. As indústrias domésticas costumam para lojas que ampliam seu território progressivamente, ou para intermediários que têm influência e conhecimento de lojistas em outras regiões

e locais, ou para outras facções inseridas no circuito nacional.

As que estão há mais tempo no mercado têm maior acesso aos contatos e, isto, vai influenciar na relação de exclusividade imposta verbalmente ou pela estrutura técnica por quem subcontrata. Quando o subcontratante aluga as máquinas, estabelece-se uma relação de exploração maior, exigindo um preço menor pelas peças costuradas. Há casos que chega de 40% a menos, mas o comum é de 15% a menos, e uma jornada de trabalho intensa para dar conta da produção que ele trouxe encima da hora. Com o passar do tempo, as indústrias domésticas que conseguem acumular, vão devolvendo as máquinas e aceitando novos clientes que pagam um preço melhor pelas peças.

Apesar do progressivo surgimento de novas indústrias domésticas, o nível e número de maquinário que as indústrias domésticas, desta classificação, possuem, impede que haja concorrência em termos de qualidade e rapidez. Este é um fator que as deixa, por algum tempo e nos períodos de grande produção, relativamente livres da competição perante o grande número de indústrias domésticas iniciantes, que não possuíam acumulação inicial capaz de fazer-lhes concorrência, e/ou que ainda não conseguiram acumular o suficiente para novos investimentos em infraestrutura técnica. Mas, o subcontratante sempre ameaça dizendo que há indústrias domésticas produzindo por um preço menor, pressionando-as a diminuir o preço por peça.

Os acordos são feitos verbalmente, ou seja, a qualquer momento pode-se cancelar alguma promessa de produção. Mas, como estão há algum tempo no mercado, têm conhecimentos, maquinários e pessoas qualificadas trabalhando, o que pode significar duas situações opostas: ter que arcar com a manutenção desta estrutura mesmo não tendo encomendas ou possuir condições de manter contato com diferentes intermediários ou subcontratantes, aumentando a possibilidade das encomendas.

Esta é a vantagem de se ter maior número de intermediários entre a indústria doméstica e as empresas para onde vai o produto final, apesar disso significar uma diminuição progressiva no preço pago pela peça. Mas, é sempre uma possível oportunidade de entrar diretamente no circuito nacional ou, pelo menos, manter-se com uma programação de produção nos piores meses quando estas indústrias domésticas têm que se submeter a situações como tirar do próprio bolso o

pagamento do frete, diminuir os preços das peças, etc. Conforme entrevista com Dona Norma, inserida neste circuito, ao falar sobre o preço cobrado pela camisa, informou das oscilações de preço de um mesmo produto, dependendo do período da encomenda:

“Depende da camisa, tem de R\$2,60, tem gente que paga R\$2,70, tem gente que paga R\$1,50. A gente pegava o que aparecia, a gente não escolhia preço, não escolhia se era jaqueta, se era bermuda, se era camisa, calça.”

As oscilações de preço dependem de inúmeros fatores, mas principalmente do período da encomenda, ou seja, se os meses são de alta produção e a indústria doméstica possui uma programação, o preço requerido por peça deve ser mais alto. Mas há outros fatores que influenciam no preço, como o número de costuras na camisa, a quantidade de cor de linha para o mesmo produto, a existência ou não de detalhes que demandam mais tempo para execução do produto, como os bolsos, a urgência do subcontratante para confecção do lote solicitado, etc.

Outro fator que influencia muito na relação com o subcontratante, e fica evidente no trecho acima da entrevista com Dona Norma, é a possibilidade de dispor de maquinário e de mão-de-obra para a confecção de diversos tipos de produtos. Assim, é comum verificar a confecção de vários lotes de produtos dentro das indústrias domésticas nesta classificação, que organizam o espaço, o maquinário e a mão-de-obra para atender a cadeia produtiva de diferentes produtos que podem ser de um único ou de diversos subcontratantes.

4.4.2. INSERIDAS EM CIRCUITO DE MÉDIA EXPANSÃO: TIPO 02:

Os estudos de caso que estão nesta classificação foram encontrados em municípios que são centros de convergência de outros municípios, como Tubarão, Termas do Gravatal, Capivari de Baixo e algumas em Braço do Norte que se configura como uma espécie de centro para os municípios circundantes como: São Ludgero, Grão-Pará, Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima.

a) Processo de Acumulação:

As costureiras que trabalham nesta indústria aprenderam a costurar em indústrias maiores ou em facções de pequeno porte, ou, ainda, nas indústrias domésticas de

colegas. Não contaram com ajuda de capital de parentes para iniciar a confecção, mas muitas trabalham com as filhas, mãe ou cunhadas.

Geralmente, são as principais responsáveis pelo sustento da casa, sendo que o excedente da produção é investido na reprodução da sua força de trabalho e dos filhos e não na estrutura técnica, como maquinários e espaço de produção.

A maioria não possui meio para o transporte as mercadorias, sendo realizado pelo subcontratante. Mas verificou-se caso em que a indústria doméstica entregava as peças costuradas de bicicleta diariamente. O fato de não ter como transportar as encomendas já elimina a indústria doméstica do grupo de muitos subcontratantes, que colocam o transporte de mercadorias feito pela indústria doméstica como pré-requisito para o cadastro na sua empresa. Assim, tais subcontratantes irão buscar indústrias domésticas do tipo anterior para suas encomendas.

Além disso, constatou-se que muitas não possuem telefone nas suas residências, o que dificulta a relação com o subcontratante, não só para encomendas de lotes mas para a cobrança de pagamento dos lotes costurados e eventuais dúvidas quanto ao produto.

b) Formalização: Estrutura Técnica-Produtiva ou Espaço da Produção.

As indústrias domésticas desta classificação têm poucas condições de acumular capital, pois muitas vezes sustentam toda a família com o dinheiro recebido na indústria doméstica. Por isso possuem pouco maquinário, muitas vezes nem a seqüência produtiva completa como, por exemplo, a máquina de rebater elástico com três agulhas que três costuras de uma vez só. Então, é necessário que costurem a mesma peça três vezes na máquina reta, o que resulta num tempo maior de produção de uma mesma peça.

Este é um dos motivos que leva à uma jornada de trabalho intensa, chegando às dezoito horas diárias de trabalho na máquina de costura. Em consequência, além do tempo despendido por falta de maquinário tecnologicamente mais avançado, o preço pago por peça é muito baixo. Isso reflete a relação com o intermediário e/ou faccionista que. Estes, percebendo a situação desesperadora que estas se encontram as costureiras, aproveitam para pressionar e intimidar, fazendo-as aceitar o que se propõe sob pena de passar o serviço para as outras inúmeras faccionistas, que se oferecem cobrando um preço mais baixo pela mesma peça produzida.

A entrevista realizada com dona C.³⁶, mostra como é feita esta relação de exploração:

“A gente fazia facção de macaquinho lá pra Florianópolis, mas eles não têm como trazer de carro pra cá, a gente tem que ir buscar, aí fica difícil. Uma bermuda que a gente faz por R\$0,50 aqui, eles estão pagando R\$1,80. O (subcontratante) vai lá buscar facção de bermuda. Quando ele se aperta, ele dá pra mim. O que paga R\$0,80 só trouxe dois lotes este ano. Mas aí ele já pagou R\$0,70. Se a gente quiser trabalhar, trabalha, senão eles já levam pra outra. Se nós não fazemos por R\$0,70, a outra lá na frente faz por R\$0,50...”

Neste trecho da entrevista, verifica-se que as indústrias domésticas desta classificação são facilmente dispensáveis pelos subcontratantes pois, não tendo o número de maquinários razoável e mão-de-obra ágil, ficam no mesmo nível das muitas indústrias domésticas que se oferecem, facilitando a barganha por parte dos subcontratantes que, por exemplo, só procuram a indústria doméstica entrevistada em caso de emergência.

c) Mão-de obra da Indústria doméstica e relações de trabalho

Todos os casos detectados para esta classificação são indústrias domésticas informais, trabalham em suas próprias residências, com colegas ou com a própria família, onde há imbricação do universo doméstico com o do trabalho.

Muitas trabalham com parentes, mãe e filha principalmente, mas chamam outras costureiras em épocas de produção maior. A relação de trabalho com estas costureiras, que não pertencem à família, é bastante variável e vai depender de muitos condicionantes. O principal condicionante, no entanto, é a propriedade dos meios de produção.

Há as indústrias domésticas que pagam o salário de, no máximo, R\$280,00, que vai depender do tipo de produto e da produção da costureira admitida. Geralmente, tais costureiras só trabalham nos meses de alta produção, ou seja,

³⁶ Entrevista feita com Dona C., gravada no dia 18.12. O nome da costureira e do subcontratante não são revelados para preservar o sigilo.

três meses para inverno e três meses para verão. Nos outros seis meses do ano as costureiras são dispensadas.

Segundo a entrevista concedida por Dona C.³⁷:

“Lá em casa nós pagamos R\$250,00 pra costureira. R\$200,00, depende da costureira, se for rápida é R\$250,00. E a T. (outra indústria doméstica) ali tá pagando R\$160,00, e tem bastante costureiras. Eu contrato costureira durante dois meses, tem trabalho, pago certinho, aí pára a temporada, fica dois ou três meses parada, aí continuo de novo, aí continua eu e a mãe sozinhas, aí quando tem muito serviço, que a gente não dá conta, aí a gente bota uma, mas aí contrata mais dois meses. Não assina carteira porque gasta muito, tem que abrir alvará, um monte de coisa.”

O que é mais curioso e absolutamente compreensível é que as proprietárias das máquinas mantêm uma relação de exploração com as costureiras que contratam, eventualmente, na sua indústria doméstica. Como resultado, não assinam a carteira de trabalho das funcionárias e só contratam as mulheres mais velhas, que não são de jeito nenhum absorvidas no mercado de trabalho formal. Conforme verifica-se no trecho da entrevista abaixo, concedida por Dona C.³⁸

“A gente trabalhava com uma há quatro anos, aí ela ameaçou de botar na justiça. Aí a gente parou um pouco, dissemos que não íamos mais continuar, aí nós pegamos outra, que tem 44 anos, ela mora ali embaixo, é separada, não tem ganho nenhum, não é aposentada nada. Ela veio pedir serviço chorando, porque tá passando necessidade, aí a gente pegou ela. Agora ela tá parada, quando a gente voltar de novo, ela volta. A gente confia nela porque é uma mulher de idade e precisa. Nenhuma firma dá serviço mais pra ela, porque ela é doente, tem pressão alta, tem diabete, ela falta muito. Se ela falta um dia ou dois a gente nunca desconta.”

³⁷ Entrevista concedida por Dona C. em 18.12.00, o nome foi preservado para manter o sigilo.

³⁸ Entrevista concedida por Dona C. em 18.12.00, o nome foi preservado para manter o sigilo.

Outras costureiras são pagas por dia trabalhado que, como já se disse, varia de R\$10,00 a R\$16,00.

Há casos em que as costureiras admitidas possuem máquinas e as despesas são divididas entre todas igualmente, bem como os lucros. Nestas indústrias domésticas, cujas costureiras trabalham por produção, ou seja, que dividem igualmente entre todas o que foi produzido, são aquelas onde todas entram com algum capital em forma de maquinários.

Enfim, as indústrias domésticas desta classificação são mais exploradas pelos subcontratantes do que as do tipo anterior, pois não conseguiram acumular o suficiente para concorrer em termos de maquinário, nem possuir rapidez, qualidade e quantidade exigida por subcontratantes de um circuito superior. Por isso, submetem-se às condições cada vez mais precárias, para conseguir alguma forma de sobrevivência.

d) Subcontratantes:

As indústrias domésticas, encontradas nestes municípios, facionam para lojas de um centro mais dinâmico com vendas para out-lets, centros de venda direta de fábrica, em que há demanda ou, eventualmente, para subcontratantes em expansão de sua atividade ou território. Em Tubarão, as indústrias domésticas facionam para lojas da Feinvest, já em Braço do Norte para lojas locais que vendem no centro da cidade ou sob encomendas para lojas de municípios próximos. Os contatos são feitos por telefone próprio ou público, através de antigos colegas ou por parentes e amigos que trabalham ou trabalharam com confecção.

Como já se falou, neste circuito as indústrias domésticas não têm muitas condições para aquisição de maquinários, o que aumenta a exigência e a exploração por parte dos subcontratantes. Verificou-se, no entanto, que não se preza tanto a qualidade da peça produzida quanto os subcontratantes do circuito anterior e, também, verifica-se grandes diferenças no preço pago por peça, em torno de 55% a menos para as indústrias domésticas desse circuito.

Muitos subcontratantes deste circuito atingem uma camada social mais popular, como os que intermediam com lojas da fronteira do Brasil com o Uruguai, o que explica a pouca exigência quanto à qualidade das peças costuradas.

4.4.3. INSERIDAS EM UM CIRCUITO LOCAL, PRODUÇÃO PARA VENDA PRÓPRIA.

As indústrias classificadas neste item são aquelas que produzem sua própria marca para venda local ou através de sacoleiras. As que têm lojas para venda, anexa à sua residência, possuem alvará para o funcionamento de sua loja e estão, geralmente, visíveis na cidade.

Constatou-se este tipo de indústria na periferia de centros dinâmicos como em Tubarão, na periferia mas com influência em outros municípios como em Braço do Norte, e no centro de municípios que possuem a maioria de sua população economicamente ativa, inserida no setor primário e distantes dos centros dinâmicos como em São Ludgero.

As indústrias desta classificação possuem poucas máquinas, somente as necessárias para a formação de uma única cadeia produtiva e, em alguns casos, a cadeia produtiva não está completa, e outras máquinas exercem as funções das máquinas inexistentes. Como a produção é menor, é perfeitamente possível que esta situação ocorra sem o aumento substancial da jornada de trabalho.

Algumas já trabalharam ou trabalham com facção, eventualmente e com poucas peças, como uniformes de escolas locais.

Por exemplo, Dona Walderina, possui sua loja em São Ludgero, mas trabalhou com facção de Termas do Gravatá em 1993, com somente três máquinas (reta, overloque e a de fazer bainha. Como se viu, as duas primeiras são as máquinas básicas para a confecção de malha), segundo sua entrevista³⁹:

“...A gente fazia, eu e mais uma costureira, umas cinqüenta a sessenta peças de camisetas por dia. Mas se fosse calça de bastante bolsos complicava, levava mais tempo, fazíamos só umas vinte peças por dia. Mas há seis anos atrás eu fazia uns R\$1.200,00 por mês, eu e a menina que vinha às vezes. E agora eu estou fazendo uma faixa de R\$500,00, R\$600,00, mais do que isso eu não consigo.”

Verifica-se, neste caso, que a costureira deixou de fazer facção e apenas mantém a sua loja de confecção própria em São Ludgero. O término de encomendas

³⁹ Entrevista concedida por Dona Walderina em 27.07.99

para facção explica-se porque, em 1993, havia poucas indústrias domésticas na microrregião e os subcontratantes de Termas do Gravatal transportavam as mercadorias até São Ludgero, cuja distância entre as localidades é de, aproximadamente, trinta quilômetros.

No casos encontrados em São Ludgero, em função da distância, que significa gasto com meio de transporte na forma de combustível ou do menor preço cobrado por peças, enquanto possuem condições de ter sua produção absorvida, preferem costurar para sua marca do que pegar facção, pois dessa forma o lucro é maior. São casos em que não dispõem de empregados registrados, trabalhando com a família ou, como um caso encontrado, costureiras que trabalham como diaristas. O pagamento destas costureiras é maior do que os vistos nos outros circuitos. Segundo a entrevista com Dona Denise⁴⁰, quando perguntada sobre o registro em carteira das duas costureiras, respondeu:

“No momento não quero registrar, porque quero ver se o trabalho continua, se continuar, tudo bem, mas e agora... vou registrar e amanhã ou depois não tenho mais serviço. O que eu vou fazer com elas? Aí, quem trabalha o dia inteiro, eu pago o dia, quem trabalha só à tarde, eu pago só a tarde, né. Eu pago R\$10,00 a tarde.”

Assim, um dia de trabalho vale R\$20,00, o que no final de vinte dias úteis corresponde a R\$400,00. No entanto, nesta loja e indústria, não há serviço suficiente para vinte dias. No momento da entrevista, a proprietária da loja havia recebido um lote de quarenta uniformes escolares do colégio local para costurar, ou seja, oitenta peças. O prazo dado foi de quinze dias e cada conjunto forrado valia R\$10,00. O fato do conjunto ser forrado dobra o tempo de execução do serviço. Provavelmente, as duas costureiras trabalharam poucas tardes, pois caso trabalhassem no período integral o que sobraria para a proprietária das máquinas era menos do que pagaria para as costureiras, ou seja, R\$100,00.

É raro verificar situações em que se contratam costureiras para a confecção,

⁴⁰ Entrevista concedida por Dona Denise em 27.07.99

pois a produção somente deve ser acelerada quando há lotes de subcontratantes para faccionar, o que é bastante raro neste circuito. Como o fluxo das lojas de confecção própria é fraco, não há necessidade, também, de contratação de balconistas ou de outras funcionárias que não pertençam à família da proprietária.

Outros casos classificados neste circuito foram encontrados, mas não possuem lojas próprias, vendendo as peças confeccionadas nas suas casas ou através de sacoleiras, que ganham 10% do que venderem. Os preços são mais baixos que as lojas, por exemplo, comprovou-se que duas blusas de manga comprida, com características semelhantes, no mesmo município e no mesmo período, custavam R\$12,00 na loja do centro da cidade e R\$10,00 na indústria entrevistada.

4.5. JORNADA DE TRABALHO E COMPROMETIMENTOS FÍSICOS E DE SAÚDE.

4.5.1. O PAPEL DO SINDICATO DA CLASSE

A força sindical não atinge a maioria das costureiras, que tem grandes receios de procurar o sindicato por medo de retaliações dentro das facções ou das indústrias domésticas nas quais trabalham, ou por ignorância quanto aos seus verdadeiros direitos. Com isso, muitos patrões, aproveitando desta falta de informação, colocam regras próprias dentro de sua facção ou indústria doméstica, burlando as leis trabalhistas como, por exemplo, a recusa de justificativa de faltas por atestados médicos, a diminuição dos salários em determinados períodos (certamente na queda da produção), desconto de salário em forma de vale dos dias não trabalhados durante a baixa de produção, a assinatura das costureiras em férias não usufruídas e, freqüentemente, a inexistência completa de qualquer vínculo legal.

As costureiras que têm algum esclarecimento quanto aos direitos são aquelas que já trabalharam em empresas maiores que obedeciam parcial ou totalmente a legislação mas, segundo informações do próprio sindicato da classe, muitas chegam a achar que as facções e indústrias domésticas, principalmente, não precisam possuir vínculos empregatícios por não possuírem trabalho contínuo. Como muitas costureiras vêm do interior, onde trabalhavam em família na lavoura, este tipo de pensamento é comum.

Enfim, muitas costureiras vêem o patrão como um “salvador” que lhe oferece uma grande oportunidade, pois não conseguem perceber que o patrão faz o favor de enriquecer às suas custas. Na verdade, há um exército industrial de reserva pronto para ser absorvido, caso alguma delas “crie problemas” e, além disso, verificou-se que há situações em que os patrões de várias empresas de uma cidade combinam em deixar uma antiga funcionária do colega-patrão-concorrente, que se retirou da empresa por algum motivo, sem trabalho por no mínimo seis meses, como uma forma de intimidação. Isso mostra o poder de repressão e o perigo que a operária formalizada corre se quiser ser mais atuante politicamente. O sindicato, por outro lado, é visto pelas costureiras como algo que pode levar o patrão à falência, além de não proporcionar à classe, serviços como médicos, creches e dentistas. Isto decorre de um dos principais argumentos dos patrões para afastar e denegrir a imagem do sindicato perante os trabalhadores.

É, portanto, compreensível a dificuldade encontrada pelos sindicatos na formação de uma consciência coletiva, pois somente as empresas maiores, na sua maioria formalizadas, possuem trabalhadores assalariados, concentrados e vivenciando situações homogêneas. Os casos, aqui, em estudo são aqueles que não estão inseridos em um meio onde haja liberdade de expressão e de reivindicação. E, como viu-se, a indústria confeccionista possui um grande número de trabalhadores a domicílio, sem vínculos empregatícios formais, dispersos espacialmente e com situações bastante peculiares, em que há sempre um intermediário, impedindo uma maior clareza da realidade social e, conseqüentemente, o engajamento coletivo. Somando-se a isso, está o fato do grupo familiar trabalhar junto muitas vezes, confundindo a questão salarial de liberdade e de independência. Há, também, a existência de uma grande sazonalidade das encomendas, obedecendo às oscilações e interesses do mercado. Isto por si só já estabelece um grande poder de intimidação a qualquer tipo de manifestação em relação aos direitos trabalhistas, que só vem à tona, se vierem, quando há trabalho, e se houver.

Detectou-se que há casos de transferência de empresas de uma região em que o sindicato é mais atuante para um meio em que o sindicato é mais conivente aos anseios patronais ou, dependendo do ponto de vista, mais de acordo com a realidade de emprego posta pelo governo Fernando Henrique. Isto se vê nas

empresas que trabalhavam com confecção, na microrregião de Criciúma, quando alegam que o principal motivo para a mudança da antiga sede, para a microrregião de Tubarão, foi devido às inúmeras reivindicações e greves sindicais ocorridas na primeira metade da década de 80. Com a ingenuidade das pessoas que viviam no meio rural e com um sindicato bem menos atuante, livram-se de várias reivindicações dos trabalhadores como: as freqüentes greves em que os sindicatos resistiam aos descontos dos dias parados; aumentos salariais que na antiga microrregião de inserção está em torno de R\$340,00, enquanto que na microrregião em estudo está na faixa de R\$180,00 a R\$250,00 para as formalizadas e R\$10,00 a R\$16,00 diários para as costureiras informais, na maioria dos casos; às greves gerais desencadeadas pelos mineiros na década de 80. E, encontraram, na microrregião de Tubarão, um sindicato que alega buscar um entendimento entre patrão e empregado, no intuito de conservar o empregado na empresa e a possibilidade de abertura de novos postos de trabalho. Esta posição fica clara no trecho da seguinte entrevista com a representante do sindicato, que por sinal nunca costurou profissionalmente:

“A gente não é um sindicato que vai lá fechar a empresa, nós somos um sindicato que procura emprego, não somos um sindicato da revolta, que faz greve. A gente procura chamar a empresa e o funcionário para ouvir os dois lados. O sindicato de Criciúma, por exemplo, não vou dizer que eles estão errados porque estão dentro da lei, mas tem que facilitar um pouco para os dois lados.”⁴¹

Esta declaração mostra muito bem que o sindicato de Tubarão não busca lutar por melhores condições de trabalho para a classe, nem cogita a possibilidade de um provável engajamento ou esclarecimento coletivo, mas tenta assegurar o que já foi conquistado, se o patrão não conseguir argumentar a seu favor. Esta, pelo menos, é a visão de algumas costureiras entrevistadas, pois conforme entrevista

⁴¹ Entrevista concedida por Juliana, atual representante do Sindicato dos Empregados da Indústria do Vestuário de Tubarão, gravada no dia 18.12.2000.

⁴² Entrevista concedida por Dona T. (nome não divulgado para evitar a possibilidade de retaliações) gravada no dia 20.12.2000.

com Dona T.⁴², seu marido diz o seguinte, a respeito do ex-presidente do sindicato de Tubarão, quando sua esposa recebeu R\$600,00 depois de trabalhar oito anos em uma indústria de confecção:

“O culpado foi ele sim porque ele, como presidente do sindicato, não era capaz de fazer uma reunião dentro da fábrica, olhar o FGTS do pessoal, ele não via a que horas saía o pagamento, que não pode sair depois das cinco. Eles botavam pra rua sem direitos e ele não queria saber. Ia no Sindicato e o sindicato começava a enrolar...”

Então, com um sindicato tão conivente assim, a possibilidade de articulação da classe em busca de melhores salários e, até mesmo, para receber os direitos trabalhistas conquistados historicamente, como o FGTS, são praticamente nulos. Isso mostra que o fantasma do desemprego leva a uma “flexibilidade ideológica” ou, falando mais claramente, ao peleguismo sindical.

4.5.2. JORNADA DE TRABALHO E A SAÚDE DAS COSTUREIRAS DAS INDÚSTRIAS DOMÉSTICAS:

Nos meses de maior produção, próximo ao Natal, as costureiras trabalham aos sábados, domingos e feriados, começando às oito da manhã e indo até, em média, às nove da noite. Mais uma vez, constata-se a importância do maquinário na relação com o subcontratante, pois quando este aluga as máquinas exige mais, além do preço baixo por peça, uma jornada intensa, noites inteiras e finais de semana para dar conta da pressa imposta. Mesmo quando o intermediário ou o faccionista não alugam as máquinas, o atendimento do prazo pode significar futuras encomendas. Por isso, as costureiras fazem o que for preciso para ter essa tênue garantia, esquecendo o cansaço físico, as dores pelo corpo e o perigo da ingestão contínua de medicamentos. Afinal, o que importa para elas é a sobrevivência hoje.

A jornada de trabalho das costureiras é, em média, de treze horas por dia, justificam esta situação por ser um serviço esporádico, como não tem sempre, quando os clientes trazem os lotes exigem rapidez na entrega. Chegam, por isso, a trabalhar das oito da manhã às onze da noite, somando um total de quinze horas de trabalho por dia. Mas há casos em que esta jornada estende-se para chegar ao absurdo de uma média de dezenove horas diárias.

Há casos de costureiras que cumprem dupla jornada de trabalho: confeccionando em uma indústria de confecção ou loja de dia, com carteira assinada, e informalmente à noite e de madrugada, horário em que deveriam estar em casa. É o caso exposto por Dona Sinira que dormia apenas quatro horas por dia, sem esquecer dos de dupla jornada de trabalho na indústria doméstica, chegando a trabalhar quase vinte horas por dia, como Dona J⁴³. Segundo ela, em épocas de grande produção, trabalha das cinco e meia da manhã até a uma hora da madrugada, somando um total de dezenove horas e meia de trabalho! Quando a produção é média, trabalha das cinco e meia às onze da noite, ou seja, dezessete horas e meia de trabalho. Esta informação foi confirmada pela mãe de Dona J., que mora com a família da filha, mas não trabalha com ela, indignando-se com a intensa jornada de trabalho da filha que não faz pausa nem para almoçar.

O subcontratante pressiona para a entrega rápida do lote que manda para as indústrias domésticas. Quanto maior a rapidez, mais condições de continuar no circuito. Como vê-se na seguinte entrevista com Dona E.⁴⁴ :

“...tivemos que costurar, eu e a guria, até 23:30hrs, meia noite e no outro dia, às seis da manhã, a gente estava na máquina, almoçamos na mesa pra poder dar conta da mercadoria, porque era meia hora pra entregar a mercadoria, senão o viajante não queria!”.

Vê-se aqui que o viajante, no caso o subcontratante ou intermediário, “não querer” significa que a indústria doméstica referida poderia “queimar-se” no mercado da terceirização de confecção. Ou seja, como não se tem contrato, a confiabilidade é a única forma de continuar recebendo encomendas. Com isso, não interessa de que forma, a partir do momento em que as costureiras aceitam uma encomenda, e têm que aceitar para sobreviver, são obrigadas a entregar no prazo estabelecido pelo subcontratante.

Estas jornadas estafantes, comuns em quase todas as indústrias domésticas

⁴³ Entrevista concedida por Dona J., gravada no dia 27.07.99. (o nome da costureira foi preservado para manter o sigilo)

⁴⁴ Entrevista concedida por Dona E., gravada no dia 20.12.00. (o nome da costureira foi preservado para manter o sigilo)

entrevistadas, causam problemas físicos e de saúde muitas vezes irreversíveis. Na entrevista a seguir, constatou-se uma espécie de processo de degeneração física que tanto ocorre devido às horas ininterruptas em frente à máquina de costura quanto à ingestão de medicamentos sem prescrição médica. Dona Sol⁴⁵ nos conta como consegue suportar as dores físicas e atender os prazos das entregas.

"...Tem dias que a gente sai daqui se arrastando pra tomar um banho, tomar Anador pra tirar a dor do corpo. Dói as pernas, a coluna, o pescoço, o ombro, o braço. Terça ou quarta-feira em diante começa a doer. Tem dias que de manhã, tu abres o olho, mexes o corpo pra sair da cama e tudo dói. Que vontade de não sair! Mas tem que sair, é obrigado! Tem que levantar e mandar lenha! Começa a movimentar o corpo, a dor começa a aliviar, toma Anador, Buscopan... mas só tomo quando eu não agüento mais mesmo. Quando eu vejo que não dá mais, quando não tenho mais forças nos braços e nas pernas, eu corro... quando a dor toma conta do corpo, aí eu vou lá e tomo um comprimido. Senão, não."

Encontraram-se outros casos em que os problemas físicos estão em estágios mais avançados, mas dificilmente as costureiras atribuem sua saúde às jornadas estafantes. Estão mais preocupadas em buscar meios para sobreviver e lutar pela sobrevivência dos filhos do que com a saúde do seu próprio organismo.

Talvez seja o desespero que anestesia o raciocínio para o correto discernimento das causas e dos efeitos, ou mesmo uma consciência de que não se tem outra forma de produzir a sua existência. A única opção parece ser a de resistir bravamente, e muito bravamente, diga-se de passagem, aos revezes que a falta de oportunidades de inserções sociais mais igualitárias cria. Sobrando, somente, a resistência perante a verdadeira guerra por vantagens, onde quem pode e tem mais explora quem pode ou tem menos, a lógica cada vez mais selvagem da política econômica capitalista.

As costureiras vendem sua força de trabalho para as facções e para as indústrias domésticas formais e informais. Há costureiras que trabalham nas facções

⁴⁵ Entrevista concedida por Dona Sol, gravada no dia 18.12.00. (usou-se um pseudônimo para a costureira)

formalizadas, contando com carteira assinada, mas isto não garante o pagamento de todos os direitos legais. Muitos patrões deixam de depositar o Fundo de Garantia, de pagar as horas extras, enfim, há muitas formas de burlar a lei, ainda mais em locais onde os sindicatos de classe não possuem grandes expressões políticas. Mas, as mais exploradas são as costureiras que trabalham para as indústrias domésticas informais, ganhando salário de, em média, R\$200,00 sem garantias ou, aquelas que ganham por jornada de trabalho que chega a ser de R\$10,00 a R\$16,00 diários. As que estão no limite do mínimo são as costureiras mais velhas, acima dos 35 anos, que são totalmente destituídas de qualquer possibilidade de adquirir maquinários e de serem absorvidas no mercado de trabalho formal. Trabalham por períodos de produção e são rapidamente substituíveis, devido à grande quantidade de mão-de-obra disponível.

Inicialmente, poder-se-ia falar somente isso que foi exposto acima, que as costureiras mais velhas são as mais exploradas, estão na base da pirâmide da subcontratação, e não possuem meios para adquirir máquinas porque tudo o que ganham é revertido na reprodução de sua força de trabalho, etc. Fatos que resultam da exploração, dos maltratos e humilhações pelos quais alegam passar, das seqüelas eternas marcadas nos seus corpos atribuídos às intensas jornadas de trabalho, sem a preocupação com a ergonomia dos equipamentos. Tais relatos revelam uma realidade que, de tão cruel, nos indigna e nos arranca do conforto da ilusão da conformidade.

Por isso, buscou-se expor alguns depoimentos que retratam esta situação, salvo as que são mais bem tratadas mesmo que exploradas, geralmente, as costureiras entrevistadas dizem ser muito maltratadas nas indústrias em que trabalham, sofrendo contínuas humilhações, incluindo agressões físicas, como verifica-se no seguinte depoimento da filha de Dona Confiante⁴⁶:

“...eu tava tonta, aí ele (o patrão) chegou e puxou a cadeira.. Eu fiz tudo pra não cair no chão, né?! Mas era pra ter caído com tudo no chão. Aí ele disse que não podia tirar fio sentada. Eu disse: mas eu estou tonta!! Ele disse: “ não quero

⁴⁶ Entrevista concedida por Dona Confiante (pseudônimo sugerido pela própria entrevistada) gravada no dia 21.12.2000.

nem saber!...vai tirar fio em pé!” Pegou e puxou a cadeira....”

Esta forma de tratamento pode levar a sérios comprometimentos físicos e psicológicos, afinal as costureiras não têm o direito de reclamar do cansaço e das dores no corpo, como se fossem máquinas, ou pior ainda que as máquinas que, pelo menos, têm os mecânicos para consertá-las, e muitas indústrias nem aceitam os atestados médicos, como nos conta Dona Confiante ao falar de sua filha que costura em uma facção:

“ela levou um atestado porque estava com a garganta muito inflamada. Bom...pro médico dar atestado é porque tu tá doente! Tu tá precisando de repouso! E eles não aceitaram!”

Perante tal realidade verificada no cotidiano das fábricas, fica absolutamente compreensível atribuir as deformidades físicas das costureiras ao excesso de trabalho, ao trabalho repetitivo e à falta de cuidado nas indústrias da confecção.

Um dos casos relatados é o sofrido por Dona T. que teve seu ombro alterado de posição depois de trabalhar oito anos em uma facção. (Ver o ombro esquerdo da costureira na foto 25, ao lado)

Outro caso é o sofrido por Dona MR.⁴⁷ que sofre de catarata, mas não tem como parar de trabalhar, pois sustenta a casa e os filhos. O problema é agravado devido à poeira e à tinta existente na indústria da confecção, mas prefere trabalhar desta forma do que ficar sem trabalho. Segundo seu relato:

FOTO 25

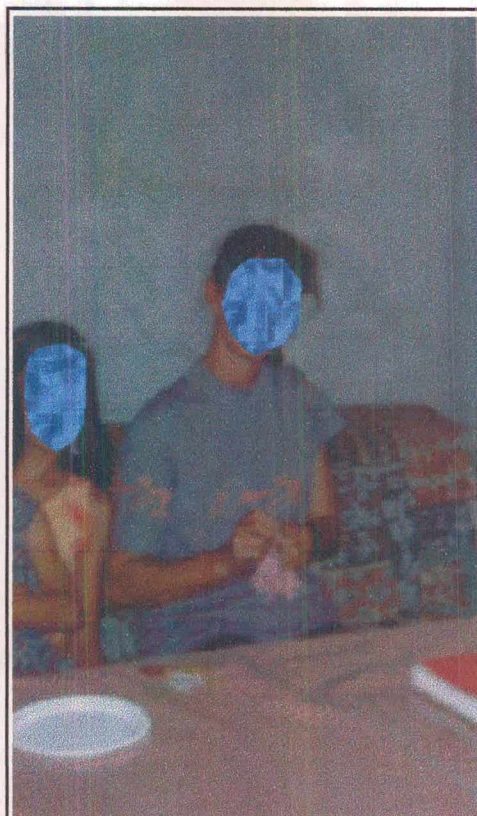


Foto mostrando o ombro fora do lugar normal da costureira. Seu rosto foi escondido para preservar-lhe a identidade. Foto tirada pela autora em dez/2000.

⁴⁷ Entrevista concedida por Dona MR., gravada no dia 19.12.2000.

“...Eu não enxergo, só de óculos. A veia do olho tá larga e a lágrima corre pra fora. O serviço que nós trabalhamos sai uma tinta. Aí a tinta pega no olho, pela mão, que eu limpo.”

Assim, verificamos outros casos em que pessoas trabalham desesperadamente, sem poderem queixar-se de nada, totalmente intimidadas, inibidas, mostrando-nos cruelmente a situação em que o forte pisa no fraco.

4.6. ESPAÇO DA PRODUÇÃO E UNIVERSO DOMÉSTICO:

Os espaços onde as vinte indústrias domésticas entrevistadas trabalham diferem entre si, refletindo as situações de formação, de produção e maquinário, de circuito de produção e venda e porte levantadas anteriormente.

Algumas costureiras concordam que trabalhar em casa é mais vantajoso em relação aos filhos, pois não poderiam pagar uma pessoa para cuidar da casa se estivessem trabalhando fora. Mas, sentem falta da segurança que se tem em uma indústria onde são registradas, com direito ao décimo terceiro salário, às férias, ao seguro desemprego e à previdência social. No entanto, podem economizar com a alimentação, transportes, roupas e até, como foi mencionado, a sola dos sapatos.

Para algumas é difícil encontrar trabalho nas indústrias da microrregião de Tubarão, primeiro porque são poucas as que contratam efetivamente funcionários e quando o fazem é por intermédio do contrato temporário de trabalho, segundo porque estas empresas exigem pessoas mais jovens para trabalhar.

A grande maioria coincide com o fato de que se começou a confeccionar em um local da casa que não foi planejado para abrigar uma indústria doméstica, ou seja, a indústria ocupou inicialmente um espaço de uso cotidiano familiar, transferindo a função existente para um outro local ou, simplesmente, eliminou a antiga função em prol da instalação das máquinas para o trabalho.

Nestes locais de trabalho, é comum encontrar crianças sendo criadas ao lado das máquinas de costura, convivendo com a mesma ansiedade e fadiga das jornadas de trabalho intensas que duram, em média, treze horas por dia. Este é um tempo em que se fecha o número máximo de peças para se conseguir atender às exigências dos subcontratantes garantindo, assim, novas encomendas.

Todos os entrevistados coordenam as atividades da indústria doméstica com as de casa, criando os filhos, ao mesmo tempo em que têm que executar as tarefas domésticas e de costura.

As tarefas domésticas ficam em segundo plano, sendo comum encontrar a desorganização e a sujeira nestes ambientes, já que não se tem tempo para cuidar das tarefas domésticas, a não ser que se faça uma dupla jornada de trabalho que atinge as madrugadas; ou seja, nas noites que deveriam descansar, as costureiras cumprem as tarefas tradicionalmente femininas, como a limpeza e a organização do lar. Dona MR⁴⁸ fala de sua rotina doméstica:

“Tem dias que a uma hora da manhã eu ainda tô arrumando. Tem vezes que eu vou à igreja, na Universal. Aí chego oito e meia, nove horas, depois levanto às seis da manhã pra dar um jeito de novo. Quando faço as costuras vou até meia noite, uma hora.”

É muito comum a execução rápida e parcial destas atividades, principalmente no que tange à alimentação familiar, como verifica-se no seguinte trecho da entrevista concedida por Dona Sol, falando de sua rotina doméstica:

“A gente levanta de manhã, corre aqui pra trás, faz o café, trabalha até às onze e meia, correndo faz um arroz, um bife e uma salada, correndo, se for perder tempo no fogão perde duas horas no fogão pra fazer uma comidinha.. carne de panela. Quando dá um tempinho a gente faz um ranchinho ou quando falta verdura ela (a filha) vai correndo ali buscar. Tudo pra não perder tempo, não pode perder tempo. Ganha o que faz!”

Com isso, verifica-se que se faz o básico para a alimentação, não há possibilidade de cozinhar uma comida mais elaborada, que leve mais tempo, pois diminuiria o tempo de produção.

Outra situação bastante comum é a utilização do espaço de uso familiar

⁴⁸ Entrevista concedida por Dona MR., gravada no dia 19.12.00. (o nome da costureira foi preservado)

pelas costureiras da indústria doméstica como, por exemplo, a indústria doméstica de Dona Norma que tem apenas um banheiro, compartilhado pela família e pelas trinta costureiras:

“A casa não pára limpa, ainda não fiz um banheiro para a fábrica, estou usando o de casa, só tem um banheiro. É muita mistura. E a gente não quer estar ofendendo.”

Na verdade, a proprietária acha que está fazendo uma favor em permitir que suas funcionárias utilizem o único banheiro disponível para todos.

No geral, o ar e a luz destes locais são insuficientes para garantir a salubridade e o conforto para as costureiras, apesar das ampliações sistemáticas de algumas indústrias domésticas. Não se tem noção das regras básicas para um ambiente de trabalho, no mínimo, saudável. É comum verificar que em um espaço onde

FOTO 26

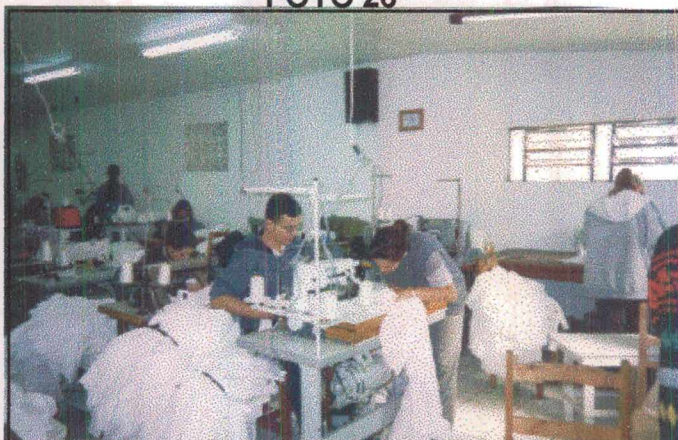


Foto mostrando a iluminação e a janela para ventilação da indústria doméstica de Dona Norma. Foto tirada pela autora em dez/2000.

trabalham trinta pessoas há apenas aberturas com elementos vazados e uma janela com pequenas aberturas, como é o caso de Dona Norma (Ver foto 26). Outros exemplos são os espaços de produção de Dona C. e Dona A. (Ver fotos 27 e 28)

FOTO 27

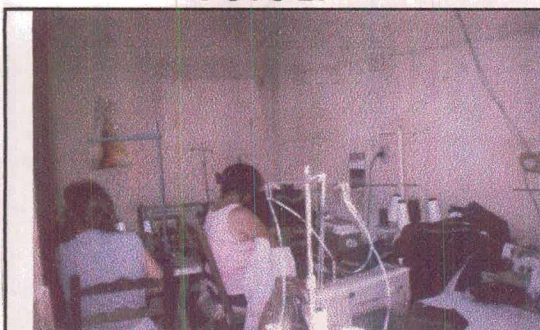


Foto mostrando o espaço interno da indústria doméstica de Dona C. Há apenas uma janela. O pé-direito é alto, dificultando a iluminação artificial.

FOTO 28



Foto mostrando o espaço interno da indústria doméstica de Dona A., com a única janela de abertura. Fotos tiradas pela autora em dez/2000.

Nota-se que nestes exemplos, a iluminação e a ventilação são ínfimas. A renovação do ar, nestes casos, é extremamente difícil. Outro problema que as costureiras têm que conviver é referente ao calor existente nestes ambientes, é comum haver um pequeno ventilador que tenta abranger de 15m² a 30 m².

A falta de salubridade é constante na maioria dos locais visitados, como por exemplo, o espaço reservado à indústria doméstica de Dona J. Apesar de sua casa ser construída em alvenaria, o espaço da indústria doméstica de Dona J. é sujo, escuro e com uma precária iluminação artificial. (Ver Figura 09) Apesar da existência de duas janelas e do grande portão, o fato da rua não ser pavimentada impossibilita que Dona J. e sua filha trabalhem de portão e janelas abertos. A abertura interna, que dá acesso à cozinha, não possui porta tendo apenas uma fina cortina que não ilumina e não bloqueia a gordura própria de cozinhas.

É neste ambiente que Dona J. trabalha quase vinte horas por dia, praticamente sem intervalos! (Ver Figura 09)

Por ser um trabalho essencialmente informal, a indústria doméstica não recebe nenhum tipo de orientação de como proporcionar um ambiente mais saudável para todos. Somado a isso, tem-se o fator tempo para executar o básico como a limpeza diária do ambiente, que é negligenciada em prol de uma maior produção. Como não se tem nenhuma espécie de fiscalização, as pessoas formam seus espaço de acordo com suas possibilidades, nem sempre convenientes à saúde física e psíquica.

Acrescenta-se a isso, o fato de que muitas responsabilidades domésticas são deixadas de lado, principalmente quanto à educação e supervisão dos filhos. Apesar de mãe e filhos estarem fisicamente próximos na maior parte do dia, o tempo despendido pela mãe para atenção à família é mínimo. Além disso, o espaço de convivência familiar confunde-se com o da produção, sendo permanentemente invadido por pessoas estranhas à casa, atingindo os conceitos de privacidade e intimidade familiar tão importantes para a formação moral das crianças.

Apesar de ser esta a descrição geral dos ambientes, dependendo do circuito de produção e venda que a indústria doméstica se insere, a relação entre espaço de produção e universo doméstico será diverso. As próprias relações dentro da indústria doméstica determinam o seu circuito de inserção. Já se falou sobre o papel da família na formação da indústria doméstica e como serve de apoio,

determinando, muitas vezes, melhores oportunidade de inserção. Convém agora, enfatizar o ambiente e as características dessas famílias, de acordo com a classificação do seu tipo.

a) Tipo 01: Inseridas em um circuito em grande expansão: Indústrias domésticas que contaram com acumulação inicial e apoio familiar:

As indústrias domésticas, desta classificação, geralmente possuem, pelo menos, um membro da família com alguma ocupação formal, que ajuda na aquisição de maquinários, possui veículo e disponibiliza parte do seu tempo para as atividades relativas ao transporte dos lotes entre indústria doméstica e subcontratantes.

Encontraram-se vários casos em que inicialmente, na formação da indústria doméstica, utilizaram um espaço da residência que possuía outras funções, como garagens, salas, cozinhas, etc. Aos poucos, foram transferindo a indústria doméstica para outro local, mas mantendo-a vinculada à casa ou, em outros casos, foi a família que se transferiu para outro espaço mas, da mesma forma, mantendo o vínculo com a indústria doméstica.

Este é o caso de Dona Sinira, que construiu sua residência no terreno nos fundos, com a acumulação e empréstimos provenientes da indústria doméstica, e deixou a casa antiga, da frente, somente para a indústria doméstica. Apesar de haver um espaço exclusivo para a indústria doméstica, a proprietária diz que as costureiras têm liberdade para circular na sua residência, aos fundos. (Ver Fotos 29 e 30)

FOTO 29**FOTO 30**

Fotos mostrando a indústria doméstica de Dona Sinira, em Capivari de Baixo. A Foto 29 mostra a indústria doméstica na frente do terreno e a residência da proprietária nos fundos. A Foto 30 mostra um dos espaços internos, onde avista-se uma parede com azulejos, local da antiga cozinha. Assim, verifica-se que a casa foi reformada, com paredes derrubadas, para abrigar a indústria.

“Somos uma família, elas vão lá atrás, elas abrem a geladeira, abrem o freezer, tiram o gelo, pegam água, trazem. Aqui dentro tem um banheiro só pra elas. Porque aqui era minha casa antes, eu moro ali atrás. É separado, a gente fez uma casa lá atrás. Eu construí depois de eu ter facção. Naquela época a facção dava. As bermudas eram mais simples, tinham mais produção.”⁴⁹

Na indústria doméstica de Dona Sinira há sete funcionárias e, segundo suas próprias palavras, “quase todas são registradas”. Possui três filhos sendo que só uma das filhas ajuda na costura, além do marido que faz o transporte das encomendas. A indústria doméstica de Dona Sinira é responsável pelo sustento de toda a família, pois nenhum dos filhos, nem o marido, trabalha fora da indústria. Além disso, Dona Sinira cria dois netos que convivem diariamente no mesmo ambiente da costura, mas mantém uma empregada para os serviços domésticos, o que a alivia neste aspecto.

Neste local, costuravam, no momento da entrevista, 4.500 peças de bermudas em tactel por mês a R\$1,20 a peça. Conforme informações da proprietária, gasta-se R\$200,00 de luz e R\$2.000,00 com a folha de pagamento das sete costureiras, que têm pagamento diferenciado dependendo da produção. Ou seja, sobra, em média, R\$3.200,00 para o sustento da família, o que deu, com ajuda de empréstimos e herança recebida, para adquirir novos maquinários e construir uma nova casa a partir de 1994.

O espaço de trabalho, conforme verifica-se nas fotos, não tem problemas de ventilação e iluminação, pois ocupa uma residência construída para o conforto de seus moradores, seguindo a legislação específica do código de obras do município que define, entre outras coisas, as aberturas mínimas para entrada de ar e luz.

Já na indústria doméstica informal de Dona A.⁵⁰, não há um espaço especialmente construído para a indústria doméstica, utilizando a antiga cozinha que foi transferida para outro local. Na foto 28 verifica-se apenas uma pequena janela, sendo insuficiente para a renovação de ar de um ambiente saudável. Dona A. mora com sua família, de quatro pessoas, e com a de seu filho, de três pessoas.

⁴⁹ Entrevista concedida por Dona Sinira em 20.12.00

⁵⁰ Entrevista concedida por Dona A. em 18.12.00. O nome não foi divulgado para preservar o sigilo.

Na indústria doméstica trabalham a proprietária, sua nora e mais uma costureira, recebendo ajuda do marido de Dona A. e de seu filho para o transporte das encomendas. Além disso, ambos trabalham em empregos com carteira assinada. As três costureiras conseguem produzir uma média de 1.400 camisolas por mês, para lojas da Feinvest. A nora de Dona A. ao ser indagada sobre as vantagens de trabalhar informalmente, dentro de casa, respondeu:

“Se for trabalhar em um lugar de costureira, eu acho que não vale a pena. Eu já me acostumei aqui. Lá não pode levantar, não pode conversar, não pode fazer nada, aqui a gente fofoca, a gente faz de tudo. A minha filha, vai ao jardim e à tarde fica aqui me enchendo o saco. Fica pedindo as coisas, ou vendo desenho e eu aqui trabalhando.”

A jornada de trabalho das costureiras, neste caso, é de onze horas por dia, e, aqui, verificou-se claramente a presença constante de uma criança convivendo nesta jornada. A jornada da tarde é mais estafante do que a da manhã, pois esta começa às 08:00 e vai até às 11:30 e aquela das 13:30 até às 21:00 horas. Conforme verifica-se no trecho da entrevista abaixo:

“...Trabalhamos das oito até onze e meia, depois da uma e meia até nove horas. Depende do que tem para entregar. Mas tem que fazer almoço, lavar louça... A gente já acostumou. No final de semana dá um jeito na casa. A gente levanta, dá uma volta ao redor da casa.... até que é divertido às vezes.”

Nota-se que a combinação do serviço de costura com o de casa não é suficiente para manter a casa limpa e arrumada, ficando, assim, os afazeres domésticos para os finais de semana.

No trecho da entrevista acima, verifica-se que há um otimismo por parte da proprietária ao dizer que é agradável, às vezes, trabalhar da forma em que trabalha. Acredita-se que este otimismo provém do fato de que Dona A. e sua nora dividem igualmente o que ganham com a produção.

Dessa forma, há vantagens em trabalhar em casa, tendo liberdade e convivendo com a família, mesmo deixando as questões doméstica em segundo

plano. Esta divisão dos lucros de forma igualitária entre as duas proprietárias, compensa a falta de garantias do trabalho sem carteira assinada. Assim, produzindo-se cada camisola a R\$0,95, há um ganho de R\$1.330,00, tirando as despesas e o pagamento da costureira, cada uma ganha, em média, R\$500,00 a R\$600,00 por mês.

Verifica-se que a situação da nora da Dona A. é privilegiada em comparação com a costureira que trabalha com elas, que ganha em torno de R\$200,00 mensais. Comprova-se, também, a margem de lucro que os donos dos meios de produção conseguem atingir, em relação as que são destituídas destes.

Outras indústrias domésticas que têm características semelhantes são a de Dona Norma, conforme viu-se na Figura 08, (Evolução da indústria doméstica de Dona Norma); a de Dona N. que se utiliza do porão da sua casa para a indústria doméstica com cinco costureiras; Dona V. que construiu uma edícula nos fundos de sua casa para abrigar sua indústria doméstica; Dona R. que construiu com seu irmão um anexo à residência para a confecção. Enfim, há outros casos que se pode relatar, mas que ficaria sem propósito e cansativo, não ajudando na análise, já que as situações, apesar de distintas, assemelham-se em muitos aspectos.

O que se deve enfatizar é que as indústrias domésticas do Tipo 1 são as que conseguiram investir em espaço próprio para a indústria e em maquinário, apesar do espaço não ser apropriado no que tange à circulação e renovação de ar e à iluminação. Preferem trabalhar em casa, onde podem supervisionar o trabalho das costureiras que é prioritário, os afazeres domésticos e a relação familiar.

b) Tipo 02: Inseridas em circuito de média expansão:

As indústrias domésticas desta classificação, como já foi dito, não contaram com ajuda financeira de parentes para formar a indústria doméstica, trabalham com a ajuda das filhas, irmãs, mães, noras, sogras e cunhadas. São as principais e, muitas vezes, as únicas responsáveis pelo sustento de toda a família.

Os espaços utilizados para o funcionamento da indústria doméstica são, geralmente, os quartos, salas, cozinhas e garagens. Não puderam transferir a indústria doméstica para um local exclusivo ou ampliá-lo e, assim, a imbricação do universo doméstico com o espaço de produção é mais marcante.

Esse é caso de Dona MR.⁵¹, que possui suas máquinas na sala de sua casa. Nota-se que na sala não há móveis, demonstrando a dificuldade financeira desta costureira. (Ver fotos 31 e 32) Ela trabalha para subcontratantes inseridos no município. Possui seis filhos, dois deles moram com ela e trabalham como empregados, um de caixa no supermercado e outro corta roupas em uma facção da cidade.

Quando há trabalho, cobra R\$0,50 por camiseta, fechando 120 a 130 por dia. Mas, como não há sempre, sobrevive com muitas dificuldades, pois os filhos, apesar de trabalharem, não podem contribuir muito no orçamento doméstico e a costureira não conta com a ajuda do atual marido, que

no momento da entrevista estava internado tratando-se de problemas de alcoolismo.

“ O que eu ganho só dá pra sobreviver. Os meus filhos não podem ajudar mais. A gente ganha, tudo junto, uns R\$400,00, eu e meu dois filhos. Eu não recebo pensão porque o meu marido vivia com outra.”

As despesas de aluguel e de água saem em torno de R\$110,00 e a luz por R\$25,00, mas quando tem facção, a luz sobe para até R\$50,00. Além disso, uma parte do que esta costureira recebe, transfere para a igreja, conforme o trecho da

FOTO 31



Foto mostrando a fachada da residência da costureira. Tirada pela autora em dez/2000.

FOTO 32

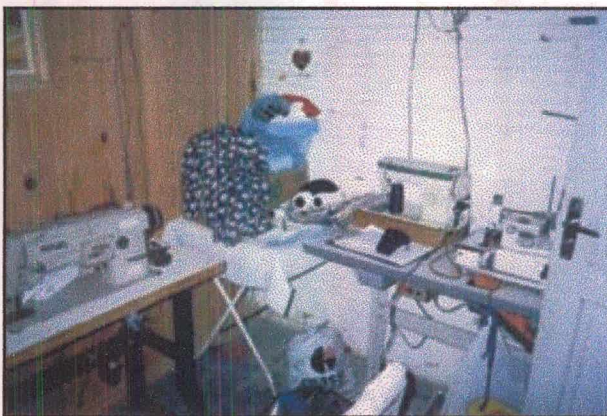


Foto mostrando a sala da casa de Dona MR., com as três máquinas de terceira linha. Tirada pela autora em dez/2000.

⁵¹ Entrevista concedida por Dona MR. em 19.12.00, o nome foi preservado para manter o sigilo.

entrevista abaixo:

“Tem o dízimo, mas a gente paga se quiser. A gente não é obrigada a nada. A gente dá porque a gente tem um estudo bíblico, e segue a bíblia. O que eu dou de dízimo não é meu, é como uma devolução. É uma coisa sagrada, se não fosse sagrada não estava na bíblia, a gente segue o que tá na bíblia, e realmente tá. A gente confere se tá na bíblia, tá certo! Eles até mandam a gente conferir.”

A costureira acredita que depois que entrou para a igreja Universal, conseguiu livrar-se de vícios, como o cigarro, e de doenças. Valendo a pena, então, pagar 10% do que ganha mensalmente para a igreja. No entanto, não tem condições de adquirir mais máquinas e, dessa forma, conseguir mais encomendas, conforme o trecho da entrevista abaixo:

“Eu tava pegando facção em casa, aí eu troquei uma máquina boa que eu comprei em Curitiba, troquei com um senhor daqui de Tubarão mesmo, e ele me deu essas máquinas aqui que são uns cacos. Aquela lá não presta, a overloque, e essa também está estragada. Ele me deu um golpe. Eu dei a minha máquina boa mesmo pra ele me dar duas máquinas que valessem a pena eu fazer o meu trabalho, mas não deu certo. Deu essa máquinas que não dão produção nenhuma. Não chegam nem a cinqüenta peças por dia. (...) Eu tentei, e vou tentar, eu vou comprar mais máquinas, eu vou dar um jeito de comprar. É o que eu quero. Até pensei em escrever pro Ratinho e pedir pra ele me dar umas máquinas boas. Porque eu pago aluguel e tudo.”

Então, verifica-se que Dona MR, não possui nenhuma condição de acumulação e aquisição dos meios de produção mais eficientes, nem para investimento em um espaço melhor para as eventuais encomendas de facção. O espaço onde trabalha, como já foi dito, é o da sala de sua casa, onde as únicas aberturas para a renovação de ar são as da porta de entrada e a janela. A separação entre a sala e o resto da casa dá-se por uma fina divisão de madeira e uma abertura, onde a privacidade tenta ser resguardada com uma cortina. As máquinas que Dona MR. possui são pouco funcionais, lentas, e fazem um ruído alto, atrapalhando os integrantes da família

e, até mesmo, os vizinhos.

Outro exemplo é o de Dona S.⁵² (ver figura 03, pág. 132), que possui sua indústria doméstica em um dos cômodos de sua casa. A costureira trabalha para um subcontratante que vende na fronteira com o Uruguai. Costura em torno de três mil peças de agasalho em tecido soft por mês, juntamente com sua irmã, e cada peça custava, no momento da entrevista, R\$0,25, sendo que a costureira pagava todos os aviamentos necessários.

Dona S. é viúva desde 1984 quando o marido, que era mineiro em Criciúma, vindo a falecer em uma mina. Assim, passou a receber uma pensão que a ajuda a sustentar a filha, que não trabalha, e os dois netos. Montou a indústria doméstica em 1997, e sua jornada de trabalho começa às sete e meia da manhã e vai até às dez da noite, com os intervalos para comer e arrumar ligeiramente a casa. Há meses em que as encomendas são menores e, então, o que ganha atinge, no máximo, R\$300,00. Possui máquinas suficientes para montar a cadeia produtiva para trabalhar com malha, moletom ou tecido soft: a overloque, a reta e a galoneira. Conseguiu adquirir tais máquinas graças à pensão que recebe do falecido marido. Mas, pretende comprar mais máquinas.

“A gente pretende né, mas você vê, é tão difícil dinheiro. Eu tô com essa casa para arrumar e não tive condições ainda. A minha casa tá feia! Eu quero dar uma reforma na minha casa e não deu ainda. Mas o meu desejo nesta safra agora era comprar a interloque.”

Com a interloque Dona S. acredita que seu trabalho será mais rápido e poderá conseguir novos subcontratantes.

O espaço em que Dona S. montou sua indústria doméstica era um antigo quarto de dormir, de 5,8 metros quadrados, suficiente para alojar as três máquinas e a mesa onde se tira os fios e onde há um ferro de passar roupas, utilizado para assentar costuras quando necessário. Se a estrutura de maquinários de Dona S. crescer, ou seja, se ela conseguir comprar a interloque, o quarto tornar-se-á pequeno.

⁵² Entrevista concedida em 28.07.99, o nome da costureira foi preservado para manter o sigilo.

No entanto, Dona S. está satisfeita em poder trabalhar em casa, conforme verifica-se no trecho da entrevista abaixo:

“Prefiro, eu adoro trabalhar em casa. (...) Eu sempre trabalhei fora assim, em malharia, mas o meu desejo era trabalhar em casa porque, aí sei lá, esse negócio de sair toda a manhã não é comigo. Eu já tô uma pessoa idosa, já não tenho mais...”

Dona S. mora sozinha, pois a filha casou-se novamente e mudou-se levando os filhos, mas continua sendo sustentada pela mãe. Dessa forma, o funcionamento da indústria doméstica não causa maiores transtornos pois não há ninguém para se incomodar.

Há outros casos em que a indústria doméstica convive intrinsecamente com o universo doméstico, como a de Dona C. que trabalha na despensa da casa; Dona I. que montou seu maquinário na cozinha junto com os equipamentos como fogão e geladeira; Dona Sol que desmontou a cozinha da casa e Dona Confiante que trabalha na garagem de sua casa.

Dependendo da composição familiar, como número de filhos, número de costureiras trabalhando, quantidade de maquinários e frequência das encomendas, espaço disponível para o alojamento da indústria doméstica, haverão maiores ou menores transtornos na relação entre indústria e espaço de convivência familiar, como se viu nos exemplos acima.

O engajamento familiar, em forma de apoio financeiro ou de mão-de-obra, diferencia as indústrias domésticas deste tipo e a do tipo anterior, o tipo 01, pois reflete-se no investimento em maquinários e no maior dinamismo da indústria doméstica do tipo 01.

c) Tipo 03: Inseridas em um circuito local, produção para venda própria.

Como já foi exposto, estas indústrias fabricam para vender em suas lojas ou através de sacoleiras. Encontrou-se casos em que possuem lojas anexas às suas residências e outros que fabricam na sua própria casa.

As que possuem lojas mantêm seus maquinários no mesmo local, como é o caso de Dona Walderina e de Dona Denise. (Ver figuras 10 e 11)

Nestes casos, não há problemas na relação entre universo doméstico e espaço de produção e venda, já que são independentes.

As famílias das proprietárias de ambas as lojas e indústrias domésticas não envolvem-se nos negócios da confecção, com exceção da filha de Dona Walderina que trabalha na loja como balconista. Dona Denise possui duas filhas que trabalham em outros empregos e o seu marido é feirante. Já Dona Walderina é responsável pelo sustento da casa porque seu marido não trabalha devido a uma hérnia de disco.

Dona Walderina construiu a loja e a casa através de financiamento e, no momento da entrevista, atravessava por dificuldades financeiras pois, ao parar de receber encomendas de facção de subcontratantes, seu ganho reduziu-se consideravelmente, tendo que se manter somente com a confecção para venda local. Segundo sua entrevista.⁵³

“Eu moro aqui em cima. Acabamos de construir, fizemos a casa pela Caixa Econômica, daí... nem acabou de construir ainda, estamos esperando grana pra acabar.”

Dona Denise possui um espaço bastante amplo onde funciona sua loja e sua indústria doméstica. Tem possibilidades de ampliação, já que o galpão tem 168 metros quadrados. No entanto, o maquinário existente é suficiente para formar apenas uma cadeia produtiva pois, há duas máquinas retas, uma overloque e uma galoneira. No trecho da entrevista⁵⁴ abaixo, nota-se que a proprietária está muito

⁵³ Entrevista concedida por Dona Walderina, em 27.07.99

⁵⁴ Entrevista concedida por Dona Denise, em 27.07.99

FIGURA 10 - LAY OUT E FOTOS DA LOJA DE DONA WALDERINA (SÃO LUDGERO)

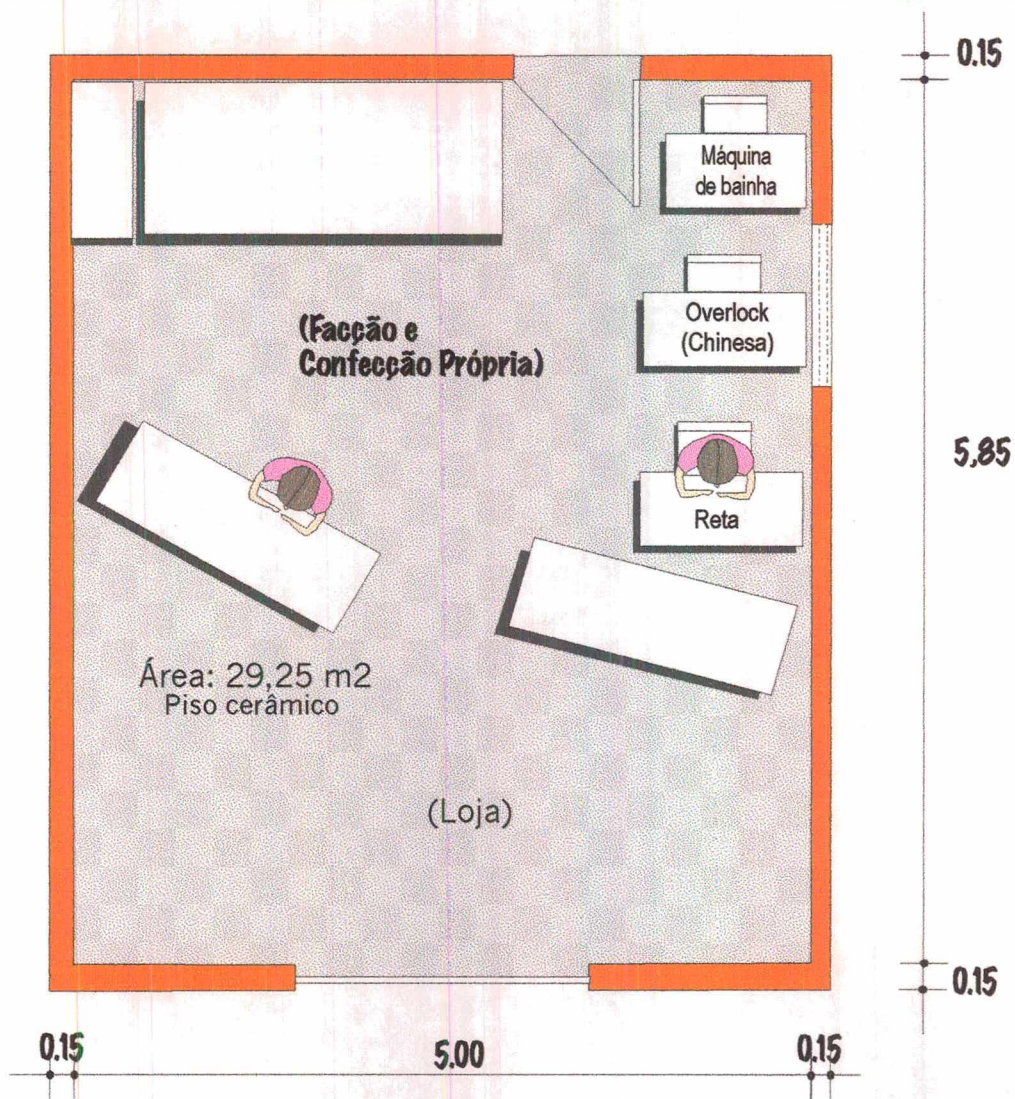


Foto de Dona Walderina encostada na mesa de corte



Foto do local em que Dona Walderina confecciona, separado pelo balcão da loja.

0m. 1m. 2m. 3m.

Escala gráfica

FIGURA 11 - LAY OUT E FOTOS DA LOJA DE DONA DENISE (SÃO LUDGERO)

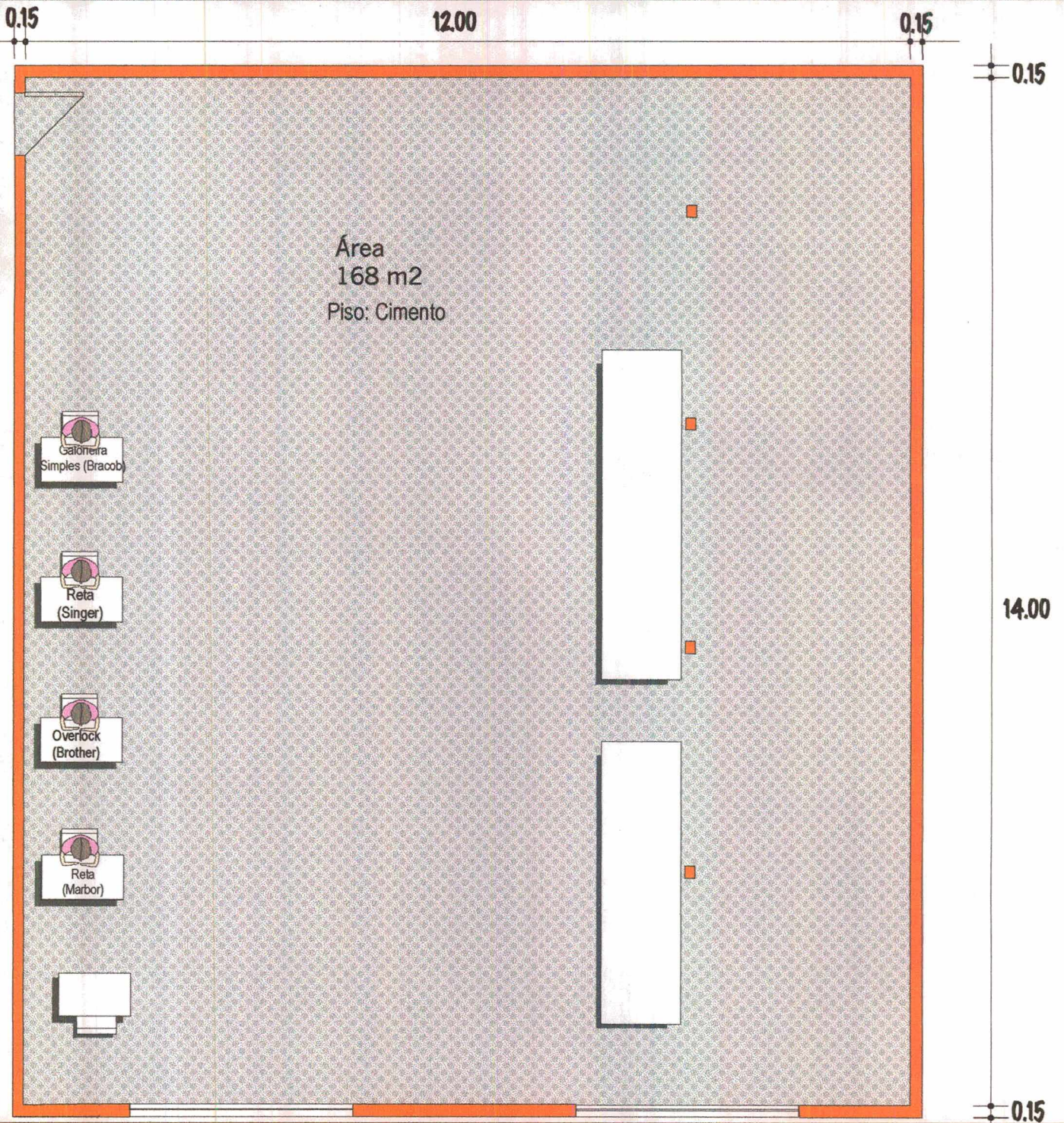


Foto mostrando a área de trabalho das costureiras



Foto mostrando a área da loja de tecidos. Nota-se a pouca clareza

0m. 1m. 2m. 3m.

Escala gráfica

cautelosa para ampliar seu número de maquinários, e não possui encomendas freqüentes. No momento da entrevista estava confeccionando uniformes escolares.

“O galpão tem 14 x 12m! Mas ampliar devagar né. Como vai dando eu vou ampliando, mas pode levar muitos anos, eu não pretendo loucura para depois não conseguir pagar, eu não quero isso né.”

Outro caso é o de Dona I.⁵⁵ que possui sua confecção própria dentro de sua casa, ocupando a sala e o quarto de dormir. A costureira possui quatro máquinas, formando uma cadeia produtiva de malha, além de uma máquina de estampar e uma grande mesa de corte que demonstra que, dentro da indústria doméstica, há a etapa do corte, e não só a de costura. (Ver Figura 12)

Dona I. conta com a ajuda do marido para o acabamento e de uma filha para a costura, e ainda há mais uma costureira que ganha um salário. A costureira possui cinco filhos, dos quais quatro moram fora e, eventualmente, ajudam na venda da confecção da mãe.

A casa de Dona I. é grande porque, na verdade, eram duas casas, a de sua falecida mãe e a dela. Quando a mãe da proprietária morreu, transferiram a indústria doméstica dos fundos para a frente da casa. Mas, apesar de um espaço nobre da residência destinado à confecção de, aproximadamente, 33 metros quadrados, seria pequeno para a instalação de mais uma máquina que a costureira almeja adquirir. Segundo um trecho da sua entrevista:

“Como está aqui não dá mais. No quatinho ali (do lado da sala) tem uma máquina de estampa, duas máquinas retas. Para ficar completa a malharia tem que ter mais uma máquina, a que rebate elástico, é uma máquina cara, então...”

Verifica-se que, nestes casos, houve a possibilidade de acumulação inicial, de financiamentos para a construção do espaço próprio e, no caso de Dona I., de herança da família. Como têm confecção própria, recebem mais pelas peças

⁵⁵ Entrevista concedida por Dona I. em 27.07.99

FIGURA 12 - LAY OUT E FOTOS DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA DE DONA INÉS (BRAÇO DO NORTE)

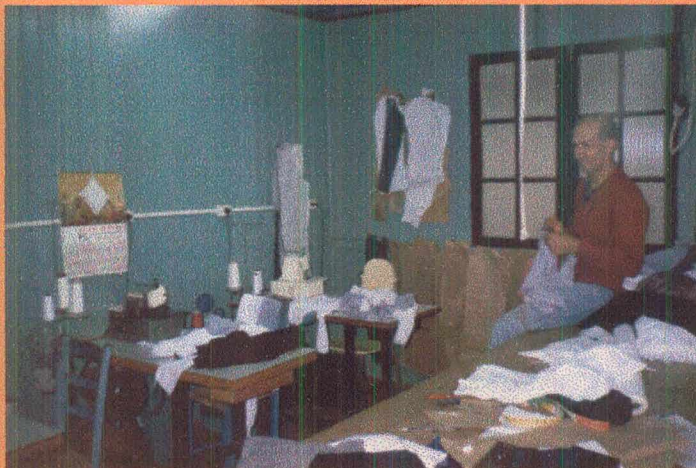
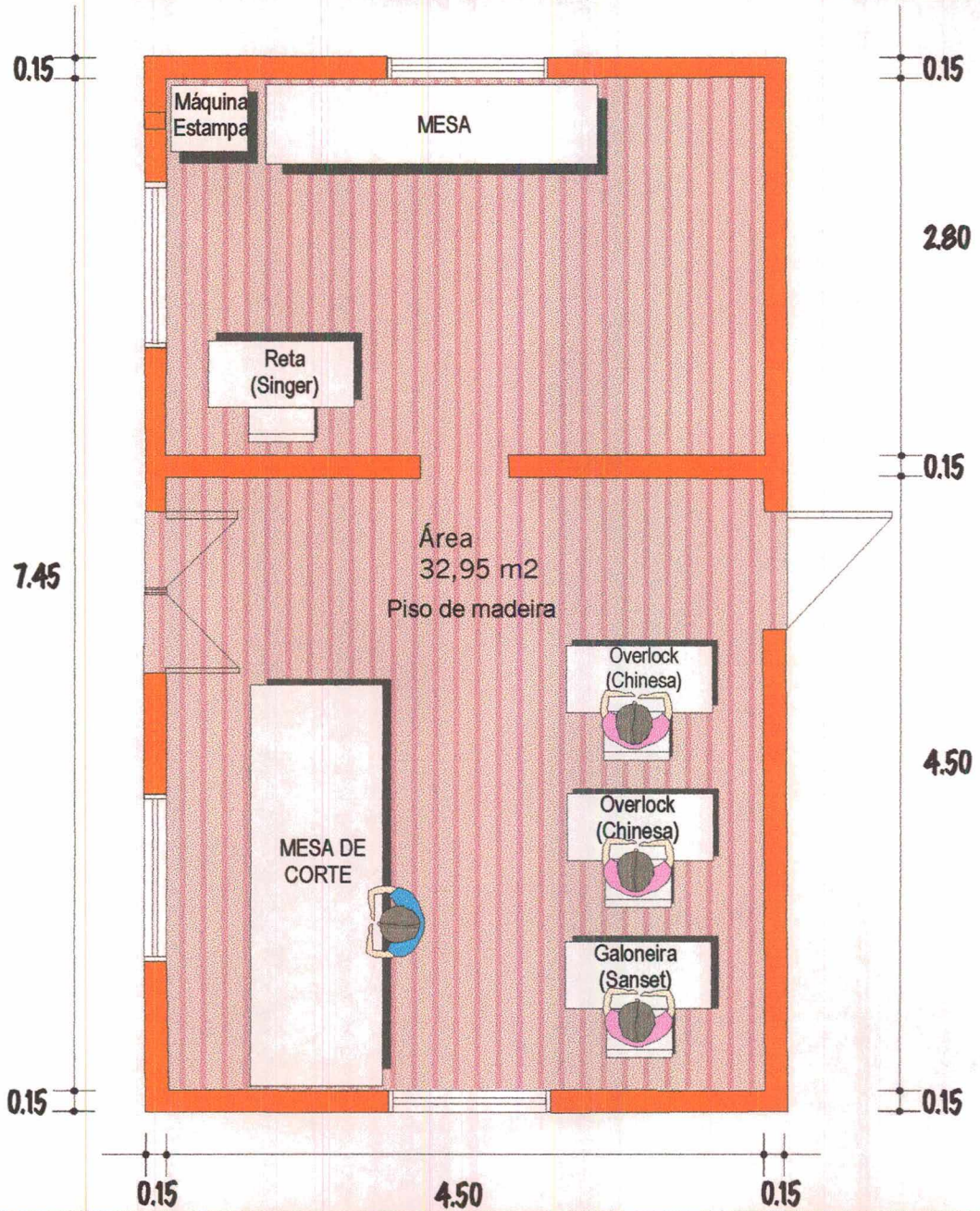


Foto mostrando a antiga sala de estar, hoje indústria doméstica.



Foto do quarto contíguo à antiga sala de estar

0m. 1m. 2m. 3m.

Escala gráfica

costuradas, a desvantagem é que devem produzir apenas para o mercado local onde estão inseridas. Dessa forma, a acumulação interna da indústria doméstica é mais lenta, o que dificulta o pagamento dos empréstimos recebidos e protelam os novos investimentos em maquinários e em espaço físico para a confecção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual processo de globalização da economia mundial faz com que se intensifique, atualmente, as relações de fluxos e fixos (SANTOS, 1991), atingindo o papel de regulação das funções locais que são transferidos para centros de decisão longínquos, estranhos à sociedade local. (SANTOS, 1985)

Verifica-se que no setor confeccionista, inserido na microrregião de Tubarão, são as grandes empresas dos grandes centros de consumo que comandam o destino da economia dos pequenos municípios microrregionais. Com isso, além de inserirem uma nova lógica de fixos e fluxos na microrregião, prescrevem e determinam a possibilidade de trabalho de uma parcela cada vez maior de empregados que se especializam no setor têxtil. Estes empregados saem setor primário e das atividades do secundário em declínio para as novas possibilidades oferecidas pela indústria confeccionista que, por sua vez, sofre com as oscilações do mercado nacional e internacional, refletindo, entre outros fatores, na mão-de-obra de toda a microrregião.

Um novo sistema de acumulação, que tem como principal característica a flexibilização, descentraliza a produção, inserindo-se em áreas geográficas sem tradições industriais anteriores, onde os salários são baixos e o poder sindical inexistente. (BODDY, 1990) (HARVEY, 1989)

No caso da indústria têxtil brasileira, a desverticalização da cadeia produtiva descentraliza a produção, promovendo o surgimento de novas unidades em outros municípios que fazem etapas segmentadas do processo produtivo.

Ao flexibilizar-se a produção, flexibilizam-se os mercados de trabalho, destruindo as garantias legais dos trabalhadores. Esta nova forma de acumulação baseia-se na precarização dos vínculos empregatícios e na informalidade.

A consciência de classe e o engajamento político são sistematicamente desencorajados por diversos motivos, entre eles pela pressão do exército industrial de reserva e pela dispersão espacial das unidades de produção.

As lutas históricas do movimento operário caem por terra quando um mundo globalizado toma imensas proporções pois, ao impor sua lógica quebra as

empresas, cortando empregos e acarretando graves crises financeiras.

As maiores vantagens são dadas aos compradores da força de trabalho, que não precisam mais produzir continuamente para sustentar sua estrutura física, técnica e humana e, ao mesmo tempo, conseguem desarticular os sindicatos.

Para os trabalhadores, no entanto, a redução dos custos da mão-de-obra é uma medida cruel, quando se vêem sem opções repentinamente em decorrência das ações catastróficas (para o trabalhador brasileiro) da política neoliberal. No setor confeccionista, a redução da mão-de-obra significa a submissão à precariedade e à exploração das relações de trabalho, traduzidas na instabilidade decorrente da falta de garantias inerente ao trabalho informal; nas jornadas de trabalho estafantes para garantir momentaneamente a sobrevivência que, por sua vez, acarretam, às costureiras, graves e irreversíveis problemas físicos e de saúde; nos maltratos e nas regras próprias estabelecidas pelo proprietário dos meios de produção; e na coação dos trabalhadores que têm algum discernimento sobre as causas de seu infortúnio, impedindo assim, qualquer esboço de consciência coletiva.

As relações de subcontratação, visando a redução dos custos da mão-de-obra, intensificam-se progressivamente. Busca-se a execução de várias etapas do processo produtivo, que podem estar concentradas ou dispersas espacialmente; ou seja, cada indústria faccionista, ou grupos de confecção, ou até mesmo indivíduos isolados, é responsável por uma ou mais etapas do processo.

Verificou-se, na microrregião de Tubarão, principalmente, dois tipos de indústrias da confecção: as tradicionais e as terceirizadas.

As tradicionais são aquelas que conservam a cadeia produtiva verticalizada, com autonomia produtiva e com todos os seus empregados registrados em carteira de trabalho. Possuem marcas próprias e sua produção é comercializada por lojas e representantes que abrangem vários circuitos do mercado, sejam locais ou nacionais. Algumas, no entanto, passaram a subcontratar, quando necessário e em determinadas etapas do processo produtivo.

As terceirizadas são mais complexas, optaram pela desverticalização da cadeia produtiva e, com isso, executam diversas etapas do processo da confecção, indo do corte ao acabamento; ou apenas a intermediação entre mercados e indústrias. Como se pode verificar na microrregião de Tubarão, as indústrias de confecção, deste tipo, subdividem-se em facções, intermediários ou subcontratantes

e indústrias domésticas, inserindo-se com mais vigor dentro do processo atual de flexibilização produtiva.

As Facções possuem diferentes portes que se refletem nos circuitos de produção e venda nos quais estão inseridas. As facções maiores encontradas na microrregião estão num circuito nacional, que podem subcontratar outras facções de menor porte ou a indústria doméstica, inserindo-as no seu circuito. Há, também, aquelas que trabalham para as lojas com inserção local, mas com progressivo aumento de sua abrangência, ou seja, as facções, principalmente as de jeans, trabalham para lojas de out-let que atende o turismo de compras, no eixo rodoviário norte-sul (BR-101). Já, na microrregião, há as facções que são cooperativadas, formando o Sistema Cooperativo de Facção e outros tipos que não têm a mesma forma de associação.

A categoria do Intermediário ou Subcontratante pode ser vista como um novo tipo de comerciante, com novas funções diferentes das tradicionais. Como o comerciante tradicional, ele continua sendo um intermediário dos produtos com a diferença de que, agora, tem acesso às etapas da produção da confecção, ou seja, ele gerencia a mesma, ficando ao mesmo tempo vinculado ao mercado. Na verdade, esta categoria tem um poder de articulação no mercado, indo das grandes empresas indústrias às domésticas, flutuando entre os diferentes circuitos.

As Indústrias Domésticas definem-se como a célula de produção subcontratada que se organiza dentro da unidade familiar. São indústrias domésticas quando duas ou mais costureiras se reúnem para confeccionar um determinado lote, solicitado diretamente por um intermediário, um lojista ou uma empresa de micro, pequeno ou médio porte, que terceiriza sua própria marca. Outro caso, ainda, é o da intermediária de uma marca maior, sem nenhum tipo de contrato formal, apenas verbal e sem registros legais.

Concluiu-se que as indústrias tradicionais estão predominantemente localizadas no município de Tubarão possuindo o maior Valor Adicionado da microrregião que cresce sistematicamente de 1990 para 1999, mostrando uma característica de concentração por ser um município de fácil acessibilidade viária, pela BR-101, e de comércio e serviços. Por isso mesmo, Tubarão concentra diversos tipos de indústrias, de facções com grande capital constante e variável a tímidas indústrias domésticas.

Outros municípios como Treze de Maio, Laguna, Braço do Norte, Armazém, Jaguaruna e Gravatal possuem oscilações, relativamente tênues, no crescimento do setor confeccionista, nos nove anos analisados, mas mantêm uma importante participação de tal setor. As oscilações podem ter dois motivos: a grande instabilidade da demanda, quando há períodos ou meses em que as encomendas diminuem, dependendo da duração das estações de frio ou de calor que se faz no ano, que se relaciona com a região do país para a qual se comercializa; ou, um segundo motivo, o fechamento ou transferência de indústrias confeccionistas para outros municípios ou regiões.

As facções que produzem para grandes empresas têxteis estão dispersas no espaço microrregional, principalmente em municípios mais interiores. Estes, possuem características rurais que, inclusive, não oferecem facilidade de acesso, se considerarmos que não estão às margens da BR-101. Mas, possuem um acesso fluido pelas rodovias secundárias, o que permite que a produção seja rapidamente escoada para os centros de consumo dinâmicos. Então, o que se busca, nestes municípios, é essencialmente a mão-de-obra barata e facilidade de submeterem-se às regras patronais.

Em relação à localização das indústrias domésticas, há as com infra-estrutura maior que costumam, eventualmente, para as facções inseridas no circuito nacional, já as de menor porte para lojas do out-let ou centro de venda direta, chamado de Feinvest Lovestory, e, ainda, para as lojas de Termas do Gravatal. Localizam-se principalmente na periferia dos municípios de Tubarão, Gravatal, Capivari de Baixo e, mais recentemente e portanto de forma ainda incipiente, em Laguna. Nestes quatro municípios estão concentradas diversos tipos de empresas, pois estão no eixo de maior demanda por produtos.

Muitas indústrias domésticas formaram-se ao redor da rodovia que dá acesso às Termas para atender a demanda das inúmeras lojas que se formaram nas galerias construídas próximas aos hotéis, atendendo um mercado que vem ao local com a intenção de desfrutar das águas termais e aproveitar para comprar roupas com preços abaixo do mercado.

No geral, as indústrias domésticas localizam-se nos bairros e localidades onde o valor do solo é mais baixo. São locais mais afastados, na periferia dos quatro municípios referidos, onde a infra-estrutura é bastante precária, verificando-se ruas sem pavimentação, esgoto correndo a céu aberto, falta de freqüência das

linhas de ônibus, etc.

A maior parte das indústrias domésticas entrevistadas iniciou no ramo em meados da década de 90, justamente no período em que o desemprego aumentou vertiginosamente em consequência da política liberalizante que abriu o mercado nacional aos produtos estrangeiros. Neste período, os produtos vindos da Ásia, a preços baixos, fizeram forte concorrência ao nosso produto. A opção encontrada por muitas indústrias têxteis, foi a desverticalização da cadeia produtiva, como uma forma de baixar os custos, barateando os produtos.

A indústria doméstica forma-se, então, para fornecer mão-de-obra barata à demanda que as indústrias confeccionistas e lojas de venda direta solicitam. Com o passar do tempo, principalmente a partir de 1997, muitas indústrias domésticas proliferaram-se, aumentando a oferta e estabelecendo uma relação de trabalho cada vez mais precária. Isto ocorre, especialmente, para aquelas que se inserem no circuito em que fornecem mão-de-obra para as lojas dos centros de venda direta, localizados na BR-101, para as lojas de venda direta das galerias comerciais de Termas do Gravatal e do centro de Tubarão e para subcontratantes com inserção local mas com abrangência nacional.

A maioria das costureiras domésticas provem do meio rural, da própria região aonde estão inseridas atualmente, e tiveram seu primeiro contato com a costura como empregadas de firmas formalizadas. Saíram destas firmas por diversos motivos: pelo fechamento da firma, por terem atingido uma idade em que as firmas não têm mais interesse em mantê-las devido à sua lentidão produtiva, ou porque tiveram condições de adquirir maquinário para trabalhar em casa, ganhando mais do que nas firmas. Outras indústrias domésticas formam-se com costureiras tradicionais que, não tendo mais condições de concorrer no mercado das roupas prontas, transformam seu atelier de roupas sob medida em indústrias domésticas.

A qualidade e a rapidez em que se fecham as peças são determinantes que, por sua vez, têm relação direta com o número de maquinário na unidade produtiva. A possibilidade de possuir maquinário determinará a inserção em um circuito de produção e venda mais amplo e, também, o grau de exploração do trabalho das costureiras totalmente destituídas, costurando dentro da indústria doméstica, significando agilidade na produção quanto maior for o seu número.

Detectou-se, dentro da categoria da indústria doméstica, três tipos diferentes de indústrias domésticas: as que conseguem inserir-se em um circuito em expansão

contando com empréstimos e acumulação inicial dos componentes familiares, sendo subcontratadas muitas vezes por facções que trabalham no circuito nacional; as indústrias domésticas que estão em um circuito de abrangência progressiva, facionando para lojas de um centro mais dinâmico com vendas para out-lets ou centros de venda direta de fábrica, onde há demanda ou, eventualmente, para subcontratantes em expansão de sua atividade ou território; e as que estão em centro menos ativo e produzem para venda própria, em sua casa, através de sacoleiras ou exclusivamente para uma loja do centro da cidade.

A jornada de trabalho das costureiras é, em média, de treze horas por dia. Justifica-se, esta situação por ser um serviço esporádico, como não tem sempre, quando os clientes trazem os lotes exigem rapidez na entrega. Chegam, por isso, a trabalhar das oito da manhã às onze da noite, somando um total de quinze horas de trabalho por dia. Mas há casos em que esta jornada estende-se para chegar ao absurdo das dezenove horas diárias. Muitas cumprem dupla jornada de trabalho, confeccionando em uma indústria de confecção ou loja de dia, com carteira assinada, e informalmente à noite e de madrugada.

As costureiras vendem sua força de trabalho para as facções e para as indústrias domésticas formais e informais. Há costureiras que trabalham nas facções formalizadas, contando com carteira assinada, mas isto não garante o pagamento de todos os direitos legais. Muitos patrões deixam de depositar o Fundo de Garantia, de pagar as horas extras; enfim, há muitas formas de burlar a lei, ainda mais em locais onde os sindicatos de classe não possuem grandes expressões políticas. Mas, as mais exploradas são as costureiras que trabalham para as indústrias domésticas informais, ganhando salário de, em média, R\$200,00 sem garantias ou, aquelas que ganham por jornada de trabalho que chega a ser de R\$10,00 a R\$16,00 diários. As que estão no limite do mínimo são as costureiras mais velhas, acima dos 35 anos, que são totalmente destituídas de qualquer possibilidade de adquirir maquinários e de serem absorvidas no mercado de trabalho formal. Trabalham por períodos de produção e são rapidamente substituíveis, devido à grande quantidade de mão-de-obra disponível.

As jornadas estafantes, comuns em quase todas as indústrias domésticas entrevistadas, causam problemas físicos e de saúde muitas vezes irreversíveis. Verificou-se diferentes espaços de trabalho nas indústrias domésticas entrevistadas, refletindo as situações de formação, de produção e maquinário, de circuito de produção e venda e porte. A grande maioria coincide com o fato de que se começou a confeccionar em um local da casa que não foi planejado para abrigar uma indústria doméstica, ou seja, a indústria ocupou inicialmente um espaço de uso cotidiano familiar, transferindo a função existente para um outro local ou, simplesmente,

eliminou a antiga função em prol da instalação das máquinas para o trabalho.

Nestes locais de trabalho é comum encontrar crianças sendo criadas ao lado das máquinas de costura, convivendo com a mesma ansiedade e fadiga presentes nas jornadas de trabalho intensas de, em média, treze horas por dia, tempo em que se fecha o número máximo de peças para se conseguir atender às exigências dos subcontratantes garantindo, assim, novas encomendas.

As tarefas domésticas ficam em segundo plano, sendo comum encontrar a desorganização e a sujeira, nestes ambientes. Já que não se tem tempo para cuidar das tarefas domésticas, a não ser que se faça uma dupla jornada de trabalho que atinge as madrugadas, ou seja, nas noites que deveriam descansar, as costureiras cumprem as tarefas tradicionalmente femininas, como a limpeza e a organização do lar.

No geral, o ar e a luz destes locais é insuficiente para garantir salubridade e conforto para as costureiras, apesar das ampliações sistemáticas de algumas indústrias domésticas, não se tem noção das regras básicas para um ambiente de trabalho, no mínimo, saudável. É comum verificar que em um espaço onde trabalham trinta pessoas há apenas aberturas com elementos vazados e uma janela com abertura pequena.

Dependendo da composição familiar, como número de filhos, número de costureiras trabalhando, quantidade de maquinários, frequência das encomendas, espaço disponível para o alojamento da indústria doméstica, haverão maiores ou menores transtornos na relação entre indústria e espaço de convivência familiar. O engajamento familiar, em forma de apoio financeiro ou de mão-de-obra, diferencia as indústrias domésticas.

Estas foram as principais conclusões deste trabalho, espera-se que se possa transmitir à sociedade, que não vivencia esta realidade, como vivem e como se relacionam os trabalhadores do setor confeccionista na microrregião de Tubarão. Além de fornecer mais um dado para se repensar os rumos da atual política empreendida pelo governo brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Lúcio F. *De JK a FHC: apontamentos para a análise das lutas sociais no Brasil contemporâneo* in: *No Fio da Navalha – Críticas das reformas neoliberais de FHC* / Nildo Ouriques e Waldir Rampinelli (org.). São Paulo: Ed. Xamã. 1997
- ANAIS DO CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE SANTA CATARINA- 4 a 7 de setembro de 1996, CAPES/MEC, Florianópolis, 1997.
- ANTUNES, Ricardo. *Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil – Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. Ed. Autores Associados / Cortez Editora. 1982. São Paulo.
- BENEVOLO, Leonardo. *As Origens da Urbanística Moderna*. Editorial Presença/ Martins Fontes. Lisboa. 1963
- BIONDI, Aloysio. *Brasil Privatizado – Um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 1999.
- BODDY, Martin. *Reestruturação Industrial, Pós-fordismo e Novos Espaços Industriais: Uma Crítica* in: *Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios*. Ed. Nobel/IUPERJ. 1990. São Paulo – SP.
- BOITO JÚNIOR, Armando. *Reforma e Persistência da Estrutura Sindical*. in: *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. Ed. Paz e Terra. 1991. Rio de Janeiro.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX*. 3ª edição. Editora Guanabara Koogan SA. 1987. Rio de Janeiro – RJ.
- CABRAL, Oswaldo. *História de Santa Catarina* 3ª edição, Editora Lunardelli, Florianópolis, 1987
- CASTEL, Robert. *As Metamorfoses do Trabalho* in: *Globalização o Fato e o Mito*. Ed. UERJ. 1998. Rio de Janeiro RJ.
- CATTANI, Antonio D. *A Ação Coletiva dos Trabalhadores*. Ed. SM Cultural – Palmarinca. 1991. Porto Alegre – RS.
- CONTE, Giuliano. *Da Crise do Feudalismo ao Nascimento do Capitalismo*. Editorial Presença. 1984. Lisboa.
- ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra, 1820-1895*. Global Editora. São Paulo. 1985.
- ESTADO DE SANTA CATARINA. *Censo 1991- Santa Catarina. Primeira Avaliação*

- Demográfica*. Estado de Santa Catarina. 1991.
- FERREIRA, Jurandy Pires. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros XXXII*
Volume. 1ª edição. IBGE. 1959. Rio de Janeiro.
- FUNDAÇÃO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
Diretoria Técnica. *Geografia do Brasil*. 5º volume. 1977. Rio de Janeiro- RJ.
- HARVEY, David. *A Condição Pós – Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. Edições Loyola. 1993. São Paulo – SP.
- HOBSBAWN, Eric J. *Mundos do Trabalho: Novos Estudos sobre a História Operária*.
2ª edição. Ed. Paz e Terra. 1988. Rio de Janeiro – RJ.
- JUNGES, Ivone. *A Tendência Industrial de Tubarão*. Monografia de Especialização
em Teoria e Análise Econômica. UNISUL. Tubarão. 1994.
- LEBORGNE, Danielle e LIPIETZ, Alain. *Flexibilidade Defensiva ou Flexibilidade Ofensiva: Os Desafios das Novas Tecnologias e da Competição Mundial*. In:
Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios. Ed. Nobel/IUPERJ. 1990. São Paulo – SP.
- LEFÈBVRE, Henri. *Espacio y Política*. Barcelona: Ediciones Península, 1976.
- LEFÈBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. S.P. Documentos, 1969.
- LUCENA, Liliane M. F. *Laguna: De Ontem a Hoje: Espaços Públicos e Vida Urbana*.
Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano.
Departamento de Geociências. UFSC. 1998. Florianópolis – SC.
- MAMIGONIAN, Armen. *O Habitat* in: Atlas Geográfico de Santa Catarina.
1958. IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretório Regional
de Santa Catarina. Florianópolis-SC.
- MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política* Livro Primeiro: O Processo de
Produção do Capital. Volume II. 13ª edição. Editora Bertrand Brasil S.A. 1989.
Rio de Janeiro. RJ.
- MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política”* Livro Primeiro: O Processo
de Produção do Capital. Volume I. 13ª edição. Editora Bertrand Brasil S.A.
1989. Rio de Janeiro. RJ.
- MATTOSO, Jorge. *O Brasil Desempregado – como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90*. São Paulo: Editora Perseu Abramo. 1999.
- MEIRINHO, Jali. *Datas Históricas de Santa Catarina: 1500-1985* 1ª edição,
Editora da UFSC e Assembléia Legislativa, Florianópolis, 1985.

- NORONHA, Eduardo. *A Explosão das Greves na Década de 80*. In: O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80. Ed. Paz e Terra. 1991. Rio de Janeiro.
- OFFE, Claus. *Algumas Contradições do Estado Social Moderno* in: Trabalho e Sociedade: Problemas Estruturais e Perspectivas para o futuro da Sociedade do Trabalho. Volume II – Perspectivas. Ed. Tempo Brasileiro. 1991. Rio de Janeiro – RJ.
- PELUSO JR. Victor Antônio. *Aspectos da População e da Imigração no Estado de Santa Catarina*. In: Fundamentos da Cultura Catarinense. 1ª edição. Editora Laudes. 1970. Rio de Janeiro RJ.
- PELUSO JR. Victor Antônio. *Aspectos da População e da Imigração no Estado de Santa Catarina*. In: Aspectos Geográficos de Santa Catarina. 1ª edição. FCC edições. Editora da UFSC. 1991. Florianópolis SC.
- PELUSO JR. Victor Antônio. *Tradição e Plano Urbano*. In: Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina. 1ª edição. Editora da UFSC. 1991. Florianópolis SC.
- PERROT, Michelle. *História da Vida Privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. 6ª edição. Ed. Companhia das Letras. 1997. São Paulo.
- PETRAS, James F. *Os fundamentos do neoliberalismo* in: No Fio da Navalha – Críticas das reformas neoliberais de FHC / Nildo Ouriques e Waldir Rampinelli (org.). São Paulo: Ed. Xamã. 1997
- PIMENTA, Margareth de C. A. *Expansão da Atividade Têxtil e da Confecção em Santa Catarina*. Publicação da Revista Geosul nº 21/22, volume 11, jan/dez 1996. P: 58-61.
- PIMENTA, Margareth de C. A. *Flexibilidade produtiva e vida urbana no Sul catarinense*. Trabalho apresentado no Congresso da ANPUR, Porto Alegre, maio de 1999.
- PIMENTA, Margareth de C. A. *Globalização e trabalho na região carbonífera Catarinense*. I Encontro Internacional de Geografia da Bahia. 1997.
- PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECOLÓGICO E ECONÔMICO DA MICRORREGIÃO DE TUBARÃO.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO *Dados Básicos do Município*. PMT, 1997
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO *LEI N.º 1.892/94, de 28 de dezembro de*

1994.

- REZENDE, Antonio P. *História do Movimento Operário no Brasil*. Editora Ática. 3ª edição. 1994. São Paulo.
- RODRIGUES, João Antônio. *Façonismo: Um Sistema de Trabalho da Indústria Têxtil- O Exemplo de Americana* Geografia das Indústrias nº06. Instituto de Geografia. Universidade de São Paulo. 1978. São Paulo.
- RODRIGUES, Leôncio M. *As Tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais* in: O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80. Ed. Paz e Terra. 1991. Rio de Janeiro.
- RODRIGUES, Leôncio M. *Classe Operária e Sindicalismo no Brasil* in: Sindicalismo e Sociedade. Ed. Difusão Européia do Livro. 1968. São Paulo.
- SAAD, Eduardo G. *Consolidação das Leis do Trabalho – Comentada*. 6ª edição. São Paulo: Editora Limitada. 1974.
- SANTA CATARINA. *Atlas Geográfico*. 1991.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. Editora Nobel. 1985. São Paulo – SP.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. Editora Hucitec. 3ª edição. 1991. São Paulo – SP.
- SEBRAE – Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas. *Confecção de Jeans*. São Paulo: SEBRAE/SP. 1996
- SEBRAE – Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas. *Confecção de Camisas*. São Paulo: SEBRAE/SP. 1996
- SEBRAE – Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas. *Confecção de Roupas de Malha*. São Paulo: SEBRAE/SP. 1996
- SEBRAE – Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas. *Confecção de Lingerie*. São Paulo: SEBRAE/SP. 1996
- SINGER, Paul. *Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas*. Editora Contexto. 3ª edição. 1999. São Paulo – SP.
- TAVARES, Maria da Conceição . *Emprego versus Desemprego*. Folha de S. Paulo, 16/08/98
- TAVARES, Maria da Conceição. *Competição Selvagem e Destruição Maciça*. Artigo publicado no Jornal O Globo em 15/06/96.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Desemprego: o verdadeiro "CustoBrasil"*. Jornal do Brasil. 09/02/96c

- TAVARES, Maria da Conceição. *Os especuladores querem picar o burro*. Jornal do Brasil. 20/07/97
- TAVARES, Maria da Conceição. *Os mitos sobre o desemprego*. Folha de São Paulo. 11/02/96b
- TAVARES, Maria da Conceição. *Reformas Negativas e Reformas Positivas*. Artigo retirado da página: <http://www.informe.com.br/hotinfo/conceicao/index>. Sem data.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Tendências da Globalização, Crise do Estado e seus impactos sobre o Brasil*. Artigo retirado da página: <http://www.informe.com.br/hotinfo/conceicao/index..> 1993
- VETTORETTI, Amadio. *História de Tubarão: Das Origens ao século XX* 1ª edição, Editora Incopel, Tubarão, 1992.
- VIANNA,
- WAIBEL, Leo. *Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil*. Publicação da Revista Brasileira de Geografia. Número 02. Ano XI. Abril-Junho de 1949. Rio de Janeiro-RJ.
- www.sebrae.com.br
-